

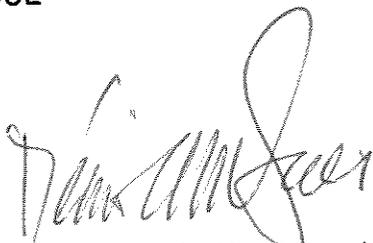
FRANCISCO WILLIAMS DE ASSIS SOARES GONÇALVES

“A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA NO PIAUÍ ATORES E PROJETOS”

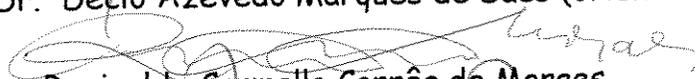
Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Departamento de  
Ciência Política do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas  
sob a orientação do Prof. Dr. Décio  
Azevedo Marques de Saes.

Este exemplar corresponde à  
redação final da Dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
25 / 02 / 2002

BANCA



Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes (orientador)



Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes



Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (suplente)

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

FEVEREIRO/2002

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	unicamp G586c
V	EX
TOMBO DCI	54934
PROG.	16-124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	02/08/03
Nº CPD	

CM00186742-1

BIBID 296060

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

G586c

Gonçalves, Francisco Williams de Assis Soares  
A consolidação da república no Piauí : atores e projetos /  
Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves. - Campinas, SP:  
[s.n.], 2002.

Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Estado. 2. Classes sociais - Formação. 3. Elites (Ciências  
sociais). 4. Poder (Ciências sociais). 5. Brasil – História –  
República Velha, 1889-1930. I. Saes, Décio Azevedo Marques de.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia  
e Ciências Humanas. III. Título.

*À minha mãe, Nilza e ao meu  
pai, Chiquinho;*

*À minha filha, Ana Clara;*

*Ao Sr. Brito, ao Pereira, ao  
Francisquinho e à D. Clarilena (in  
memoriam).*

*À minha sempre companheira  
Tina. A ela, todo o meu carinho.*

## AGRADECIMENTOS

É muito difícil não cometer injustiças, sobretudo quando nossa trajetória intelectual se inicia no interior, em Valença do Piauí e chega a uma das maiores e melhores universidades da América.

Este trabalho representa um esforço conjunto de muitas vidas: sentimentos, expressões, orientações etc. assim, agradeço por toda a minha vida:

Ao Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Federal do Piauí, que me incluiu no seu Plano de Qualificação para o Programa de Capacitação Docente e Técnica (hoje extinto devido à insensibilidade e ao descompromisso de Fernando Henrique Cardoso), proporcionou-me bolsa de estudo, condição necessária à realização dos meus estudos no Mestrado em Campinas-SP.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes que, sabiamente, me conduziu ao caminho que me permitiu certa familiaridade com a temática em estudo.

A toda a minha família, em especial aos meus irmãos Liduína e Chagas.

À Moradia Estudantil, em particular, a casa L. 3, ambiente culturalmente vivificado por expressões de saber tão diferentes: Eduardo Mei, Jair Aniceto, Paulo Oliveira, Francisco Farias, Alexandre Santos e Suel Vidotti.

Aos colegas de Curso, Márcia Boschi, Arlete Santos, Cristina Ambar, Augusto, Gentil, Geraldo, Ana Cláudia e Andréia Fru.

Aos professores e colegas da UFPI, Antônio Ferreira, Daniel Franco, Edna Nascimento, Helder Buenos Aires, Alcides Nascimento, Ana Beatriz, Maria do Carmo Veloso, Maria do Carmo Bonfim, Marília Marques, Marcoelis Pessoa, Antônia Pereira, Socorro Lages, Socorro Paixão, Carlos Sait, Raimundo Junior, Vilmar Aires, Lúcia Helena e Vilani Cosmo.

A todos os que me auxiliaram na coleta de dados, Justina, Elza Maria, Dóris, Whashington.

Aos funcionários do Arquivo Público "Casa Anísio Brito".

À Maria de Fátima, pelo trabalho de digitação, à Janice, pela revisão deste escrito, a Antonia da Cruz de Sousa, pelo auxílio na confecção do Abstract.

Aos amigos de sempre, Osias, Evaldo, Moisés, Leandro, Ivete, Antônio José Mambenga, Marcos Cronemberger e Socorro Machado.

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	9
	<b>RESUMO</b> .....	11
	<b>ABSTRACT</b> .....	15
	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	
	<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1</b>	<b>O BRASIL E A NOVA ORDEM REPUBLICANA</b> .....	31
1.1	A instauração da ordem.....	36
1.2	A movimentação na ordem.....	43
1.3	A contradição na ordem (1917-1930).....	47
	<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2</b>	<b>O CONTEXTO DA CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA NO PIAUÍ</b> .....	61
2.1	Aspectos econômicos.....	62
2.1.1	A imigração .....	63
2.1.2	A borracha de maniçoba .....	64
2.1.3	A navegabilidade do rio Parnaíba, transporte e a comunicação .....	66
2.1.4	A insipiência da atividade industrial .....	68
2.1.5	Os limites interestaduais .....	69
2.1.6	A seca no Piauí .....	71
2.1.7	Estrutura social e classes sociais .....	72
2.2	Aspectos socioculturais .....	77
2.2.1	Educação e cultura .....	77
2.2.2	A relação conflituosa entre igreja e maçonaria .....	84
2.2.3	Monarquistas e republicanos .....	85
2.3	Aspectos políticos.....	88
2.3.1	A organização estatal .....	88
2.3.2	Os partidos políticos .....	90
2.3.3	Os governos da República no Piauí .....	93

<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3</b>	<b>ESTADO REPUBLICANO E AGENTES POLÍTICOS NO PIAUÍ DA REPÚBLICA VELHA</b> ..... 107
3.1	O Estado burguês no Piauí republicano ..... 107
3.2	Sobre a concepção de classes sociais ..... 117
3.3	As classes sociais na República piauiense ..... 120
3.3.1	O processo de constituição dos grandes proprietários de terra..... 121
3.3.1.1	A estrutura organizativa dos Grandes Proprietário de terras ..... 125
3.3.2	O processo de constituição dos grandes comerciantes ..... 128
3.3.2.1	A organicidade dos Grandes Comerciantes ..... 130
3.4	A elite política ..... 132
3.4.1	Configuração da elite política piauiense ..... 135
3.4.2.1	Formação acadêmica ..... 150
3.4.2.2	Ocupação ..... 152
3.4.2.3	Origem social ..... 153
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>4</b>	<b>PROJETOS ECONÔMICOS E AGENTES POLÍTICOS NO PIAUÍ DA REPÚBLICA VELHA</b> ..... 163
4.1	Projeto 1: definição dos limites geográficos do Piauí ..... 166
4.1.1	A significância e o conteúdo do projeto ..... 163
4.1.2	Agentes defensores/opositores e a dinâmica política ..... 170
4.1.3	O impacto sobre as estruturas política e econômica ..... 171
4.2	Projeto 2: criação de estabelecimentos bancários ..... 173
4.2.1	A significância e o conteúdo do projeto ..... 176
4.2.2	Agentes defensores/opositores e a dinâmica política ..... 177
4.2.3	O impacto sobre as estruturas política e econômica ..... 179
4.3	Projeto 3: construção de Estradas de ferro ..... 181
4.3.1	A significância e o conteúdo do projeto ..... 181
4.3.2	Agentes defensores/opositores e a dinâmica política ..... 185
4.3.3	Impacto sobre as estruturas política e econômica ..... 188
4.4	Projeto 4: a construção do Porto de Amarração ..... 189
4.4.1	A significância e o conteúdo do projeto ..... 189
4.4.2	Agentes defensores/opositores e a dinâmica política ..... 191
4.4.3	O impacto sobre as estruturas política e econômica ..... 192
4.5	Outras considerações pertinentes aos projetos e aos agentes políticos ..... 195
	<b>CONCLUSÃO</b> ..... 207
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> ..... 217

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	→ Indústrias piauienses no ano de 1926 .....	68
Quadro 2	→ Jornais e partidos políticos (1889-1930) .....	80
Quadro 3	→ Partidos políticos no Piauí (1889-1930) .....	91
Quadro 4	→ Receitas e despesas no Piauí (1896-1907) .....	95
Quadro 5	→ Receitas e despesas do Piauí (1917-1920) .....	99
Quadro 6	→ Quadro de receitas e despesas do Piauí (1928-1930) .....	103
Quadro 7	→ Organização do setor comercial .....	129
Quadro 8	→ Governadores piauienses segundo o tempo de exercício no cargo de governador (1889-1930) .....	138
Quadro 9	→ Vice-governadores do Estado do Piauí (1889-1930) .....	139
Quadro 10	→ Vice-governadores no exercício do governo no Estado do Piauí (1889-1930) ....	140
Quadro 11	→ Presidentes do Poder Legislativo piauiense (1891-1930) .....	141
Quadro 12	→ Presidentes do Tribunal de Justiça (1891-1930) .....	142
Quadro 13	→ Presidentes do Tribunal de Contas (1899-1930) .....	143
Quadro 14	→ Procuradores gerais da Justiça do Estado (1891-1930) .....	143
Quadro 15	→ Secretários de Estado de Governo (1892-1930) .....	144
Quadro 16	→ Secretários de Estado de Fazenda (1892-1930) .....	145
Quadro 17	→ Secretários de Estado de Polícia (1892-1930) .....	146
Quadro 18	→ Diretor de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas ou Diretor da Repartição de Obras Públicas e Colonização (1896-1930) .....	147

Quadro 19	→ Diretores gerais de Instrução Pública (1883-1930) .....	148
Quadro 20	→ Diretores de Higiene e Saúde Pública (1892-1930) .....	149
Quadro 21	→ Governadores e formação acadêmica .....	150
Quadro 22	→ Parlamentares estaduais do Piauí com três e mais Legislaturas (1892-1930) .....	154
Quadro 23	→ Estabelecimentos bancários no Piauí .....	175
Quadro 24	→ Estradas de ferro no Piauí .....	184
Quadro 25	→ Estados brasileiros e estradas de ferro .....	186
Quadro 26	→ Projetos de classe (1889-1930) .....	194

## RESUMO

A presente dissertação tem como propósito analisar a política piauiense na República Velha, considerando a consolidação do Estado republicano como um dado fundamental para mobilizar classes e frações de classes em torno de seus projetos econômico-políticos.

Refuta-se, neste estudo, as interpretações que acreditam ser as relações de parentesco (ou familiares) como determinantes das decisões políticas. Ao contrário, a análise da problemática do poder na República Velha piauiense apóia-se nas concepções de classe social, frações de classes e bloco no poder, segundo Nicos Poulantzas. Para este autor, uma fração de classe se põe como hegemônica na medida em que seus interesses econômicos mais substantivos são respondidos satisfatoriamente.

Essa abordagem permite a análise do processo político como expressão da atuação política das diferentes frações da classe dominante no interior do bloco no poder. Para o caso piauiense, no período em análise, assevera-se que há duas frações da classe dominante – Grandes Proprietários de Terras e Grandes Comerciantes – que disputam hegemonia no Estado.

Essa disputa apresenta a seguinte situação: os GPT's antes hegemônicos perdem poder para os Grandes Comerciantes. A rigidez das estruturas econômicas e sociais aliada ao baixo grau de divisão do trabalho social faz surgir o Burguês de Múltiplas Faces (BMF) – este ator econômico-político simbiótico, que representa a mudança ordenadora, que sai hegemônico desse processo.



## ABSTRACT

The aim of the present dissertation is to analyse the piauiense politics during the old republic period, considering the consolidation of the republic as a fundamental data to mobilize the classes and their fractions around their political and economic projects.

Refuted, in this study, the interpretations believed to originate from relationships as determining of politic decisions. Quite contrary, the analysis of the power problematic during the old piauiense republic. Reston social classes, ruling class fractions and block, according to Nicos Poulantzas. This author claims that one fraction class becomes hegemonic as long as its more substantive economic interests are answered satisfactorily.

This boarding permits the analysis of political performace of different class fractions of the ruling class into ruling block. In the piauiense case, during the period studied, is asserted that there are two dominant class fractions-the great landowners and the great merchants-who fight for hegemony.

This dispute reveals the situation: the great landowners, the first to be hegemonic loose to the great merchants.

The rigidity of social and economic structures associated to low division degree of social work originates the multiple face bourgeas (MFB), this symbiotic political economic actor represents the disposition change which comes from this process.



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa sobre a política piauiense no contexto da República Velha (1889-1930), cujo objetivo é explicitar as razões pelas quais a mesma elite permanece no poder durante todo esse período. Em razão disto, procedemos a um estudo sistemático da República no Brasil e, especialmente, no Piauí.

A fim de melhor configurar a referida elite em sua relação com as classes sociais e o Estado, buscamos exemplificar a condição de elite, levando em consideração aspectos tais como: formação acadêmica, origem de classe, participação em instituições paraestatais ocupação de cargos nos aparelhos político-burocráticos do Estado e, principalmente, influência no processo decisório, considerando não apenas quem é o decisor, mas o conteúdo de suas decisões ou “o teor substantivo da política efetivamente implementada”, como argumenta Saes (1996, p. 14).

Em termos conceituais, partimos do pressuposto de que a elite política representa a classe dominante no poder, este concedido pelas frações da classe econômica e politicamente dominantes. Assim, constituindo a elite-que dirige o Estado-a classe dominante se consubstancia em classe hegemônica, dirigente, legítima.

Sob este aspecto, algumas considerações de ordem teórico-metodológicas são necessárias, tendo em vista que, em primeiro lugar, a noção de elite por nós adotada não se vincula às visões elitistas presentes na psicologia de massas de Gustave Le Bon ou de Gabriel Tarde. Também não se situa nos marcos das teorias clássicas da elite de Vilfredo Pareto, de

Gaetano Mosca, Robert Michels, de Georges Sorel, ou nas concepções mais recentes de Karl Mannheim, Joseph Schumpeter ou Charles Wright Mills. Ao contrário dessas perspectivas, que isolam a noção de elite política das concepções de classe social e de Estado, nossa abordagem não concebe a elite política sem vinculá-la a estas duas esferas das relações sociais. Por outro lado, pretendemos realizar uma análise do processo político, enfatizando a situação de classe no seio do Estado, designando sua ocupação em posições de mando ou posições de elite. Neste sentido, nossa análise toma como referência teórica a perspectiva histórico-dialética, em termos gerais, e mais especificamente, como abordagem presente na obra **Poder político e classes sociais**, de Poulantzas (1986), com os aditivos necessários à compreensão do fenômeno em estudo.

Em segundo lugar, por tratar-se da relação elite-classes sociais-Estado, nosso trabalho está claramente compreendido no campo dos estudos que versam sobre a relação Estado-sociedade. Todavia, ao contrário das concepções descritivo-institucionalistas que acabam por isolar o Estado da sociedade e vice-versa, concebendo, geralmente, a elite política como presa a um poder político (Estado) abstrato ou a determinações naturais (a geográfica, por exemplo), partimos da idéia de que, a cada formação de um tipo de Estado, há reacomodação das frações da classe dominante, pois tal formação se conecta à dinâmica social geral com seus determinantes econômicos, políticos e ideológicos. De qualquer modo, pensar elite, para nós, é compreendê-la no universo da estrutura de classes, no campo de lutas de classes e nos níveis estruturais da sociedade em questão.

Em terceiro lugar, nossa abordagem das classes sociais não nos permite visualizá-las como um todo homogêneo. Inversamente, trabalhamos, por exemplo, com a interpretação de que a classe dominante pode ser designada classes dominantes devido ao fato de que no, seu interior, existem frações que, comumente, apresentam projetos que se diferenciam a fim de constituir-se a fração de classe hegemônica no interior do bloco dominante. Além disto, como demonstra Marx (1986)-quando analisa o bonapartismo-nem sempre a classe dominante é a classe dirigente ou como afirma Poulantzas (1986):

[...] do mesmo modo que as estruturas ou as práticas, as relações de poder não constituem uma totalidade expressiva simples, mas sim relações complexas e defasadas determinadas, em última instância, pelo poder econômico: os poderes político ou ideológico não são a simples expressão do poder econômico. Podemos citar numerosos exemplos em que uma classe pode ser economicamente dominante sem o ser politicamente; ideologicamente sem o ser economicamente ou politicamente, etc. Por outro lado, uma classe pode possuir a capacidade de realizar interesses econômicos- problema do sindicalismo operário- sem possuir a capacidade de realizar interesses políticos; pode possuir um poder econômico sem possuir um poder político ‘correspondente’, ou ainda um poder político sem possuir um poder ideológico ‘correspondente’. etc. (p. 109 et seq.).

É importante compreender que nas situações em que a ameaça de perda de poder não é proveniente de forças políticas exógenas à classe dominante, a ameaça reside no interior desta classe, que se apresenta pluralizada como classes dominantes, devido às constantes dissensões entre as frações autônomas da classe dominante que lutam para garantir sua hegemonia no interior do bloco no poder. Porém, não queremos afirmar que, na presença de forças políticas externas à classe dominante, esta se homogeneize. Enfatizamos apenas que, na presença de ameaças externas, os arranjos e os acordos entre as frações da classe dominante tendem a dar-lhes uma aparência de classe dominante, singularizada.

Em quarto lugar, é necessário evidenciar que, não obstante os fatos se expressarem no âmbito da sociedade brasileira, tal expressão ocorre sob diferentes acomodações ou mediações locais, não acontecendo, muitas vezes, simultaneamente, o que nos autoriza a entender que os acontecimentos relevantes não significaram transposições mecânicas. Por isto mesmo, é que, ao compreender a República Velha como um período demarcado por diferentes fases políticas, econômicas e sociais—para tanto utilizaremos as categorias instauração da ordem, movimentação na ordem e contradição da ordem—afirmamos que estas não se efetivam do mesmo modo nem ao mesmo tempo em toda a sociedade. Neste sentido, é correto pensar que os caracteres de cada fase são comuns a toda a sociedade brasileira; contudo, a vida local—com a relevância específica de determinados fenômenos sociopolíticos—preserva certa singularidade.

Em quinto lugar, no processo de construção do objeto de nossa pesquisa, apoiamos-nos em uma historiografia política nacional e local para melhor delimitar nosso campo de análise. Outrossim, permitiu a definição do período em estudo—a República Velha,

entendendo-o diferentemente de Levine (1980), Love (1982) e Wirth (1982), para quem este período se inicia em 1889 (com a proclamação da República) e finda em 1937 (com o Estado Novo), indicando os respectivos marcos da descentralização e da recentralização político-administrativa no Brasil.

O transitar por uma bibliografia especializada e reconhecida, permitiu-nos rever nossa proposta inicial de estudar todo o período republicano, com a pretensão de reconstituir uma espécie de história da formação social e política da sociedade piauiense. Todavia, certa familiaridade com os estudos sobre a República no Brasil e, especialmente, no Piauí, possibilitaram uma primeira delimitação concernente ao período a ser estudado: a República Velha-caracterizada por fatos de relevância incontestável, dentre os quais, como ilustração, podemos citar: a Proclamação da República (1889) e a Revolução de 1930 (1930). Associada a isto, a preocupação em compreender a sociedade em sua dinâmica colocou-nos diretamente vinculados à problemática da mudança social.

Tal preocupação se fez mais importante com as leituras de: a) Moore Jr (1983) - quando se refere as três rotas que significam três tipos de mudanças constatadas na passagem de sociedades pré-capitalistas para sociedades mais desenvolvidas. Ademais, sua categoria “modernização conservadora” tenta explicitar a natureza das “revoluções vindas de cima” ou mudanças no “interior da ordem”; b) Fernandes (1974) que, ao estudar a formação social brasileira, refere-se à natureza conservadora das mudanças sociais no Brasil, “[...] a própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustaram à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (1974, p. 205). E c) Reis, (1982), para quem o modelo explicativo de Moore Jr (1983) tem limites. Ela acrescenta ao modelo: “[...] 1) é preciso caracterizar o Estado como ator político em si mesmo; e 2) que as escolhas dos atores políticos sejam sempre explicitadas” .

Dirigindo a leitura às questões da elite política no Brasil, realizamos estudos dos trabalhos de Love (1982), Wirth (1982) e Levine (1980), que foram de grande relevância pelo fato de estes brasilianistas realizarem análises consistentes e aprofundadas sobre a inserção dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, respectivamente, na federação

brasileira, no período de 1889 a 1937. Ademais, a própria concepção das obras, apresentando múltiplas facetas da realidade desses Estados, permite-nos analisá-las, comparando-as à situação piauiense, além de colocar-nos um desafio: estudar profundamente a sociedade piauiense como se a estivéssemos vivenciando.

Não obstante a importância desses estudos, para quem pretende entender o primeiro período republicano brasileiro, e os elementos que deles absorvemos, conforme enfatizado no capítulo terceiro deste trabalho, preferimos não adotar sua concepção formal-institucionalista de elite política e de Estado, o que faz com esses autores marginalizem a relação do Estado e da elite política com as classes sociais.

Para compreensão dos conceitos de classe, e de elite, a análise de Giddens (1975) nos impõe o reestudo das concepções de classe em Marx e em outros clássicos apresentando-nos a idéia de estruturação de classe. Giddens, com base em Marx e Poulantzas, diferencia classe dominante, classe governante e elite do poder:

Sugiro que, dadas as distinções colocadas a seguir, pode haver uma 'classe governante' sem que seja, necessariamente, uma 'classe dominante'; que pode existir uma 'elite de poder' sem que seja, necessariamente, tanto uma 'classe governante' quanto uma 'classe dominante'; que pode haver um sistema de que chamo de 'grupos de liderança' que não constitua nem uma 'classe dominante', nem uma 'classe governante', nem uma 'elite de poder', e que todas as formações sociais são, em princípio, compatíveis com a existência de uma sociedade que seja 'capitalista' em sua organização. (Ibid, p. 145).

Análises mais aproximadas da relação elite política - classes sociais-Estado são realizadas por Martins (1976), Boschi (1979) e Pereira (1985). Para esses autores, o processo decisório está vinculado às posições ocupadas pelos atores políticos e por suas possibilidades de fazer com que projetos políticos alterem estruturas econômicas, como em Martins (1976), representem a condição de uma fração da classe dominante constituir-se como hegemônica no processo de tomada de decisão, como em Boschi (1979) ou signifiquem a capacidade de articulação e rearticulação dos segmentos sociais dominantes, quando pretendem garantir o exercício do poder ou não ser excluído das tomadas de decisão, como mostra Pereira (1985) ao analisar os pactos políticos na República brasileira.

Esses autores, sobretudo Boschi (1979), orientam-nos principalmente na reafirmação de que nosso trabalho relaciona Estado e sociedade sem, no entanto, adotarmos sua perspectiva teórico-metodológica. Por outro lado, no que se refere à noção de que o Estado expressa um campo privativo para a atuação das elites, Martins (1976) reafirma o caráter classista do Estado, adotado por nós em bases conceituais marxistas.

A historiografia especializada no estudo da política brasileira na República Velha ampliou nosso alcance de visão e aprofundou nossa análise sobre a realidade do País desse período. Estudos como os de Carone (1971 e 1988), Basbaum (1986), Fausto (1972 e 1995), Souza (1985), Telarolli (1977 e 1982), Neves (1988), Perissinoto (1994) aliados aos já citados trabalhos de Love (1982), Levine (1980) e Wirth (1982) nos permitiram compreender que, não obstante as inúmeras análises relativas à República Velha, seu entendimento não está ainda exaurido.

Os estudos de Carone (1971 e 1988) têm lugar reservado quando se trata de análise sobre a República Velha em razão de que são estudos macro-históricos pois buscam recobrir os aspectos fundamentais do Brasil, tais como: economia, política, cultura e sociedade.

Além de seu caráter abrangente, esses estudos ganham relevo por analisar as “formas institucionais e as classes sociais [...]” (Carone, 1988) como também a evolução política do Brasil na República Velha (Carone, 1971). Desse modo, a preocupação central do autor consiste em situar o estudioso da República brasileira, em relação à dinâmica da economia brasileira, relacionando-a ao mercado mundial e à política cambial que, por sua vez, se vincula a expectativas de classe como também às diferentes conjunturas políticas que significam a organização do Estado em bases capitalistas e republicanas. Por isso, Carone explicita os sujeitos políticos do período, a sua organização enquanto classe e o aparato político-institucional, através do qual transitam esses sujeitos.

Reconhecendo a hegemonia do setor agrário, Carone (1988) vincula os sujeitos políticos (oligarquias rurais, comerciantes, industriais, camadas médias e classe operária) às estruturas econômicas que o autor denomina processo agrícola-comercial-industrial. Em suas palavras:

As classes se delinham como resultado deste processo agrícola-comercial-industrial, compreendidas dentro de um contexto histórico ligado a períodos anteriores. As oligarquias agrárias são dominantes, pois a terra ainda é a maior fonte de renda. E é delas que se originam em diversas zonas geográficas, camadas da burguesia. Outros ramos de burguesia têm formação diferente, como a de imigrantes estrangeiros que se instalam nas cidades e se tornam comerciantes e industriais, ou, também, o grande número de estrangeiros ligados ao comércio importador. Porém, a dominação das oligarquias agrárias é tão duradoura, que elas nem pensam em justificar o seu predomínio: sua ideologia ainda se baseia nos princípios do Manifesto Republicano de 1870. A burguesia, que continua organicamente ligada a este processo, nunca põe em xeque o domínio oligárquico, tampouco o contestam os elementos de origem estrangeira, que só pensam em enriquecer. (ibid, p 6).

Este autor complementa seu raciocínio quando assevera:

Assim, parte da população vive, permanentemente, à margem da vida política e o sistema representativo restringe-se a uma faixa que encarna toda a ação política. Por sua vez, ainda do ponto de vista político, esta faixa se estreita mais, porque se canaliza, qualitativa e quantitativamente, através do mecanismo da formação dos grupos oligárquicos. Na verdade, a história política é a representação do domínio das classes agrárias, expressa às restritas " (Ibid, 1971, p. XIV).

Algumas considerações se fazem necessárias em relação aos estudos de Carone (1971 e 1988), pois no segundo caso, sob o que o autor denomina "oligarquias regionais" parecem estar ocultos uma certa auto-suficiência, um certo naturalismo geográfico, que fazem com que, pelo simples fato de estes setores sociais pertencerem a determinados Estados, isto seja condição suficiente para o seu domínio. Neste sentido, mesmo recuperando a substância dos estudos de Carone, não trabalharemos com sua idéia de oligarquias regionais, quando estas significarem organizações familiares locais ou regionais, pois ela retira a luta política do campo da luta de classes, situando-a em certos arranjos familiares locais. Em relação ao primeiro, o limite consiste no fato de o autor restringir o processo político a ação dos governantes sem expressar, nas diferentes conjunturas da República Velha, a dinâmica do processo político e sem identificar como as classes e suas frações se articulam em relação ao Estado.

Buscando reconstituir o que o próprio autor denomina uma "História sincera da República", Basbaum (1986) analisa de forma sintética a República no Brasil, considerando o

quadro institucional, a atuação das classes sociais e os mecanismos políticos e ideológicos produzidos por elas para a defesa de seus interesses. À luz de uma perspectiva materialista dialética, Basbaum busca resgatar o papel das classes médias e do operariado que, segundo o autor, realizam a principal crítica ao Estado republicano, manifestando-se através de sua organização em sindicatos e partidos e, conseqüentemente, tentando ampliar o movimento político em greves e em outras manifestações políticas no País.

Ainda que Basbaum expresse sua intenção de realizar uma análise sincera da República, esta mesma intenção, do ponto de vista analítico, constitui-se em um problema, visto que não permite ao autor a visualização das relações concretas do período. Sua abordagem excessivamente empirista compromete sua análise quando discute a relação Estado- interesses de classe - atuação das classes sociais no cenário político nacional. Podemos inferir que o próprio desejo de vivenciar uma revolução brasileira faz com que o autor sugira um elevado grau de organização política aos setores populares, o que é bastante questionado por alguns estudiosos, como Fausto (1972, 1995), Souza (1985) e Perissinoto (1994).

Analisando a Primeira República, Fausto (1972) afirma que a proclamação da República significa o encontro de duas forças (o exército e os fazendeiros de café), que se movimentam por interesses diferentes. O primeiro impulsionado por motivos de ordem corporativista e ideológica e os últimos se mobilizam em torno de interesses econômicos. Considera Fausto (1972) que, subseqüentemente, são os fazendeiros de café que triunfam como setor dominante, pois "[...] Enquanto as forças armadas careciam de uma base social estável, a oligarquia paulista representava uma classe em franca expansão econômica fortalecida pelo "boom" cafeeiro que perdurou do início da República até 1894 " (Fausto, 1972, p.3).

Fausto acrescenta que a classe média, na década de 1920, apresenta um grau de heterogeneidade muito maior do que o apresentado pela maioria das análises e que as camadas altas do setor intermediário tiveram maior expressão.

De um modo geral, os grupos da baixa classe média não puderam encontrar formas organizatórias de expressão e o movimento operário não conseguiu se tornar polo de atração. Nos anos vinte, a depressão do movimento operário liquidou as possibilidades de uma aliança mais estável, sob a hegemonia do proletariado. Por sua vez, as camadas mais altas do setor intermediário, formadas pela velha 'aristocracia' em processo de destituição e/ou pelos círculos profissionais ligados direta ou indiretamente ao café, desenvolveram objetivos marcadamente elitistas. Estes setores ou se associaram individualmente à classe dominante sem se distinguir dela, ou tentaram penetrar no sistema político pela via da acomodação pelo alto. (Ibid., p. 14).

Com relação ao operariado, ele faz a seguinte observação:

Quanto à classe operária, era um personagem problemático, cuja intervenção nos acontecimentos fora muito limitada. De qualquer modo, como se tem indicado, algumas manifestações em São Paulo, uma manifestação mais efetiva em Recife deixam entrever que setores operários viam com simpatia um movimento com vagos tons reformistas, parecendo por fim a um sistema repressivo. (Ibid., p. 50).

Não obstante o rigor analítico de Fausto, há, de certo modo, a carência de um quadro explicativo acerca das posições políticas que as diferentes classes ocupam no cenário político pois, embora este autor enfatize, a um só tempo, a significância e a subordinação do setor industrial-em clara expansão, a condição limitada e também subordinada do operariado, a fragilidade organizativa e a hesitação ideológica das classes médias urbanas e o inelutável domínio das oligarquias regionais, sua análise termina por supervalorizar o poder destas oligarquias, o que restringe o fim do Estado oligárquico e, posteriormente, o estabelecimento de um "Estado de compromisso", a uma obra de pequenos grupos eminentemente elitistas, subordinados a determinadas figuras do mundo político. Ademais, o termo "oligarquias regionais" empresta certa formalização às relações políticas, transformadas em dados ao tempo em que obscurece a capacidade de luta de outros setores políticos. Neste sentido, a análise de Fausto não nos permite acompanhar a trajetória ou certa maturação no que concerne ao incremento de uma crítica antioligárquica.

Telarolli, em seus estudos (1977 e 1982) sobre a política brasileira na República Velha, volta-se para a análise do poder local e das práticas eleitorais ocorridas nesse período, relacionando o poder local e tais práticas ao aparato institucional brasileiro, identificando dois níveis significativos do que chamáremos de o plano legal-que expressa o conjunto da

legislação que designa um Estado de perfil republicano-e o plano das práticas políticas concretas - que anula a validade efetiva das leis e corrobora a legitimidade do poder coronelístico.

Sem ignorarmos a importância desses estudos, o primeiro – **Poder local na República Velha** – representa muito mais a descrição de uma situação concreta do que uma incursão pelo entendimento do período em estudo; e o segundo – **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha** – limita-se a observações ou comentários sobre os obstáculos pertinentes à República Velha. Ademais, o autor não apresenta clara definição do que, por vezes, denomina classes, elites ou oligarquias. A relevância desses escritos consiste no fato de podermos contar com uma boa descrição dos fenômenos políticos característicos do período em questão.

Inversamente, a abordagem de Perissinoto (1994) se situa nos marcos do que poderíamos qualificar de uma análise minuciosa das relações político-sociais durante a República Velha. À luz de uma orientação Poulantziana, Perissinoto faz uma espécie de desmonte da classe dominante, com o propósito de compreender as relações de poder nesse período, identificando qual a fração hegemônica do bloco no poder. Somando a isto, Perissinoto situa as diferentes frações de classe consoante os seus projetos políticos e econômicos, evidenciando a existência de setores vinculados ao modo mais tradicional de produção, aos quais denomina “a lavoura”; o setor urbano-industrial e o grande capital cafeeiro, este caracterizado por certa versatilidade no que se refere à aplicação e à reprodução de capital.

Perissinoto acrescenta que o fato desta fração de classe investir capital de diferentes modos e em setores diversificados faz com que este setor (o grande capital cafeeiro) seja, ao mesmo tempo, vinculado à agricultura, à exportação, à construção de estradas de ferro, ou seja, de certo modo, tenha maior alcance de visão no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Mesmo reconhecendo a validade e a importância da análise de Perissinoto, acreditamos que ela apresenta dois problemas: 1) o conceito “grande capital cafeeiro”, central

em sua análise, é tão explicativo quanto o conceito “burguesia do café”, de Fausto (1995), criticado pelo primeiro; e 2) Perissinoto faz uma exposição que se pretende representativa da situação nacional mas, na verdade, a exemplo do que ocorre com a maioria dos estudos relativos à República Velha no Brasil, seu universo de análise se circunscreve aos processos sociais e econômico-políticos característicos do Estado de São Paulo.

Não obstante Neves (1988) remeter-se a um caso específico (as competições eleitorais e a dinâmica partidária em Mato Grosso) e sua análise buscar elementos do passado—desde a formação da sociedade nacional/local—a Autora delimita seu objeto ao campo das competições político-eleitorais, no período de 1945 a 1965, discutindo o caráter familiar e oligárquico das composições e arranjos políticos naquele Estado. Para tanto, Neves elabora um capítulo que discute todo o primeiro período republicano até a política Pós-30, preparando-se para a discussão sobre as bases fundamentais do sistema partidário de Mato Grosso—oligarquização e conservadorismo.

Segundo Neves, o caso matogrossense designa uma experiência política de clara hegemonia biunívoca, singular na realidade brasileira, em que os setores dominantes se alternam no exercício do poder, tendo em vista que as elites se desmembram a partir da formação partidária que se manifesta sob dois critérios: “o corte partidário e o corte regional ” (Ibid., p. 21).

A despeito da significância que o estudo de Neves assume, sobretudo enquanto representativo do caso específico de Mato Grosso, sua análise não remete o problema a pontos de vista de classe e os partidos acabam por expressar agrupamentos políticos conservadores de bases oligárquico-familiares, o que corrobora o caráter indutivo do estudo, sem conexões mais expressivas com a conjuntura nacional, excetudando-se a questão de que não obstante o período de 1945 a 1965, no Brasil, caracterizar-se por ser de pluripartidarismo, Mato Grosso pode ser classificado como um “subsistema partidário” (Ibid., p. 46).

Um texto clássico sobre “O processo político-partidário na Primeira República” é o de Souza (1985), esta autora analisa, detalhadamente, a estrutura político-partidária que encontra na “política dos governadores”, o seu elemento definidor, considerando também

como aspecto fundamental os desdobramentos da proclamação da República no Brasil, a ação do Estado, os partidos políticos, as oligarquias regionais e o quadro econômico da época. A referida autora afirma que, neste período, a economia nacional se baseia no setor cafeeiro, sua forma de propriedade é o latifúndio e sua produção se destina, principalmente, ao mercado externo. Acrescenta que o Estado republicano tem “[...] caráter ambíguo, oliárquico, liberal, [...]” (Ibid., p. 167).

É importante evidenciar que o texto de Souza se qualifica pelo caráter minucioso da abordagem, considerando os limites impostos para um *paper* que tenta compreender a lógica subjacente ao sistema político, que a mesma considera liberal e, paradoxalmente, oligárquico. Em suas palavras:

O panorama geral da Primeira República que vimos esboçando, encontra correspondência num sistema político cujo foco de poder se localiza nos Estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo. (Ibid., p. 167).

Outro aspecto interessante desse trabalho é que Souza vincula os sujeitos políticos às estruturas econômica e política. Nesse sentido, ela demarca os lugares do setor cafeeiro, do setor financeiro, do exército, da classe média como um todo, dos exportadores etc. Entretanto, esta mesma análise ofusca a dinâmica dos sujeitos políticos quando ela trabalha a idéia de Estados mais fortes ou mais fracos, considerando que os últimos apenas legitimam a ação dos primeiros. Com isto, a Autora perde de vista tanto os possíveis interesses existentes e compatíveis pelo fato de serem fortes ou fracos (isto é, o porquê de, em determinadas circunstâncias, Estados fortes e Estados fracos apresentarem interesses similares) como também não permite ao leitor saber qual a classe ou classes que dirigem o Estado brasileiro. Além disto, as condições de “forte” ou de “fraco” parecem eternizar o conjunto das relações sociais. De qualquer modo, a perspectiva de trabalhar as contradições do processo político, a configuração econômica e a discussão sobre o caráter oligárquico do poder durante a República Velha nos atraíram para a discussão, cujo propósito é evidenciar a natureza classista dos projetos político-econômicos existentes no interior do Estado.

No que concerne aos escritos piauienses sobre os fenômenos constituintes da República Velha, podemos agrupá-los em três conjuntos: o primeiro compõe os estudos de natureza descritiva. Eles são biografias, dicionários, cronologias, descrição de fatos ocorridos durante a República Velha. Classificamos neste conjunto as contribuições de Tito Filho (1975, 1978 e 1986), Nascimneto (1988), Bastos (1994), Gomes (1985), Gonçalves (1991, 1993 e 1996), Chaves (1994).

O segundo conjunto se caracteriza por ser predominantemente descritivo, mas também por apresentar alguns elementos analíticos, dentre os quais citamos Rego Neto (1986), Moraes Sousa (1993), Oliveira (1993), Chaves (1994), Mendes (1994).

O terceiro conjunto se constitui, em boa parte, de obras oriundas de pesquisas recentes sobre fenômenos sociais concretos. Deste modo, qualificamo-os como estudos analíticos; dentre estes citamos os de Nunes (1963), Santana (1963), Pinheiro Filho (1972), Martins e colaboradores (1979), Borges (1986), Tajra (1986), Carvalho (1986), Nunes (1988), Nascimento (1994), Queiroz (1994a e 1994b), Araújo (1995).

O primeiro conjunto serve como base documental, pois compila uma quantidade significativa de dados referentes ao contexto em estudo. O segundo indica alguns elementos para a discussão do tema e o terceiro significa a possibilidade do diálogo entre a nossa abordagem e as presentes nestes estudos.

Nossa abordagem pretende se distinguir das supra-explicitadas, pois situamos nossa análise em uma perspectiva cuja ênfase se dá nas relações de classe e nos níveis estruturais da sociedade, diferentemente das anteriormente expressas, que se circunscrevem à compreensão de episódios ou fatos relativamente localizados.

De qualquer modo, o quadro explicativo que apresentamos considera que as mudanças ocorridas na estrutura econômica do Piauí não são suficientes para haver mudança na estruturação das classes sociais no período em estudo.

Por outro lado, após a instauração da República, houve uma organização do Estado enquanto aparelho burocrático, ocupado por bacharéis, geralmente formados pela Faculdade

de Direito, de Recife-Pernambuco. A partir de então, fortes laços de convivência são estabelecidos entre oligarquias tradicionais e bacharéis, estes que provinham de uma sociedade marcadamente agrária, com algum desenvolvimento comercial, porém não podendo ser considerada uma sociedade comercial.

Emerge, nesse contexto, de foma organizada, a burguesia comercial, que formula uma pauta de reivindicações ao poder público, constituindo assim seus projetos econômico-políticos de classe.

O terceiro aspecto diz respeito ao próprio poder que as classes dominantes locais tiveram para organizar-se politicamente com o fito de difundir sua visão de política e de sociedade através de sua elite. No entanto, surge, como derivação das frações de classes constitutivas do bloco no poder (do setor comercial e dos grandes proprietários de terras), o burguês de múltiplas faces, que agrega interesses aparentemente contraditórios e se expressa através de uma conjunção de atividades político-econômicas. Ademais, tenta converter interesses econômicos em projetos de dominação política.

São estes os elementos que propomos como as possíveis explicações para a permanência da elite política no Piauí, representante das mesmas frações de classe constituintes do bloco no poder.

No que concerne ao material coletado para análise, recorreremos a jornais do período em estudo, utilizando sempre dois jornais de tendências diferentes, ou seja, um jornal expressando os interesses oficiais e outro representativo do grupo de oposição. Outrossim, lançamos mão de Atos, Decretos e Mensagens governamentais à Assembléia Legislativa, Atas da Assembléia Legislativa, Relatórios de Secretário, Estatutos e Regimentos de Instituições paraestatais e dados já sistematizados pelos estudos recentes sobre o Piauí.

O ponto de partida foi a leitura de bibliografia preliminar sobre o período referente ao Brasil e ao Piauí. Depois norteamos os estudos para o contexto da República Velha (também em termos nacionais e locais), descondicando os aspectos supérfluos e absorvendo os relevantes, discutindo metodologias e alcance das análises com as quais tivemos contato.

Em seguida, coletamos e organizamos dados que consubstanciaram nosso estudo de natureza qualitativa.

O trabalho que ora iniciamos é composto de quatro capítulos, articulados e organizados, segundo uma exposição temática, que reflete nossa preocupação com o contexto mais amplo da sociedade brasileira no período (1889-1930), passando por uma contextualização da sociedade piauiense no mesmo período e finalizando com a explicitação da relação elite política-classe social-Estado. Deste modo, nosso trabalho está organizado da seguinte forma:

No CAPÍTULO I → O Brasil e a Nova Ordem Republicana - fazemos uma exposição com base em aspectos gerais da República, situando-a em três momentos básicos: a instauração da ordem, a movimentação na ordem e a contradição da ordem. Neste capítulo, trabalhamos a emergência e a consolidação da República bem como a atuação das classes e frações de classe em relação aos seus projetos político-econômicos, além de evidenciar a performance do Estado através dos diferentes governos da República Velha.

No CAPÍTULO II → O contexto da consolidação da República no Piauí - apresentamos a realidade piauiense de modo abrangente, ao tempo em que buscamos suas especificidades, conforme os aspectos econômicos, socioculturais e políticos. Cada aspecto passa a constituir um conjunto de elementos que estruturam a sociedade piauiense durante a República Velha. Desse modo, elementos tais como: imigração, extrativismo vegetal, navegabilidade do rio Parnaíba, atividade comercial, atividade industrial, limites interestaduais, secas, estrutura social e classes sociais, educação e cultura, conflito entre Igreja e Maçonaria, concepções de Monarquia e de República, organização estatal, partidos políticos e governos piauienses são apresentados a partir de dados e análises sobre a consolidação da República no Piauí.

No CAPÍTULO III → Estado republicano e agentes políticos no Piauí da República Velha- nosso objetivo precípua é apresentar a estruturação do Estado republicano no Piauí, a partir dos aparelhos que tornaram possível a constituição de uma estrutura jurídico-política capaz de conduzir a sociedade piauiense, possibilitando sua autonomia política. Sob

este aspecto, buscamos apresentar o processo de constituição dos agentes políticos, identificando as classes ou frações de classes presentes naquele contexto, como também a elite política do Piauí. Neste último caso, procuramos configurá-la a partir de suas relações com as classes e considerando os seguintes dados: formação acadêmica, ocupação e origem social, com o objetivo de configurar o tipo elitista piauiense.

No CAPÍTULO IV → Projetos econômicos e agentes políticos no Piauí da República Velha-analisamos a ação das classes sociais, representadas por sua elite, consoante os projetos políticos em questão. É seu propósito apresentar as principais discussões em torno dos projetos viabilizados pelo setor comercial bem como as ações empreendidas pelos agentes econômico-políticos afetos a esses mesmos projetos. Seu caráter analítico e finalizador permite a análise que demonstra a luta das frações de classe por hegemonia no bloco no poder e elabora argumentos para fundamentar uma possível resposta acerca da força política que conquista hegemonia nesse processo político, ao final da República velha.

## CAPÍTULO I

### 1 O BRASIL E A NOVA ORDEM REPUBLICANA

Neste capítulo, não obstante a vasta produção intelectual sobre a sociedade brasileira na Primeira República<sup>1</sup>, resolvemos tecer considerações sobre acontecimentos desse período, buscando, na medida do possível, não apenas repetir as “convenções” historiográficas, mas explicitar algumas contradições presentes nessa época, ainda que os riscos da repetição não estejam totalmente afastados, como afirmou, oportunamente, Fausto (1972, p. 1).

Partimos da idéia de que a República é um fato, desde a sua proclamação em 15 de novembro de 1889, que se processa através de nova organização jurídico-política do Estado. Contudo, a vida republicana enfrenta vários problemas, mais marcantes no início do Novo Regime e na última década da República Velha. Deste modo, mesmo reconhecendo a legalidade da nova ordem, não podemos desconhecer que são vários os movimentos que tentam descartar a República e restabelecer o Regime Monárquico.

Consideramos que subjacente às idéias de Monarquia e de República estão presentes duas perspectivas político-ideológicas: a centralização e a descentralização. Esta trazendo no seu bojo o princípio da autonomia das antigas províncias, agora transformadas em

---

<sup>1</sup> O termo República Velha equivale ao termo Primeira República, ambos designando o período de 1889 a 1930, demarcados pela proclamação da República e pela revolução de 30, respectivamente. Ao contrário, Basbaum denomina de Primeira República o período que se inicia com a proclamação da República até a posse de

Estados federados. A primeira-influenciada pela tradição política centralizadora do País-conferindo acentuado poder de decisão à instância federal.

A passagem do Império à República traz à tona alguns problemas que julgamos relevantes. O primeiro remete-se à própria formação social brasileira, que engendra um país voltado aos interesses externos;<sup>2</sup> o segundo, corolário do primeiro, refere-se aos interesses de classes presentes quando da conformação do Estado republicano; e o terceiro, as desigualdades, permitidas tanto pelo nível de organização das classes, através de suas elites, como também pela vastidão do território nacional.

Iniciaremos, pois, apresentando estes problemas, para, em seguida, evidenciar os desdobramentos da vida republicana, com os partidos políticos estaduais, as eleições e as contradições que acompanham o processo político do período e estabelecer algumas relações entre as diversas classes sociais e o Estado.

O processo de exploração e ocupação das terras brasileiras expressa claramente o domínio de interesses externos sobre expectativas e projetos autóctones. Sendo assim, no período colonial, o Brasil é mantido como colônia para exploração dos produtos nativos.

Os conflitos internacionais de Portugal, aliados à busca de novas conquistas, por outros países europeus, obrigam o primeiro a dividir o novo território em diferentes capitanias sob a responsabilidade de um donatário. Essas vastas áreas territoriais resultam em grandes propriedades parcamente habitadas, isto especialmente nas regiões distanciadas da faixa litorânea brasileira.

O processo de exploração/ocupação tem como conseqüência a formação de dois tipos sociais na realidade brasileira: o primeiro, mais dinâmico e mais favorecido pelas próprias condições naturais, vincula-se a toda a faixa litorânea brasileira ou a áreas próximas ao litoral. Esse primeiro tipo tem, através das vias marítimas, a possibilidade concreta de

---

Prudente de Moraes, em 1894..." (1986, p. 13). Nós, portanto, utilizaremos os conceitos República Velha e Primeira República indistintamente.

<sup>2</sup>Estudiosos clássicos da formação social brasileira destacaram essa característica de nossa sociedade, dentre eles citamos: Caio Prado Junior (1972, 1983), Celso Furtado (1980), Gilberto Freyre (1996), Sérgio Buarque de Hollanda (1978) e Florestan Fernandes (1975).

comunicação/comercialização com o mundo “civilizado”. O segundo tipo representa aquela área encravada no interior do País, cujas possibilidades de comunicação e de transporte são verdadeiros impedimentos ao progresso, ao desenvolvimento. Assim, independente da divisão administrativa que enforma as províncias e depois os Estados, há nestes, na maioria dos casos, a presença dos dois tipos sociais, embora, geralmente, a região litorânea apresente melhores perspectivas de desenvolvimento.

Esse mesmo processo exploratório que perpassa o período colonial, penetrando o Império e chegando à República, resulta, com poucas e felizes exceções, em sociedades insulares, auto-suficientes e desconhecedoras da realidade para além de suas fronteiras.

Consoante às forças políticas e aos interesses externos, o donatário vai cedendo lugar ao proprietário de fazendas de gado, ao senhor de engenho, aos barões do café, enfim, ao coronel, figura importante e necessária à continuidade do sistema de dominação, sobretudo durante a República Velha.<sup>3</sup>

Podemos, então, asseverar que o processo a que estamos nos referindo é um dos responsáveis pelo tipo de divisão geopolítica do País, pela natureza centralizadora do Estado (poder político), pela caracterização dos sujeitos políticos e pelo tipo de homem que emerge da formação social do Brasil. Assim, iniciaremos o segundo problema.

A instauração da República brasileira tem alguns significados. Em primeiro lugar, ela indica o rompimento definitivo do Brasil no que concerne à dependência administrativa de Portugal. Expressa também o fim da centralização do Império sobre as províncias e a instituição do federalismo. Indiscutivelmente, ocorre a federalização do Estado brasileiro, todavia o Novo Regime não é tão descentralizado assim, pois sob os interesses das classes dominantes está o predomínio de Estados mais desenvolvidos como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e, regionalmente, Pernambuco, que articulam mecanismos

---

<sup>3</sup> Sousa (apud Mota, 1986, p. 186) chama a atenção para o fato de que vários elementos que constituem o coronelismo da República Velha estão presentes no Império e na Colônia.

centralizadores, fazendo da “autonomia dos Estados” elemento primordial de defesa dos interesses dessas classes em suas regiões e no plano nacional.

O surgimento da República expressa, assim, a possibilidade que o comportamento oligárquico, nos diferentes Estados, tem de vincular-se ao poder central, privilegiando seus objetivos e executando suas metas. Apesar da descentralização do primeiro período republicano, as fraudes eleitorais – bem descritas por Telarolli<sup>4</sup> – e a “política dos governadores” são os mecanismos políticos da recentralização subjacente à nova estrutura política (des) centralizada.<sup>5</sup>

Essa conjuntura implicará na reafirmação das desigualdades sociais no interior do Estado nacional, identificadas aqui como o terceiro problema na transição Império-República. Tais desigualdades explicitam as forças políticas dominantes e as zonas privilegiadas ao desenvolvimento econômico, o que corrobora a existência de alguns Estados econômica e politicamente expressivos em detrimento da maioria, que orbita na periferia do sistema.<sup>6</sup> Todavia, é necessário atentar para o fato de que a proeminência de alguns estados está relacionada ao grau de organização econômico-política das classes sociais daquele Estado.

É importante não esquecer que o surgimento da República não significa a anulação ou a negação de um sentimento monarquista. Ao contrário, o Brasil republicano convive durante algum tempo com monarquistas e republicanos.

Se do ponto de vista do imaginário ou das visões de mundo se demarcam essas concepções, do ponto de vista da efetivação da República algo semelhante acontece. Neste sentido-preocupados em não conceber a República Velha como uma realidade formada por representações e comportamentos homogêneos, mas como processo marcadamente

---

<sup>4</sup>TELAROLLI, 1982.

<sup>5</sup>A descentralização apresenta a seguinte ambigüidade: os Estados e os Municípios são autônomos mas apenas enquanto não ferem o poder de intervenção/ação do governo federal. Expressa, assim, a capacidade do Executivo federal intervir e manobrar o processo político nas diferentes regiões. Nem por isto, o processo político se torna uma “via de mão única”; provas desta afirmação são as constantes dissensões na sociedade brasileira relativa à centralização-descentralização.

<sup>6</sup>Qualquer estudo aprofundado sobre a divisão dos recursos para os Estados pelo Governo federal, poderá demonstrar as desigualdades a que nos referimos aqui.

contraditório cujos interesses se diversificam conforme a posição dos sujeitos políticos na estrutura social e política-analisamos a Primeira República, subdividindo-a, no plano desta exposição, em três fases/momentos fundamentais.

A primeira fase se caracteriza pela criação de novas instituições político-administrativas e redimensionamento das anteriormente existentes, demarcando novas relações entre União, Estados e Municípios, explicitadas na Constituição de 1891. Ela se caracteriza também por várias críticas à incipiente República e pela perspectiva da restauração monárquica. Entretanto, esta fase tem como característica principal o estabelecimento de uma nova ordem jurídico-política. Por isto mesmo, nós a denominamos de instauração da ordem que, para os nossos objetivos, em nível de Brasil, acontece de 1889 até 1902 com a proclamação da República, por Deodoro da Fonseca, e com a implementação da “política dos governadores”, por Campos Sales,<sup>7</sup> respectivamente.

A segunda fase caracteriza um período em que as instituições republicanas são “postas à prova”. É o momento do teste da ordem estabelecida, na medida em que o desejo de retorno à Monarquia se distancia e cada vez mais a República se efetiva como realidade. É a fase que se inicia em 1902 e se estende até 1917, quando, em uma demonstração de força política, operariado e setores médios urbanos organizam diversos movimentos contestatórios; contudo a ordem, ainda que fragilizada, tem no âmbito da Primeira República o seu momento mais sólido. No curso desses anos, assistimos ao que denominamos aqui de movimentação na ordem.<sup>8</sup>

Por último, a fase que indica todas as manifestações a partir de 1917, mas sobretudo as da década de 1920, no campo propriamente político como o tenentismo, a criação do Partido Comunista do Brasil (1922), a Coluna Prestes e a conseqüente Revolução de 1930. A esta fase designamos contradição da ordem, entendendo-a como um momento de relativa

---

<sup>7</sup> CARONE (1971) é enfático ao afirmar que, ao final do Governo Campos Sales, a estabilidade do novo regime está assegurada.

<sup>8</sup> Não queremos com esta fase ocultar os conflitos que existem nesse intervalo (1902-1917). Queremos apenas considerar que o sistema está fortemente articulado para o enfrentamento dos conflitos, o que não acontecerá na fase subsequente.

ruptura da ordem estabelecida em 1889 e da recomposição de elementos centralizadores e autoritários aos níveis da administração e da política.

Evidentemente, essas três fases não se prendem a datas; estas são referências importantes pelos acontecimentos e pelas circunstâncias sociais e políticas da vida nacional. Representam, respectivamente:

- a) A mudança de regime político - na medida em que o Estado brasileiro passa a ser concebido como República federativa, cuja tônica é a descentralização com relativa autonomia de Estados e Municípios.
- b) A convivência de diferentes grupos/forças políticas constituídas, transitando pelas instituições oficiais e implementando/consolidando estruturas organizativas paralelas às oficiais em defesa de seus interesses.
- c) O surgimento de novos sujeitos no processo político que fazem vir à tona concepções descentralizadoras e centralizadoras, nacionalistas e antinacionalistas, democráticas e autoritárias, configurando, ainda, o fim do Estado oligárquico, embora não significando o fim das oligarquias.

Nossas preocupações mais imediatas se dirigem aos aspectos políticos; porém, não podemos isolá-los dos aspectos econômicos e ideológicos presentes na vida nacional. Assim, as considerações que seguem, situam-se dentro dos marcos aqui estabelecidos, conforme as fases anteriormente, a seguir.

### **1.1 A instauração da ordem**

É possível pensar a República brasileira, instituída em 1889, como um avanço político no sentido da democratização das relações político-sociais, devido a sua perspectiva descentralizadora. Contudo, tal perspectiva, formalizada pela Constituição republicana de 1891, não representa uma abertura do processo político no que diz respeito ao acesso das

minorias ao poder, mas significa o controle das decisões políticas pelas classes dominantes através de suas elites.<sup>9</sup>

As classes organizadas em Estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são os principais protagonistas deste momento, se levarmos em consideração o nível de organização das elites locais como também os tipos de reivindicação viabilizados pelas diferentes frações.

Não pretendemos aqui enfatizar as diferenças ideológicas, pois, durante quase toda a República Velha e durante toda a sua primeira fase, as lutas realizadas pelo “situacionismo oposicionista” embora apareçam sob a forma de dissensões de pequenos grupos, na verdade, estruturam pontos diferenciados de classes/frações que se conflitam. Mesmo assim, o estágio econômico em que se encontram esses Estados e o seu vínculo ao poder central permitem que se projetem com maior rapidez do que Estados do Nordeste e do Norte do País.

Como afirmamos anteriormente, a Constituição de 1891, evidenciando a “autonomia” dos Estados e Municípios, reafirma aos grupos dominantes regionais/locais a possibilidade de defesa de seus interesses. Deste modo, sobretudo nos Estados reconhecidamente marginalizados das decisões políticas, a principal estratégia é a ocupação dos aparelhos de Estado pelas suas respectivas classes dominantes, estabelecendo uma estrutura jurídico-política dirigida por sua elite representante.

A implicação desta atitude assevera à classe dominante a condição de eleita para a dominação. Juntamente com isto, outros mecanismos jurídicos e políticos como a Comissão de Verificação de Poderes e a prática política revelaram-se fundamentais para a consecução e a garantia do poder dessa classe.

Se em um primeiro momento da história republicana assistimos ao governo de Deodoro da Fonseca, sucedido pelo de Floriano Peixoto-também militar-contrariando o ideário e as leis republicanos,<sup>10</sup> os governos subseqüentes não se caracterizaram pelo respeito

---

<sup>9</sup>Cf. TELAROLLI (1982, p. 7 et seq).

<sup>10</sup> Mesmo sob regime constitucional, Floriano Peixoto destituiu governadores e nomeia, arbitrariamente, outros para substituí-los.

às leis. Ao contrário, a prática política oligárquica entra formalmente em cena. Esta prática, que expressa astúcia, é revelada em declaração do próprio Prudente de Moraes:

Estou encontrando embaraços para combinar um Ministério de pessoal competente e que não signifique hostilidade ao Marechal, que continua irascível. Pretendia não incluir no governo gente de São Paulo e da Bahia, mas parece-me que não conseguirei realizar essa pretensão, especialmente porque terei necessidade de impor ao Rodrigues Alves o sacrifício da pasta da Fazenda, por ser o homem que inspira confiança a todos, a mim mais do que aos outros - e até é muito considerado pelo Marechal. (PEIXOTO, 1942, p.129 apud CARONE, 1971, p. 152).

Fatos que indicam o momento de instauração da ordem estão presentes no governo de Prudente de Moraes, marcado pela possibilidade de reação do jacobinismo florianista, por movimentos no seio das Forças Armadas, pela Revolução federalista e, já nos últimos anos de seu governo, pela Guerra de Canudos. É verdade que a revolta da Armada e a revolução federalista são heranças do governo Floriano Peixoto, que vão incomodar Prudente de Moraes durante parte considerável de sua gestão. Quanto à revolta de Canudos, o insucesso do governo é tal que, em uma tentativa de legitimar sua ação destruidora, ele emite a idéia de que a comunidade liderada por Antônio Conselheiro tem como propósito o retorno à Monarquia.

Apesar dos conflitos presentes e da tentativa de assassinato de Prudente de Moraes, este garante a ordem republicana e entrega o governo a Campos Sales:

A sucessão presidencial torna-se tranqüila e, no dia 15 de Novembro de 1898, Prudente José de Moraes Barros passa o governo para Manoel Ferraz de Campos Sales. A saída do Presidente que finda seu mandato é triunfante, sendo aclamado longamente pelas ruas no momento em que abandona o palácio presidencial. (CARONE, 1971, p. 178).

Provavelmente o governo Campos Sales, sem que se menospreze a ação político-administrativa dos anteriores, seja o que demonstre maior preocupação com a manutenção da ordem. É certo que a primeira constituição republicana confere muitos poderes ao Executivo federal, mas também é verdadeira a relativa autonomia de Estados e Municípios.

As constituições estaduais preservam os princípios básicos da constituição nacional, não ferindo a autonomia da União e a autoridade que esta tem para intervir nos Estados caso isto seja necessário.<sup>11</sup>

A perspectiva político-administrativa de Campos Sales não pretende dar relevância aos problemas econômicos e políticos; ao contrário, busca resolvê-los. Ela parte do princípio de que Executivo e Legislativo, União e Estados devem buscar solução para esses problemas. Se, por várias vezes, Prudente de Moraes enfrentou problemas até mesmo com seus ministros, Campos Sales busca uma base de consenso com estes, com o parlamento e com os governos estaduais.

Campos Sales declara não estar interessado nas lutas entre os Concentrados e Republicanos nem na política estadual. O Congresso deixa de ser campo de batalha e eliminam-se conflitos. Os grupos oligárquicos estaduais no poder, que temem a possibilidade de intervenção federal a favor dos oposicionistas, ficam tranqüilos com a posição governamental e reagem, mesmo antes da oficialização da *política dos governadores*, com um apoio maciço às exigências parlamentares do governo. **(Grifos do autor)**. (CARONE, 1971, p. 191).

A coalizão entre os grupos dominantes parece assegurada não somente na gestão de Campos Sales, mas em todo o primeiro período republicano; a política dos governadores confere um poder “eternizante” à classe que dirige o Estado. De qualquer modo, torna-se difícil a realização dos sonhos oposicionistas, visto que a referida política tem como propósito a garantia de que a oposição terá representação diminuta, insuficiente para constituir-se obstáculo aos projetos governistas.

Isto nem de longe quer afirmar que o governo de Campos Sales não enfrentou sérios problemas. Ao contrário, os anteriores problemas econômicos e os conflitos localizados são presentes no calendário desse governo. Até mesmo nos últimos meses, Campos Sales enfrenta um movimento liderado por São Paulo e pela oposição do vice-presidente Rosa e Silva por causa da intervenção de Campos Sales no Estado de Pernambuco. Todavia, essa

---

<sup>11</sup>Cf. a Constituição Piauiense de 1892, que corrobora as constituições piauiense e brasileira de 1891, no seu artigo 4. In: PEREIRA, OMATTI (1988, p. 219).

conjunção de problemas não é capaz de depor o governo e muito menos de contrabalançar a ordem republicana.

A vitória é a realização final de todo um esquema político concebido por Campos Sales. Seu plano financeiro se realiza como fôra traçado: a inflação não existe mais, a deflação domina. Mas, comércio, indústria, classes agrícolas e populares sofrem os efeitos terríveis da situação. Os capitais estrangeiros voltam a afluir ao país, sinal de confiança nas condições existentes. *A calma política é geral, não sendo perturbada pelos acidentes regionais; as revoltas monárquicas não passam de casos de polícia. O que parece existir é uma espécie de esgotamento de energias, depois das lutas intensas até 1897.* (grifos nossos). (CARONE, 1971, p. 195).

Esta fase de instauração da ordem termina, para nós, com o governo Campos Sales, pois, a partir daí, os problemas relativos ao Novo Regime são de pequena monta. Os conflitos, em parte, continuam, mas a estrutura política só será novamente contrabalançada com os movimentos que levam à Revolução de 1930.

Antes de nos referirmos à segunda fase, é relevante que façamos algumas considerações gerais sobre a economia brasileira. Esta, nesse período, vai experimentar significativas mudanças que designam maior presença do Brasil no cenário econômico internacional.

No intervalo que vai de 1889 a 1902 significativas áreas do País vivenciam uma espécie de *boom*, pois as exportações de café, de borracha e de açúcar representam, respectivamente, 64,5%, 15% e 6% do total das exportações nacionais.<sup>12</sup> Porém, é neste período, ainda segundo Carone (1988), que há forte imiscuição do capital estrangeiro no País. Em contrapartida, há um significativo aumento do número de indústrias e mais dinamismo nos principais centros comerciais. Quanto às áreas produtoras, seus arautos podem atestar a “vocação agrária” do Brasil.

É verdade que a produção cafeeira já atrai todas as atenções das políticas implementadas pelo governo federal, e é também verdadeiro que os cafeicultores conseguem difundir o problema da desvalorização do café como uma questão de interesse nacional.

<sup>12</sup>Cf. CARONE (1988, p.44, 64 e 52, respectivamente).

Não podemos negar que o desenvolvimento permitido pela economia cafeeira representa a participação do Brasil no capitalismo de forma menos desconfortável. Por outro lado, é correto asseverar que, neste período, também há relativos progressos nas cidades, apresentando estas um melhor padrão de urbanização, sem esquecer o aumento da receita pública proveniente, em grande parte, das exportações.

A história brasileira da Primeira República permite-nos perceber que as áreas onde se dão a produção de café, transformam-se, em pouco tempo, em padrão de desenvolvimento para as demais regiões do País. Neste sentido, o Brasil apresenta-se importante ao processo de reprodução capitalista. Continua agroexportador, mas desenvolve o seu comércio e instala diversas indústrias.<sup>13</sup>

Se o café tem relevância para o Sudeste, particularmente para São Paulo, Estados como Pará, Ceará, Piauí e outros se destacam-mesmo em menor grau-devido ao extrativismo vegetal, neste período (1889-1902), principalmente pela extração das borrachas de seringueira e de maniçoba.

No que concerne à estruturação de classes,<sup>14</sup> a República complexifica a sociedade brasileira, pois a autonomia dos Estados permite maior manifestação dos sujeitos políticos em suas regiões e as correspondentes defesas de seus interesses. Destarte, se em Estados “pouco expressivos” na política e na economia nacionais, como os nordestinos, essas estruturas se desenvolvem lentamente, em Estados como São Paulo e Minas Gerais; sobretudo no primeiro, ocorrem acelerados processos de urbanização, de industrialização e, enfim, de desenvolvimento.

A realidade se torna mais complexa nesses Estados tendo em vista que: 1) há grande investimento em novas atividades produtivas, como cita exacerbadamente Perissinoto (1994) quando se refere ao “grande capital cafeeiro”, como fração que multiplica seu capital porque investe em diferentes setores da economia, como na área de transporte (estradas de

---

<sup>13</sup>O período do Encilhamento foi marcante, nesta fase, pela ampliação do número de indústrias e pelo crescimento do setor bancário no País.

<sup>14</sup>O conceito de estruturação de classes, encontra-se em A. GIDDENS, **A estrutura de classe nas sociedades avançadas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

ferro);<sup>15</sup> 2) a presença do trabalhador imigrante mais qualificado e familiarizado com novas técnicas não permite a queda da produção, mesmo com a abolição dos escravos, até porque São Paulo tem uma política de imigração;<sup>16</sup> 3) o processo de industrialização dá origem ao operariado urbano, assim como, de certa forma, o elemento imigrante força o surgimento de trabalhadores rurais assalariados; 4) emergem camadas médias urbanas mais definidas e um setor vinculado ao capital financeiro, não esquecendo a presença de representantes do capital internacional.

Uma última observação sobre esta fase de instauração da ordem é que assim a denominamos, principalmente, em virtude da forma como o Estado se organiza, manifesta-se e se relaciona com as diferentes classes e frações de classe. Dito isto, faz-se mister reconhecer que o Estado apresenta uma nova configuração jurídico-política, buscando constituir-se como instituição central da sociedade brasileira.

Nesse sentido, no período governado por militares, de 1889 a 1894, há uma tentativa de concentrar os poderes em torno do executivo federal, o que se confronta com os interesses dos grupos políticos atuantes nos Estados. Ademais, quaisquer perspectivas que indiquem centralização tornam-se paradoxais na nova realidade que advoga em favor da autonomia de Estados e Municípios. Esses grupos políticos se articulam com o propósito de tomada do poder, o que ocorre a partir da ascensão de Prudente de Moraes e de seu sucedâneo, Campo Sales, à presidência da República.

Se durante os governos militares havia uma espécie de “ideologia da segurança nacional” e de defesa do Novo Regime, com os governos civis desta fase, há o estabelecimento de mecanismos jurídico-políticos e pragmáticos que garantem certa estabilidade nas relações de poder. Referimo-nos, basicamente, a política dos governadores-este instituto jurídico-político que expressa uma recentralização do poder em “moldes republicanos”- e as práticas eleitorais viabilizadas durante o período com todo o ritual de processo de escolha pelos cidadãos, isto é, de uma eleição.

---

<sup>15</sup>Cf. PERISSINOTO (1994, p. 30 et seq)

<sup>16</sup>Cf. LOVE (1982, p. 26 et seq)

A União se apresenta como na Constituição republicana, ou seja, permite a autonomia dos Estados federados e dos municípios desde que sua autonomia não seja ameaçada. Representa, portanto, o conjunto de interesses da classe dominante que se fortalece, pois os aparelhos de Estado são ocupados por representantes dessa classe, o que a torna classe efetivamente dirigente.

## 1.2 A movimentação na ordem

A despeito de determinados movimentos ocorridos<sup>17</sup> nesta fase, estes nem de longe significam ameaças à estrutura política instituída. Esta fase é a mais estável da Primeira República. A propósito da Revolta Militar de 1904:

Outro depoimento confirma a ação: o acordo é feito com os revolucionários e o brado se daria no dia 15 de novembro de 1904, precisamente para que este levante apagasse o de 1889. Isto feito, os monarquistas aceitariam o novo regime que para eles começaria a ser contado de 15 de novembro em diante. (CARONE, 1971, p. 207 et seq.).

A citação supramencionada corrobora nossas afirmações anteriores sobre a fase de instauração da ordem, encerrada na administração de Campos Sales, que fortalece a nova ordem; ou seja, o próprio fato de os “monarquistas” aceitarem a República, a partir de 1904, elucida a tranquilidade desse regime diante das tentativas de derrubá-lo.

É bastante compreensiva a legitimidade do Novo Regime pois, como já aludimos anteriormente, a nova ordem não representa uma ruptura com as práticas efetivadas pelas velhas aristocracias nem pelas “novas” oligarquias republicanas. Tal é confirmado por Fausto quando enuncia:

A Constituição de 1891 evidencia, no plano das instituições, que a classe dominante consegue alcançar seus objetivos políticos já no início da República, e é um índice de sua capacidade para promover a integração do país, na medida de tais objetivos. A ampla autonomia estadual consagrada na Constituição<sup>18</sup> (possibilidade de contrair empréstimos

<sup>17</sup>Revolta da Vacina (1904), Revolta Popular na Bahia (1904), Revolta da Chibata (1910), Revolta dos Sargentos (1914-1916) e outras.

<sup>18</sup>Quanto à questão da autonomia já nos referimos ao seu caráter ambíguo.

externos, constituir milícias; discriminação de rendas favorecendo os Estados, a quem cabe lançar impostos sobre a exportação, transmissão de propriedade rural, indústrias e profissões, e dentre elas as unidades maiores; dualidade de magistratura, etc.) não corresponde a um esfacelamento do Poder Central. É significativo assinalar que, nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte, os representantes paulistas opõem-se ao reconhecimento de uma espécie de soberania estadual, proposta por representantes do Rio Grande do Sul, influenciados pelo positivismo.<sup>19</sup> (FAUSTO, 1995, p. 90).

Este momento da Primeira República explicita a regularidade do processo político com suas instituições, seus sujeitos e suas práticas. Inegavelmente, o principal acontecimento político desta fase de movimentação dentro da ordem estabelecida foi a campanha eleitoral para a presidência e vice-presidência da República, manifestada por duas candidaturas que fizeram cindir, temporariamente, a classe dominante. De um lado, o Marechal Hermes da Fonseca e a ideologia da salvação nacional, significando esta uma espécie de depuração das instituições republicanas e o reconhecimento da hierarquia e da ordem como princípios orientadores e disciplinadores da vida nacional. De outro, Rui Barbosa e o civilismo, perspectiva que difundia uma ética política, que preconizava a presença do cidadão livre, com direito à escolha, repudiando a violência e a fraude como mecanismos de dominação política e opondo-se ao militarismo.

Se os dois grupos, em disputa, apresentam preocupação, neste aspecto, semelhante, ambos também repetem as mesmas práticas-a violência e a fraude-que, ao nível do discurso, são negadas. Deste modo, o sistema continua a operar da mesma forma e com a mesma regularidade, isto é, com os mesmos sujeitos políticos, agindo em suas regiões conforme seus interesses.

Em se tratando da economia, nesta fase, ocorre a primeira grande crise do café, que impõe a necessidade da primeira medida de valorização do produto, em 1906,<sup>20</sup> o que garante preços relativamente satisfatórios, a despeito da competitividade e da superprodução do período, o que obriga o País a uma segunda medida valorizadora do café em

---

<sup>19</sup>Não obstante não podermos asseverar o motivo da posição dos constituintes paulistas, pensamos que eles demonstram consciência da situação privilegiada de São Paulo em relação aos demais Estados.

<sup>20</sup>Cf. Love (1982).

1917.<sup>21</sup> Observe-se que essas medidas valorizadoras decorrem de ações políticas em torno de projetos econômicos das frações de classes afetadas pela crise do café.

Quanto aos demais produtos, o açúcar<sup>22</sup> continua a declinar e a borracha vivencia o seu período de maior expressão. Todavia, ainda neste período, a competição com países asiáticos e a introdução, por estes, da borracha sintética indicam claro declínio do produto gomífero nacional.<sup>23</sup>

Paralelamente, é considerável o avanço da industrialização, da urbanização<sup>24</sup> e do setor comercial. Reconhecemos também que os setores médios urbanos e o operariado já apresentam determinado nível de organização,<sup>25</sup> em algumas regiões do País.

O advento da I Guerra Mundial favorece, de certa forma, a esses processos, pois o Brasil tem a oportunidade de exportar mais da sua produção, o que motiva o surgimento de novas indústrias. Por outro lado, o aumento do custo de vida é um dos principais motivos da insatisfação presente nos grandes centros urbanos.

Evidentemente, essas situações não são uniformes em nível nacional. Por exemplo, esses processos são mais intensos no Sudeste, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em Estados menos desenvolvidos, dificilmente podemos falar de industrialização, ainda que existam os primeiros indícios desse processo. Some-se a isto, a seca de 1915 que atinge violentamente parte considerável do Nordeste brasileiro, dizimando o gado, outros animais, e diminuindo a produção agrícola do período, o que faz aumentar o custo de vida nessa área. Assim, não é digno de nota nenhum movimento partido das massas dessa região contra o descaso do poder público,<sup>26</sup> pois mesmo o banditismo-que manifestou certo descontentamento das massas rurais-não emprestou maiores significados.

---

<sup>21</sup>Cf. Love (1982).

<sup>22</sup>Cf. Levine (1980).

<sup>23</sup> Cf. "A Importância da borracha de maníçoba na economia piauiense" (1900-1920), Queiroz (1994a)

<sup>24</sup>Love (1982) explicita a introdução de vários equipamentos urbanos em São Paulo, especialmente na capital de mesmo nome.

<sup>25</sup>Carone (1988) e Basbaum (1986) fazem alusão a organização das classes médias urbanas e do operariado no período em foco.

<sup>26</sup>No Piauí, por exemplo, o governador Miguel Rosa (1912-1916) reclama do descaso da União em reação aos problemas do período, em boa parte decorrentes da famosa seca quinze (1915).

Afora os conflitos políticos freqüentes e pouco significativos em nível nacional, nesta fase, as instituições republicanas experimentam bastante tranqüilidade, demonstrando que o artifício político implementado por Campos Sales foi capaz de suportar um Marechal na presidência da República, sem que os interesses da classe dominante fossem abalados. Sobre isto Basbaum (1986) afirma:

[...] a candidatura Hermes nada tinha de militarista. Apresentada pelos líderes nacionais dos grupos oligárquicos que dominavam o país, Pinheiro Machado, Glicério, Azeredo, ela representava de um lado o desejo de estabelecer um equilíbrio pacificador entre os grupos mais fortes do país - São Paulo e Minas - e de outro afastar o perigo de uma candidatura popular representada por Rui. (p. 188).

Contudo é interessante observar que, nesse processo eleitoral, São Paulo e Bahia caminham juntos no apoio à candidatura de Rui Barbosa, enquanto Minas, Rio Grande do Sul e Estados menores apoiam Hermes da Fonseca.

Em síntese, o período de 1902 a 1917 não apresenta novidades como a fase anterior. A movimentação dentro da ordem evidencia que os grupos que se confrontam no cenário político conhecem as leis e as regras do jogo, em que o princípio fundamental é “ganhar a eleição a qualquer preço”. Desse modo, os conflitos existentes no período Hermes da Fonseca representam um momento em que as instituições políticas e as práticas viabilizadas pelas oligarquias são postas à prova e a resposta é favorável a elas, na medida em que as estruturas que as sustentam não são demolidas, como expõe Carone (1971):

A campanha eleitoral de Hermes da Fonseca desperta, nas oposições e em certos setores oposicionistas independentes, uma certa esperança de luta contra as oligarquias. É verdade que Rui Barbosa também as condena. Mas o que caracteriza a todos, com raras exceções, é a idéia de que o combate aos Nery, Acioli, Rosa e Silva, etc, significa somente a queda das lideranças de cada Estado ou a problemática revisão constitucional. Não se fala nos problemas das estruturas oligárquicas - a base coronelística - nem no sistema eleitoral. O que se condena é o indivíduo e sua entourage, o predomínio e a coerção, o assalto ao orçamento público, etc. (p. 264).

Acerca da relação entre militares e oligarquias, a posição de Sousa (1985) quando analisa essa questão reafirma a de Carone. Para a Autora: “[...] a ascensão de elementos militares ao governo em 1910, não nos permite antever quaisquer divergências mais

profundas entre eles e os representantes das oligarquias, a não ser aqueles referentes à partilha pelo poder" (p. 222 et seq.). Assim, fica evidenciado que o aparente conflito entre civis e militares identifica conflitos no âmbito da estrutura de classes que começa a delinear interesses dos setores de classe representativos dos grandes proprietários de terras, os comerciantes, do capital financeiro, industrial e das nascentes classes médias urbanas.

Convém explicitar, ainda, que, ao denominar o interstício entre 1902 e 1917, como fase de movimentação na ordem, não pretendemos afirmar que esta é uma fase harmônica, sem conflitos políticos, pois a política, enquanto poder, não sobrevive sem conflito. Deste modo, toda essa fase experimenta confrontos que, ao seu final, prenunciam a última fase da Primeira República-a de contradição da ordem. Esta, sim, realiza determinados movimentos que têm feição nacional e se afirmam rumo à recentralização do poder pelo Executivo federal, desta vez, em moldes autoritários formalizados sobretudo via Estado Novo.<sup>27</sup>

### **1.3 A contradição da ordem (1917-1930)**

As fases anteriores acumulam um conjunto de problemas que se manifestarão na fase de contradição da ordem, conforme o período supracitado. Definimos como marco o ano de 1917, por considerar relevante os diferentes movimentos populares ou de determinados setores sociais, que ocorreram a partir daí, desde as greves, até o movimento revolucionário de 1930 ou desde parte do governo de Wenceslau Braz, passando pelo de Epitácio Pessoa, de Artur Bernardes e chegando ao de Wahington Luís.

Quanto às greves do período, vários autores reconhecem a importância dessas manifestações enquanto expressão de reivindicações advindas da sociedade civil, como declara Basbaum (1986):

---

<sup>27</sup>É devido ao Estado Novo que Love (1982), Wirth (1982) e Levine (1980) estudam respectivamente, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco da proclamação da República até 1937 e não até 1930.

Foi entretanto nos anos de 1917/1918 que os movimentos grevistas recrudesceram, notadamente em São Paulo e Rio, onde havia maior concentração operária. A luta tomou formas violentas de assalto a casas de gêneros alimentícios e tiroteio com a polícia. Em São Paulo se registra pela primeira vez no país uma greve geral de que participam praticamente todas as categorias profissionais. O comércio cerrou as portas, os transportes pararam, tendo o governo fracassado em todas as suas tentativas de dominar o movimento pela força e chegando a abandonar a cidade. Durante cerca de 30 dias esteve a cidade à mercê dos comitês de greve. **E esta somente cessou quando, por intermédio de alguns jornalistas e deputados, se chegou a um acordo com o governo...**<sup>28</sup> (grifos nossos) (p. 209 et seq.).

Por sua vez, esses movimentos tomam grandes dimensões e indicam as possibilidades de organização dos trabalhadores urbanos. Todavia, isto não significa, na realidade brasileira, um acúmulo de experiências do movimento sindical que resulta em maior contribuição para as possíveis transformações anunciadas ao nível do discurso nos anos 20. Ao contrário, o não cumprimento do acordo pelo governo, as repressões por parte deste e mais as medidas de exceção-um duradouro estado proibitivo (como as leis de imprensa/ censura e o estado de sitio) frustraram, de certa forma, o movimento iniciado e difundido intensamente pelos trabalhadores urbanos.

Em todo caso, a década de 1920 parece representar uma certa “prestação de contas”, ou seja, é o momento de verificar efetivamente que mudanças substantivas ocorrem, não obstante passados trinta anos ou mais desde a instauração da República. Assim, é neste momento que vem à tona os conflitos, que indicam claramente um momento de contradição no interior da ordem vigente, no qual os sujeitos políticos, ou pelo menos parte deles, não aceitam a posição de subordinados na estrutura política do período. Exemplo de insatisfações frequentes, explicitadas em contestações que permeiam todo o primeiro período republicano, são as da baixa oficialidade e da suboficialidade brasileiras. É do interior destes grupos que emergem movimentos como a Revolta de 1922, o Tenentismo, a Coluna Prestes etc.

As movimentações nos anos de 1920 têm características que as diferem dos movimentos presentes nas duas fases anteriores (1889-1902 e 1902-1917). Desta vez, as

---

<sup>28</sup> Acreditamos que este elemento do “acordo com o governo” expressa o limite entre as fases de movimentação na ordem e o início da última fase. Carone (1988, p. 189 et. seq.) alude a este ponto.

reivindicações têm conotação mais ampla, atingindo diferentes setores da sociedade, não expressando apenas insatisfações no interior da classe dominante.

Ainda que alguns estudiosos defendam a pequena participação da classe trabalhadora, a ação difusa das camadas médias urbanas e atribuam os conflitos da última década da Primeira República a insatisfações presentes no interior das classes dominantes, acreditamos ser razoável o resgate da contribuição desses agentes secundarizados. Desse modo, parece-nos que Carone (1971) de certa forma, recupera um pouco esses atores alijados de determinadas interpretações, quando afirma:

Apesar do seu caráter tradicionalista, o movimento da Reação Republicana se faz numa época em que as massas urbanas estão em pleno processo de fermentação. Agora, operariado e classes médias seguem atentamente as cúpulas, numa atitude crítica à política dominante. Querendo aproveitar-se desta abertura, o situacionismo oposicionista pretende utilizar o descontentamento, mas, no sentido de pressão. O que existe exatamente é o divórcio entre grande parte das massas e classes dirigentes. A revolta de 1922, configura-se como o momento em que segmentos do Exército - baixa e suboficialidade rompem violentamente com o **status quo**, num repúdio à política tradicional. Durante os anos 20, tenentismo é sinônimo de radicalismo e quartelada. Enquanto isto, o operariado continua inteiramente contra a situação oligárquica, olhando, porém com certa simpatia a nova forma de rebelião. (p. 363).

Não obstante a referida interpretação asseverar um nível de participação das massas no processo político, Fausto quando se refere ao tenentismo faz a seguinte afirmação: "o 'elitismo' tenentista se revela, desde logo, na estratégia revolucionária: a insurreição desligada das classes populares, incapazes de superar a passividade e promover, por suas próprias mãos, a derrubada das oligarquias." (p. 65).

Todavia, não apenas as massas são alijadas, quando se trata da questão de saber quais foram os segmentos importantes para o "fim" do estado oligárquico. Diferentes analistas apresentam posições também divergentes. Para Carone (1988):

A burguesia industrial timidamente se impõe através de atos legais e defesas teóricas. Sua expansão é lenta e segura, e seu predomínio, incerto no começo do regime, torna-se indiscutível no fim. Mas, neste período todo, inexistente uma atuação agressiva sua; é irrestrito seu apoio ao regime agrário burguês. Socialmente, a camada industrial afina-se com a estrutura político-econômica existente, não protestando em momento nenhum [...]. (p. 160).

Posição cautelosa, quanto à importância política da burguesia industrial, é a de Fausto (1995), que afirma:

Vinculada à classe hegemônica, associada a ela, embora possa receber uma fatia menor do excedente econômico, a burguesia industrial não tem razões nem condições para propor um projeto de estruturação do país, diverso do existente. Nos limites de seus interesses particulares, os industriais das áreas dominantes constituem, na década de vinte, um setor a um tempo significativo e subordinado. (p. 46).

Contudo, é o mesmo Fausto, na mesma obra, que revela certa distinção entre as classes dominantes fundamentadas em interesses regionais:

[...] Do ponto de vista das classes dominantes, a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dadas as características da formação social do país (profunda desigualdade de desenvolvimento de suas diferentes áreas; imbricamento de interesses entre a burguesia agrária e a industrial nos maiores centros) e as divisões ‘ puras ’ de fração-burguesia agrária, burguesia industrial - não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário. Isto se evidencia inclusive na presença, em campos opostos, de dois industrialistas como Simonsen e o gaúcho João Daudt de Oliveira, que mais tarde estariam reunidos nos órgãos representativos da indústria. (FAUSTO, 1995, p. 103 et seq.).

Ao referir-se à classe média no contexto da Primeira República, SOUSA (1985) é cética quanto à importância dessa classe. A autora explicita:

Vem sendo também exagerado o papel da classe média urbana brasileira no processo político do período. O conhecimento das limitações sociais e políticas desses setores, mostra a dificuldade de se imputar a eles condições de formular seus interesses de classe em relação às instituições políticas ou ao processo de produção vigente. *Numericamente inexpressiva, socialmente dependente das classes dominantes (sendo em boa parte composta de ramos empobrecidos das famílias oligárquicas) identificadas às atitudes e valores tradicionais, a classe média não parece ter conseguido ultrapassar o plano das definições eleitorais ou de reivindicações liberais que são ao mesmo tempo pontos de referência ideológicos da elite dominante.* (**grifos nossos**). (p. 221).

Sem pretender alongar essa exposição, sobre alguns sujeitos políticos dessa fase, lembrar que, nesse período, há grande insatisfação não somente das massas, mas também de outros setores – mesmo componentes da classe dominante, em condição subordinada no interior do bloco no poder. Afora, os privilégios da “burguesia do café”, na acepção, de Fausto (1995, p. 88) ou do “grande capital cafeeiro” na de Perissinoto (1994, p. 30) – conceitos com

os mesmos níveis de esclarecimento<sup>29</sup> – os demais sujeitos têm respostas parcialmente favoráveis a suas pretensões.

Um ponto, que faremos apenas uma referência diz respeito aos partidos políticos. Estes foram, em sua maioria, efêmeros, deixando ao Partido Republicano (com os diferentes designativos estadualizantes) a predominância durante quase todo o período. Mesmo os movimentos que resultam na Revolução de 1930 não partem de oposição partidária, mas de movimentos que extrapolam a articulação ao nível dos partidos e se imiscuem como realidade nacional.

É possível, entretanto, depreender que o caráter dominante do Partido Republicano possa expressar a atuação desse partido enquanto elemento representativo da classe dominante, que confere a sua Comissão Executiva natureza semi-oficial e, em alguns casos como o de Pernambuco, age oficialmente, como mostraremos ulteriormente.

A última fase da Primeira República expressa clara oposição de diversos setores sociais, inclusive das oligarquias, à forma de gestão do Estado. Sob este aspecto é preciso considerar o seguinte elemento: assim como na transição Império – República há um forte componente centralizador – ainda que se estabeleça o federalismo e uma autonomia relativa- a nova tentativa de reorganização do sistema político caminha no sentido de formalizar uma recentralização do poder da União em relação a Estados e Municípios. A tentativa de açambarcar o poder, de restringir a poucos a condução política do País, parece-nos ser o elemento de continuidade dessas diversas fases e dos diferentes períodos históricos brasileiros: colonial, imperial e republicano. Desse modo, a mudança é superficial, emblemática, circunstancial, nunca arrebatadora nem veiculadora dos interesses das massas.<sup>30</sup>

A discussão até aqui se dá com o intuito de apresentar, ainda que brevemente, alguns aspectos presentes em parte da vida brasileira. Podemos, perceber, nos capítulos seguintes que, para além de São Paulo e de outros Estados mais abastados, existem outras

---

<sup>29</sup>Para o caso piauiense, ao fazendeiro e ao comerciante que desenvolvem diversas atividades econômicas, preferimos denominá-los de “burguês de múltiplas faces”, como aparecerá nos próximos capítulos.

<sup>30</sup>Acerca da mudança ocorrida no período, acreditamos que os termos revolução vinda de cima, revolução pelo alto, modernização conservadora, presentes nos trabalhos Moore Jr (1983) Fernandes (1975) e Reis (1983) são elucidativos.

realidades, secundarizadas pela historiografia e pelas ciências sociais brasileiras. Chamamos a atenção, inclusive, para o fato de que, mesmo os elementos que apresentam similaridades, não significam transposições mecânicas. Deste modo, um aspecto particular parece-nos alertar à necessidade do reestudo da estrutura de classes no período em questão, para que, diante de títulos “ousados”, não nos sejam apresentadas análises acerca de realidades regionais como se fossem nacionais ou representassem a totalidade da sociedade brasileira.

Este rápido transitar por algumas questões da Primeira República no Brasil permite-nos encerrar este capítulo com algumas considerações sobre a atuação das classes sociais, do Estado e dos partidos. Antes, porém, faremos uma última alusão a aspectos relativos à economia brasileira do período.

Uma referência à economia na República Velha pode asseverar que o estágio de desenvolvimento do início do período republicano (1889) não é o mesmo de 1930. Pois vejamos: no início da República há predominância de um setor agroexportador em processo de perda de poder para o setor comercial, que se organiza aceleradamente durante esse momento da República. Por outro lado, é considerável o crescimento industrial a partir do Encilhamento- não obstante, ulteriormente, várias indústrias haverem “quebrado”, e, já no Governo Campos Sales, são marcantes as relações com o capital internacional, que se consubstanciam no “Funding Loan”.

Não podemos esquecer, como nos adverte Perissinoto,<sup>31</sup> de que as políticas de valorização, de certa forma, beneficiam a chamada “lavoura”. Contudo, a fração de classe que se estabelece enquanto dominante é a que este autor tem denominado de “grande capital cafeeiro”, devido à diversificação de seus investimentos e a conseqüente reprodução de capital.

Esses dados, porém, remetem-se mais diretamente à dominação de classe junto ao governo Federal (melhor dizendo, junto ao Estado brasileiro) e, especificamente, junto à unidade federativa São Paulo. Defendemos, no entanto, que essa estruturação de classes<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Cf. Perissinoro (1994), especialmente o capítulo I.

<sup>32</sup> *Acreditamos que a principal contribuição deste conceito, apresentado por Giddens, é que ele nos oferece a possibilidade de concebermos as classes e grupos efetivamente existentes e em ação na sociedade.*

relativa a São Paulo não nos permite vislumbrar o panorama das classes sociais em outros Estados nem mesmo em certas regiões brasileiras.

No caso piauiense—e acreditamos que se trate da maioria dos Estados brasileiros no início da República—não há um setor industrial, nem mesmo desorganizado, diferentemente de São Paulo, que embora “subordinado”, é significativo, como nos mostra Fausto (1995) e reafirma Perissinoto (1994). Ainda com relação ao Piauí, há uma expansão considerável da organização do setor comercial enquanto fração da classe dominante, que disputa hegemonia com os grandes fazendeiros<sup>33</sup>, como tentaremos evidenciar no último capítulo desta dissertação. E, como afirmaremos no capítulo seguinte, ainda não podemos caracterizar Teresina - capital do Estado - como uma cidade comercial naquele período, a não ser em nível de Piauí.

Importante é identificar, como o faremos no capítulo II, que a sociedade piauiense passa por um processo de desenvolvimento entre 1889-1930, mas as relações econômicas, as socioculturais (como as de parentesco), as coalizões e as dissensões políticas no interior da classe dominante parecem imbricar-se, formando alguns dos elementos definidores do desenvolvimento, do Estado e da elite política, pois não há oposição representativa das massas ou das camadas médias urbanas, mas sim o que Carone (1981) tem qualificado com suficiente esclarecimento de *situacionismo opositorista*.

Nesse aspecto, se dermos a devida importância aos estudos de Joseph Love - sobre a sociedade paulista, de Jonh Writh, relativos à mineira e de Robert Levine acerca da sociedade pernambucana, no interstício que vai de 1889 a 1937, perceberemos que, guardadas as diferenças, por vezes, naturais (questões de clima, de relevo e de solo) ou culturais (baixo ou alto alcance de visão), as elites políticas desses Estados são formadas sob os mesmos critérios da elite piauiense e, acreditamos, da elite da maioria dos Estados brasileiros; ou seja, uma elite cujos membros têm um certo grau de conhecimento (muitos são os bacharéis), têm

---

<sup>33</sup>Um dado importante: “o imposto sobre terra foi criado em 1920. Até aí não havia imposto nenhum sobre as terras” Cf. A fala de Pedro Freitas, citada neste trabalho.

como classe de origem “a Lavoura” ou o grande comércio<sup>34</sup> e têm no parentesco um elemento de sua composição.

De todo modo, uma rápida exposição da situação das classes no Brasil, durante a República Velha, tomando como exemplos os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, pode garantir uma relação mais efetiva entre as classes nesses Estados e no Piauí.

A despeito das dificuldades provocadas pela tentativa de estabelecer um quadro comparativo/explicativo em âmbito nacional, é necessário considerar que a realidade brasileira é um todo e que, se ocultarmos ou secundarizarmos parte dele, este já não será o mesmo todo. Neste sentido, a política brasileira do período em estudo revela processos aparentemente isolados, mas que consubstanciam a economia política do Brasil da época.

Se, em termos de caracteres político-econômicos, a realidade brasileira não é uniforme, no que concerne à estrutura social e política, sua composição também apresenta particularidades conforme a estrutura de classes e a atuação dos suportes destas. Dito isto, é interessante pensarmos que o grau de complexidade social está vinculado aos níveis de organização socioeconômica que se expressam econômica e politicamente, a partir das estruturas existentes.

A velha e frágil oposição Sul versus Norte-quando se refere ao desenvolvimento nacional brasileiro-não responde a nossas inquietações, mesmo porque Estados como Minas Gerais e São Paulo, que poderiam sugerir casos similares, apresentam-se diferentemente em termos de estruturação de classes, em decorrência do modo como sujeitos produtivos e sujeitos políticos defendem as políticas para Minas Gerais, para São Paulo ou para o Brasil.

As classes sociais em Minas Gerais estão vinculadas à agricultura e à pecuária, inicialmente, tendo a pequena indústria ocupado seu espaço. Evidentemente, em Minas Gerais há um setor agrário de natureza fortemente oligárquica. Existe também os bacharéis,

---

<sup>34</sup>É razoável que pensemos lavoura e grande comércio conforme as proporções de desenvolvimento dos Estados em estudo. Deste modo, o grande comerciante do Piauí é bem diferente do de São Paulo. Todavia, a visão de mundo parece vislumbrar os mesmos interesses (é o filho que se torna doutor, é a questão do câmbio etc.). A mesma adaptação é pertinente para o caso da lavoura (grandes proprietários de terra).

provenientes de famílias abastadas, assim como pequenos núcleos de trabalhadores rurais assalariados. Comparado a São Paulo, em Minas Gerais o processo de industrialização é tímido, o que dificulta a manifestação de uma organização industrial expressiva, sem esquecermos a tênue atuação dos setores médios mineiros.

Em síntese, no segundo Estado mais desenvolvido do País, existe um setor agrário tradicional, um setor comerciante, pequenos industriais integrantes da associação comercial até fins dos anos de 1920, classes médias urbanas, núcleos de trabalhadores rurais (parcamente assalariados ou não assalariados) e capital financeiro. Todavia, o conservadorismo mineiro não oferece a Minas Gerais a possibilidade de atingir um nível de desenvolvimento como ocorreu em São Paulo.

Aberta à mudança, mas nunca rompendo com a sociedade tradicional, a elite mineira era conservadora, localista e isenta de crises de identificação ou função. A insatisfação com o índice e a direção do desenvolvimento econômico se fazia presente desde o século XVIII. Mas só na década de 1930, os mineiros perceberam seu estado como uma região atrasada, subdesenvolvida. O desespero diante dos abismos sócio-econômicos foi um fenômeno de pós-guerra. Num período de mudança acelerada, a elite se preocupava com a urbanização. Provocava, assim, uma escassez de mão-de-obra agrícola (cujos salários eram menores) mas não sentia pressão política ou social vinda de baixo. Os grupos intermediários, conforme mencionado, se acomodavam a um contrato social ainda dominado e definido pelos ocupantes do ápice da pirâmide da ordem social hierárquica. Não houve crise de modernização no sentido convencional. (WIRTH, 1982, p.147).

Do ponto de vista da constituição do Estado republicano em Minas Gerais, é importante indicar que ele representa os interesses das frações vinculadas aos setores econômicos agropecuários, todavia estes setores não conseguem projetar seus interesses sem um pacto político. Desse modo, não obstante às dissensões políticas em Minas, a política do Estado se difunde com o propósito de tornar sua elite política também representativa em nível nacional. Para isto, o Partido Republicano Mineiro (PRM) tem papel central como instituição política que alia interesses, dilui insatisfações e amortece conflitos. É este partido o órgão consultivo e responsável, de certo modo, pelo sucesso dos governos republicanos.

Com o PRM, Minas desfrutou de uma estabilidade não conseguida por nenhum partido republicano em outro lugar, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul. O relacionamento institucionalizado entre governador e supercoronéis na Comissão executiva do partido é de extremo interesse. O PRM não cobrava mensalidades como em

São Paulo, nem tinha o comportamento monolítico do partido do Rio Grande do Sul. Em Minas, a Comissão Executiva funcionava como um colégio, reportando-se ao governador. Seu papel era consultivo e processual. Servia também para legitimizar a união do governador com os superchefes, como se fosse, nas palavras de Bias, seu guarda-chuva. (WIRTH, 1982, p.162).

São Paulo,<sup>35</sup> ao contrário, apresenta uma dinâmica própria que, durante toda a República Velha, se vincula ao café, porém não exclusivamente a sua produção e comercialização, mas também à construção de vias de transporte, a políticas de valorização do produto e, com relativa intensidade, à implementação de um parque industrial, motivado pela forte presença do operário imigrante e dos movimentos populacionais que se dirigem à nova capital industrial, provocando assim maior complexidade na estrutura social naquele período.

É São Paulo o único Estado que possui uma significativa massa de trabalhadores rurais assalariados, que possui um operariado ativo econômica e politicamente, camadas médias em processo de expressão/organização política, uma emergente burguesia industrial, um setor financeiro constituído, a lavoura e o grande capital cafeeiro. Estes dados indicam algumas aproximações relativas à estrutura de classes em São Paulo.

Se, em Minas Gerais, há a habilidade política para fazer-se importante no cenário nacional-a elite de Minas é precipuamente uma elite política - há em São Paulo uma classe dominante capaz de transformar interesses econômicos em projetos políticos. Exemplo disto são as políticas de valorização do café que ocorreram desde a primeira década do século XX até a última década da República Velha.

No que concerne ao papel do Estado no período, sua atuação está comprometida com os interesses cafeeiros, mas, ao mesmo tempo, o Estado tem a capacidade de identificar a significância das novas frações no interior da classe dominante e da emergência de novos agentes políticos. Por conseguinte, o setor financeiro, o setor industrial, as camadas médias urbanas e o operariado experimentam processos de organização no período da República Velha e representam sujeitos emergentes no cenário político paulista e nacional.

---

<sup>35</sup>Nossas considerações sobre o Estado de São Paulo baseiam-se nos estudos de Fausto (1972), Love (1982) e Perissinoto (1994).

É necessário esclarecer que o Estado enquanto poder representativo dos interesses da classe dominante sabe impor-se, de modo que os interesses locais apareçam como interesses nacionais: os freqüentes empréstimos do governo federal a São Paulo os incentivos fiscais e, como já citamos, as políticas de valorização do principal produto de exportação brasileiro-o café - ilustram o caráter nacional do interesses de classes nessa unidade federativa.

Em 1917, ainda para atender aos interesses de proteção ao café, São Paulo obteve um empréstimo de 110 mil contos do governo federal (dadas as dificuldades de conseguir fundos no exterior, durante a guerra). Em 1921, a pressão exercida por políticos paulistas levou o governo da União a assumir temporariamente a responsabilidade pelas operações de valorização. Os mesmos argumentos eram constantemente repetidos no Congresso: o café era uma riqueza nacional, produto cada vez mais importante na economia exportadora, como tal devendo ser protegido em benefício de toda a Nação... (LOVE, 1982, p. 266).

Em relação aos partidos políticos, o Partido Republicano Paulista (PRP), não obstante ser uma instituição política estadual, tem feição nacional na medida em que ele é dominante em quase todo o primeiro período da República. Assim, é do seio desse partido que saem expressivas figuras da política para o exercício do poder. "De todo modo, após 1891, o monopólio de poder do PRP nunca foi seriamente ameaçado, até os quatro anos finais da República Velha, quando o Partido Democrático fez sua entrada na cena política." (LOVE, 1982, p. 165).

Diferentemente de Minas Gerais e São Paulo, Pernambuco, na Primeira República, enfrenta dificuldades tanto do ponto de vista econômico quanto do político. Assim, a economia pernambucana se caracteriza pelo declínio do açúcar no mercado nacional e internacional, além de não ser substituído por outro produto que equilibre a economia local. Outrossim, do ponto de vista político, Pernambuco se encontra em fase de perda de poder na região nordestina. Se antes, quando da significativa expressão do açúcar em termos nacionais, este Estado consegue aparecer como o pólo de desenvolvimento, na República Velha enfrenta sérias dificuldades de ordem econômica e política.

Levine (1980), em estudo já citado, quando se refere à economia pernambucana, denuncia o baixo alcance de visão dos agentes econômicos que praticam baixos salários, concentram a propriedade da terra e temem arriscar-se em novos investimentos, hipertrofiando

a modernização, em virtude das técnicas rudimentares e das tradicionais relações de produção. Declara, então, o autor:

Longe de diversificarem a produção e livrarem-se da dependência tradicional da cana-de-açúcar, os grandes fazendeiros optaram por continuar seus porta-vozes, solicitaram ajuda governamental para financiar nova maquinaria e para subsidiar estradas de ferro e facilidades de embarque. Era um jogo perdido, como ficou patente, ao fim. E deixou a economia regional moribunda, enfraquecendo ainda mais a posição do Nordeste na economia nacional. (Ibid., p. 58).

Considerando a abrangência do estudo desse autor e os dados ali apresentados, Pernambuco apresenta, em sua composição social, os seguintes agentes políticos: grandes proprietários rurais, comerciantes urbanos (composta e fortemente influenciada por imigrantes e estrangeiros), classe média (com certa formação acadêmica), trabalhadores rurais parcamente assalariados e pequenos produtores. Os primeiros, quando não diversificam sua atuação no campo econômico, declinam, mas quando passam a comprar a produção de pequenos produtores rurais e se tornam fornecedores, conseguem sobreviver aos desafios do federalismo fiscal brasileiro e à desatenção da União em relação a Pernambuco e ao Nordeste.

Comparado a São Paulo e a Minas Gerais, Pernambuco declina econômica e politicamente, ou seja, entre 1889 e 1930 o Estado perde expressão econômica e sua representatividade política no plano federal também descende consideravelmente. Enquanto São Paulo consegue atuar politicamente, transformando interesses econômicos em projeto de dominação (atuação respaldada pela ação política da classe dominante paulista, fazendo-se dominante no plano nacional) e Minas Gerais - não obstante as dissensões internas-projeta-se, unido nacionalmente (pondo-se como “o fiel da balança”, expressão utilizada por Wirth), Pernambuco - diminuto geograficamente, comprimido econômica e culturalmente- perde-se em disputas locais, expressando o seu faccionalismo inerme.

Politicamente, a persistência das divisões internas acelerou o processo, e Pernambuco foi banido para a periferia da Federação, fazendo o jogo dos rivais do Estado. Dantas Barreto, que jurara expulsar a velha oligarquia dos bacharéis e dos fazendeiros, não resolveu um único dos problemas fundamentais do Estado. O antigo ministro da Guerra foi mesmo incapaz de influenciar o seu sucessor, que o relegou ao campo do seu velho inimigo e arquinimigo Rosa e Silva. O colapso da República Velha, em 1930, alargou as bases da

elite política. Mas a essa altura o papel do Estado já se reduzira à insignificância. (LEVINE, 1980, p. 233).

Em relação aos partidos políticos, Levine assevera a ambigüidade do Partido Republicano Federal (PRF) até a segunda década deste século. Adita o autor que a proeminência desse partido é tal que o governador do Estado lidera sua Comissão Executiva estadual. Ressalta, ainda, que o PRF tem poderes para nomear muitos dos cargos públicos como também o prefeito da Capital. Conforme a análise desse autor, o Estado- enquanto poder político- defende os interesses dos setores mais conservadores da vida política local e esta condição não permite a Pernambuco o vislumbrar de novas perspectivas de desenvolvimento. Aliás, a propósito do desenvolvimento local, Levine (1980) enfatiza:

Ao invés de substituir as instituições vigentes, muitas das novas técnicas e moldes de organização econômica introduzidos nesse período acabaram por estabelecer uma espécie de coexistência pacífica com os antigos. Desse modo, assim como a carroça puxada a burro sobreviveu ao caminhão movido por motor de explosão, o bangüê sobreviveu à usina, mantendo viva uma classe econômica onerosa e desviando capitais de outros setores agrícolas em que faziam falta. Assim, a modernização da indústria açucareira teve um desastroso impacto social, preservando, e até, agravando a sorte, já sem esperança, do trabalhador rural; fortalecendo ademais a tendência para a concentração de terras e para a monocultura, ela permitiu, no entanto, que os produtores acompanhassem por algum tempo o ritmo da competição externa. Mas os usineiros não souberam modernizar a produção de cana, só o seu processamento, e isso contribuiu para a permanência de métodos agrícolas obsoletos. (p. 84 ).

As considerações aqui apresentadas se constituem em um referencial para o entendimento relativo ao Brasil na República Velha. Destarte, nossa preocupação é, simplesmente, a de levantar aspectos que julgamos importantes, sem a pretensão de "fechar questão" sobre este rico período histórico. Por isso, ainda que não tenhamos exaurido todos os aspectos da República Velha no Brasil, acreditamos ser o momento de conhecer parte específica deste país. Assim, os próximos capítulos nos permitem conhecer melhor a realidade piauiense -centro de nossas preocupações neste trabalho.



## CAPÍTULO II

### 2 O CONTEXTO DA CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA NO PIAUÍ

Excetuando-se as singularidades, a realidade piauiense no interstício da Primeira República apresenta a mesma complexidade presente em outros Estados. Tal complexidade permite que a analisemos considerando que na formação da classe dirigente elementos das estruturas econômica, sociocultural e política se interpenetram, se condicionam e, por vezes, separadamente, constituem-se em aspecto preponderante ou mesmo determinante. É nesta perspectiva que, se em determinada conjuntura a economia é predominante como elemento motivador dos acontecimentos na sociedade, é possível que em outra seja o sociocultural ou o político ou até mesmo a combinação dos vários níveis da sociedade. É razoável, contudo, explicitar que, mesmo considerando a relativa autonomia das referidas estruturas, em uma sociedade capitalista o condicionamento viabilizado pela estrutura econômica se realiza indubitavelmente.<sup>36</sup>

O Piauí de que tratamos aqui se situa nos marcos da República Velha, que compreende o período, demarcado pela historiografia brasileira, de 1889 a 1930. Assim, inserido em um processo de instauração/consolidação da República, significa esta uma nova

---

<sup>36</sup> Sobre a questão da determinação cf. MARX, KARL e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã e O 18 Brumário de Luís Bonaparte in: Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, s/d. Cf. POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

ordem jurídico-política que faz subsumir as Províncias e que institui os Estados federados, conforme referido em capítulo precedente. Neste contexto inicial da República, o Estado está preocupado em organizar-se burocraticamente a fim de garantir sua autonomia e fazer-se mais presente na vida social enquanto instituição política que a dirige. Essa situação é descrita pelo governador Gabriel Luís Ferreira:

Como província já luctávamos com grandes dificuldades para a manutenção dos serviços que nos cumpria prover, (...) tendo de constituir-nos em Estado autônomo, e por conseguinte obrigados a organizar serviços dispendiosos, sem os quaes elle não teria este character - comprehende-se que era irremediavel e fatal a situação crítica em que nos achamos.<sup>37</sup> (PIAUI. Governo. 1891).

Neste capítulo, é nosso propósito apresentar alguns elementos que estruturam a sociedade piauiense. Para tanto, condensados no que qualificamos de aspectos econômicos, aspectos socioculturais e aspectos políticos, evocamos os pilares da organização do Piauí na República Velha.

## 2.1 Aspectos econômicos

### 2.1.1 A imigração

Não obstante a equivalência formal entre os Estados, o Piauí apresenta facetas que lhe são peculiares ou pelo menos comuns aos Estados secundarizados no ou marginalizados do processo decisório. Um elemento dessa singularidade é o fato de que enquanto um Estado como São Paulo viabiliza uma clara política de imigração, o Piauí não apresenta projeto para aquisição de mão-de-obra de baixo custo com certo grau de conhecimento e qualificação.

No Piauí, o movimento de imigração – se assim podemos denominá-lo – é assistemático, voluntário e independente da ação estatal.<sup>38</sup> Em sua maioria, sírios, os que

---

<sup>37</sup> Conserva-se durante todo o trabalho a grafia conforme apresentada nos documentos citados. Cf. PIAUI (Governo) Gabriel Luís Ferreira (1891) mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Piauí, em 7 de novembro de 1891.

<sup>38</sup> No governo de Coriolano Carvalho e Silva (1892-1896) se fala em colonização/imigração, sendo tentada, sem sucesso, a imigração italiana por Antônio José Sampaio; no governo seguinte, de Raimundo Artur de Vasconcelos (1896-1900), a idéia é acantonada.

imigram ao Piauí têm como razões as difíceis condições econômicas e políticas de seus países de origem e, por outro lado, a receptividade de um mercado interno marcadamente tímido, em um Estado cujas principais atividades são a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência:

No momento da chegada dos sírios, a atividade mais importante do Piauí era a pecuária, que se praticava de modo extensivo; a agricultura de subsistência, geralmente limitada ao consumo local, empregava a maior parte da população, cujas condições não eram suficientemente prósperas para que se estabelecessem como fazendeiros ou comerciantes. As atividades comerciais e industriais, pouco desenvolvidas, refletiam o baixo nível da divisão social do trabalho. (TAJRA, 1986, p. 10).<sup>39</sup>

A chegada dos sírios ao Piauí, a partir de 1895,<sup>40</sup> é um contributo especial para a reconfiguração da economia piauiense, pois é a partir desse momento que percebemos a implementação de um setor comercial mais dinâmico. A propósito disto, Tajra afirma que:

Algumas mudanças começaram a surgir na economia piauiense, mais precisamente nas primeiras décadas deste século, com a implantação de suas lojas e do sistema de crédito-venda de mercadorias a “Fiado” (o primeiro banco só foi fundado em 1925)<sup>41</sup> e a consequente incrementação do comércio local com a introdução de mercadorias mais ricas e variadas. O surgimento de algumas entidades de classe foi decorrente desta expansão comercial, duas delas criadas sob a orientação de sírios libaneses: o Sindicato dos Lojistas de Teresina e a Federação do Comércio dos Varejistas do Piauí e a própria Associação Comercial Piauiense fundada em 1903, cuja história está quase que totalmente ligada aos sírios e mais precisamente aos Tajras[...]. (TAJRA, 1986, p.17).

A entrada de outros imigrantes em terras piauienses, por exemplo, portugueses, como os membros da família Almendra, Freitas ocorre antes do início do período republicano. Ao contrário dos árabes, que durante toda a Primeira República não se imiscuem na política partidária, apenas se dedicando a atividades econômicas, basicamente ao comércio, os Freitas desde logo alcançam postos de mando na incipiente República. A propósito disto, a atuação

<sup>39</sup> Sobre a questão da imigração no Piauí cf. o artigo “A imigração dos Tajras para o Piauí”, de Marta Teresa Tajra, publicado na **CARTA CEPRO**, v.11, n.1, p. 5 - 25, jul - dez/86.

<sup>40</sup> Sobre a data inicial da chegada dos sírios, Marta Teresa Tajra se baseia no estudo de Higino Cunha “História das Religiões no Piauí” (1924, p. 212). Bastos (1994, p. 545), entretanto, sem indicar a fonte, afirma que em 1889 chegaram ao Piauí (Floriano) “o casal Artur Gibran Zarur e Nasime Chaib Zarur”. Preferimos seguir o sistemático estudo de Tajra (1986).

<sup>41</sup> Pensamos haver um equívoco na afirmação da autora, pois o Banco do Brasil foi instalado em Teresina em 3-11-1921. Sobre cf. BASTOS. Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves - PMT, 1994, p.62 e Nascimento, 1988, p. 197.

política de José de Freitas como intendente de Livramento (hoje cidade de José de Freitas) e deputado estadual marcam quase todo o período republicano considerado.<sup>42</sup>

### 2.1.2 A borracha de maniçoba

Paralelo a esse “movimento migratório” no final do século XIX, porém mais precisamente na primeira década e no início da segunda década do século XX, um produto se torna responsável pelo aumento da participação do Piauí na economia nacional, ainda que não significasse, nem de longe, uma expressão semelhante à da produção cafeeira no Estado de São Paulo. Referimo-nos à borracha de maniçoba que - apesar das operações, clandestinas, que se efetivam através das fronteiras do Piauí com Estados como Maranhão, Ceará, Bahia e Pernambuco-consegue ampliar a arrecadação de impostos e imprimir um considerável surto de desenvolvimento econômico ao Estado, como expõe Queiroz (1994a, p. 159):

A maniçoba constituiu pelo menos por quinze anos, a atividade mais importante do ponto de vista da formação da receita pública, cuja dinâmica, em grande parte, estava a ela vinculada. Foi responsável pela relativa prosperidade econômica de extensas áreas do sudeste do Piauí, contribuindo inclusive para a concentração do povoamento e para a ocupação e incorporação de novas áreas à economia do Estad.

Ressaltemos que no período de 1900 a 1920, sobretudo de 1900 a 1910, a borracha de maniçoba torna-se o principal produto da economia piauiense. Observa Queiroz que neste período a migração da mão-de-obra dos Estados vizinhos é bastante recorrente. Contudo, mesmo reconhecendo a importância desse produto para a reconfiguração econômica, administrativa, demográfica e até em termos de estratificação social, a autora adverte que, após 1910, há um claro declínio nos preços da borracha de maniçoba, provocando um difícil período para a economia piauiense, amenizado, entretanto, pelos produtos que têm maior aceitação no mercado externo: cera-de-carnaúba, coco babaçu, algodão, couros e peles. Como explicita Queiroz (1994a, p. 136):

---

<sup>42</sup>Sobre a família Freitas o livro “**Meu avô José de Freitas**, de Aluizio Napoleão é bastante esclarecedor.

As dificuldades pós- 1910 estavam, pois, ligadas ao desempenho das exportações, destacando-se, na conjuntura, a desvalorização da borracha e de outros produtos. Entretanto, reversão na tendência das exportações piauienses já é perceptível a partir de 1915, embora essa nova inclinação altista não esteja ligada à comercialização da borracha. Está, agora, vinculada à procura regular de produtos como a cera-de-carnaúba, coco babaçu, algodão, couros e peles, cuja exportação conjunta superava a dos anos anteriores. O dinamismo da exportação derivava para outros produtos. A partir de 1915, o papel até então desempenhado pela borracha passa a ser ocupado pela cera-de-carnaúba - cuja valorização internacional produziu o incremento das exportações piauienses. Essa nova fonte de receita contribuiu para a superação da crise no Estado cujas maiores dificuldades foram, sem dúvida, as dos anos de 1913 e 1914. Persistiu, entretanto e até acentuou-se, a dependência financeira do Piauí ao desempenho das exportações.

A importância do extrativismo vegetal para o Piauí pode ser constatada em documentos oficiais – como nas mensagens governamentais à Assembléia Legislativa e nos relatórios da Fazenda estadual. A exportação dos produtos veio a suprir uma demanda no plano internacional e, ao mesmo tempo, ampliar os recursos do Estado, proporcionando sua presença de forma mais sistemática em diversas regiões piauienses.

De outro ângulo, a dinamização da economia é perceptível na medida em que grande parcela da mão-de-obra em idade produtiva passa a ocupar-se na atividade extrativa. No caso da borracha de maniçoba, sua comercialização significa certa divisão social do trabalho e a presença sistemática da exploração capitalista. Desse modo, há no processo de extração-comercialização do produto gomífero um conjunto de atores que compreendem a rede de comercialização, dentre eles: o maniçobeiro (o que extrai), os diversos tipos de atravessadores e os exportadores. Nesse esquema, a maior vantagem era do exportador.

Quanto aos elementos envolvidos na cadeia de comercialização, a série, bastante definida de operações iniciadas na área de produção, envolvendo os maniçobeiros, os diversos intermediários e os comerciantes das cidades e vilas, não sofria solução de continuidade, visto que os últimos eram clientes dos negociantes desses pólos de maior influência, geralmente sob as mesmas condições da instância local. As próprias casas exportadoras possuíam agentes nas cidades interioranas de maior porte, para efetuarem *in loco* as transações comerciais além de comprarem a borracha em suas sedes e enviarem compradores volantes às áreas produtoras, durante a safra. (QUEIROZ, 1994a, p. 118).<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup>Queiroz (1994a), *op. cit.*, pp. 105/121 reconhece em seu trabalho os seguintes atores econômicos presentes na produção/comercialização da borracha de maniçoba, tais como: maniçobeiros, barraquistas, proprietários de maniçobais, arrendatários, quizílias, zangões, zangotes, negociantes autônomos, compradores volantes e agentes de casas exportadoras.

Por sua vez, mesmo não sendo inicialmente cultivada, a maniçoba auxiliou no processo de formação de uma burguesia comercial, que, embora aliada e confundida com o setor tradicional da agricultura, começou a gestar sua independência, sua constituição e organização enquanto fração de classe.<sup>44</sup>

### **2.1.3 A navegabilidade do rio Paraíba, o transporte e a comunicação**

A imigração de sírio-libaneses ao Piauí, a expansão de um setor comercial menos acanhado, a extração de vegetais para fins de exportação, como também a produção de couros e peles, associados à navegabilidade do rio Parnaíba representam a expansão das fronteiras piauienses e sua inserção em escala nacional e internacional.

O processo de integração iniciado neste século com o extrativismo, a expansão do comércio interestadual, possibilitado pela abertura de vias de comunicação terrestre e o aproveitamento mais sistemático das vias fluviais, foram fatores que concorreram poderosamente para o aprofundamento das relações do Estado com o resto do mundo e para a criação de mudança social, dentre elas o próprio fortalecimento do comércio piauiense. (TAJRA, 1986, p. 9 et seq.).

E a autora reitera sua afirmação sobre o extrativismo vegetal e seus impactos sobre o desenvolvimento do Piauí ao tempo em que reconhece no rio Parnaíba importante estratégia para a comercialização: “A exploração dos produtos vegetais contribuiu enormemente para o desenvolvimento das cidades comerciais localizadas no caminho do escoamento da produção e para a formação de centros urbanos importantes às margens do Rio Parnaíba” (TAJRA: 1986, p.10).

A navegabilidade do Rio Parnaíba responsável pela ligação entre diversos municípios, facilitando o processo de povoamento e ocupação, permite ainda o escoamento de parcela importante da produção do Estado. Sobre isto, Barbosa (1986, p. 77) afirma:

---

<sup>44</sup>Sobre a “Associação Comercial Piauiense” cf. o trabalho de mesmo nome organizado por Deoclécio Dantas, publicado pela COMEPI, em 1977 e sobre a Associação Comercial de Parnaíba, cf. o trabalho organizado por Iweltman Mendes, “Associação Comercial de Parnaíba - lutas e conquistas”. Parnaíba, 1994.

A navegação no Parnaíba, embora enfrentasse as dificuldades inerentes à própria atividade, bem assim as advindas das condições de navegabilidade que se agravam por falta de conservação no rio, continuaria ainda por quase três décadas, levando passageiros e os produtos do fundo do vale para o delta, destacando-se a maniçoba, o babaçu, cera de carnaúba, algodão, peles, dentre outros. Retornando, traziam os vapores louça, tecidos, querosene, bebidas, sal e diversos produtos manufaturados.<sup>45</sup>

A ausência de um porto marítimo apresenta-se como um grande problema ao Piauí, pois o mais próximo é o de Tutoya, em “território maranhense”. Sem um porto para escoamento da produção, o Estado vê diminuir sua arrecadação. Além disto, a pequena quantidade de estradas carroçáveis se constitui em empecilho a quaisquer tipos de comunicação com as zonas insulares do interior piauiense.

Nascimento (1988) descreve que 416 quilômetros de estradas carroçáveis foram construídos em 1926. De qualquer modo, em várias mensagens governamentais, no item relativo a transporte e comunicação, os governos estaduais reclamam a falta de recursos para a construção de vias de transporte e comunicação. Assim, é necessário considerar importante o papel realizado pela navegação fluvial, facilitando a saída dos produtos nativos e a entrada dos produtos importados, embora o setor comercial ateste sua insuficiência/inadequação para o escoamento da produção.

A insuficiência das condições de transporte e comunicação dificulta a presença do Estado-enquanto instituição organizadora da nascente República - em diversas áreas do Piauí, pois a ele compete a execução de leis e a garantia de direitos. Todavia, essas dificuldades aliadas a sua rasa estrutura obstaculizaram sua ação enquanto ator capaz de fiscalizar e punir<sup>46</sup>. Há certa ausência de Estado, isto significando que, em determinadas regiões, não obstante o conhecimento da validade jurídico-formal, o direito é mesmo consuetudinário definido pelo poder coronelístico, assemelhando-se ao caso estudado por Telarolli (1977) sobre o poder local.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> A propósito da navegabilidade do rio Parnaíba, cf. "O Parnaíba- contribuição à história de sua navegação", importante obra da historiografia piauiense, elaborado por Edison Gayoso Castelo Branco Barbosa.

<sup>46</sup> Não desconhecemos, contudo, que a ausência de Estado está vinculada a um projeto da classe dominante de não interferir em áreas onde os seus interesses se estão realizando. Em situação diferente, o Estado pode se fazer presente.

<sup>47</sup> Sobre a questão cf. Telarolli (1977), **Poder local na República Velha**.

### 2.1.4 A insipiência da atividade industrial

Durante a Primeira República, o Piauí é uma sociedade exportadora de matéria-prima e importadora de produtos manufaturados. Mesmo nos últimos anos desse período, as indústrias existentes são pouco expressivas e apenas uma aparece freqüentemente em comentários de jornais, mensagens governamentais e na historiografia piauienses: a Companhia ou Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses. Contudo, o Quadro 1 ilustra a atividade industrial no ao de 1926.

Não obstante o reconhecimento do surto de desenvolvimento ocorrido no primeiro período republicano, é importante não esquecer que a economia piauiense enfrenta sérios problemas, dentre os quais: a imprecisão dos limites geográficos e administrativos entre o Piauí e outros Estados; a ausência de um porto, funcionando como posto alfandegário bem como para escoamento da produção; as dificuldades de fiscalização e tributação, tendo em vista a frágil estrutura da Fazenda estadual; as carências nas áreas de transporte e comunicação e as constantes secas ou enchentes nas regiões ribeirinhas.

**Quadro 1**

#### Indústrias Piauienses no Ano de 1926

INDÚSTRIA	QUANTIDADE
Indústria têxtil	01
Usina para beneficiamento de algodão	02
Usina para beneficiamento de arroz	05
Fábrica de gelo	02
Olaria	09
Padaria	06
Fábrica de bebida	02
<b>Total</b>	<b>27</b>

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PIAUHY. Teresina: Imprensa Oficial, 1926.

### 2.1.5 Os limites interestaduais

No decorrer da Primeira República, constatamos nas mensagens governamentais – desde o início da última década do século XIX até os anos vinte do século XX – as freqüentes reclamações dos governadores do Piauí em relação à imprecisão dos limites estaduais<sup>48</sup>. A consequência disto é que Estados como Maranhão, Bahia, Pernambuco e Ceará cobram impostos sobre produtos piauienses como se fossem seus. Entre Piauí e Maranhão a zona de fronteira é o rio Parnaíba. O litígio entre estes dois Estados envolve a área do Delta, de Tutóia, a área entre o Balsas e o Alto Paraíba (conhecida como Mesopotâmia). Este conflito é "resolvido" pela aprovação da Lei, nº 1004 de 5.7.1921.

Quanto aos limites com a Bahia e Pernambuco, as dificuldades são consideráveis devido à distância entre a capital piauiense (centro administrativo do Piauí) e o Sudeste deste Estado (região de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Paulistana, Jaicós etc). A saída clandestina dos produtos é a tônica daquele período, o que expressa certa ausência do Estado enquanto aparelho burocrático-coercitivo.

No que concerne ao Ceará, a dificuldade de estabelecer os limites está vinculada à situação geográfica e à vastidão da serra de Ibiapaba, apresentando áreas em litígio. O tímido Piauí, entretanto, aceita passivamente o acordo sobre limites entre esses Estados, realizado somente na última década da Primeira República. Mesmo assim, o Ceará não cumpre o convênio. E, deste modo, os conflitos esse Estado com o Ceará perpassam toda a Primeira República.

É possível depreender desta situação que o não cumprimento dos acordos estabelecidos entre esses Estados está vinculado ao poder de barganha das elites dos Estados envolvidos na questão dos limites, já que tais acordos são pactuados sob interveniência e coordenação da União. Em 1913, a situação geográfica do Piauí pode ser constatada no mapa do referido Estado.

---

<sup>48</sup>Sobre a questão cf. *Mensagens do Governo do Estado do Piauí à Assembléia Legislativa do Estado (1891-1924)*.

ESTADO DO PIAUÍ  
SEDES DOS MUNICÍPIOS  
1913



Fonte: QUEIROZ (1994a, p. 60).

Em função disso, a ação da Fazenda estadual através de seus viciados fiscais – indicados por chefes políticos locais – efetiva a prática da corrupção, impedindo o Estado de arrecimentar mais impostos que, posteriormente, poderiam ser convertidos em programas sociais. Deste modo, além da questão dos limites – bastante discutida pelo governador Antonino Freire (1910-1912), a ação desviante dos fiscais se põe como um obstáculo não resolvido.

### 2.1.6 A seca no Piauí

Outro problema anterior à República-também presente neste período – é o fenômeno da seca, que é vista por alguns como fenômeno eminentemente natural e, por outros, como conseqüências de projetos de dominação. As secas que trouxeram piores conseqüências foram as de 1877 e de 1915.<sup>49</sup> Os efeitos da primeira penetraram a República e, associando-se às secas subsequentes, significaram um grande empecilho à economia agrícola e pastoril. A segunda, também trouxe sérias dificuldades ao Piauí e aos Estados vizinhos, aumentando o nível de pobreza e o número de pobres na região nordestina.

As conseqüências da seca que ocorreu de 1877 a 1879 foram deveras graves. Nesse sentido Araújo (1995, p.13) faz a seguinte afirmação:

Em decorrência da seca (1877 a 1879), famílias inteiras fugiam de suas províncias, na busca de melhores condições de sobrevivência, para a Amazônia, na época região da borracha. Todavia, esses migrantes por aqui ficavam em virtude das falta de condições físicas de prosseguir viagem e do medo do desconhecido que povoava suas mentes. Essa população migrante era composta de homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, fato que agravou ainda mais o estado de miséria no qual viviam as cidades piauienses, particularmente Teresina, pela falta de alimentação, moradia e emprego [...].

Em uma perspectiva mais crítica sobre o fenômeno da seca, Domingos Neto e Borges (1987)<sup>50</sup> analisam o significado emprestado a este fenômeno ao tempo em que analisam a atuação do Estado ante as vulnerabilidades da economia rural. Dentre as diversas conclusões, os autores afirma que "a 'seca' é um fenômeno relativamente novo na história piauiense... As grandes calamidades sociais verificadas a partir da grande 'seca' de 1877 eram devidas principalmente ao afluxo interno e brusco de retirantes dos outros Estados, em particular do Ceará..." (DOMINGOS NETO, BORGES, 1987, p.95).

Os autores acrescentam os seguintes elementos:

<sup>49</sup>Sobre as secas no Piauí cf. "O poder e a seca no Piauí (1877-1879), de Maria Mafalda B. de Araujo; "Seca seculorum, flagelo e mito na economia piauiense", de Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges e *Mensagens governamentais (1916-1920)*.

<sup>50</sup>Cf. Domingos Neto, Manuel; Borges, Geraldo A. *Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. 2.ed.- Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

Tal como a 'seca nordestina', a 'seca piauiense' não é originada simplesmente de condições pluviométricas tidas como adversas. Não se trata simplesmente da perda de produção causada pela ausência ou irregularidade das chuvas, mas, sim, de crises periódicas engendradas pelas transformações vividas na economia rural. A 'seca' é fundamentalmente um fenômeno de inaptações do meio ambiente [...]. (DOMINGOS NETO, BORGES, 1987, p. 95).

Ainda com relação à natureza econômico-política da seca piauiense (e nordestina), Domingos Neto e Borges (1987, p. 96) concluem:

A 'seca' foi fundamental para assegurar o tipo de desenvolvimento urbano-industrial definido para a nação. Sem a 'seca', a força de trabalho nordestina não teria se deslocado para os centros urbanos, onde cumpriu papel econômico de relevância. Igualmente, sem a 'seca' nordestina não teria sido possível a ocupação da Amazônia, hoje objeto de exploração de grandes empresas capitalistas. Em meados do século atual<sup>51</sup>, quando o Piauí perdeu definitivamente o papel de absorvedor dos 'retirantes da seca', passou a assumir progressivamente o papel de exportador de força de trabalho.

### 2.1.7 Estrutura social e classes sociais

Asseveramos que o Piauí durante a Primeira República apresenta os seguintes indicadores: a) devido a amplitude do território são muitas as áreas não integradas; b) a população é predominantemente rural. Em 1940-conforme o Censo Demográfico<sup>52</sup>-são 693.404 (84,80%) habitantes da zona rural e 124.197 (15,19%) residem nas cidades; c) são poucos os equipamentos urbanos de uso coletivo; e d) há um setor comercial ainda em consolidação, somando-se a isto um baixíssimo grau de industrialização. Vivenciamos, portanto, um período no qual o Piauí começa a descobrir um mundo para além de suas fronteiras, contudo, é caracteristicamente interiorano, insular,<sup>53</sup> provinciano.

Nessa conjuntura, é importante não esquecer alguns elementos: o primeiro diz respeito às classes sociais, pois é durante a Primeira República que se inicia a implementação

<sup>51</sup> Os autores se referem ao século XX.

<sup>52</sup> Cf. Brasil, IBGE, 1956, p. 1.

<sup>53</sup> O mar é, por vezes, distante da sociedade piauiense. A primeira capital fora Oeiras (até 1852) - encravada no interior do Estado, sem um ponto natural que a ligasse ao mundo. Em 1852, Teresina torna-se capital, mesmo assim a singularidade do rio é mais próxima do imaginário piauiense do que a pluralidade do mar.

de um setor comercial mais atuante econômica e politicamente, tanto criando suas instituições organizativas quanto fazendo representar-se politicamente nos aparelhos do Estado, como apresentaremos nos capítulos seguintes.

Inversamente, não há um operariado urbano nem mesmo um campesinato, em organização ou organizado como classe. É possível depreender que a falta de um complexo de indústrias, por um lado, somado ao provincianismo do piauiense (este amante da tradição, da hierarquia e da ordem) por outro, não tenham permitido o processo de organização aqui discorrido. Ademais, a forma de apropriação do Estado pela classe dominante- representante de interesses fundiários – distanciou o piauiense das decisões políticas, provocando o desinteresse deste pelas questões de natureza propriamente política, fenômeno que apresenta certa visibilidade até hoje.

Carvalho (1986, p. 91) afirma que, no fim do século passado, podemos identificar uma classe média no Piauí. É complicada a afirmação, pois, parcela importante do setor comercial, como já aludimos é proprietária de terras, também os bacharéis, em boa quantidade, representam e provêm do setor politicamente dominante. Só é possível afirmar a existência de classe média nos termos compreendidos por Borges (1986). Entretanto, é importante reconhecer que a República Velha é, no Piauí, um momento em que as camadas médias começam a aparecer na cena política, ainda timidamente. Em síntese, somente sob este aspecto é que concebemos a classe média, constituída como tal no universo da República Velha no Piauí. Mesmo os que constituem a Aliança Liberal representam, em maior ou menor grau, forças políticas anteriores que continuam a participar do jogo político, enquanto elementos dominantes, após a Revolução de 1930.<sup>54</sup>

No início do período republicano, o comércio ainda apresenta grande debilidade. Apenas três cidades se colocam como “centros comerciais:” Teresina (a capital), Floriano e, principalmente, Parnaíba por ser litorânea e facilitar o escoamento da produção e a entrada de produtos importados.

---

<sup>54</sup>Cf. Nascimento (1994, p. 40 et seq.).

O segundo elemento é que - como mostraremos posteriormente, neste trabalho, alguns membros da elite política local são partícipes de organizações agrícolas, comerciais, e industriais, ao mesmo tempo, o que dificulta sua caracterização enquanto elemento pertencente a apenas um setor da burguesia, simbolizando o que denominamos aqui de um burguês de múltiplas faces. Acrescentando a isto o fato de que, em uma sociedade fortemente agrária, os literatos que assumem posições- de- mando são, em sua maioria, de origem social conservadora, combinado-se assim o coronel e o doutor como apresentam Leal (1975) e Carone (1988).<sup>55</sup>

Com base na realidade em estudo, convém salientar que não ocorre mudança significativa nas relações de trabalho, com a extinção, em 1888, do trabalho escravo. Na concepção de Chaves (1993, p. 120) o processo de abolição há muito se vinha implementando no Piauí:

Com o correr dos anos a idéia emancipadora vai tomando vulto em todo o país com proveitosas ressonâncias em Teresina. Assim é que na chegada dos heróis do Paraguai o Dr. Deolino Moura lança, na igreja do Amparo, um veemente apelo ao povo para que em memória dos feitos memoráveis de nossos soldados liberte o maior número possível de escravos. Como resposta neste mesmo dia seis deles foram alforriados em Teresina pelos seus senhores, sendo três do Pe. Mamede, um de Da. Maria Florêncio Castelo Branco (...) A partir desta data, entre os brancos senhores se introduz o salutar costume de dar cartas de alforria por ocasião de batizados, casamentos e aniversários de filhos de pessoas queridas da família. É preciso saber que na compra da liberdade para escravos adultos o povo de Teresina se antecipou ao Governo.<sup>56</sup>

Um outro aspecto relevante é a observação de que em uma sociedade onde não se tem a tradição de grande produtora, caracterizada pelo elevado nível de concentração fundiária, pelo pequeno número de estabelecimentos comerciais, com duas agências bancárias do Banco do Brasil (a primeira, criada em 1917, na cidade de Parnaíba e a Segunda, em 1921, em Teresina e uma do Banco Agrícola do Piauí Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda., em 1927), depois recebendo a denominação de Banco do Estado do Piauí, enfim, com

<sup>55</sup>Cf. LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*; p. 21 (s) e CARONE, Edgar “ **A República Velha I - instituições e classes sociais ( 1889 - 1930 )** . 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S/A, 1988, p. 254. Evidentemente, este período traz o espectro do surgimento de uma sociedade rural - urbana , dentro dos limites do que se poderia considerar rural e urbana no Piauí da época.

<sup>56</sup>No livro “Teresina- subsídios para a história do Piauí.” Joaquim R. F. Chaves cita duas organizações libertadoras existentes naquela época: A “Sociedade Manumissora” e “Libertadora Piauiense”, p. 120-121.

precárias condições de produção, esta referida sociedade não se constitui modelo de desenvolvimento. Contudo, devido à comercialização dos produtos do extrativismo vegetal, a economia ganha novos contornos. Ainda assim, sua estrutura não se modifica a ponto de prescindir da grande propriedade de terras e das combinações político-econômicas que ela permite articular. Ao contrário, a primeira torna-se mais valorizada e o status de seus proprietários é assegurado nos arranjos políticos locais. Com relação a esta questão, Nascimento (1994, p. 27) explicita:

Em que se assenta o poder dos coronéis? No Nordeste, e em especial no Piauí, na propriedade da terra e nas relações de trabalho nela existentes. O Piauí, quando da sua ocupação territorial, foi dividido em grandes lotes de terras, as sesmarias, onde se desenvolveu a criação extensiva do gado, originando-se os grandes latifúndios, que dominaram na Colônia, Império e chegaram à República Velha com ligeiras modificações [...]. A estrutura fundiária emergida da forma de ocupação do solo, feita através da pecuária extensiva, onde o 'gado cria-se por si'; a pequena presença da mão-de-obra nesta atividade; a agricultura de subsistência; a crise permanente que envolve a pecuária; o extrativismo vegetal, etc, todos estes fatores atuam como mecanismos mantenedores de uma estrutura social atrasada.

A exposição supramencionada, obriga-nos a fazer mais uma referência à questão fundiária. É sabido que a exploração e o povoamento constituíram no Brasil uma sociedade baseada no latifúndio e na monocultura. Assim, a história da produção agrícola é, geralmente, apresentada através da idéia de ciclos (do açúcar, do café, da borracha, do algodão etc.).

A passagem do trabalho escravo ao trabalho livre nem de longe propicia a formação de uma camada social de trabalhadores rurais assalariados. Ao contrário, as relações de trabalho são cultivadas no sentido de preservar a dependência desses trabalhadores em relação aos grandes proprietários de terra. Esta relação é uma das causas do sucesso do coronelismo no período em estudo. Em pesquisa recente, Medeiros (1995, p. 165) descreve:

Nesse contexto sócio-político, apesar de abolida a escravidão, as relações de trabalho não assumem o caráter de relações contratuais, mas são ao mesmo tempo reações de dominação social e política. Os caboclos da zona rural- imensa maioria da população, fossem agregados, pequenos proprietários ou posseiros- podiam desenvolver relações sociais comunitárias entre si, mas permaneciam como 'comunidade tutelada', sempre referida a um patrão ou chefe político. Era através deles que se 'inseriam' na sociedade, muitas vezes, eram usados nas contendas entre 'clãs' familiares e políticos. Reproduzia-se

sob outras formas o velho padrão nas relações entre as classes e grupos sociais: integração subordinada ou marginalização /isolamento.

Acreditamos, então, que, no início da Primeira República, a predominância é do setor agrário, pois o coronelato está há muito organizado enquanto força política<sup>57</sup>. Eles estão articulados, expressando determinadas zonas e regiões de influência política. Por isto mesmo, em entrevista ao Núcleo de História Oral, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, do Estado do Piauí, o Cel. Pedro de Almendra Freitas, ex-governador do Estado (1951-1955) evidencia:

[...] quem chefiava muito essa política lá pro sul era o velho Borges, Raimundo Borges, de Floriano. Ele chefiava uma porção de municípios aí, inclusive São João do Piauí. Deu-se até um fato interessante com ele... Durante muitos anos não aparecia fiscal federal do Imposto da cera, coisa e tal, por lá. Chegou o fiscal, multou tudo o quanto foi comerciante! Era uma coisa horrorosa! Raimundo Borges foi falar com ele: ‘- Homem, não é possível, aqui não vinha fiscal, estava abandonado... O Senhor chama a atenção deles com o dedo comprido e se caírem outra vez, aí então o senhor multa. ‘O fiscal respondeu: ‘Não Senhor, eu não posso. Eu não me afasto da lei! Eu estou cumprindo a lei!’ Raimundo Borges insistiu, mas nada. Aí, então, mandou preparar um processo, contra o fiscal. Um processo por crime de morte, com 4 testemunhas de vista e jogou nas costas dele. Quando o camarada viu que ia à cadeia - crime de morte e 4 testemunhas de vista- foi lá: - ‘Coronel, pelo amor de Deus, eu sou pai de família, perco meu cargo...’. ‘- Mas, rapaz, eu não, sou culpado de você cometer crime! Estou cumprindo a lei! É o que eu faço! Vá buscar tudo o quanto é auto e rasgue aqui, que eu rasgarei o processo’. Aí o fiscal trouxe um feixe de auto de multa, rasgou tudinho e Raimundo Borges rasgou o processo. Um processo por crime de morte e 4 testemunhas de vista!<sup>58</sup>

Por conseguinte o Piauí assenta-se no latifúndio e as relações de trabalho não se modificam com a abolição da escravatura nem com o surgimento da República. Isto sugere um nível elevado de concentração fundiária que não permite mudanças. Carone (1988) revela que no Piauí há 167 propriedades com área superior a 5000 ha.<sup>59</sup> No recenseamento de 1920, o

<sup>57</sup> Não podemos desprezar a presença da fração comercial na gerência do Estado. Ela tem vários representantes na elite política piauiense, mas pelos dados a que tivemos acesso, parece-nos que os grandes fazendeiros ainda são hegemônicos. Por isto mesmo, os comerciantes buscam ocupar entidades, para - estatais numa tentativa de ampliação de prestígio junto ao Estado.

<sup>58</sup> A transcrição não traz data ou páginas enumeradas, mas se encontra no Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO, na Casa Anísio Brito (arquivo público estadual). Esta entrevista, segundo NASCIMENTO (1994) foi concedida entre novembro e dezembro de 1983.

<sup>59</sup> Cf. CARONE, Edgar (1988, op. cit., p. 16).

Piauí aparece com 9.511 propriedades rurais, sendo que muitas destas são imóveis de poucos proprietários.

A concentração da terras sob o poder de poucos gesta uma sociedade seduzida pelas letras (pelo doutor, pelo bacharel), mas fundamentada em parâmetros oligárquicos, isto é, que não indica possibilidades de mobilidade social. Aliás, autores como Nascimento<sup>60</sup> e Nunes<sup>61</sup> afirmam que a luta pelo poder na República Velha expressa, em um nível, a luta pela posse da terra.

## 2.2 Aspectos socioculturais

### 2.2.1 Educação e cultura

Marcada por um cotidiano pouco dinâmico, o nível de organização da sociedade piauiense é bastante frágil. Do ponto de vista educacional, a população é, em grande parte, analfabeta, pois apresenta, nos anos de 1900 e 1950, o mesmo índice de alfabetização, isto é, 27,5%. São poucas as escolas primárias considerando a extensão do Piauí e a expansão do seu povoamento. E, apesar da existência temporária de várias iniciativas particulares, quanto ao ensino secundário, funciona apenas o Liceu piauiense (hoje Colégio Estadual Zacarias de Góis) e a Escola Normal Oficial, criada em 1910, que, em 1915, passa a denominar-se Escola Normal Antonino Freire, hoje Instituto de Educação Antonino Freire,<sup>62</sup> não existindo nenhuma instituição de ensino superior. Os filhos da terra buscam em centros como Recife, Salvador e Rio de Janeiro a formação acadêmica, o que lhes garante a possibilidade de ocupação de postos na burocracia estatal, requisito fundamental ao ingresso na vida pública durante a República Velha.

---

<sup>60</sup>Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A revolução de 1930 no Piauí (1928-1934)* Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>61</sup>Cf. NUNES, Maria Cecília de A. A. *luta pelo poder político no Piauí na Primeira República*: UFPI, 1988 (mimeo).

<sup>62</sup>Cf. BASTOS (1994) *op. cit.*, p. 190 - 199.

As dificuldades financeiras e a ausência de uma política educacional denunciam o precário estado da educação piauiense, com professores leigos, em sua maioria, e sérios obstáculos de acesso à cultura, a despeito da presença de uma “casta” de bacharéis representante da inteligência local e mesmo brasileira. Um depoimento de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves-Diretor de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas, de 1916 a 1930-é bastante representativo sobre as condições locais:

Quando iniciei o curso ginásial, Teresina tinha o aspecto de uma cidade embrionária. Os casebres de palha começavam na rua dos negros na altura da praça João Luís Ferreira, o Liceu único centro oficial de ensino secundário, funcionava em prédio familiar, no alinhamento oriental da Rua Rui Barbosa, esquina com a Coelho Rodrigues. Não dispunha de galerias ou corredores de acesso às salas de aula. Era igualmente falho de laboratório. Os professores realizavam o prodígio de ensinar ciência experimental, usando figuras, sem qualquer experiência. Teresina inaugurou seu serviço de água em 1905 e o de iluminação elétrica em 1915. Teve o primeiro caminhão em 1910 e conheceu o automóvel em 1920. Ainda em 1924 não possuía biblioteca. E chegou a 1935 se não bem próximo de agora sem nenhuma livraria. (RIBEIRO GONÇALVES, 1980 apud BORGES, 1986, 29 et seq.).

No que concerne à organização cultural da sociedade civil, podemos registrar a Academia Piauiense de Letras, instalada em 1918,<sup>63</sup> jornais, revistas e o Teatro 4 de Setembro instalado em 1894.

A produção literária da Primeira República tem como gênero principal a poesia. O único romance, publicado em 1909, é “Um Manicaca”, de Abdias Neves. Contudo, o principal veículo de informação, de divulgação de idéias e de produção literária são os jornais impressos. Estes se constituem o único meio importante de comunicação, espaço privilegiado de atuação do bacharel, este profissional polivalente (jornalista, escritor, sociólogo, advogado, burocrata, político), geralmente formado em Direito.

Na Primeira República, são muitos os jornais que surgem. Alguns têm vida efêmera- às vezes publicando somente a primeira edição - outros publicam sistematicamente.

---

<sup>63</sup>Sobre a Academia Piauiense de Letras e a produção literária na Primeira República, cf. BORGES, op.cit., 1986, p.42 - 46.

Surge em 1891 o “Piauhy”, o jornal de maior duração, publicado ininterruptamente até 1930, quando é substituído pelo “Diário Oficial”.<sup>64</sup>

Durante o período em estudo, é comum o confronto político através da imprensa. Desse modo, assim como existe órgão de divulgação oficial dos poderes do Estado, há também a imprensa oposicionista. Acrescentemos a isto o fato de que, aos títulos dos jornais, acompanham os subtítulos respectivos, de acordo com sua representação, por exemplo: “O PIAUHY – órgão official dos poderes do Estado” ou “HABEAS CORPUS – orgam político e noticioso” etc.

Deste modo, a atuação sistemática da imprensa piauiense contribui para a implementação de um melhor nível de informação e manifesta a ação política dos protagonistas da vida pública. É relevante afirmar que enquanto documentos oficiais como relatórios e mensagens governamentais têm o peso da legalidade e a estática das ações sem sujeito determinado, os jornais, inversamente, são manifestações dos principais acontecimentos na cultura, na sociedade, na economia e na política, evidenciando os sujeitos da ação, seus projetos, suas expectativas, enfim, toda a dinâmica da sociedade.

Sem desconsiderar a importância que revistas e conferências têm para a ampliação de uma formação menos vulgar da sociedade piauiense, a contribuição dos jornais é singular, tendo em vista que

a imprensa no Piauí, na Primeira República, começava a incorporar-se ao progresso político e social desencadeado pelo regime republicano. Os jornais não-literários partiam de iniciativa de grupos: casas de comércio, igrejas, maçonaria. Representavam com os jornais literários, a luta das idéias que começavam a se corporificar dentro da classe média que estava surgindo como apêndice dos senhores de terra, embora vacilante. O papel da imprensa seria criar um movimento de oposição capaz de equilibrar as contradições da sociedade piauiense. E neste jogo os intelectuais tinham o seu papel, na medida em que eram bafejados pelo Governo. (BORGES, 1986, p. 41).

---

<sup>64</sup>Sobre a história da imprensa no Piauí Cf. livro de mesmo título, de Celso Pinheiro Filho. Teresina: Projeto Petronio Portella, 1972, 107 pp.

Esses jornais são a expressão privilegiada de uma sociedade que se está urbanizando e se desenvolvendo, ainda que lentamente. Representam iniciativas de particulares, grupos culturais (literários, artísticos), Estado e partidos políticos.

## Quadro 2

### Jornais e Partidos Políticos (1889-1930)

JORNAL	PARTIDO	PERÍODO	REDATOR
A PHALANGE	Partido Republicano	12-01-1889 a 25-03-1890	Simplicio C. de M. Resende
O ESTADO DO PIAUHY	Oficial	14-01-1890	Antonio Joaquim Dimiz
A DEMOCRACIA	Part. Rep. Federal (oficial)	03-04-1890 a 06-06-1891	Teodor A Pacheco Higino C. da Cunha
O PIAUHY (2ª fase)	Part. Fedederal depois Part. Conservador	14-06-1891 a 22-06-1916	Celestino Filho Luis Nogueira
O ESTADO	Part. Constitucional	05-01-1892	Elias Firmino de S. Martins Clodoaldo Freitas Higino Cunha Antônio José da Costa José Euzébio de C. Oliveira A Dimiz José Pereira Lopes
A LEGALIDADE	Part. Rep. Legalista	14-01-1892	Firmino de Sousa Martins José Euzébio de C. Oliveira José Pereira Lopes Raimundo de Arêa Leão
LANCETA	Part. Rep. Legalista	24-08-1892	
ATALAIA	Part. Federal	24-08-1891	
REPÚBLICA (1ª fase)	Part. Federal	12-11-1896	Areolino Antônio de Abreu Clodoaldo Freitas João H. de S. G. e Almendra Manuel R. da Paz
REPÚBLICA (2ª Fase)		1899 a 27-02- 1902	Elias F. Martins Clodoaldo Freitas Heitor C. Branco Manuel L. Correia Lima
A NOTICIA		21-01-1899 a 17-02-1920	João H. de S. G. e Almendra Heitor C. Branco

O APOSTOLO	Diocese União Popular	n. 01 19-05-1907 Set/1909 08-12-1912	Elias F. Martins Coffact Fonseca Augusto Ewerton e Silva Pe. Alfredo Pegado Côn. Fernando Lopes
DIÁRIO DO PIAUHY	Órgão oficial dos poderes do Estado	24-02-1911 a 28-02-1915	Arísio de Brito Melo
CIDADE DE THERESINA	Partido Republicano Conservador (a partir do n. 37)	03-06-1911 a 05-12-1912	Manuel Correia Lima João Santos Cromwell B. de Carvalho João Virgílio dos Santos Manuel S. V. da Silveira Odilo Costa e Adalberto Correia Lima
CIDADE DE PARNAHYBA	Ligado ao Partido Coligado Republicano	30-03-1912	Nelson Vêras
O REBELDE	Part. Rep. Conservador Parnaibano	07-04-1912 a 01-09-1912	Francisco de Moraes Correia
A VOZ DO SERTÃO	Part. Rep. Instrução e Justiça	03-05-1912	Joaquim Vaz da Costa
CORREIO DE THEREZINA	Oposição a Miguel Rosa	10-02-1913	Adalberto Correia Lima Edilson da Paz Cunha José Pires de Lima Rebelo Manuel Raimundo da Paz Matias Olímpio de Melo Antonio Ribeiro Gonçalves João de Deus Pires Leal Higino Cunha Luís Mendes Ribeiro Gonçalves
A NOTICIA		06-03-1913 a 13-05-1915	João H. de S. G. e Almendra Candido Gil C. Branco Higino Cunha <b>Colaboradores:</b> Clodoaldo Freitas Valdivino Tito Abdias Neves Gonçalo de Castro Cavalcante Alcídes Freitas João Pinheiro Luís Correia Andrade Wladimir Abreu Cristino Castelo Branco Fenelon Castelo Branco Daniel Paz Corinho Andrade

			Benedito Fe <sup>o</sup> Nogueira Tapeti José de Arimatéia Tito
A ORDEM	Part. Revolucionário Conservador Parnaibano	05-08-1914	Merval Vera Nestor Gomes Veras Castro Cavalcanti Epaminondas C. Branco
HABEAS CORPUS	Oposição a Miguel Rosa	26-02-1916 a 01-07-1916	Antonio Freitas da Silva Josino Ferreira Higino Cunha Lucrecio D. Avelino Ribeiro Gonçalves Mario José Batista <b>Colaboradores:</b> João de Deus Pires Leal Crowell de Carvalho
O PIAUHY (3 <sup>a</sup> fase)	Part. Rep. Piauiense (antes era do Part. Federal) Órgão Oficial do poderes do Estado	14-07-1916 a 31-12-1930	Archelau de Souza Mendes Higino Cunha Amisio de Abreu Clodoaldo Freitas João Henrique de S.G. e Almendra Simplicio de Sousa Mendes Corinto Andrade □□□□□□□□□□□□□□ □□yü□□□□□□yü□□□□
O GLOBO	Part. Rep. Piauiense (Amarante)	2-10-1916	
A NOTÍCIA	Part. Rep. Autonomista	01-01-1917 a 10-03-1917	Abdias Neves
JORNAL DE NOTÍCIAS (Contra Euripedes de Aguar)	Bloco Republicano Piauiense	09-11-1917 a 24-12-1919	Miguel de Paiva Rosa Mário José Batista Elias Firmino de S. Martins A Carvalho Filho Manuel Castelo Branco Raimundo Santos Júlio Rosa Antônio José da Costa Abdias Neves Manuel Lopes Correia e Lima João de Deus Pires Leal
A TRIBUNA	Bloco Republicano Piauiense (Paraíba)	31-12-1919	Veridiano Rebelo Borges

JORNAL DE NOTÍCIAS	Bloco Republicano Piauiense	16-12-1920	
REACÇÃO	Part. De Reação Republicana	16-12-1923	
A LIBERDADE	Part. Democrático Nacional	01-05-1928	Higino Cunha Leão Martinho Júlio Fontenele
A IMPRENSA	Partido Republicano Piauiense	18-10-1928 a 22-04-1930	Heitor Castelo Branco
DIÁRIO DA TARDE	Partido Republicano Piauiense	16-02-1929	

Fonte: BASTOS (1994, p. 280-294).

As conferências realizadas durante quase toda a Primeira República e algumas publicações em revistas versam sobre temas que se distanciam dos problemas econômicos e das questões políticas, permitindo-se discorrer sobre temáticas de cunho metafísico. Sobre a questão, Carvalho (1986, p. 87) expõe:

[...] o discurso ideológico-filosófico dos ‘livres-pensadores’ (Clodoaldo Freitas e Higino Cunha) na ‘Revista Mensal de Literatura, Ciência e Artes’ era culto, hermético para a média cultural piauiense da época. Esse discurso se revelou sem efeito, inoportuno e irrelevante considerando-se o momento em que se deu: a hora, vésperas da vitória republicana, era de questionamentos mais realistas. Preferiram mergulhar em discussões estereis enquanto toda a imprensa nacional e o parlamento debatia, por exemplo, o casamento civil, o registro civil, a secularização dos cemitérios, a separação entre o Estado e a Igreja, etc. Ao mesmo tempo em que essas questões eram motivo de aceras polêmicas, no Piauí os ‘livres pensadores’ se davam ao luxo de fazer ‘altas’ considerações filosóficas, esbanjando ‘conhecimentos’ de uma forma que não atingia a opinião pública. Pura retórica inútil.

Somente no final da década de 1920 já muito próximo à Revolução de 1930, através de conferências, é que são discutidos temas de caráter social, como revela Borges (1986, p. 39 et seq.):

Ao se aproximar a revolução de 30, começou a mudar o teor das conferências. Falava-se da importância da mulher brasileira. A sociedade em vias de transformação começava a perceber o valor da mulher, não apenas circunscrito ao seu pequeno mundo doméstico. Falar de Castro Alves era dar voz a um poeta que colocava sua poesia a favor dos direitos humanos claramente. O Romantismo de Castro Alves tem esta face, a mais brilhante, talvez a única exceção do Romantismo brasileiro.

### 2.2.2 A relação conflituosa entre Igreja e Maçonaria

Outro ponto que merece destaque quando tratamos do Piauí no primeiro período republicano é a onda anticlerical que o invade, após a formalização da separação entre Igreja e Estado. Imiscuídos no conflito estão a Igreja, a Maçonaria e as idéias que expressam o pensamento positivista. Em que pese Carvalho (1986) caracterizar o conflito entre Igreja e Maçonaria como uma luta pelo poder,<sup>65</sup> é mister observarmos que as questões se desenrolam a partir de determinados esquemas doutrinários. De um lado, a teologia cristã, reivindicando a infalibilidade papal; de outro, o anticlericalismo. Referindo-se a este ponto, Carvalho cita o artigo “Religião e Ciência”, de Higino Cunha que se compõe

[...] de vinte e um capítulos onde discorre sobre os dogmas do catolicismo, da Santíssima Trindade e a Divindade de Cristo até a infalibilidade papal e a Imaculada Conceição, demonstrando as suas inoportunidades com as ‘verdades e as conquistas da civilização moderna’. Como ele próprio diz, todo o artigo foi baseado na classificação comteana para as ciências. (CARVALHO, 1986, p.98 et seq.).

Não queremos, com a mencionada afirmação, negar o conteúdo político da luta religiosa nesse período, mesmo porque o conflito teve grande visibilidade na sociedade piauiense; ademais, vários políticos locais pertencem a Loja Maçônica Caridade II, dentre eles o governador Miguel de Paiva Rosa. Por outro lado, os conflitos despertam a Igreja para a ampliação de sua atuação no Piauí, através da criação de mais templos e de maior aproximação com a comunidade. As ações do Frei Serafim de Catânia e do Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes, neste aspecto, são muito importantes.<sup>66</sup> Disto podemos inferir uma substância política.

As dissensões existentes entre Igreja e Maçonaria indicam que a sociedade piauiense compartilha dos acontecimentos que se dão em âmbito nacional e mesmo internacional.

<sup>65</sup> CHAVES, em “Apontamentos biográficos e outros” ( 1994b, p.236 ), também defende este conflito como luta política e afirma não ter havido luta religiosa no Piauí, apesar de reconhecer as raízes doutrinárias dos grupos contendores.

<sup>66</sup> Ibid., p. 90.

As idéias comteanas, difundidas pela Escola de Recife, mas também as idéias revolucionárias do século XIX começam a estabelecer-se na cultura piauiense. Contudo, não podemos falar que no Piauí, como acontece em outros Estados, ocorrem iniciativas revolucionárias ou significativas rebeliões.

### 2.2.3 Monarquistas e republicanos

Um último ponto, mas não menos importante, sobre os aspectos socioculturais do Piauí, diz respeito às concepções de mundo entre monarquistas e republicanos.

É correto afirmar que as idéias republicanas precedem a instauração da República brasileira contudo, a maior expressão dessas idéias no Piauí é Davi Moreira Caldas, este “profeta da República”:

[...] (os patriotas mineiros) acabaram por ser outros tantos mártires da liberdade, outras tantas vítimas imoladas ante o altar druídico, em forma de trono, onde se achava exposta à veneração dos fiéis a mentecapta Maria, digna bisavó do atual Imperador do Brasil, a quem Deus guarde, quando muito até 1889 (...) seja-nos permitido ter a fê robusta de ver a República Federativa estabelecida no Brasil, pelo menos daqui a 17 anos, ou em 1889, tempo assaz suficiente, segundo pensamos, para a educação livre de uma geração, para a qual ousamos apelar, cheios da maior confiança. (CHAVES, 1994: 66 et. seq.).<sup>67</sup>

Mesmo com o fim do Regime Monárquico, o Piauí chega ao início de 1889 com idéias fortemente conservadoras, de continuidade da ordem monárquica, através das reflexões de Simplicio Coelho de Rezende,<sup>68</sup> de um lado, e com idéias republicanas espalhadas em livros, jornais, de outro.<sup>69</sup>

O ideário monarquista se faz a partir da concepção de que é necessário preservar o Império no Brasil. Teme-se que o surgimento de uma sociedade republicana implique a abertura política e a conseqüente ampliação das decisões. Entretanto, a efetivação da República frustra estas preocupações na medida em que o advento da República não simboliza

<sup>67</sup>Sobre David Moreira Caldas cf. CHAVES, op. cit. 1994b, p. 64-67.

<sup>68</sup>Cf. Celso Pinheiro Filho (1972), op. cit; p.38

<sup>69</sup>Cf. os jornais: *O DEMOCRATA* (20-02-1892) e *REPÚBLICA* (25-08-1900).

uma ruptura com os valores e as práticas da sociedade precedente, esta é, de certa forma, tão presente quanto o fora antes. Sobre isto, Celso Pinheiro Filho (1972) afirma:

O período compreendido entre 1889 e 1890 foi de mera procura de rumos do novo regime. Afinal, após várias pequenas lutas sem objetivos, tudo resultou praticamente na volta ao passado com o predomínio dos coronéis, as eleições periódicas, os arranjos familiares, a estagnação. Aliás, no Piauí, como das transformações anteriores, este período de transição foi menos agitado que no resto do Brasil, ensangüentado pelas lutas de Canudos, Rio Grande, Paraná e Rio de Janeiro. (Ibid, p. 38).

A República nega seus próprios fundamentos seja no que concerne a implementação da liberdade, seja quanto a ampliação do processo decisório. Basta-nos lembrar que, de 1889 a 1892, o Piauí teve 2 juntas governativas e 7 governadores. O primeiro governador constitucional, Gabriel Luís Ferreira, é deposto, explicitando o autoritarismo de Floriano Peixoto.

As idéias monarquistas, com o passar dos anos, vão perdendo fôlego, mas, a cada equívoco dos governantes, põe-se a culpa no regime. O jornal República, número 206, de 24.08.1901, em matéria intitulada "Balanço político", publica:

O que, porem affirmamos hoje, depois de uma experiência de dez annos, amargurada por tantas vicissitudes e tantos erros, em que mais de uma vez tem a republica corrido vários perigos é que o regimen presidencial, ou por um vicio occulto do systema ou por uma interpretação ou finalmente, porque seja anthipatico ao carater nacional, aos nossos costumes, às nossas tradições e as nossas crenças, tem sido tão lamentavelmente desvirtuado e tão profundamente desfigurado que ao cabo de uma experiência tão curta ja se vê inteiramente convertido para descredito das instituições e infelicidade da nossa patria, na mais completa dictadura.<sup>70</sup>

A propósito dessa questão, Queiroz (1994b, p. 229) revela a angústia de republicanos históricos, quando reflete sobre as práticas políticas na República, comparando-as ao Regime Monárquico:

De que maneira o governo constituído negava a essência do regime? A resposta estava dada na negação da cidadania, na exclusão do direito de voto popular, na impossibilidade da livre escolha dos representantes. Na República real, o povo, além de 'bestializado', era desnecessário e, no mais das vezes, incômodo. Havia que eliminá-lo de qualquer forma.

<sup>70</sup>Cf. jornal REPÚBLICA, num 206, de 24.08.1901. Matéria: Balanço político.

Nessa mesma linha de investigação, Queiroz (1994b, p. 230) traduz e sintetiza as decepções da República brasileira e seu caráter antidemocrático:

Essa perspectiva quanto à não participação popular na República, que constituía sua própria negação enquanto regime político do povo para o povo, estava inserida num contexto mais amplo de crítica ao sistema tal qual ele fora instituído no Brasil, a se ver, pelos negreiros e adesistas. Todo o arcabouço jurídico-político da República era posto em discussão e negado em seus princípios, por se constituir em elemento de subversão do ideário dos republicanos históricos, por significar a negação do projeto da propaganda. Assim, temas de maior ou menor abrangência eram veículos para essa crítica permanente e reiterada, por exemplo: as ditaduras latino-americanas, a falta de garantias individuais, a dominação oligárquica, as eleições fraudulentas, a venalidade da justiça, a negação dos direitos civis e políticos, o processo de reconhecimento dos poderes, o arrocho fiscal, a prepotência dos chefes locais, a inépcia administrativa etc. (Cf. jornal REPÚBLICA, num 206, de 24.08.1901. Matéria: Balanço político).

Ao lado disso, há uma crescente aceitação da República como realidade. Isto origina, no Piauí, diversas instituições sociais e políticas, todavia, nenhuma com a substância que apresentam os partidos políticos e as associações comerciais.

Alguns valores permanecem invariantes durante toda a República Velha e extrapolam esse período. Dentre os quais, podem ser citados o respeito à ordem e à hierarquia. Estes se materializam no respeito às autoridades constituídas, o que permite certa configuração do processo político, desmistificando a idéia de que República é sinônimo de cidadania.

Outros valores, entretanto, se modificam ou se recompõem, como, por exemplo, a concepção de Monarquia, a de República e o autoritarismo dos “liberais” piauienses. Sua nova roupagem revela as exigências do momento e indica o prenúncio da Revolução de 1930.<sup>71</sup>

Esses valores se manifestam nas ações políticas do período, ou seja, são valores que legitimam uma situação de poder/subordinação. Neste sentido, compõem o universo ideológico da República Velha no Piauí.

---

<sup>71</sup>Sobre discursos e os principais arautos das concepções liberais no Piauí, Cf. Nascimento, 1994, op. cit. e, no caso brasileiro, ver Maria do Carmo Campello de Souza. “O processo político partidário na Primeira República” IN: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 15ª ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 162-226.

## 2.3 Aspectos Políticos

### 2.3.1 A organização estatal

A passagem do Império à República explicita um Piauí burocrática e politicamente despreparado para as funções de arrecadação dos tributos, fiscalização do patrimônio público e para a execução de políticas sociais. Somente com a Constituição de 1892 é que o Estado se articula melhor em termos organizativos, isto é, estrutura-se com suas agências (secretarias, diretorias etc) a fim de constituir-se como corpo jurídico-político.

Nesse período são instituídas as secretarias de Governo, de Fazenda e de Polícia., as diretorias de Obras Públicas, Terras, Viação e Colonização, de Instrução Pública e de Saúde, não esquecendo a Procuradoria Geral do Estado e os tribunais de Contas e da Justiça.

É com essa organização ainda tacanha que o poder público “aparece” na Primeira República, no Piauí, sofrendo, em alguns momentos, alterações seja extinguindo órgãos seja acrescentando departamentos dentro dos órgãos existentes.

A administração pública, centralizada na capital, dificulta a ação do Estado, inviabilizando a prática baseada na lei e corroborando a idéia de que esta tem validade apenas no plano formal.<sup>72</sup> Representativa desta questão é a situação da saída clandestina dos produtos do Piauí, já dos referidos anteriormente.

Não podemos perder de vista o fato de que este é um momento em que aos Estados são atribuídas funções que indicam sua inserção na Federação. Esta fase de instauração da ordem inaugura, contraditoriamente, elementos republicanos e sua convivência com aspectos da Monarquia. Neste momento, também, vários literatos piauienses ocupam cargos na estrutura jurídico-política do Estado piauiense.

---

<sup>72</sup> Na República Velha a lei, em muitos casos, tinha validade formal, mas no plano das relações concretas a lei que se efetivava era baseada no poder oriundo da violência e do poder de organização dos coronéis e de suas milícias particulares, paralelas à Polícia Oficial. Sobre esta temática, Nascimento (1994) faz referências, especialmente da página 51 até a página 63, do seu livro "A revolução de 30 no Piauí (1928- 1934)".

A nova ordem exige a ampliação dos órgãos do Estado e da ocupação destes por homens com formação acadêmica (daí o apogeu positivista na república nascente). São homens importantes-membros da elite política local-que adotam os princípios da ciência moderna e absorvem o qualificativo de livre-pensadores, integrando-se, geralmente à Loja Maçônica do Piauí, expressão por excelência dos valores anticlericais, já referidos neste capítulo.

Se existe, entre os grupos políticos locais, um certo consenso sobre os critérios para o ingresso na vida pública, também não há indícios de conflito entre Estado e União, entre poder local e poder central. Ao contrário, a partir dos documentos oficiais pesquisados e de alguns jornais da época, a elite política piauiense parece bastante conciliadora e predisposta a aceitar o que é decidido no âmbito do Distrito Federal.

Uma medida da pouca expressão da elite política local é o fato de que, durante todo o primeiro período da República, o Piauí teve apenas um de seus políticos ocupando um ministério federal<sup>73</sup> e nenhum presidente da República. Aliás, devido a legislação da época, o Piauí tem 3 (três) representantes no Senado e 4 (quatro) deputados federais, por Legislatura.

Em termos de organização política, em quarenta anos de República-com exceção das duas juntas governativas e dos governadores eleitos indiretamente ou indicados- o Piauí realiza 9 (nove) eleições diretas para governador do Estado e, com raras exceções como a de 1916, apresentando sempre os partidos governistas como vencedores. A oposição, por sua vez, denuncia, após cada pleito eleitoral, a prática da fraude nos processos de eleição.

É importante observar que, na Primeira República, no Piauí, a luta da oposição apresenta vários paradoxos, não representando necessariamente diferenças ideológicas. Ao contrário, a legitimação dos vencedores vem em seguida, logo que assume o novo governante. Ademais, a oposição parece restringir-se ao governante, não ao seu projeto de governo ou às políticas governamentais implementadas (daí algumas das confusões dos estudiosos locais). Deste modo, é fácil identificar nos jornais da época o discurso ambíguo e difuso da

---

<sup>73</sup>Referimo-nos a José Félix Alves Pacheco, Ministro das Relações Exteriores, no governo Artur Bernardes, de 15.11.1922 a 15.11.1926.

“oposição”. A matéria “Porque combatemos a candidatura João Luiz”, publicada no “Jornal de Notícias”, de 27.08.1919, é elucidativa da nossa afirmação:

Já é um facto sabido por todos, que o BRP impugnou a candidatura do Sr. João Luiz Ferreira, para a suprema administração do Estado, no futuro quadriênio. Não fazemos oposição systemática nem somos opposicionistas por sport. Trabalhamos, antes de tudo pela conservação da própria vida e como é da união que nasce a força e é da força que precisamos para garantir-nos o lugar ao sol que a situação actual nos nega o direito de ter, d’ahi nos congregamos, batendo-nos pela implantação d’outro regimen no Piauí. Ora, o sr. João Luiz Ferreira é político extremado no Estado desde 1916. Foi elle o organisador principal das levas de cangaceiros que vieram burlar a verdade eleitoral de 1916 [...]. (Cf. “Jornal de Notícias”, 27.08.1919).

A Primeira República no Piauí é expressão também do poder do **coronelato**.<sup>74</sup> Neste sentido, o Estado é “subdividido”, praticamente, em diversas regiões ou zonas nas quais atuam determinados coronéis, através de suas milícias (no plano da coerção) e de parentes (filhos, genros ou “homens de confiança” etc.), no plano da representação junto às estruturas de poder (Estado, parlamento, partidos).

### 2.3.2 Os partidos políticos

No que concerne à estrutura partidária, consoante as anotações de Bastos (1994, p.425), organizam-se 18 (dezoito) partidos,<sup>75</sup> durante a República Velha. O Partido dominante é o Partido Republicano, que permanece no poder na maior parte do período. Outros partidos têm representação seja esta no âmbito estadual, seja no municipal.

É relevante, contudo, voltar a atenção para o fato de que a predominância do Partido Republicano Piauiense tem, muitas vezes, o “luxo” de apresentar perspectivas diferentes no seu interior; isto é, a ausência de uma efetiva oposição partidária permite ao PR do Piauí que este conviva com diferentes tendências no seu interior, sem que isto signifique

<sup>74</sup>Com este termo, queremos designar as condições de poder vivenciadas pelos grandes proprietários de terra em seus domínios a exemplo do trecho da entrevista que citaremos, oportunamente, a qual traduz -com alguns traços- o poder do coronel Raimundo Borges da Silva.

<sup>75</sup>BASTOS, Claudio, op. cit.; p.425.

dificuldades para o Partido no que diz respeito à consecução de seus fins, mesmo porque com a prática eleitoral da época e o uso da máquina administrativa não é difícil ao governante eleger o seu sucessor.

A predominância do Partido Republicano Piauiense se deve também ao fato de que o Partido Republicano dominava nacionalmente.<sup>76</sup> Embora, neste período, os partidos sejam, formalmente, estaduais, o predomínio do Partido Republicano em todo o Brasil lhe empresta um perfil de partido nacional, sendo o presidente da República a figura precípua.

Outro ponto relativo aos partidos é que o surgimento de diversas siglas partidárias expressa diferentes episódios ou conjunturas na política local e a conseqüente discussão entre grupos na luta pelo poder. Desse modo, quando a ênfase é a legalidade da ordem republicana, surge o Partido Legalista; quando se remete ao discurso democrático é o Partido Democrático, quando é o discurso da federação ou da federalização geopolítica é o Partido Federal que aparece, e, já na metade da República Velha, quando a discussão ocorre entre conservadores e liberais, fala-se em Partido Republicano Liberal ou Partido Republicano Conservador, conforme o Quadro 3.

### Quadro 3

Partidos Políticos No Piauí (1889-1930)

<b>PARTIDOS PIAUIENSES</b>	<b>ANO</b>
Partido Democrata	1889/95
Partido Republicano Federal	1890/4
Partido Católico	1890
Partido Republicano Conservador	1891
Partido Federal	1891/8
Partido Republicano Legalista	1892
Partido Constitucional	1892

<sup>76</sup>Não podemos esquecer a conhecida “política dos governadores” e a famosa “comissão de verificação de poderes”, instituídas desde o governo de Campos Sales.

Partido Republicano Conservador	1911/2
Partido Coligado Republicano	1912
Partido Republicano Conservador Parnaibano	1912/6
Partido Republicano Instrução e Justiça	1912
Partido Republicano Conservador Amaranantino	1914
Partido Republicano Liberal Piauiense	1914
Partido Republicano Autonomista	1917/8
Partido Republicano Piauiense	1916/30 <sup>77</sup>
Bloco Republicano Piauiense	1917/29
Partido da Reação Republicana	1923
Partido Democrático Nacional	1928

Fontes: BASTOS (1994, p. 425 – 430); NASCIMENTO (1988).

Podemos inferir, a partir do exposto, que a criação de partidos simboliza uma tentativa dos grupos políticos locais estarem sintonizados com a vida política nacional e a possibilidade concreta que a República proporciona da existência de um sistema pluripartidário.

É importante sublinhar que o sistema partidário apresenta certa debilidade, o que dá lugar à personificação das ações partidárias que permitem ocultar aos olhos do pesquisador apressado os interesses de classe, quando da veiculação de determinados projetos. De todo modo, é importante reconhecer a fragilidade dos partidos no período e sua incapacidade de manifestar os interesses populares, com relativa diferença para o discurso do Partido Democrático que surge ao final da República Velha. Como evidencia Nascimento (1994, p. 28) "A fragilidade dos partidos políticos na República Velha é uma 'coisa' patente: faltava-lhes programas que preenchessem os anseios populares; existiam as mais diversas tendências ideológicas no interior de um mesmo organismo partidário etc."

<sup>77</sup>\* Enquanto na página 425, do "Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí", BASTOS afirma que o PRP teve duração de 1916 a 1930, na página 429 este mesmo autor expõe que o período de vida política do PRP foi de 1916 a 1933. Outra contradição deste autor é que em se tratando dos partidos políticos na Primeira República, ele não se refere na página 425 ao Partido Republicano (1868 - 1898), exposto na página 428, da mesma obra.

Além da ação partidária, o processo político se expressa nas ações político-administrativas. Sobre este item, apresentamos, em uma perspectiva de síntese, alguns aspectos dos governos piauienses do período em estudo.

### 2.3.3 Os governos da República no Piauí

Quanto aos governos piauienses,<sup>78</sup> o primeiro governante do período republicano é Gregório Taumaturgo de Azevedo (26-12-1889 a 04-06-1890), nomeado pelo poder central e exonerado “em virtude de pressão política.”<sup>79</sup> Não realiza obras significativas, também devido ao curto período de sua gestão. É substituído por governadores efêmeros, sendo que, destes que o sucedem, o que mais demora no cargo é Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima- também nomeado -que governa de 27-12-1890 a 28-05-1891, decretando a Constituição deste ano. O governador-seguinte é Gabriel Luiz Ferreira (28-05-1891 a 21-12-1891) eleito pela Assembléia Legislativa do Estado sendo o primeiro a assumir o cargo no período constitucional. Entretanto, a instabilidade política nacional resulta no golpe de 23 de novembro de 1891, por Floriano Peixoto, depondo o Marechal Deodoro da Fonseca, a declinar também o governador Gabriel Ferreira .

Assumindo o Executivo piauiense de 28-05-1891 a 21-12-1891, Gabriel Ferreira não pode viabilizar políticas que marquem sua rápida passagem pelo governo do Estado. Ainda assim, na sua gestão, é criado o Tribunal de Justiça do Estado.<sup>80</sup>

Ressaltemos que até o governo de Gabriel Ferreira, a intromissão do poder central é direta e definidora. Por outro lado, apesar de imposto pelo governo federal, em substituição ao governador anterior chega a Teresina, Coriolano de Carvalho e Silva, que, embora

<sup>78</sup>Cf. NASCIMENTO, Francisco A. **Cronologia do Piauí republicano 1889-1930**. Teresina: Fundação CEPRO, 1988, pp. 88-94 e TITO FILHO, Arimathéa. **Governos do Piauí-capitania, província, estado**, 3. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978, p. 39-50.

<sup>79</sup>Cf. TITO FILHO (1978), op. cit., p. 40.

<sup>80</sup>Cf. TITO FILHO, Arimathéa. **Governos do Piauí-capitania, província, estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arte nova. 1975 p. 31.

assumindo autoritariamente, consegue eleger-se para o cargo, estando à frente do Executivo no período de 1892 a 1896.

O governo de Coriolano de Carvalho e Silva caracteriza importante momento de oficialização da nova ordem. Nesta perspectiva, e já governando sob receituário constitucional, contando com uma estrutura burocrática mínima, cria e regulamenta, pela lei nº 86, de 12 de julho de 1896, a Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização que, segundo o governante ulterior, foi destinada:

[...] para centro tecnico de todos os serviços que possam activar o progresso material do Estado, concernentes a obras publicas, patentes e privilégios de invenção, aperfeiçoamento e introdução de indústrias novas, agricultura, artes, commercio e navegação, terras, minas e pedreiras, immigração e colonização, estabelecendo portanto uma direção geral para o desenvolvimento do trabalho. (PIAUI. Governo, 1897, p. 13).

A despeito da oposição ferrenha em torno do governante, este consegue implementar parte considerável da estrutura jurídico-política estadual que resistirá a toda a República Velha. É neste período, também, que se elege nova assembléia constituinte. O governo de Coriolano de Carvalho e Silva consegue dar forma às instituições republicanas, ensaiando a organização de um corpo jurídico-político. Na sua última mensagem, Silva presta contas de suas ações públicas:

[...] Acatando pois a fatalidade histórica que nos destribuiu um papel tão secundário, lançamos mãos à obra da nossa organização autônoma e dentro de três annos apenas decretou-se o estatuto fundamental do Estado; constitui-se as municipalidades sobre a base da mais ampla autonomia dos municípios; decretou-se a reforma eleitoral; organizou-se a magistratura e estabeleceu-se a divisão judiciaria; creou-se as três secretarias da Fazenda, do Estado e da Polícia, deu-se-lhes organização de accordo com o estatuido na constituição; reformou-se a instrução pública, primaria e seundaria, augmentando-se o numero de cadeiras e os vencimentos respectivos do professorado, creou-se e regulamentou-se a polícia militar e, finalmente, regulamentou-se a locação do serviço domestico. (PIAUI. Governo, 1896, p. 5).

A preocupação em organizar o aparelho estatal está relacionada ao conjunto de obrigações financeiras e às responsabilidades do Fisco nesta estrutura. A mensagem governamental de 1896 também esclarece este ponto:

[...] É verdade também que não pequena parte das nossas rendas escôa-se annualmente nas malhas do contrabando, mas isto porque a administração não dispõe actualmente dos recursos necessários para poder exercer uma fiscalização mais severa nos muitos pontos por onde sahem as mercadorias. Estado vastissimo e pouco povoado, seria necessário um pessoal numeroso para guardar todos esses pontos por onde se exerce a industria do contrabando. (PIAUI. Governo, 1986, p. 13).

Os governos subsequentes - de Raimundo Artur de Vasconcelos (1896-1900), Arlindo Nogueira (1900-1904) e Alvaro Mendes (1904-1907)-apresentam relativa tranqüilidade. Mesmo assim, até o final do governo de Arlindo Nogueira (1904) ainda é possível ouvir alguma ressonância do discurso monarquista, por vezes sutilmente posto na crítica à República.

Desde o governo de Areolino de Abreu (1907-1908), sucessor de Alvaro Mendes, passando pelos governos efêmeros de José Lourenço de Moraes e Silva (03/1908 a 07/1908) e Anísio de Abreu (1908-1909), o Piauí perdeu-em quatro anos- três (03) governadores. Isto provocou, de certo modo, um desequilíbrio nas ações governamentais. De qualquer modo, neste período, as exportações do extrativismo continuam em alta.

#### Quadro 4

Receitas e Despesas do Piauí (1896-1907)

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1896	701.886\$958	678.683\$638	23.203\$321
1897	671.422\$001	667.197\$359	4.224\$642
1898	747.419\$001	718.634\$699	28.784\$302
1899	936.222\$582	828.023\$966	108.198\$616
1900	877.512\$850	927.401\$810	-49.883\$960
1901	770.544\$933	802.092\$381	-31.547\$444
1902	858.592\$367	798.660\$357	59.932\$010
1903	983.196\$480	859.926\$619	123.269\$861
1904	998.824\$917	901.983\$652	96.841\$265
1905	1.016.519\$598	100.519\$598	100.593\$161
1906	1.117.101\$091	1.073.700\$259	43.700\$832
1907	1.487.958\$987	1.228.803\$866	259.155\$121

Fonte: NASCIMENTO (1988, p. 217).

Dentre os fatos principais, é possível destacar, segundo Tito Filho (1978, p. 44 et seq.): a) lei de revisão de limites (1908); b) criação do arquivo público e proposta a reforma de ensino (1909).

Antonino Freire (1910-1912) participa dos governos anteriores, tendo ocupado diferentes cargos. No seu período, à frente do Executivo estadual, revelou-se como forte liderança do Partido Republicano. Segundo Rego Neto (1986, p. 84): "Antonino Freire foi um administrador bem sucedido. Ampliou os serviços de abastecimento d'água em Teresina, iniciou os seus serviços de eletrificação e dotou-as de escola normal".

Acerca do biênio de Antonino Freire, é importante reconhecer que este passa a constituir-se em uma das principais lideranças políticas desse período. De modo mais cuidadoso, Tito Filho (1978, p. 45 et seq.) declara que os fatos principais foram:

A reforma de ensino e respectivo regulamento; criação da Escola Normal ( hoje Instituto de Educação Antonino Freire); criação da escola modelo, na capital piauiense; início da instalação da luz elétrica de Teresina; aumento da rede telegráfica; iniciativa da navegação ao Alto Paraíba; ampliação do abastecimento d'água de Teresina; prosseguimento da demarcação dos limites do Estado; reorganização da Polícia Militar; estradas pioneiras no sul do Estado; reforma da magistratura; criação da imprensa oficial [...].

Evidentemente, esse conjunto de ações só é possível em virtude da ampliação da receita do Estado através, em boa parte, das exportações e da habilidade política do Executivo estadual em estabelecer uma agenda de prioridades para o Estado, sendo legitimado por seus pares e respeitado mesmo por seus adversários.

Outrossim, Freire consegue eleger seu sucessor – Miguel de Paiva Rosa – que governa de 1912 a 1916. Este período é marcado por conflitos de diversas ordens. O próprio governador, por um lado, reclama da ausência do apoio do governo federal. Por outro lado, a crise internacional resultante do início da I Guerra Mundial e os obstáculos às exportações e às importações locais comprometem as condições materiais do Piauí. Em sua palavras:

Não vos fará surpresas, comunicar-vos não serem boas, infelizmente, as condições financeiras do Piauí. Aliás, outro tanto sucede a Estados de fontes de rendas muito mais largas e certas. Mas a situação financeira do mundo, de há muito, é delicada e difícil. De

começo, as guerras balkânicas, a guerra italo-turca, a crise econômica da América do Norte, autorisaram uma situação de efeitos desastrosos para todos os países. Coincidiu que o Brasil, por este tempo, viu diminuídos os seus productos de exportação, depreciados, pelo baixo preço alcançado no estrangeiro e enveredado pelo caminho de rigorosa economia, quando se declarou a conflagração européia \_ lucta terrível em que se empenham países que são justamente os melhores consumidores dos nossos productos. É bem de se vêr, que com isso, augmentaram nossas prementes difficuldades. O capital, já retrahido, ficou aferrolhoado nos cofres das nações que se digladiam, a incorporação tornou-se nulla, a exportação impossivel, pelo bloqueio dos mares. (PIAUI. Governo, 1915, p.26).

Em relação ao descaso do Governo federal, Miguel Rosa justifica sua ironia:

Não exagero vos noticiando que o governo da União só mantem entre nós as suas estações arrecadadoras. Já na Mensagem que tive a honra de vos apresentar em o anno passado, eu previra quanto vem de succeder. Apenas os acontecimentos se precipitaram, de modo a occorrer o que eu vaticinára mais cêdo do que fôra para esperar. Por uma dolorosa coincidência, foi extincta a Inspetoria Agrícola, supprimida a Companhia de Caçadores, mutilada a verba da Colônia David Caldas, dissolvidas a Escola de Aprendizes Marinheiros e a Comissão de obras do Porto de Amarração, justamente no momento em que sêca terrível affligia o Piauhy, ameaçando de morte a sua lavoura e a industria pecuária. Quando, portanto, mais careciamos do amparo da União, succedeu quanto registro, privando o Estado das fontes indirectas dessas pequenas receitas, que beneficiavam principalmente o commercio. (PIAUI. Governo, 1915, p.25).

As dificuldades financeiras impõem ao Governador a tomada de medidas administrativas impopulares, como aumentar o imposto sobre os salários dos servidores públicos, somando-se a isto sua inabilidade política para conduzir as contradições no interior do Partido Republicano. Consoante a análise de Nascimento (1994, p. 23):

Todos estes problemas vão servir de pano de fundo na sucessão governamental, onde Miguel de Paiva Rosa impõe um candidato que não consegue agregar a facção majoritária do PRP, sob seu comando. O Marechal Pires Ferreira, como comandante geral do partido, interfere junto ao governador no sentido de escolher outro nome, o que não foi aceito. Irrompe uma nova crise no PRP.

Em síntese, o período governativo é complicado, pois as questões de ordem financeira e administrativa se aliam aos obstáculos políticos, debilitando o Executivo estadual ao ponto de desgastá-lo mesmo no interior do seu partido.

A partir de então, tem início um período crítico para o ideário republicano, devido às eleições, em 1916, para o governo do Estado quando, após fortes acusações de fraudes eleitorais pelos grupos concorrentes, assume o candidato menos votado Eurípedes de Aguiar, sob “habeas-corpus” concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

Este processo eleitoral também provoca divergências no interior do Partido Republicano, dividindo-o em duas tendências: uma que acompanha o Senador Firmino Pires Ferreira e outra que acompanha Antonino Freire e Félix Pacheco. Essas divergências são apenas um episódio na República brasileira que não comprometem sua ordem. No entanto, é interessante registrar a divergência entre o governador Miguel de Paiva Rosa e seu cunhado Antonino Freire da Silva. Este que é um dos responsáveis, talvez o principal responsável, pela ascensão de Miguel Rosa ao poder, apóia Eurípedes Clementino de Aguiar, forte adversário de Miguel Rosa.

No período governado por Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920) há constrangimentos políticos, embora haja restauração das finanças públicas. É um momento contraditório, marcado ora por incertezas ora por indícios de prosperidade. Incertezas ainda quanto aos reflexos da I Guerra Mundial e das contendas políticas locais; prosperidade quando se conquista alguns bens de uso coletivo e a ferrovia parece tornar-se realidade.

O próprio Eurípedes de Aguiar, no que concerne às finanças públicas, faz a seguinte afirmação:

Quanto à despesa da minha administração, quer a de pagamento, quer a de pagamento de funcionarios, quer a das outras procedências, continua a ser paga em dia, com rigorosa pontualidade, tendo o thesouro estadual se mantido sempre em situação folgada para satisfazer esses compromissos. (PIAUI. Governo, 1920, p. 58).

Nesse sentido, em um demonstrativo do governo Eurípedes Clementino de Aguiar, é possível esboçar o seguinte quadro relativo às despesas e às receitas arrecadadas:

## Quadro 5

### Receitas e Despesas do Piauí

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1917	1.789.983\$655	1.754.765\$293	35.218\$362
1918	2.024.825\$924	1.991.494\$648	33.330\$984
1919	2.050.340\$544	1.850.898\$085	199.442\$459
1920	1.932.871\$907	1.866.887\$513	65.984\$394

Fonte: PIAUÍ. Governo, Mensagens (1918-1921).

No aspecto político-partidário, a cisão operada no Partido Republicano ganha relevo durante o quadriênio, tematizada em publicações do Jornal de Notícias, do Correio de Teresina (que expressam o pensamento da oposição ao Governo) e do jornal O Piauí (que traduz a fala da corrente política situacionista). A título de exemplo, o Jornal de Notícias, número 15, de 15 de fevereiro de 1918, traz na matéria " O programma liberal" o seguinte trecho, dentre os vários que traduz a polêmica:

Accusam o Sr. Pires Ferreira de pretender um 'candidato pessoal' na chapa. É falso. S. ex<sup>a</sup>., se quizesse, tinha direito a essa exigência. A situação actual não é obra sua, exclusiva, deve-lhe, entretanto a maior parte de seu successo. A sorte da candidatura Eurípedes foi decidida pelo concurso de seus amigos. Seus propagandistas agitaram na praça pública, é certo, desde janeiro; mas o echo de sua vozeria não nos consta que intimidasse o Sr. Miguel Rosa, cuja combatividade e energia foram postas à mais dura prova na resistência que lhe opoz e que chegou a surprehender a muita gente.

No período de 1920-1924 assume o governo piauiense João Luís Ferreira, que não apresenta dificuldades. Ao contrário, recebe de Eurípedes de Aguiar o Estado em equilíbrio financeiro. É neste período que é instalada, em Teresina, uma agência do Banco do Brasil (1921); é criada a Caixa Beneficente dos Servidores Públicos (1923); constróem-se estradas e tem lugar o primeiro Congresso das Municipalidades (1922), no qual é discutida, prioritariamente, a questão dos limites intermunicipais.

Destaquemos que é durante o exercício de João Luís Ferreira que se inauguram as estradas de ferro São Luís-Teresina e Parnaíba-Piracuruca; restabelece-se a Junta Comercial; há uma reforma de ensino e a comemoração pelo Centenário da Independência do Brasil, em 1923, onde todos os municípios apresentam uma exposição em diferentes seções, assim denominadas: indústria pastoril, indústria fabril, indústrias extrativas e artes. Associado a isto, publica-se um levantamento histórico sobre os municípios piauienses, "O Piauí no Centenário da Independência", elaborado por Felton Castelo Branco, Arimathéa Tito, Simplício Mendes, José de Almendra Freitas, Pe. José Gomes da Silva, Mário José Batista, Vaz da Costa, Miguel Lopes de Sousa, Diógenes Melo, Ernesto José Batista e Douville Leal.

Acerca de João Luís Ferreira, além de corroborar o exposto, Chaves (1994, p. 191) afirma:

Começou procurando sanear as finanças e conseguiu, em pouco tempo, elevar as rendas públicas para mais de quatro mil réis. Para aquela época e para o nosso meio, este feito foi considerado um verdadeiro milagre (...). Mas o que marcou realmente a administração de João Luís Ferreira foi o fato de que todos esses melhoramentos se realizaram sem o governo recorrer a empréstimos ou a peditórios ao poder central, sempre rigorosamente dentro dos limites dos poucos recursos normais da receita do Estado.

O último ponto importante da gestão de João Luís Ferreira diz respeito à aprovação dos convênios para fixação dos limites entre Piauí e Ceará, através da lei nº 1001, de 04 de julho de 1921.<sup>81</sup>

No período de 1924-1928, a gestão governamental está sob a responsabilidade de Matias Olímpio de Melo, que sente a interferência direta dos problemas nacionais no Estado. É neste período que a Coluna Prestes, em sua trajetória pelo interior brasileiro, passa pelo Piauí. Devido a propaganda negativa viabilizada pela imprensa governista, sua passagem provoca perturbações no seio da comunidade piauiense. Todavia, há afirmações de que em Floriano e Valença do Piauí, a Coluna é "bem-recebida" pelos habitantes destas cidades.<sup>82</sup> Ao lado disso, quando da estada da Coluna Prestes em Teresina, um dos líderes-Juarez Távora-é

<sup>81</sup>Cf. Nascimento, 1988, p. 150.

<sup>82</sup>Não podemos asseverar sobre estas afirmações, mas CARONE (1971, p. 388/389) afirma que: "É verdade que a população rural do Piauí, Maranhão e Minas Gerais trata bem a Coluna, ajudando e fornecendo víveres e informações."

preso e deportado para São Luís, no Maranhão. Contudo é de grande importância a passagem da Coluna Prestes pelo Piauí.

Sobre as ações realizadas no governo de Matias Olímpio de Melo, pudemos constatar que- além da construção de algumas escolas públicas ou da criação de seções de determinados órgãos públicos- seu governo se destaca pelo cuidado em poder equipar militarmente o Piauí, criando vários distritos policiais. A propósito disto: "O Governo do Estado cria, provisoriamente mais um batalhão de força militar do Estado, considerando a situação anormal do Estado, pela incursão de revoltosos em seu território" (Piauí. Leis, decretos etc. Decreto nº 8764, 1925 apud Nascimento, 1994, p. 158).

Aliado a este episódio não pouco importante,<sup>83</sup> os principais jornais da época conferem ao assassinio do desembargador Dr. Lucrecio Dantas Avelino uma natureza política. Na ocasião, comenta-se na sociedade piauiense que Eurípedes Clementino de Aguiar, ex-governador e senador naquele momento, havia premeditado o crime, sendo este compartilhado pelo então governador Matias Olímpio de Melo.

O conflito que compromete a estabilidade do Governo é o pleito eleitoral de 1927, para o Senado e para a Câmara Federal. Há um "racha" no Partido Republicano Piauiense, pois a Executiva do partido, considerando que não há oposição, apresenta nome para a 4ª vaga à Câmara Federal, esta destinada às minorias. Contudo, Antonino Freire e Eurípedes de Aguiar se opõem ao quarto nome e lançam chapa para o Senado. O próprio Matias Olímpio de Melo faz referência a este episódio:

[...] Aproximando-se 24 de fevereiro, quando se devia ferir, em toda a Republica, o pleito para a renovação, um terço do Senado Federal e completa da Câmara, apresentou aquele Partido os seus candidatos, respectivamente, o sr. José Félix Alves Pacheco, contra-almirante Armando César Burlamaqui, civil João Luís Ferreira, nomes que, como valores políticos, lhe representavam naturalmente, o sentir e o pensamento accordes. Reservar-se-hia, por certo, em respeito aos seus justos direitos, o terço das cadeiras de deputados às minorias. Como se verificasse a unanimidade da política estadual, no seu regimen de congraçamento, a que acima me referi e, consequentemente, a não existência de opposição no Piauhy, o Partido Republicano tomou a deliberação de candidatar ao quarto lugar da chapa para deputados, o dr. Pedro Borges da Silva. Já anunciado pelo órgão official do PRP, a composição da alludida chapa, os senadores Antonino Freire e

<sup>83</sup>A Coluna Prestes transita pelo interior do País praticamente invicta.

Eurípedes Clementino de Aguiar , unidos ao marechal Firmino Pires Ferreira, determinaram a scisão nas fileiras daquelle, dissentindo da sua deliberação política. Confirmando essa attitude, apresentou-se o marechal Pires Ferreira a senador, e o dr. Antonino Freire candidatou-se a deputado. Posteriormente, aliou-se a esses o sr. Pedro Borges da Silva, que vinha tambem, disputar a deputação federal, em opposição, os três, á chapa official do Partido. (PIAÚÍ. Governo, 1927, p. 17).

Estes dois episódios, segundo a leitura de Queiroz (1994b, p.227) desgastam o governo de Matias Olímpio, que ainda enfrenta o conflito político entre Félix Pacheco e Pires Ferreira.

Esse conflito tem como resultado o retorno do grupo Pires Ferreira ao poder, visto que este é o reconhecido como senador eleito, mesmo tendo sido menos votado que Félix Pacheco, que abandona a política piauiense. Representando também a ascensão de um membro do clã Pires Ferreira ao governo do Estado, João de Deus Pires Leal (Joca Pires), sobrinho do Marechal Firmino Pires Ferreira, governa de 1928 a 1930, quando se dá a Revolução.

O governo de Joca Pires é caracterizado por forte opposição, que, em nível local, é comandada pelo ex-governador Matias Olímpio de Melo e divulgada através do jornal "Estado do Piauí". No Rio de Janeiro, as denúncias contra o governo Joca Pires são difundidas pelo deputado federal Hugo Napoleão do Rego.

A propósito da eleição de Joca Pires, em 1928, Nascimento (1994) não acredita na versão de Matias Olímpio de Melo de que, em nome dos interesses piauienses, era necessária uma conciliação das forças políticas. Nesta perspectiva, "realizadas as eleições governamentais e procedida a transmissão do poder ( 01/06/1928), levantava-se a facção derrotada em opposição ao novo governo..."(Nascimento 1994, p. 30).

É importante acrescentar que o período governado por Joca Pires é de crise econômica, determinada também por acontecimentos externos, tais como queda nos preços dos produtos de exportação, crise do café e queda repentina de preços na bolsa de valores de Nova York.

A relação receita-despesa do Estado do Piauí, nos anos de Joca Pires, ilustra as conseqüências dessa crise:

### Quadro 6

Quadro de Receitas e Despesas do Estado do Piauí (1928-1930)

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1928	5.151.041\$425	5.699.332\$448	-518.291\$223
1929	4.960.465\$085	4.931.758\$705	28.706\$380
1930	4.328.117\$163	4.477.554\$326	-149.437\$163

Fonte: NASCIMENTO (1994, p. 217).

Esta passagem pelos governos estaduais, durante a República Velha, permite-nos concluir que:

- a) Os acontecimentos que ocorrem em nível nacional não são transpostos mecanicamente para os Estados. Por isto, as fases de instauração da ordem, movimentação na ordem e contradição da ordem não respeitam aos mesmos marcos histórico-cronológicos, considerados para o caso brasileiro.
- b) A fase de instauração da ordem acontece do início da República até 1904. A de movimentação na ordem, apesar da "acefalia" do período de Anísio de Abreu e do complicado período Miguel Rosa, se dá no período de 1904 até 1924 (ao final do governo João Luiz Ferreira) e a fase de contradição da ordem começaria mais precisamente quando da passagem da Coluna Prestes pelo Piauí, muito mais pelos efeitos ideológicos do discurso governista do que pela suposta "desordem" provocada pela Coluna. Acrescentemos a isto o pleito eleitoral de 1927, quando ocorre a cisão no Partido Republicano Piauiense; o assassinato do desembargador Lucrécio Avelino, e as fortes dissensões na segunda metade do governo de Matias Olímpio de Melo, com os desdobramentos que ocorreriam na gestão de Joca Pires,

o que levaria à formação de um escol oposicionista, constituído na Aliança Liberal (ou no Partido Democrata) tendo em Hugo Napoleão do Rego e Matias Olímpio de Melo as principais figuras políticas.

c) A história política do Piauí da República Velha é acompanhada de cisões (no início, entre Barão de Uruçuí e Barão de Castelo Branco), recomposições (a união dos elementos conservador e liberal integrando o Partido Republicano Piauiense é representativo disto) e novas rupturas (a que se dá entre Pires Ferreira- Félix Pacheco/Antonino Freire são um bom exemplo).

O ponto precípuo de integração/ligação do Piauí com o mundo se faz:

- 1) Após a Guerra do Paraguai quando muitos pobres se alistam para a guerra e os que retornam, contam suas experiências como uma parte do mundo até então desconhecido.
- 2) Através de um setor da classe dominante que sai em busca de formação acadêmica nos maiores centros do País (Recife, Rio de Janeiro e Salvador).
- 3) Com a comunicação e o transporte fluvial, em parte pela navegabilidade do rio Parnaíba. Esta em menor grau, pois interligava algumas cidades do Estado ou o Piauí com o Maranhão.
- 4) A comercialização pelo mar, que recebia navios estrangeiros de grande porte, trazendo-nos produtos importados e levando os produtos nativos, a despeito da ausência de um Porto em terras piauienses.

Os protagonistas da história política piauiense de 1889 a 1930 são os membros de uma elite que representa a classe dominante local, composta de grandes proprietários ligados à terra e de comerciantes.<sup>84</sup> Não falaremos, neste trabalho, de operariado, campesinato, industriais, enquanto classes, pois este conjunto de sujeitos políticos não está organizado no

---

<sup>84</sup>Cf. Nunes (1988, p. 28).

cenário político no Piauí da Primeira República e mesmo as classes médias estão, razoavelmente, à sombra da classe dominante.

A rigidez das estruturas econômicas,<sup>85</sup> socioculturais e políticas não permite a emergência, no Piauí, de um novo complexo de forças políticas no interior do primeiro período republicano, a não ser como derivação dos setores tradicionais da classe dominante. De certo modo, isto serve como pano de fundo ideológico, para êxito da Revolução de 1930. Por outro lado, este mesmo período é paradoxal no que concerne à construção de uma nova hegemonia, veiculada por um tipo de sujeito aqui denominado-e posteriormente caracterizado—burguês de múltiplas faces. Este que não significa o surgimento do elemento revolucionário, que questiona e subverte a ordem, ao contrário, possui certa plasticidade que o faz combinar o senso de permanência com a mudança ordenadora.

---

<sup>85</sup>Cf. Martins, (1979, p. 76- 94).



## **CAPÍTULO III**

### **3 ESTADO REPUBLICANO E AGENTES POLÍTICOS NO PIAUÍ DA REPÚBLICA VELHA**

No capítulo a anterior apresentamos o Piauí no contexto da República Velha a partir de três aspectos fundamentais: econômicos, políticos e socioculturais. Neste capítulo, discorreremos sobre a natureza e a organização do Estado enquanto poder político, à estrutura de classes e à elite política derivada da situação de classe e das necessidades da nova ordem republicana no Piauí, com o propósito de explicitar um pouco do significado da implantação do Estado republicano, reconstituir, de modo abreviado, o processo de constituição das classes sociais no Piauí e, por último, configurar a elite política do Piauí.

#### **3.1 O Estado burguês no Piauí republicano**

O Estado burguês no Brasil se institui a partir de uma dupla condição: 1) a econômica, que manifesta as novas relações de trabalho decorrentes da abolição da escravatura; 2) a jurídico-política, que regulamenta e formaliza o rompimento do vínculo com Portugal e estabelece a estrutura burocrática do Estado.

O fim da década de 80, do século XIX, traz no seu bojo a modificação nas relações de produção e um novo ordenamento jurídico-político, através de um Estado de tipo republicano e de natureza federativa.

O Estado nacional, que surge em 1889, é resultado de um conjunto de necessidades e interesses que estão associados às classes dominantes. É também uma federação, ou seja, um Estado compreendido por diferentes unidades federativas que devem obediência à União.

A formalização do Estado burguês/republicano no Brasil se efetiva com a Constituição de 1891.<sup>86</sup>Esta preconiza não apenas a subordinação econômica das unidades federativas à União, mas também solidifica os limites da autonomia política dos estados federados. O título II-Dos Estados-assevera: "Art. 63-Cada estado reger-se-á pela constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União." (Constituição de 1891, p.31).

Se a Carta Magna traz como forma de governo a República Federativa, qual o significado do federalismo brasileiro? A Carta Constitucional de 1891 apresenta o federalismo como forma de governo. No entanto, aos governadores de Estado o federalismo se efetiva como uma importante estratégia administrativa através da qual a União centraliza os principais recursos provenientes de tributos arrematados pelos Estados e distribui responsabilidades e competências às unidades da Federação. Deste modo, aos Estados competem a viabilização de uma infra-estrutura que seja funcional quanto à cobrança de impostos-em parte repassados à União-e ao aparelhamento das funções burocráticas do Estado.

Nesse processo de federalização ou "descentralização do poder", há satisfeitos e insatisfeitos. Já apresentamos no capítulo anterior os reclames de autoridades locais, revelando o relativo descaso da União para com o Estado do Piauí. De outra perspectiva, outros estados alegam que suas receitas são consideráveis. No entanto, o governo não dispensa a devida atenção às reivindicações.

---

<sup>86</sup>A propósito desta questão, o livro *A formação do estado burguês no Brasil*, de Décio Saes, constitui análise de grande importância.

O que podemos destacar é que o federalismo apresenta a seguinte contradição: por um lado, significa um momento de descentralização do poder em que este confere às unidades federativas uma relativa autonomia, de modo que aos Estados é permitido um conjunto de possibilidades referidas por Fausto (1990, p. 90):

A ampla autonomia estadual consagrada na Constituição<sup>87</sup> (possibilidade de contrair empréstimos externos, constituir milícias; discriminação de rendas favorecendo os Estados, a quem cabe lançar impostos sobre a exportação, transmissão de propriedade rural, indústrias e profissões, e dentre elas as unidades maiores; dualidade de magistratura, etc.) não corresponde a um esfacelamento do Poder Central.

Por outro lado, o federalismo no Brasil significa a possibilidade de imiscuição da União nos Estados posto que a ambigüidade da descentralização reside no fato de que Estados e Municípios são autônomos apenas quando não ferem o poder de intervenção/ação do governo federal. Expressa, assim, certa capacidade do Executivo federal intervir e manobrar o processo político nas diferentes regiões. O federalismo brasileiro é, pois, este amálgama em que estão fortemente relacionados aspectos político-administrativos descentralizadores e centralizadores. O art. 6 da Constituição de 1891, que tem a sua redação modificada na Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926, explicita esses aspectos.

Ante o exposto, é importante sublinhar quais as conseqüências da institucionalização da República Federativa do Brasil para as unidades federadas. Uma decorrência deste tipo de Estado é a imposição da União sobre as unidades federadas, para que estas se organizem financeiramente. Isto significa que as despesas deverão subordinar-se às receitas, o que coloca aos Estados a difícil tarefa de viabilizar estratégias de arregimentação de impostos, compatibilizando metas governamentais e receitas públicas. Nas Disposições Transitórias”, a Constituição de 1891 reza:

Art. 3 À proporção que os estados se forem organizando, o Governo federal entregar-lhes-á a administração dos serviços, que pela Constituição lhes competirem, e liquidará a responsabilidade da administração federal no tocante a esses serviços e ao pagamento do pessoal respectivo. (A Constituição de 1891 apud Porto, [s.d.] p. 38).

<sup>87</sup> Quanto à questão da autonomia já nos referimos ao seu caráter ambíguo.

Essa imposição da União sobre os Estados permite a visualização das diferentes situações financeiras dos Estados. Isto é, há possibilidade de constatar as diferentes realidades estaduais, de modo que a relação receita-despesa denunciem o grau de dificuldade ou facilidade para, a partir de então, os Estados atuarem em uma federação. Esta questão é, sem dúvida, importante, mas como está vinculada ao ponto seguinte podemos, considerá-la como elemento pertinente à nova realidade de autonomia político-administrativa.

Esse ponto diz respeito a uma segunda consequência da institucionalização do federalismo que está fortemente relacionado ao aspecto anterior. Referimo-nos aos aspectos jurídico-políticos que expressam a forma de organização do Estado e o seu funcionamento.

O ordenamento jurídico confere ao estado republicano uma estrutura organizativa que vincula União, Estados e Municípios explicitando suas competências e os limites destas competências. Por outro lado, a legislação da República põe a União como modelo de organização para os Estados e Municípios, de modo que, a estrutura jurídico-política da União é transposta quase integralmente para Estados e Municípios.

A natureza federativa do novo Estado republicano traz à tona aspectos representativos do Estado moderno e de seu caráter laico. Exemplo disto são a separação formal entre o Estado e a Igreja Católica e o direito como regulador das relações econômicas, políticas e sociais. Além disto, o Estado especializa sua atuação em aparelhos que denotam suas preocupações com os campos da política, da economia, da ideologia, ou seja, o Estado organiza-se em aparelhos políticos que demarcam sua natureza contraditória, traduzindo, suas preocupações com as finanças, a administração, a educação, a saúde, a segurança etc.

Essas preocupações, reguladas pela legislação vigente, significarão a criação de um conjunto de instituições políticas ou aparelhos de Estado que serão responsáveis pelo funcionamento/organização do Estado e enquanto instrumento de dominação de classe legitimado socialmente.<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup>Louis Althusser, em “Aparelhos Ideológicos de Estado”, explicita o significado e o funcionamento do Estado capitalista, vinculando-o aos interesses das classes dominantes.

A Constituição brasileira de 1891 enuncia as bases de sua estrutura jurídico-política quando nas disposições preliminares, do Título I- Da organização Federal estabelece: "Art. 15 São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si." (A Constituição de 1891 apud Porto, [s.d.], p. 19).

A exemplo do que ocorre no plano nacional, nas unidades federativas o Estado desmembra sua função em aparelhos representativos dos poderes legislativo, executivo e judiciário; a essência de sua estrutura no Piauí compreende os seguintes cargos:

- a) no Executivo: governador do Estado; vice-governador; secretário de governo; secretário de fazenda; secretário de polícia; diretor de obras públicas, terras e colonização; diretor de instrução pública e diretor de saúde;
- b) no Legislativo: presidente da Assembléia Legislativa do Piauí;
- c) no Judiciário: presidente do Tribunal de Justiça do Estado; presidente do Tribunal de Contas e procurador geral do Estado.

Qual a importância desses aparelhos para o funcionamento do Estado? É necessário sublinhar que, para compreender o papel do Estado burguês, é fundamental situá-lo na complexa atuação conjunta dos aparelhos de Estado, pois é deste modo que é possível compreender o caráter não-exclusivamente arbitrário do estado burguês, ou seja, é analisando a atuação dos diferentes aparelhos de Estado que se torna possível constatar: 1) o grau de fechamento do Estado<sup>89</sup> quando se refere a questões fundamentais e 2) as possíveis concessões<sup>90</sup> quando os conflitos se travam em torno de questões conjunturais.

A problemática da importância dos aparelhos de Estado para o seu funcionamento nos permite caminhar com Marx, quando este explicita a correspondência entre as posições

---

<sup>89</sup>O que estamos qualificando como grau de fechamento do Estado é a ação concretizada por este através da qual utilizam-se leis ou determinados aparelhos coibidores sob o falso propósito de "resguardar" os interesses gerais/nacionais.

<sup>90</sup>Denominamos concessões do Estado as ações governamentais que favorecem a interesses de classes ou frações não hegemônicas ou não pertencentes ao bloco no poder. Tais concessões são de somenos relevância.

ocupadas pelas classes sociais nas relações de produção e os interesses políticos e econômicos manifestados como ação de Estado, portanto como posições de classes no funcionamento da superestrutura política. Acrescente-se aí a afirmação de Gramsci ao conceber o Estado como a sociedade política (simbolizando o elemento coercitivo do estado classista no capitalismo) mais a sociedade civil (significando o campo apropriado à luta hegemônica e, por conseguinte, evidenciando o elemento da persuasão ou propriamente a hegemonia). Mas é Althusser que analisa a organização do Estado em Aparelhos Repressivos de Estado (exército, tribunais, prisão...) e Aparelhos Ideológicos de Estado (igreja, escola, imprensa...).

Apropriando-se destas análises, Poulantzas as amplia e as sistematiza, conferindo lugar central ao funcionamento do Estado capitalista como um aparelho de dominação de classe, demonstrando que a esfera do político não apresenta transposição mecânica do que ocorre no plano econômico. Deste modo, conferindo autonomia às estruturas políticas ou aos aspectos jurídico-políticos é que Poulantzas reconhece certa independência do campo da política.

Baseando seus estudos no trabalho de Poulantzas, Saes (1990) analisa “a formação do estado burguês no Brasil” em livro com este mesmo título. Segundo o autor, a formação deste tipo de Estado está vinculado a um tipo específico de organização e funcionamento do Estado que tem no direito burguês e no burocratismo burguês os elementos fundamentais e constitutivos dos aspectos jurídico-políticos. Além disso, o autor desenvolve a idéia de que o Estado burguês cria, através do direito e do burocratismo “[...] condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas ” (SAES, 1990, p. 45), quando define os agentes da produção como indivíduos iguais que constituem o povo-nação.

Tendo, portanto, clareza do papel do Estado burguês como instrumento de dominação de classe, mas além disto, como elemento amortecedor de conflitos e representante de uma suposta vontade geral, é que afirmamos que a instauração do Estado burguês no Piauí, respeitando a lógica de sua implementação no Brasil, organiza-se em determinadas agências de Estado, antes citadas, cujas funções resgatam a natureza burguesa do direito e do

burocratismo. A concepção de República toma a aparência de um Estado constituído por indivíduos em condições jurídicas e políticas iguais.<sup>91</sup>

Consideramos que os aparelhos de Estado são fundamentais para a organização da burocracia estatal em moldes republicano e burguês e, embora não trabalhem com as políticas específicas a cada aparelho ou agência de Estado – acreditamos que uma dissertação de mestrado, sobre o período em estudo, não comporta uma análise aprofundada da questão – é necessário expor as funções específicas a cada um dos aparelhos aqui considerados, que se explicitam nas seguintes posições de elite:

a) Governador de Estado – promulga, executa e faz executar leis, representa o Estado, organiza projetos (relativos à força pública, à educação, à saúde), contrai empréstimos, aplica verbas etc. (Constituição Política do Estado do Piauí, secção segunda, capítulo I, art. 34).<sup>92</sup>

b) Vice-governador – substitui o governador em todas as suas funções (Constituição Política do Estado do Piauí, 1892, secção segunda, capítulo I, art. 26 §-apud Pereira e Ommati, 1988, p. 223 et seq.).

c) Presidente da Assembléia Legislativa – dirige o trabalho legislativo sobre diferentes questões de relevância para a sociedade e para a governabilidade da coisa pública; a Câmara Legislativa determina, autoriza e delibera sobre arrendamento de terras, impostos; operações financeiras, obras públicas etc.

d) O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. No que se refere a esta Instituição, o artigo 48, de Constituição de 1892, explicita:

Art 48 [...] decidirá, em segunda e ultima instancia, todas as causas civeis, commerciaes e criminaes, que a lei submitter ao seu conhecimento; competindo-lhe tambem o processo de julgamento do governador, nos crimes comuns e nos de responsabilidade. (Constituição Política do Estado do Piauí, 1892, secção terceira, capítulo V, art. 48 apud Pereira e Ommati, 1988, p. 226).

<sup>91</sup> A sistematização das questões postas aqui estão satisfatoriamente desenvolvidas em *A formação do estado burguês no Brasil (1889-1891)* de Décio Saes.

<sup>92</sup> A Constituição Política do Estado do Piauí, secção primeira, no seu capítulo II, artigo 18 explicita as competências e atribuições da Câmara Legislativa. IN: PEREIRA, OMATTI, 1988, p. 220 et seq.

Confome o Decreto nº 229, de 05 de maio de 1902, no seu artigo 30, é da competência. do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado:

Dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as sessões e conferências..." (§3º); "assignar... accordãos e com o relator as cartas de sentença " (§11º) ; expedir... ordens (§12º) ; fornecer ao governador do Estado... relatório circunstanciado sobre a administração da justiça (§15º); exercer funções antes próprias à extinta Junta Comercial (§17º) (PIAUI. Governo. Leis, decretos etc. Decreto nº 229, de 05.05 1902, s/p.).

e) Presidente do Tribunal de Contas do Estado:

Art.98 – Fica instituido, com sede na Capital do Estado, um Tribunal de Contas, para liquidar as contas da receitas e despesa do Estado e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas á Camara.

Parágrafo único. Uma Lei Ordinária regulará a sua organização. (Constituição Política do Estado do Piahy, 1892, disposições geraes, capítulo III).

O decreto nº 139, de 25 de julho de 1899 expede o Regulamento do Tribunal de Contas do Estado, que constitui a Lei nº 210, de 1º de julho do mesmo ano. Segundo o artigo 51 desta Lei, dentre as distintas atribuições do Presidente do Tribunal de Contas é de sua competência:

§2º Ordenar o registro diário das ordens de pagamento, mandados de despesas e títulos de empregados, à vista do parecer do Director e informações da Secretaria de Fazenda...

§3º Convocar, presidir e dirigir as sessões do Tribunal, manter a ordem nas discussões, apurar os votos, deliberar conjuntamente com os membros do Tribunal, votando em último lugar. (PIAUI. Governo, 1899, p.134).

f) Procurador Geral do Estado

Art. 71 é creado o Ministerio Publico, para representar o Estado, seus direitos e interesses, os da Justiça Publica, dos interdictos e ausentes, perante os Tribunaes e Juizes. Sua organização será feitas por Lei, baseando-se no seguinte;

§ 1 O Procurador Geral será nomeado pelo Governador, dentre os cidadãos notaveis por sua reputação e saber, ou dentre os juizes de Direito do Estado. Terá a categoria e os vencimentos dos membros do Tribunal de Justiça e sua nomeação a titulo vitalicio.

§ 3 Funcionará como representante do Estado e, em geral, officiará e dirá de direito nos feitos submetidos à jurisdição do Tribunal..

§ 6 Fornecerá instrucções e conselhos aos promotores públicos e resolverá as consultas destes sobre matéria concernenteà administração da Justiça do Estado. (Constituição Política do Estado do Piahy, 1892, do ministério Publico, capítulo II apud Pereira; Ommati, 1988, p. 228).

g) Secretário de Fazenda. Através do Decreto nº 44, de 30 de dezembro de 1893, o governo estadual organiza a Secretaria de Estado da Fazenda, que terá como titular o secretário de Fazenda cujas funções respeitam a organização contábil e orçamentária do Estado, sendo suas preocupações: o equilíbrio das finanças públicas, a arrecadação, a contabilização e fiscalização das vendas públicas, pagamento de pessoal, além de outras importantes funções para a estruturação do Estado republicano. (PIAUI. Governo. Leis, decretos etc. Decreto n. 44, de 30.12.1893, s/p.; BASTOS, 1994, p.522).

h) Secretário de Governo. A Secretaria de Governo foi organizada através do Decreto n. 14, de 10 de março de 1892, e do Regulamento nº 04. Mais tarde reorganizada pelo Decreto n. 224, de 05 de fevereiro de 1902, que atribui ao secretário de Governo as seguintes funções: organização burocrática das ações governamentais no que se refere às numerações e datações de leis e decretos, imprimi-los, publicá-los e divulgá-los, bem como comunicar a todas as autoridades e repartições sobre os atos expedidos pelo Governador. (PIAUI. Governo. Leis, decretos etc, Decreto n. 224 de 05.02.1902, s/p.)

i) Secretário de Polícia. Responsável pela segurança pública em todo o Estado. Ao Chefe de Polícia compete a coordenação e inspeção dos trabalhos da Força Pública estadual bem como apresentar ao governador relatório informativo sobre o efetivo militar, soldos e gratificações pertinentes à carreira militar (PIAUI. Governo, 1920, p.38).

j) Diretor de Obras Públicas. Cargo de natureza técnico-política, o diretor de Obras, segundo o Decreto nº 62, de 21 de novembro de 1896, tem o status de secretário de Estado devido às atribuições que a ele compete, tais como: informar, consultar, esclarecer ao Governo sobre questões de natureza técnica; inspecionar e examinar pessoalmente o serviço de obras públicas assim como as colônias, hospedarias de imigrantes e agências de imigração e "impor aos concessionários, arrematantes e empreiteiros de obras públicas e aos compradores

de terras que faltarem as suas obrigações as penas e multas em que incorrerem." (PIAUÍ. Governo. Leis, decretos. Decreto n. 62 de 21.11.1896, p.83-89).

l) Diretor de Instrução Pública. Embora o Decreto nº 40, de 11 de julho de 1893, tenha suprimido o lugar de diretor geral de instrução pública, as atribuições deste passam a ser de responsabilidade de um lente do Liceu, designado pelo governador do Estado. Dentre as diversas funções do cargo, compete ao Diretor de Instrução pública: organizar o serviço estadual de instrução, contratar os funcionários de sua diretoria, organizar campanhas em favor do aumento do número de matriculados nas escolas públicas do Estado como também viabilizar ações destinadas à diminuição do número de analfabetos no Piauí. (PIAUÍ. Governo, 1905, p.12).

m) Diretor de Saúde. Cargo de grande importância técnica, social e política, criado pelo Decreto nº 89, de 06 de setembro de 1898, o diretor de Saúde é detentor de muitas responsabilidades em matéria de saúde pública. Por isto, todo o serviço relacionado à prevenção contra doenças, programas de vacinação, fiscalização das ações da diretoria, emissão de pareceres e relatórios fundamentados concernentes à saúde pública.

Sua importância política fica bastante evidenciada, como parte estruturante da nova ordem jurídico-política no artigo 7º, no parágrafo 8, desse mesmo decreto, que confere ao diretor de Saúde mais estas competências:

Conceder ou negar licença para instalação de hospitais particulares, casas de saúde, etc; exercer sobre elles vigilância; mandar fechar os que forem inconvenientes à saúde pública por sua situação, instalação ou regimen, intimados os respectivos donos, sob pena de multa ou clausura do estabelecimento a effectuarem os melhoramentos ou reformas necessárias se se tratar de defeitos sanáveis, dentro do prazo que lhes for marcado. (PIAUÍ. Governo. Leis, decretos etc. Decreto n 89, de 06.11.1898, s/p.).

Preconiza, ainda, aquele Decreto, no seu artigo 7, § 32, a seguinte ação pública: "dar pelo menos uma vez por semana consulta aos pobres que o procurarem".

É importante explicitar que a elite política que dirige a política republicana se assenta na estrutura de classes e no modelo de Estado implementado como exigência da República e das forças políticas atuantes neste contexto. Acreditamos que não se deve tratar de elite política sem relacioná-la às classes sociais e ao Estado. Na seqüência, teceremos considerações sobre classes sociais e elite política.

### **3.2 Sobre a concepção de classes sociais**

Em termos gerais, nos trabalhos de Marx a questão da classe social é posta como fundamental na medida em que esta evidencia dois aspectos: o primeiro diz respeito ao fato de que a classe social decorre da estrutura social que, no caso do capitalismo, divide os participantes do processo produtivo em proprietários dos meios de produção e destituídos dos meios de produção; o segundo revela a atuação das classes, vinculando-as ao Estado como aparato institucional que representa os interesses da classe dominante, ainda que aparente imparcialidade no seu funcionamento. Neste ponto, Marx é bastante esclarecedor:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e no qual se resume toda sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real - na vontade livre. Da mesma forma, o direito é reduzido novamente à lei. (MARX, 1986, p. 98).

Conforme o exposto, uma classe se faz dominante a partir do momento em que conquista o poder político e o submete a seus interesses. É nesta perspectiva que caracterizamos o Estado como classista.

Gramsci, por sua vez, analisa a classe social relacionando-a à questão da hegemonia. Assim, uma classe para ser hegemônica deve controlar os aparelhos de Estado através de um duplo recurso: a) a persuasão-que diz respeito à possibilidade de que sua visão de mundo dominante seja compartilhada por indivíduos pertencentes a distintas classes sociais; b) a força-que diz respeito ao uso da coerção física, caso haja necessidade, para que a

classe dominante se mantenha no poder. Deste modo, em Gramsci, a hegemonia deve ser entendida como direção e domínio, consenso e coerção, que, remetidos às classes sociais, conferem-nas os qualificativos classes dominantes e classes subalternas.

Para Mochcovitch (1990), que realizou estudo sistemático sobre a relação educação-sociedade, a partir da obra de Gramsci:

O conceito de hegemonia, finalmente, representa talvez a contribuição mais importante de Gramsci à teoria marxista.. Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia [...]. (GRAMSCI, 1966, p. 70 apud MOCHCOVITCH, 1990, p. 20).

Seguindo fielmente o pensamento de Gramsci, Mochcovitch revela a concepção do intelectual italiano sobre as relações entre classes sociais a partir da problemática da hegemonia: "[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como 'domínio' e como 'direção moral e intelectual'. Um grupo social é dominante sobre os grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter com a força armada, e é dirigente em relação aos grupos afins ou aliados" (GRAMSCI, 1966, p. 70 apud MOCHCOVITCH, 1990, p. 20 et seq.).

Em relação ao Estado, Gramsci o concebe compreendido por instâncias as quais denomina de sociedade política, para caracterizar o elemento coercitivo do Estado e sociedade civil para identificar o aspecto de direção do Estado, ou seja, a instância do Estado que permite a dinâmica política e o confronto entre concepções de mundo e de diferentes classes sociais. Acrescente-se a isto o fato de que Gramsci atesta a natureza do Estado classista, embora trabalhe com a possibilidade de que as classes subalternas possam conquistar o poder através de um projeto de direção intelectual e moral, pois:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência do fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um

fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de 'distinção', de 'separação' de independência. [...]. (GRAMSCI, 1981, p. 21 apud MOCHCOVITCH, 1990, p. 24).

Estudioso do modo como o poder político está estruturado no capitalismo, Althusser reinterpreta algumas concepções de Gramsci e resgata a natureza classista do Estado presente na obra de Marx. Acredita aquele autor que Marx—ao analisar o Estado—elaborou uma teoria descritiva do Estado que, embora apresentasse os elementos essenciais, não discutia o funcionamento do Estado nem o modo como os componentes políticos e ideológicos se materializavam.

Para Althusser o Estado na sociedade capitalista se organiza sob mecanismos estruturantes (jurídico-políticos e ideológicos), os quais denomina Aparelhos de Estado. Estes se manifestam na forma de Aparelhos Repressivos de Estado, que conferem a este o uso legítimo da repressão ou da violência física e os Aparelhos Ideológicos de Estado, através dos quais o Estado se apresenta como disseminador e viabilizador dos interesses representativos da classe dominante através da interpelação da ideologia ou da violência simbólica,<sup>93</sup> embora a ação do Estado se apresente como política de interesse geral. A este propósito, Althusser afirma:

[...] A distinção entre o público e o privado é uma distinção intrínseca ao direito burguês, e válida nos domínios (subordinados) aonde o direito burguês exerce seus 'poderes'. O domínio do Estado lhe escapa, pois este está 'além do Direito': o Estado, que é o Estado da classe dominante não é nem público nem privado, ele é ao contrário a condição de toda distinção entre o público e o privado. (ALTHUSSER, 1989, p. 69).

Na perspectiva de compreender a relação que se estabelece entre poder político e classes sociais, Poulantzas analisa a estrutura de classes no capitalismo e a relaciona ao modo como as classes dominantes ou frações de classe se articulam, constituindo o bloco no poder. Poulantzas trabalha com a questão da hegemonia, mas, diferentemente de Gramsci, seu conceito de hegemonia nos permite visualizar e entender as questões relativas ao poder entre as diferentes frações da classe dominante.

---

<sup>93</sup>O termo violência simbólica pode ser encontrado como elaboração própria de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron no livro "A reprodução—a teoria de ensino enquanto violência simbólica".

Poulantzas enuncia um dos sentidos do conceito de hegemonia, quando utilizado para a compreensão das práticas políticas das classes dominantes de uma formação social capitalista:

[...] O conceito de hegemonia reveste igualmente uma outra acepção, a qual não é de fato indicada por Gramsci. Veremos, com efeito, que o Estado capitalista e as características específicas da luta de classes em uma formação capitalista *tornam possível* o funcionamento de um 'bloco no poder', composto de várias classes ou frações *politicamente dominante*. Entre essas classes e frações dominantes, uma delas detém um *papel dominante* particular, o qual pode ser caracterizado como *papel hegemônico*. Neste segundo sentido, o conceito de hegemonia exprime a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista. (grifos do autor) (POULANTZAS, 1977,p.137).

Sua abordagem se faz essencial, visto que este estudo se remete a uma análise das classes constituídas no Piauí da República Velha, e a estrutura de classes do Piauí, nesse período, é constituída basicamente de frações da classe dominante e de uma classe média pouco definida no que concerne aos seus interesses e organização. Desse modo, buscamos nas análises de Poulantzas o referencial teórico-metodológico necessário para melhor compreender a situação do Estado e das classes no Piauí republicano. Entendemos que, no processo político piauiense, duas frações da classe dominante fazem a dinâmica desse processo, quais sejam: os grandes proprietários de terras e os grandes comerciantes.

### 3.3 As classes sociais na República piauiense

As classes sociais no período republicano tomam nova configuração em virtude de dois elementos fundamentais: as mudanças de ordem jurídico-política (a estruturação do Estado republicano, a federalização, a relativa autonomia etc.) e econômica (a produção do café e a emergência de um conjunto de atividades econômico-financeiras dela derivadas, a extração da borracha, a comercialização do mate, dos couros, das peles, do charque e a decadência da produção açucareira etc.).

Essa configuração das classes sociais apresenta similaridades, mas também condicionamentos locais que acabam por revelar um *modus vivendi* particular. Guiados por este pressuposto, esboçaremos os processos constituintes das classes no Piauí.

### 3.3.1 O processo de constituição dos grandes proprietários de terras

Elemento constituinte de uma sociedade predominantemente agrária, o setor ligado à grande propriedade consegue entranhar-se na estrutura da sociedade piauiense de modo que a formação da sociedade se confunde com a própria constituição desse elemento nuclear da estrutura social.

Conforme demonstra Brandão (1994), em seu “A elite colonial piauiense”, a delimitação territorial do Piauí se vincula, em um primeiro momento, a interesses portugueses para, ulteriormente, significar nova apropriação das terras locais por aqueles que, devido às cartas de sesmarias, habitam para explorar suas novas propriedades.

Ainda consoante Brandão (1994), a elite piauiense do período colonial se constitui a partir de interesses designativos das famílias que, através de laços de matrimônio, passam a manter fortes relações de parentesco, como estratégia de dominação política e exploração de território.

[...] o elemento de unificação dos grupos da elite social do Piauí era o vínculo familiar. Os laços de parentesco entre pessoas e famílias deram origem a extensos grupos de parentes, cujo poder se fazia sentir não apenas porque tinham grandes áreas sob o seu domínio mas também porque exerciam o controle político local, através da colocação de seus representantes nas diversas esferas da administração pública. A ação política desses grupos modelavam-se no parentesco, mas os suportes eram a solidariedade entre os parentes e a fidelidade aos interesses familiares. A estrutura de poder baseada na estrutura familiar deixava a administração pública à mercê dos interesses privados dos grupos dominantes. (Inid., p. 175).

Indubitavelmente, podemos afirmar que aí remonta a formação do setor agrário do Piauí. Com ele, instala-se o latifúndio, pouco produtivo e parcamente habitado, destituído de

contatos mais frequentes entre proprietários. Mott (1985, p.51) faz referência às macropropriedades relatadas por Von Spix e Von Martius (1938, p.419 et seq.):

A ocasião da seca se torna necessário movimentar as boiadas em grandes espaços alternando pastos para que elas consigam achar capim seco e frutas (daí) os grandes proprietários das grandes fazendas não quererem ceder porção alguma de suas terras (para moradia de agregados), por considerarem indispensáveis as grandes extensões para atender à criação do seu gado.

Mott (1985, p.51) cita, ainda, trecho do "Roteiro do Maranhão a Goiás", de autor desconhecido, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1900, cujo teor é o seguinte:

Pela mudança que há no Piauí tão sensível nas estações do tempo, até chegar a faltar em muitas partes o mesmo pasto seco, em toda a extensão do terreno, muitas vezes não basta para que os moradores vivam pela maior parte dispersos e distantes três, quatro e cinco léguas uns dos outros.

Tentando evidenciar as causas do latifúndio Mott, ainda no seu Piauí colonial, declara:

A razão da existência das fazendas com áreas tão dilatadas se explica, repetimos, pela maneira como tais terrenos eram ocupados: a rusticidade do nível técnico dominante na pecuária e a rarefação das pastagens nos períodos estivais forçavam os proprietários a desejarem e necessitarem grandes extensões fundiárias. (Ibid., p.52).

Martins e colaboradores (1979)-para quem a formação da sociedade piauiense data do século XVII, mais precisamente 1684 - acrescentam que, no processo de devassamento do território piauiense e dizimação das populações indígenas, são os preadores paulistas e baianos que atuam na região, sendo os últimos os que permanecem também com o propósito de habitá-la. Assim, habitam-na em razão das terras a eles concedidas pela Coroa através de cartas de sesmarias.

É importante assinalar que, no caso piauiense, a concessão de cartas de sesmarias está vinculada ao apresamento do elemento indígena e a sua conseqüente aniquilação. Por esta

razão, durante muito tempo, a figura do grande proprietário foi confundida com a do predador de índios, conforme asseveram Martins e colaboradores (1979, p. 25 et seq.).

Em síntese, é através desse documento régio-como instrumento legal; da pecuária extensiva- como atividade produtiva-e da ausência de mercado interno, que se formam os latifúndios e, com eles, os grandes proprietários de terras.

No início do século XVIII, Dias (1985, p. 49) assevera o apoio português à perseguição do índio do Piauí. Esta autora afirma que: "em 1706 a Corte portuguesa manda distribuir armas entre os colonos para lutarem contra os índios, o que evidencia o apoio das autoridades da época no extermínio da população indígena".

No Império, o poder dos Grandes Proprietários de Terras vai-se solidificando, tendo em vista que é neste período que a atividade pecuária se expande e o Piauí se organiza em termos administrativos. Contudo, é apenas na República, devido à autonomia dos Estados federados, que o reordenamento jurídico-político e o caráter burguês do Estado permitem-nos visualizar a organização dos Grandes Proprietários de Terras, pois eles já apresentam um grau de controle e inserção nos aparelhos de Estado, ou no embrião destes aparelhos, de modo que, no início do período republicano, eles constituem o setor de classe em condições favoráveis à direção do Estado.

A formação de um bloco dominante no Piauí é resultante de alguns aspectos, quais sejam:

- 1) Da relação que se estabelece entre o elemento nativo (o índio)-subordinado, despreparado para enfrentar o invasor- e o elemento externo (o predador paulista ou baiano): dominador e equipado para os conflitos;
- 2) da exploração deste novo habitante e do exercício do seu domínio, fazendo uso, inclusive, de laços de matrimônio;
- 3) da reafirmação do seu poder, quando se põe como elemento precípua na constituição do Estado republicano, ocupando as posições de mando ou delegando

poderes a outrem. Os primeiros aspectos estão suficientemente explicados pela historiografia piauiense. Deste modo, vamos enfatizar o terceiro aspecto.

No processo de constituição do Estado republicano, o modo de organização do poder político permite que determinados setores, no interior das províncias, constituam-se como agentes de relevo em uma atividade: “a política”. Esse elemento dá origem à organização dos Grandes Proprietários de Terras. Na República Velha, sua expressão política se configura em domínios regionalizados, que se apresentam como uma espécie de “zona distrital”. Deste modo, é possível localizar—apenas a título de exemplo—o Coronel Doca Borges (Raimundo Borges da Silva) na região de Floriano, São Raimundo Nonato e São João do Piauí; Coronel José de Almendra Freitas, em Livramento; Coronel Tomaz Rebelo de Oliveira Castro, em Piripiri.

Nesse período, o Coronel combina o papel político de líder com o papel social de protetor/condutor do seu eleitorado e, conforme a legislação vigente, acumula o mandato de intendente no Município e o de deputado estadual. Por vezes, indica representantes para exercer função de mando.

Esses representantes que não são, necessariamente, pertencentes às famílias dos coronéis, podem ser recrutados a partir de critérios como: fidelidade política e/ou formação acadêmica. Não se estranha, porém, que a maioria desses representantes guarde alguma relação de parentesco com os donos da política local, pois, de uma realidade periférica no âmbito da sociedade brasileira, marcada pelas bases culturais do período colonial e pela baixa densidade populacional, como é a piauiense, não se deve esperar que o parentesco—ainda que não determine— não se constitua em um elemento importante para a composição das classes dominantes. Mesmo assim, veiculamos a hipótese de que as decisões e os conteúdos da política, na República Velha, não são determinados por orientações de bases familiares. Inversamente, veiculamos a idéia de que a sociedade piauiense vivencia um momento de ajustamento às novas exigências do capitalismo internacional e, embora periférica, tem importância na estruturação do poder para as classes que emprestam significados aos projetos político-econômicos em nível nacional. Este aspecto será retomado no próximo capítulo.

Nesta conjuntura, os Grandes Proprietários de Terras representam as preocupações da tradicional sociedade agrária piauiense e defendem a grande propriedade. Para eles, a terra é o principal elemento de riqueza. Por isso, garantem o poder através de fraudes, violência, perseguições, arranjos e composições; exportam produtos em sua forma natural, sem transformá-los; estabelecem vínculos e pactos políticos com a União, mas legitimam seu poder em suas bases eleitorais no Município, não desconhecendo que é o Partido que formaliza chapas, apresenta candidaturas e elege; sua formação acadêmica é quase nula, mas buscam nos bacharéis o elemento de apoio e o suporte intelectual para a legitimação de seu poder.

Vale ressaltar que, além disso, o setor agrário difunde uma concepção de mundo que combina um sentimento de localidade, de apego à família, de claras definições dos estratos sociais e de ordenamento da sociedade, não perdendo de vista que, em se tratando do poder, às vezes, é necessário rever discursos, práticas e, até mesmo, conforme a conjuntura, ampliar as funções de mando, ainda que seja uma ampliação restrita. É justamente este leque de possibilidades que garante a permanência do setor agrário no interior do aparelho estatal do Piauí durante todo o primeiro período republicano, e depois dele, embora sua posição possa modificar-se nesse período.

Os elementos supramencionados são indicativos da constituição e do funcionamento da burguesia agrária.

### **3.3.1.1 A estrutura organizativa dos grandes proprietários de terras**

Parece bastante razoável a afirmativa de que as lutas de classes estão condicionadas ao modo como as classes sociais se organizam em instituições que representam seus interesses. Todavia, quando se trata da classe dominante é possível afirmar que nem sempre essa organização se situa fora do Estado. Esta é uma possível interpretação da situação dos grandes proprietários rurais do Piauí durante a República Velha.

Havendo pesquisado em jornais e documentos oficiais desse período, foi possível verificar o nível de organização dos comerciantes em classe, como mostraremos no próximo

item deste capítulo. Contudo, não identificamos a organização dos Grandes Proprietários de Terras (GPT's) em entidades defensoras de seus interesses. Cabe, então, a seguinte questão: por que não nos foi possível identificar as entidades representativas dos Grandes Proprietários de Terras?

A exposição do item anterior - o processo de constituição dos Grandes Proprietários de Terras-sugere que esta fração de classe surge e se consolida vinculada à estrutura social e ao poder político. Neste caso, cabe a hipótese de que a relação entre Grandes Proprietários de Terras e Estado prescinde de quaisquer organizações paraestatais representativas dos interesses latifundiários, já que o Estado é o seu representante e são esses interesses que gozam de hegemonia.

A hipótese, contudo, permitiria um conjunto de reflexões conduzidas por questões da seguinte ordem: como é possível apresentar essa hipótese se, no decorrer da República Velha, as Associações Comerciais-arautos dos interesses comerciais - conseguem viabilizar alguns de seus interesses através de políticas governamentais? Seriam hegemônicos os interesses comerciais?

Outra possibilidade é a de que o processo de organização do setor comercial teria provocado, paulatinamente, uma espécie de enfraquecimento à atuação dos GPT's. Aqui cabem duas questões, pelo menos: se isto aconteceu, por que os interesses comerciais não foram satisfeitos plenamente e conforme suas reivindicações? Se houve enfraquecimento, por que não é tão visível a perda de poder dos GPT's?

Uma terceira hipótese é a de que o baixo grau de divisão do trabalho social provoca a aparência de uma simbiose, permitindo surgir um tipo de agente econômico-político (o burguês de múltiplas faces) que agrega atuações diferentes, tornando difícil a identificação de entidades organizativas dos GPT's. Se esta hipótese é verdadeira, como podemos trabalhar com a idéia de frações de classe? Para Poulantzas, podemos denominar de frações de classe "os conjuntos sociais suscetíveis de se tornarem frações autônomas: e isto segundo o critério dos 'efeitos pertinentes'."(POULANTZAS, 1977, p. 82).

A última alternativa consiste no fato de que há uma luta hegemônica entre os Grandes Proprietários de Terras e os Grandes Comerciantes, que resulta na alternância de hegemonias ou poderíamos caracterizar como momento de crise de hegemonias.

Na nossa perspectiva, a não explicitação ou a inexistência de organizações privadas representativas dos interesses exclusivamente latifundiários se deve a uma conjunção de aspectos: 1) têm a ver com o baixo grau do desenvolvimento capitalista do Piauí no período, sobretudo nas duas primeiras décadas da República, pois neste contexto, os comerciantes ainda não estão consolidados com projeto específico de classe; 2) remetem-se ao fato de que, sobretudo nas duas primeiras décadas republicanas, o Estado não atende a quaisquer reivindicações fundamentais do setor comercial (ao contrário, colide com ele em alguns momentos); e 3) relacionam-se ao modo como os comerciantes, em um tempo diminuto, criam suas estratégias organizativas e difundem seu projeto, imprimindo certa altivez nas últimas décadas da República.

Em síntese, a não constatação de organizações privadas dos Grandes Proprietários de Terras se deve ao fato de que, em um primeiro momento da República, seu domínio foi praticamente exclusivo e, em um segundo momento, a impossibilidade de publicizar seu projeto de classe como um projeto de interesse geral, já que os interesses comerciais apareciam como reivindicação de uma suposta vontade coletiva, subordinou os interesses latifundiários. Nesta conjuntura, o capital comercial começa a subordinar os interesses agrários, quando parte significativa da receita pública advém de atividades comerciais. É importante, assim, revelar que as instituições ou organizações paraestatais existentes, no período, expressam um momento em que os agentes só distinguem seus interesses quando esta distinção não compromete as estruturas de poder (os interesses agrários convivem com os interesses comerciais) e outro momento em que esses interesses são segregados e constitutivos de determinada fração.

As conseqüências dessas conjunções ou segregações de interesses está na própria estrutura social que revela a possibilidade de harmonização de conflitos e a emergência de um agente simbiótico que contemple interesses antagônicos: o burguês de múltiplas faces.

Sobre a emergência do burguês de múltiplas faces e a questão da hegemonia no Piauí do período, trataremos, mais detalhadamente, no próximo capítulo.

### **3.3.2 O processo de constituição dos grandes comerciantes**

Diferentemente do setor de grandes proprietários rurais, o setor comercial- pela própria natureza de suas atividades socioeconômicas-caracterizam-se pelo seu dinamismo e vitalidade. Mesmo sob os obstáculos pertinentes a uma sociedade carente de políticas de infraestrutura nas áreas de transporte e comunicação, o setor comercial reúne esforços de grandes comerciantes a fim de constituírem aquilo o que denominamos de um projeto de classe.

Inicialmente composta por portugueses, mas também por ingleses, franceses e, mais tarde, por sírio-libaneses e seus descendentes, a burguesia do comércio local consegue imprimir em cidades como Teresina, Parnaíba e Floriano, precisamente, um ritmo de pólos comerciais do Piauí.

Essas cidades, de razoável acesso, se comparado ao da maioria das cidades piauienses – facilitado pela via fluvial constituída pelo rio Parnaíba – passam a aglutinar a elite do setor comercial que, apesar de tímida, no plano partidário, organiza seu projeto econômico e se imiscui nas contendas partidário-eleitorais.

De formação educacional superior à dos membros da elite vinculada à terra e, em freqüentes contatos com importadores e fornecedores, o setor comercial expande seus negócios, ampliando também sua visão de mundo através de organizações políticas existentes no plano nacional e de órgãos de publicação–como o Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro–preconizando uma pauta de reivindicações do setor ao governo brasileiro.

Esse comportamento social dissidente do "tronco social" do Piauí permite aos comerciantes locais um senso de organização em um plano macrossocial em termos de Brasil acompanhando, ainda, a dinâmica do mercado internacional sem, contudo, perder de vista as reivindicações mais cotidianas do setor comercial do Piauí. Por isto mesmo, a Associação

Comercial de Paraíba cria, em 1922, o seu "Jornal do Comércio", que traz "notícias e orientações aos seus associados e ao público em geral" (MENDES, 1994, p. 31).<sup>94</sup>

Esses comerciantes—como foi distinguido do estrato mais tradicional—vislumbram as possibilidades de um Piauí mais desenvolvido. Em consequência, buscam organizar-se, primeiramente, fora dos aparelhos do Estado, criando um conjunto de instituições ou entidades representativas dos interesses comerciais, conforme exposto no Quadro 7:

### Quadro 7

#### Organizações do Setor Comercial

ASSOCIAÇÕES	ANO
Associação Comercial Piauiense	1903
Associação Comercial de Paraíba	1917
Extímulo Caixeiral	1895
Sociedade jovem síria	1916
Associação dos empregados do Comércio	1928
Associação dos Varejistas de Teresina	1929
União Caixerai (Paraíba)	1918
Clube dos Diários	1922
Soc. Construtora de Predios Urbanos	1913
Sindicato Agrícola de Theresina	1911
Associação Commercial do sul do Estado (Floriano) <sup>95</sup>	1920
Associação Commercial Central do Piahy	1922
Associação Comercial de Picos	1924
Associação de Comércio, Indústria e Arquitetura Ceirense	1926

Fonte: BASTOS (1994, op.cit., p.142).

As instituições referidas têm como objetivo defender os interesses da fração comercial, buscando identificá-la com os anseios pelo progresso da sociedade piauiense. A

<sup>94</sup> Mendes. Iweltman. Associação comercial de Paraíba- lutas e conquistas. Teresina; Edufpi, 1994.

<sup>95</sup> Aparece no Anuário Estatístico de 1926

elite do Comércio do Piauí interpreta que as dificuldades de comercialização ocorrem pelo fato de não haver uma política de infra-estrutura quanto a transporte e a comunicação.

Os comerciantes constituem uma estrutura político-ideológica através da qual pretendem representar a sociedade civil, colocando-se como vanguarda do desenvolvimento local, embora não presente, nas primeiras décadas da República, a mesma significância do setor agrário no que se refere às decisões no âmbito do Estado e na esfera do partido político dominante. É o setor comercial piauiense, parafraseando Fausto (1995), “subordinado e significativo”. Subordinado por não conseguir ser a força hegemônica no interior da classe dominante e pelo fato de que no processo decisório não consegue constituir-se como a força política que altera o conteúdo das decisões. Significativo porque representa a atitude de uma dissidência oligárquica não mais baseada em argumentos ou justificativas de ordem familiar, mas uma dissidência fundada em critério econômico-político de classe, como afirma Mendes (1994, p.11):

Fazia-se, então, necessário organizar os mais diversos produtores, exportadores e comerciantes, em torno de uma instituição que lhes desse maior representatividade e dinamismo de ações. Essa nova Instituição deveria transformar-se no veículo condutor das mais legítimas aspirações da classe comercial e da própria cidade de Parnaíba.<sup>96</sup>

A burguesia comercial é, no início da República, força política subordinada no interior do bloco dominante. É nesta perspectiva que compreendemos o setor comercial como fração da classe dominante que, por estar subordinada no interior desta mesma classe, busca ressaltar a sua significância, implementando um conjunto de proposições que será sinônimo de luta pelo desenvolvimento do Piauí.

### **3.3.2.1 A organicidade dos grandes comerciantes**

A força política do setor comercial está manifestada no dinamismo que ele consegue empreender durante a República Velha no Piauí. Contudo, essa dinâmica não é

---

<sup>96</sup> MENDES, Iweltman. *Associação Comercial de Parnaíba: lutas e conquistas*. Teresina: Edufpi, 1994.

capaz de modificar a estrutura política no que concerne a uma maior capacidade de influenciar nas decisões do Estado. Neste sentido, acreditamos que a despeito do acelerado processo de organização da burguesia comercial, tal organização se dá fundamentalmente fora dos aparelhos de Estado, isto é, os protagonistas dos interesses do comércio fundam um considerável número de instituições sociais que expressam a tentativa desse setor em projetar-se como força política representativa do desenvolvimento piauiense, discurso que tem como propósito legitimar-se socialmente e, além disto, serve como via para a paulatina imiscuição dos comerciantes no Estado.

Indubitavelmente, as associações comerciais piauienses assumem importante papel, na medida em que elas se constituem no principal arauto dos interesses comerciais da nova sociedade republicana. A atuação dos comerciantes se difunde através de associações nos principais centros urbanos piauienses. Sobre a Associação Comercial de Paraíba, Mendes (1994, p.12) faz a seguinte alusão:

No Estatuto ficaram bem claros os fins maiores que norteiam essa Associação, como: representar e defender os legítimos interesses das classes econômicas; a defesa dos interesses comuns; promover o desenvolvimento e a prosperidade das atividades empresariais; estimular o espírito de solidariedade entre as classes produtoras e promover o bem comum.

A capacidade organizativa do setor comercial no Piauí se diferencia durante a Primeira República. Em um primeiro momento, que se inicia na década de noventa do século XIX, a sociedade piauiense atravessa um processo no qual a balança comercial do Piauí é superavitária, em virtude principalmente da intensificada atividade comercial, permitida precipuamente pela produção/exportação da borracha de maniçoba.

Este momento, singular na história do Piauí, pode ser dimensionado desde o advento dos anos noventa daquele século até os anos 10 do século XX. Aí tem lugar o surgimento das primeiras entidades fundadas pelo setor comercial, como as que se seguem: Estímulo Caixeiral (1895); Associação Comercial Piauiense (1903); Associação Comercial de Paraíba (1917) e União Caixeiral (1918).

O segundo momento coloca o setor comercial diante de: 1) avanços- se considerarmos sua organização fora dos aparelhos de Estado; 2) de incertezas-quanto à

situação dos mercados nacional e mundial, sobretudo com a emergência da I Guerra Mundial; 3) de retrocessos-quando do declínio do produto gomífero nacional. Contudo, autores como Nunes (1988) afirmam que neste momento o comércio consegue efetivar alguns dos seus projetos político-econômicos, o que para nós não é sinônimo de hegemonia no bloco do poder, mas significa a satisfação parcial de alguns interesses, o que designa a própria dinâmica da luta política pelas frações da classe dominante.

Seu processo de organização tem continuidade, pois são constituídas outras entidades, tais como: Associação Commercial do Sul do Piauí (1920), Associação Commercial Central do Piauí (1922) , Associação Comercial de Picos (1924) e Associação de Comercio, Indústria e Arquitetura Oeirense (1926).

O terceiro momento está mais propriamente vinculado ao que Fausto (1995) tem denominado de “a crise dos anos vinte”, fase de muitas manifestações políticas questionadoras da organização do Estado, do custo de vida, das desigualdades resultantes do modelo de desenvolvimento. No bojo destas reivindicações, situam-se as demandas do setor comercial-que se reconhece como força responsável pelo desenvolvimento-por reivindicar a construção de estrada de ferro, a navegabilidade do rio Parnaíba, a construção do porto de Amarração, implementação da rede bancária nas principais cidades do interior piauiense, definição dos limites interestaduais.

O setor comercial do Piauí consegue, em tempo relativamente curto, fundar suas entidades, implementar uma dinâmica política quanto às suas reivindicações e imiscuir-se no Estado.

### **3.4 A elite política**

Ressaltamos, na introdução deste estudo, que a elite política brasileira tem sido estudada por diversos cientistas sociais brasileiros. Dentre alguns trabalhos recentes, podemos

citar: a) o de Boschi (1979),<sup>97</sup> que analisa o processo de democratização brasileiro associado à ação política da burguesia industrial brasileira como setor organizado e sujeito fundamental nesse processo; b) o de Pereira (1985)<sup>98</sup>, que discute as diferentes conjunturas políticas da República brasileira, apresentando os diversos pactos políticos firmados nessas conjunturas, ressaltando a ação dos sujeitos no processo político; c) o de Martins (1976)<sup>99</sup> que, à luz da concepção de modernização conservadora,<sup>100</sup> defende a idéia de que os conflitos políticos existentes no interior da classe dominante não significam e não acompanham os conflitos existentes nas relações de produção. Acrescenta esse autor que as elites estabelecem coalizões, o que favorece a manifestação do Estado no Brasil em três aspectos: como aparelho de dominação, como campo privado das elites e enquanto árbitro dos conflitos entre elas. Associado a isto, o autor concebe a elite como: "Les groupes et les individus placés le plus haut dans les échelles de prestige, d'influence et de pouvoir existantes à l'intérieur d'une structure de domination donnée." (MARTINS, 1976, p.20).

Love (1982, p. 215), em estudo sobre a elite política na República Velha, formula assim a sua concepção: "[...] a elite política composta pelos ocupantes dos cargos mais importantes no governo e nos partidos dominantes, tanto a nível estadual como federal, entre 1889 e 1937."

Em relação às contribuições supracitadas, procuramos resgatar aspectos importantes dessas interpretações. Todavia, nossa concepção de elite toma como referência principal o modelo apresentado pelos brasilianistas (Love, Wirth e Levine) com alguns acréscimos pois, para nós, o pertencimento a uma elite política não é designado pela posição formal que se ocupa na estrutura do Estado, mas pelas condições concretas de influenciar e ser parte ativa no processo decisório, condições estas qualificadas pela natureza da decisão, que se vincula a projetos de classe determinados.

<sup>97</sup> Cf. Boschi, 1976. "Elites Industriais e Democracia.

<sup>98</sup> Cf. Bresser Pereira, 1985 "Pactos Políticos- populismo à democratização

<sup>99</sup>"Povoar e développement économique-formation et évolution des structures politiques au Brésil" Martins, 1976.

<sup>100</sup> O conceito de modernização conservadora foi tomado de empréstimo a Barrington Moore Jr., apresentado na obra *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

Nossas formulações, a partir de agora, objetivam identificar, caracterizar, ou melhor, permitir uma visualização da elite política piauiense no período em estudo. Evidentemente, as condições de pesquisa obstaculizadas pelo difícil acesso às possíveis fontes de informação não nos permitem exaurir tal configuração.

Essa impossibilidade, entretanto, não compromete nosso objetivo, na medida em que os aspectos fundamentais da sociedade piauiense, apresentados no capítulo precedente, oferecem-nos as condições de compreender a realidade do Estado como marcadamente tradicional, dominada por forças políticas conservadoras sob a supremacia dos proprietários rurais e do setor comercial, emergente de forma organizada na República.

Considerando as dificuldades conceituais no emprego do termo elite política, optamos por vinculá-la às concepções de classes sociais e de Estado, reconhecendo que as primeiras tentam defender seus interesses nos campos da luta econômica, da luta ideológica e da luta política e o segundo constitui a expressão das forças que efetivam essas lutas

Esta análise toma a elite política<sup>101</sup> como as classes dominantes na efetiva direção do Estado ou como a explicitação do bloco no poder. Com o propósito de materializá-la, concebemos a elite política local levando em consideração: o conjunto das pessoas que assumem posições-de-mando na estrutura política do Estado, no período de 1889 a 1930 no Piauí; seu poder de decisão representando interesses efetivos das classes ou frações em luta política e a natureza ou o teor de sua decisão. Sendo assim, a relevância do nosso estudo não reside nos indivíduos que ocupam cargos, ainda que eles sejam citados no decorrer do trabalho, mas nos projetos político-econômicos que designam posições de classe. Desse modo, o conceito de bloco no poder apresentado por Poulantzas responde as nossas necessidades teóricas. Para esse autor, " O bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica. A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre essas forças, encontra-se nele constantemente presente, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica [...]" (POULANTZAS, 1986, p. 233 et seq.).

Sendo essas as nossas preocupações teóricas mais substantivas e aliando às limitações impostas por este trabalho – uma dissertação de mestrado – temos clareza de que uma análise aprofundada da atuação da elite política piauiense exigiria, por um lado, uma descrição da constituição da elite, explicitando um histórico dos agentes burocráticos em esferas de poder que poderíamos considerar de escalão inferior bem como das políticas implementadas pelas diferentes agências do Estado (também em sua relação com o governo central e as elites de outros estados). Para tornar exequível este trabalho, apresentaremos a elite política do Piauí em seus aspectos mais amplos, e como derivação da estrutura de classes e de Estado, norteados pelas concepções de classes e Estado por nós adotadas.

### **3.4.1 Configuração da elite política piauiense**

Na construção do nosso objeto, indicamos como posições de mando ou posições de elite os seguintes cargos:

- 1 Governador do Estado
- 2 Vice-Governador do Estado
- 3 Presidente da Assembléia Legislativa
- 4 Presidente do Tribunal de Justiça
- 5 Procurador Geral do Estado
- 6 Presidente do Tribunal de Contas
- 7 Secretário de Fazenda
- 8 Secretário de Governo
- 9 Secretário de Polícia
- 10 Diretor de Obras Públicas, Terras e Colonização
- 11 Diretor de Instrução Pública
- 12 Diretor de Saúde

---

<sup>101</sup> *É importante enfatizar que a noção de elite política só faz sentido para nós se vincularmos esse grupo seletivo ao Estado e às classes sociais. É nesta perspectiva que nossa concepção não se vincula às ações apresentadas pelos teóricos das elites, distinguidos na introdução a esta dissertação*

Em virtude dessa decisão, de indicar essas posições de elite, algumas observações são necessárias:

I) A delimitação do objeto pesquisado respeita mais as condições de operacionalização/execução da pesquisa e menos a uma exigência teórica. Neste sentido, quando indicamos essas posições como substrato da estrutura jurídico-política do Estado, isto decorre de nossa tentativa de tornar exequível o plano de pesquisa por nós elaborado. Acreditamos, contudo, que tal recorte não tenha prejudicado a análise na medida em que nossa compreensão do contexto em estudo aparece em todo o trabalho, suprimindo possíveis defecções quanto à definição do que chamamos aqui de elite política piauiense.

II) Em que pese à importância da representação federal<sup>102</sup> (na Câmara de Deputados, no Senado ou nos órgãos federais instalados no Piauí), decidimos não incluí-la como posições de mando devido às condições objetivas relacionadas a uma dissertação de mestrado. Ou seja, incluir essa representação como componente do objeto em estudo tornaria mais complexa a coleta de dados, sua sistematização e sua análise. Deste modo, referimo-nos a representantes piauienses no plano federal mas, em virtude de questões operacionais da pesquisa, não detalhamos sua atuação e não especificamos dados. Por outro lado, esses representantes participam de vários cargos na estrutura do poder político estadual. O mesmo se aplica aos deputados estaduais, excetuando-se os presidentes do Legislativo durante o período.

III) É inegável a trajetória de alguns elementos que comporiam a elite se nosso estudo levasse em conta a representação federal e trabalhasse com a categoria de análise-indivíduo-mas a definição do nosso objeto assim não permite. Dentre esses elementos, poderíamos citar Firmino Pires Ferreira que representa o Piauí na

---

<sup>102</sup> Não podemos negar que algumas políticas de interesse do Estado (ou da classe dominante) são decididas no plano federal. A fundação de um banco naquele período foi decidida no plano federal mas expressa forças políticas do interior do Estado (unidade federativa) e do Estado (poder político). Esta separação entre poder local-poder central é muito mais uma necessidade de darmos maior centralidade ao nosso objeto de estudo do que a efetiva segregação entre estas duas instâncias da política brasileira ou uma exigência teórica.

Câmara Federal (1891/3) e no Senado (1893/1917 e 1927/30), exercendo grande influência na política piauiense; contudo, como declaramos, não é o indivíduo o mais importante, mas a representação de classe a ele delegada.

IV) Apesar da relevância de cargos “menores”-Juizes de comarcas do interior, prefeitos municipais, delegados de polícia, coletores de impostos, vereadores etc-para o entendimento das relações de poder no Piauí, estes cargos não são considerados posições-de-mando porque exigiriam um tempo relativamente longo para a coleta de dados, embora saibamos que tais cargos são importantes, em nível local, e significativos na escalada para a ocupação das posições de elite. E, por considerarmos que esta ascensão política tem como princípio a mesma idéia de representação dos interesses de classes, não nos colocamos a tarefa de descrever a trajetória política realizada pelos membros da elite, o que é interessante para um outro trabalho acadêmico.

V) No concernente à Assembléia Legislativa do Estado, elencamos apenas o cargo de presidente deste órgão legislativo e seus respectivos ocupantes por considerar que eles podem expressar a força politicamente dominante no interior da Assembléia Legislativa, sendo possível constatar os conflitos ali postos através de consulta a atas das sessões daquele Poder.

VI) Não tomamos as comissões executivas dos partidos como elemento importante a ser considerado como posições de mando, embora o partido seja a instituição que organiza chapas, apresenta candidaturas e, na medida do possível, amortece conflitos. Como também há constantes migrações de pessoas, internamente ou de uma facção partidária a outra, defendemos a idéia de que os interesses predominantes na definição de candidaturas ou na ocupação de cargos no Estado respeitam objetivos partidários apenas quando estes se referem a interesses das frações constitutivas do bloco no poder.

VII) Pela pouca aplicabilidade do conceito de elite, reafirmamos a idéia de que os indivíduos aqui citados são indicativos mais da representação do bloco no poder do que de uma elite gestora do Estado independente das frações de classe.

VIII) Por último, elencamos os cargos efetivamente importantes para a formalização e implementação da nova ordem jurídico-política que se instalou a partir de 1889, consubstanciada e respaldada pela Constituição de 1891 e legitimada pelas constituições estaduais.

Tentando, pois, elaborar a relação geral de todos aqueles que compõem a elite política piauiense durante a Primeira República, chegamos a um total de 111 membros, ocuparam as 12 posições de mando, consideradas, neste trabalho, posições de elite. Nesses mais de 40 anos, 20 pessoas assumiram o cargo de governador, afóra as que compuseram as duas juntas governativas, conforme apresentamos no Quadro 8.

### Quadro 8

**Governadores Piauienses Segundo o Tempo de Exercício no Cargo de Governador ( 1889 - 1930)**

GOVERNADORES	PERÍODO
1 Gregório Taumaturgo de Azevedo <sup>103</sup>	26-12-1889 a 04-06-1890
2 Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima	27-12-1890 a 28-05-1891
3 Gabriel Luis Ferreira	28-05-1891 a 21-12-1891
4 Coriolano de Carvalho e Silva	11-02-1892 a 01-07-1896
5 Raimundo Artur de Vasconcelos	01-07-1896 a 01-07-1900
6 Arlindo Francisco Nogueira	01-07-1900 a 01-07-1904
7 Alvaro de Assis Osório Mendes	01-07-1904 a 05-12-1907

<sup>103</sup>Entre os governos de Taumaturgo de Azevedo e Álvaro Moreira assumiram o Executivo Estadual : Joaquim Nogueira Paranaguá (04-06-1890 a 23-08-1890 ), Gabino Suzano de Araújo Besouro (23-08-1890 a 19-10-1890) e Barão de Uruçuí (João da Cruz e Santos) (19-10-1890 a 27-12-1890) que não serão considerados para efeitos de análise deste trabalho por duas razões: pelo curto período no cargo (todos estiveram como governador por menos de três meses) e por não haver acontecido fato relevante nesse período que justificasse a inclusão de seus nomes. Também não serão considerados os membros das duas juntas governativas (16-11-1889 a 26-12-1889 e 21-12-1891 a 29-12-1891 , respectivamente).

8 Areolino Antônio de Abreu*	11-12-1905 a 02-04-1906
9 Areolino Antônio de Abreu	05-12-1907 a 31-03-1908
10 José Lourenço de Moraes e Silva*	31-03-1908 a 01-07-1908
11 Anísio Auto de Abreu	01-07-1908 a 06-12-1909
12 Antonino Freire da Silva*	06-08-1908 a 15-01-1909
13 Manuel Raimundo da Paz*	06-12-1909 a 15-03-1910
14 Antonino Freire da Silva	15-03-1910 a 01-07-1912
15 Miguel de Paiva Rosa	01-07-1912 a 01-07-1916
16 Raimundo Borges da Silva*	12-06-1914 a 08-02-1915
17 Eurípedes Clemnetino de Aguiar	01-07-1916 a 01-07-1920
18 João Luis Ferreira	01-07-1920 a 01-07-1924
19 Matias Olímpio de Melo	01-07-1924 a 01-07-1928
20 Tomás Rebelo de Oliveira Castro*	08-09-1926 a 09-12-1926
21 João de Deus Pires Leal	01-07-1928 a 04-10-1930
22 Humberto de Arêa Leão	04-10-1930 a 29-01-1931

\* Assumiu o cargo excepcionalmente

Fontes: BASTOS (1994); GONÇALVES (1994 e 1996); PIAUÍ.Governo (1891,30); NASCIMENTO (1988, p.88-93); TITO FILHO (1978, p. 39-50).

No mesmo período, foram 15 (quinze) os vice-governadores, sendo Raimundo Borges da Silva vice-governador por dois mandatos (1912-1916 e 1920-1924), conforme o Quadro 9.

### Quadro 9

#### Vice-Governadores do Estado do Piauí (1889-1930)

VICE-GOVERNADORES	PERÍODO
1 Teodoro Alves Pacheco	1889-1890
2 Joaquim Nogueira Paranaguá	
3 Mariano Gil Castelo Branco (Barão de Castelo Branco)	
4 João da Cruz e Santos (Barão de Uruçuí)	1891
5 Joaquim Ribeiro Gonçalves	1892-1896
6 Norberto de Castro e Silva	

7	Joaquim Dias de Santana	1896-1900
8	Tomás Rebelo de Oliveira Castro	1900-1904
9	Areolino Antônio de Abreu	1904-1908
10	Antonino Freire da Silva	1908-1909
11	Manoel Raimundo da Paz	1910-1912
12	Raimundo Borges da Silva	1912-1916
13	Gervasio Pires de Sampaio	1916-1920
14	Raimundo Borges da Silva	1920-1924
15	Cândido Ferreira de Sousa Martins	1924-1928
16	Humberto de Arêa Leão	1928-1930

Fontes: NASCIMENTO (1988, p. 88-93); TITO FILHO (1978, p. 39-50).

Esses vice-governadores transitaram por diferentes cargos durante a República Velha e, em sua maioria, a exemplo dos governadores, provinham de diferentes regiões do Estado, após terem consolidado suas bases eleitorais. Cinco deles assumiram o cargo de governador do Estado.

### Quadro 10

#### Vice-Governadores no Exercício do Governo do Estado do Piauí (1889-1930)

VICE-GOVERNADORES	PERÍODO
1. Arcolino Antonio de Abreu	11.12.1905-02.04.1906 e de 05.12.1907-31.08.1908
2. Antonino Freire da Silva	06.08.1908-15.01.1909 15.03.1910-01.07.1912
3. Raimundo Borges da Silva	12.06.1914-08.02.1915
4. Tomás Rebelo de Oliveira Castro	08.09.1926-09.12.1926
5. Humberto de Arêa Leão	04.10.1930-29.01.1931

Fontes: NASCIMENTO (1988, p. 88-93); PIAUÍ. Governo (1889-1930).

Quanto ao Poder Legislativo no Piauí, onze (11) pessoas ocuparam a posição de Presidente da Câmara Legislativa do Piauí (1889-1930), sendo que Tomás Rebelo de Oliveira

Castro esteve nesse cargo durante três legislaturas e José Ribeiro Gonçalves, em duas. O Quadro 11 ilustra o exposto.

### Quadro 11

#### Presidentes do Poder Legislativo Piauiense (1891-1930)

PRESIDENTES	PERÍODO
1 Simplicio de Souza Mendes	1891 (Const.)
2 José R. Gonçalves	1892 (Const.)
3 José R. Gonçalves	1892-1896
4 Gervásio de Brito Passos	1896-1900
5 Antonio Rodrigues Coelho	1900-1904
6 Jacob Almendra de Souza Gayoso	
7 Manoel Raimundo da Paz	1904-1908
8 Raimundo Borges da Silva <sup>104*</sup>	1908-1912
9 Jonas de M. Corrêa	1912-1916
10 Tomás Rebelo de Oliveira Castro	
11 Alfredo Gentil de Albuquerque Rosa	1916-1920
12 Tomás Rebelo de Oliveira Castro	
13 Tomás Rebelo de Oliveira Castro	1920-1928
14 Epaninondas Castelo Branco	1928-1930

Fontes: GOMES (1985, p.67-92); GONÇALVES (1994 e 1996); NASCIMENTO (1988); TITO FILHO (1978, p. 39-50).

Durante a República Velha, o Poder Judiciário é representado pelo Tribunal de Justiça do Estado, pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Procuradoria Geral da Justiça do Estado.

A presidência do Tribunal de Justiça do Estado foi assumida por nove (09) titulares no período de 1891 a 1930. Os que permaneceram por mais tempo neste cargo foram:

<sup>104</sup> Aqui há um problema, pois enquanto Nascimento (1988, p. 95) e Gomes (1985, p. 78) afirmaram que o vice-governador de 1908 a 1912 era Raimundo Borges da Silva, TITO FILHO (1978, p. 45) assevera que Manuel

João Gabriel Batista, José Lourenço de Moraes e Silva e Tomás de Arêa Leão, conforme apresenta o Quadro 12.

### Quadro 12

#### Presidentes do Tribunal de Justiça (1891-1930)

PRESIDENTES	PERÍODO
1 Helvídio Clementino de Aguiar 2 Alvaro Mendes 3 João Gabriel Batista	1891-1896
4 Augusto Colin da Silva Rios 5 João Gabriel Batista	1896-1900
6 Augusto Colin da Silva Rios	1900-1904
7 José Lourenço de Moraes e Silva	1904-1909
8 Carlos Francisco de Araújo Costa	1909-1912
9 Corinto Andrade	1912-1916
10 Tomás de Arêa Leão 11 José Lourenço de Moraes e Silva 12 João Gabriel Batista	1916-1920
13 Des. Tomás de Arêa Leão	1920-1924
14 Des. Tomás de Arêa Leão	1924-1928
15 Des. Augusto Everton e Silva 16 Cromwell Barbosa de Carvalho	1928-1930

Fontes: BASTOS (1994); GONÇALVES (1996); PIAUÍ. Governo (1889-1930); NASCIMENTO (1988).

O Tribunal de Contas do Estado, tendo sido instalado pela Lei n. 210, de 01.07.1889, foi presidido por seis membros da elite, tendo sido Wladimir do Rego Abreu o que permaneceu no cargo por mais tempo: dezesseis (16) anos. O Quadro 13 confirma esta afirmação.

---

Raimundo da Paz, assumiu o governo do Estado (6-12-1909 a, 15-03-1910) “na qualidade de presidente da Assembléia Legislativa”.

### Quadro 13

#### Presidente do Tribunal de Contas ( 1899 1930)<sup>105</sup>

PRESIDENTE	PERÍODO
1 <i>Areolino Antônio de Abreu</i>	1896-1908
2 Norberto de Castro e Silva	1908-1909
3 Benedicto José do Rego	1909-1911
4 Wladimir do Rego Abreu	1912-1928
5 Nei Ferraz	1928-1930
6 Américo Celestino Franco	

Fontes: BASTOS (1994, p.568); GONÇALVES (1996,p.94); PIAUÍ. Governo (1889-1930); NASCIMENTO (1988).

A Procuradoria Geral do Estado do Piauí foi conduzida por seis (06) titulares durante a República Velha, sendo que alguns deles ocuparam esta posição em diversos períodos. Exemplo disso é o caso do desembargador Francisco Pires de Castro que ocupou esse cargo por mais de vinte (20) anos, conforme indica a Quadro o 14.

### Quadro 14

#### Procuradores Gerais da Justiça do Estado (1891-1930)

PROCURADORES	PERÍODO
1 <i>Joaquim Ribeiro Gonçalves</i>	1892-1896
2 <i>Arlindo Francisco Nogueira</i>	1896-1900
3 <i>Francisco Pires de Castro</i>	1900-1924
4 <i>Francisco Pires de Castro</i>	1924-1928
5 <i>Heli Fortes Castelo Branco</i>	
6 <i>Heli Fortes Castelo Branco</i>	1928-1930
7 <i>Joel Sêrvio</i>	
8 <i>Antonio Costa</i>	

Fontes: BASTOS (1994); GONÇALVES (1996); PIAUÍ. Governo (1889-1930).

<sup>105</sup>Wilson Gonçalves afirma que o Tribunal de Contas do Estado foi instalado em 1900, pela Lei nº 210, de junho do mesmo ano (1996 : 94), embora BASTOS afirme que foi instalado em 01-08-1899 (p. 568).

As secretarias representam as agências de Estado pelas quais mais freqüentemente transitaram os membros da elite política piauiense. Na Secretaria de Governo, 18 (dezoito) ocuparam o posto de secretário de Governo, tendo Pedro Borges da Silva se destacado pelo tempo que ali permaneceu.

### Quadro 15

Secretários de Estado de Governo (1892-1930)

SECRETÁRIOS	PERÍODO
1 Antonio Gentil de Souza Mendes	1892
2 João Augusto Rosa	
3 Cel Joaquim Dias de Santana	1896-1900
4 Luis da Silva Nogueira	1900-1904
5 Luis Evandro Teixeira	1904-1907
6 Elizeu de Souza Martins	1907-1912
7 Matias Olimpio de Melo	
8 Luis de Moraes Correia	1912-1916
9 Abdias Neves	
10 Julio Emílio de Parva Rosa	
11 Francisco Pires de Castro	1916-1920
12 Pedro Borges da Silva	
13 Pedro Borges da Silva	1920-1924
14 Daniel Paz	
15 Cromwell Barbosa de Carvalho	
16 Antero Coelho Resende	1924-1928
17 José Burlamaqui de Abreu	
18 Joel de Andrade Sêrvio	
19 José Pires de Carvalho	1928-1930

Fontes: PIAUÍ. Governo (1889-1930); NASCIMENTO (1988).

Os ocupantes do cargo de secretário de Fazenda (1892-1930) totalizaram dezesseis (16) pessoas. João Augusto Rosa foi o titular da Secretaria de Estado e da Fazenda no período de 1900-1902, de acordo com o Quadro 16.

## Quadro 16

### Secretários de Estado de Fazenda (1892-1930)

SECRETÁRIOS	PERÍODO
1 Cel. Josino José Ferreira Antônio das Neves Chaves	1892-1896
2 Cel. Josino José Ferreira	1896-1900
3 João Augusto Rosa	1900-1912
4 Antônio João da Costa	1912-1916
5 Cel. Benedito Francisco Ribeiro	
7 Lucrecio Dantas Avelino	1916-1920
8 Pedro Borges da Silva	
9 Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	1920-1924
10 Lucrecio Dantas Avelino	
11 Daniel Paz	
12 Raimundo Arêa Leão II	
13 Cromwell B. de Carvalho	1924-1928
14 Antônio Cavalcanti Vieira Cunha	
15 João Bastos	
16 Francisco Pires de Castro	1928-1930
17 Esmaragdo de Freitas e Sousa	
18 Antônio Chrysipo de Aguiar	

Fontes: BASTOS (1994); PIAUÍ. Governo (1926, p.35-36); NASCIMENTO (1994, p. 88-93).

Dos cargos indicados como posições de elite, o de secretário de Polícia foi o cargo ocupado por maior número de pessoas. A prerrogativa de que ao governador do Estado compete a indicação de seus secretários pode, de certo modo, explicar a rápida passagem de alguns desses membros por essa função. De modo que, das vinte e sete (27) pessoas que ocuparam esse cargo, Pedro Borges da Silva, Higino Cícero da Cunha e Luís da Silva Nogueira perduraram por mais tempo nessa posição.

## Quadro 17

### Secretários de Estado de Polícia (1892-1930)

SECRETÁRIOS	PERÍODO
1 Antônio José da Costa 2 Anísio de Abreu 3 Arthur Furtado de Albuquerque Cavalcanti 4 Higino Cicero da Cunha 5 Alvaro de O. Mendes 6 Eneás José Nogueira 7 Josino José Ferreira	1892-1896
8 Clodoaldo Freitas 9 Higino Cicero da Cunha 10 Arlindo Francisco Nogueira	1896-1900
11 José Gomes de Sá Barreto	1904-1908
12 Ernesto Francisco de Lima 13 Higino Cicero da Cunha 14 Luiz da Silva Nogueira	1904-1908
15 Francisco de Moraes Correia	1908-1912
16 Fenelon Ferreira Castelo Branco 17 Corinto Andrade 18 Carlos Francisco de Araújo Costa 19 José Lourenço de Moraes e Silva	1912-1916
20 Pedro Borges da Silva 21 Manoel Castelo Branco 22 João Osório Porfírio da Mota 23 João Alves dos Santos Lima	1916-1920
24 João Alves dos Santos 25 Luís da Silva Nogueira 26 Pedro Borges da Silva	1920-1924
27 Pedro Borges da Silva 28 Jacob Manoel Gayoso e Almendra 29 Didimo Castelo Branco 30 Francisco Pires de Castro	1924-1928
31 Wladimir do Rego Abreu 32 Vitalino Rodrigues Coelho 33 José de Sales Lopes	1928-1930

Fontes: BASTOS (1996, p. 524 e p. 380); NASCIMENTO, (1988, p. 88-93).

Em 1896, através da Lei n. 86, de 12.06.1896, no governo de Coriolano de Carvalho e Silva, foi criada e instalada a Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização ou Diretoria de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas (PIAUI. Governo, 1897, p.13).

Na condução desta Agência de Estado, cinco (05) membros da elite foram seus titulares, sendo significativa a participação de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves que, em quatorze (14) anos ou em 04 (quatro) administrações, foi diretor daquela instituição, de acordo com as informações que compõem o Quadro 18.

### Quadro 18

**Diretor de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas ou Diretor da Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização (1896-1930)**

DIRETORES	PERÍODO
1 Lizandro Francisco Nogueira	1896-1904
2 Antonino Freire da Silva	1904-1908
3 <i>Manoel Raimundo da Paz</i>	
4 José Pires Rebelo	1908-1912
5 Antonino Freire da Silva	1912-1916
6 Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	1916-1930

Fontes: BASTOS (1994, p 523); GONÇALVES (1996, p. 104); NASCIMENTO (1988).

Os dados disponíveis sobre a Diretoria Geral de Instrução Pública precedem à República. Eles tomam como referência o ano de 1883 e se estendem até 1930. 11 (onze) foram os ocupantes da posição de diretor geral de Instrução Pública, sendo Miguel de Paiva Rosa o que mais se destacou pelo tempo que permaneceu nesse cargo: 1904–912. O Quadro 19 os relaciona conforme o período em que estiveram como titulares dessa Diretoria.

## Quadro 19

### Diretores Gerais de Instrução Pública (1883-1930)

DIRETORES	PERÍODO
1 Teodoro Alves Pacheco	1883 - 1891
2 Simplicio de Souza Mendes I	1892
3 Celestino Filho	1892 - 1896
4 Arthur Pedreira	
5 Arthur Pedreira	1896 - 1904
6 Miguel de Paiva Rosa	1904 - 1912
7 Cel. José Joaquim de Moraes Avelino	1912 - 1916
8 Raimundo Antônio da Paz	1916 - 1920
9 João Alves dos Santos	
10 João Pinheiro	
11 João Pinheiro	1920 - 1924
12 Anísio Brito Melo	
13 Anísio Brito Melo	1924 - 1928
14 Cristino Castelo Branco	
15 <i>Cristino Castelo Branco</i>	1928 - 1930

**Fontes:** BASTOS (1994); NASCIMENTO (1988, p. 88-94).

A diretoria de Higiene e Saúde Pública, no período de 1904 a 1908, foi também denominada de Inspeção de Saúde Pública. Administrada por 06 (seis) titulares, Bonifácio Ferreira de Carvalho foi o que mais se destacou por permanecer mais tempo neste cargo, conforme explicitado no Quadro 20.

## Quadro 20

### Diretores de Higiene e de Saúde Pública (1892-1930)<sup>106</sup>

DIRETORES	PERÍODO
1 Marcos de Araújo	1892-1896
2 Raimundo de Arêa Leão	
3 _____	1896-1900
4 _____	1900-1904
5 Francisco Grave Barros de Sousa	1904-1908
6 Bonifácio Ferreira de Carvalho	1908-1924
7 Olavo Pires Rebelo	1924-1928
8 Luiz Pires Leal	1928-1930

Fonte: NASCIMENTO (1988, p. 88-94).

Apresentados esses dados iniciais, podemos conhecer melhor a elite política piauiense considerando os elementos relevantes para sua configuração.

Caracterizando a elite como um todo, foi bastante difícil obter informações sobre todos os membros, principalmente quanto a sua origem social. No entanto, a opção por não analisar a elite política como continuidade de esquemas oligárquicos, que revela a importância dos grupos familiares, permitiu-nos tomar a formação acadêmica, ocupação, possível origem social (inclusive familiar) como variáveis para melhor caracterizar esses membros da elite política em termos de classe social. Desse modo, nossa unidade de análise não é o indivíduo ou a família, mas as classes e suas frações participantes do processo político na República Velha no Estado piauiense. Aliás, é importante reconhecer que alguns estudos<sup>107</sup> se têm esforçado para compreender a realidade piauiense e mesmo a brasileira, estruturadas a partir de pontos de vista de classe. Contudo, percebemos que tais análises acabam por valorizar a idéia de continuidade do sistema oligárquico-familiar no Estado. Ademais, a nossa concepção de elite se explicita, também, a partir dos projetos de classe, que serão discutidos no próximo capítulo.

<sup>106</sup>Sobre o período de 1896 a 1904, não encontramos referências à esta Diretoria de saúde. Supusemos, então, que ela tenha sido transformada em algum departamento de uma das secretarias.

<sup>107</sup> Cf. CARONE (1988); BASBAUM (1986) entre outros.

### 3.4.2.1 Formação Acadêmica

É lugar comum o entendimento da Primeira República como “República das Letras”. Sendo assim, um dos requisitos principais para ocupar os aparelhos do Estado é ser bacharel. Desse modo, os bacharéis, sobretudo os de formação jurídica, têm maiores chances de ascensão e prestígio sociais.

A elite política piauiense representa uma parte deste todo brasileiro que privilegia a formação acadêmica. Sem dúvida, há aqueles, sem essa formação, que constituem a elite em virtude de sua condição natural de classe. É ela uma elite composta de militares e civis, que são engenheiros, médicos e, principalmente, bacharéis em Direito. A formação acadêmica dos governadores piauienses do período é uma demonstração disto.

**Quadro 21**

#### Governadores e Formação Acadêmica

<b>GOVERNADORES</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>
Gregório Taunaturgo de Azevedo	Matemática, Eng. Militar e Direito
Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima	Direito
Gabriel Luis Ferreira	Direito
Coriolano de Carvalho e Silva	Matemática, Ciências Físicas
Raimundo Artur de Vasconcelos	Matemática, Ciênc. Fis. e Naturais
Arlindo Francisco Nogueira	Direito
Álvaro de Assis Osório Mendes	Direito
Arcolino Antônio de Abreu	Medicina
José Lourenço de Moraes e Silva	Direito
Anísio Auto de Abreu	Direito
Antonino Freire da Silva	Eng. Civil
Manuel Raimundo da Paz	Estudos Primários
Miguel de Paiva Rosa	Direito
Raimundo Borges da Silva	Não Formado
Euripedes Clementino de Aguiar	Medicina, Farmácia
João Luis Ferreira	Eng. Civil
Matias Olímpio de Melo	Direito
Tomás Rebelo de Oliveira Castro	Não formado
João de Deus Pires Leal	Direito
Humberto de Arca Leão	Curso Militar

É possível perceber no Quadro 21 que há membros da elite sem formação acadêmica. No caso dos demais, as escolas nas quais realizam sua qualificação quase sempre são a Escola Politécnica do Rio de Janeiro-para os engenheiros; a Faculdade de Medicina de Salvador, na Bahia e a Faculdade de Direito de Recife, em Pernambuco.

A atuação dos bacharéis em Direito, na esfera política é mais recorrente, mesmo porque havia maior número de pessoas qualificadas nesta área como também pelo fato de que a instauração da República representa a implementação de uma nova ordem jurídico-política. Com isso, não queremos afirmar que somente os bacharéis ocupem posições de mando. Ao contrário, orientamo-nos para compreender que a República Velha não é a “República das Letras”,<sup>108</sup> se esta for entendida como a hegemonia da “casta iluminada pelo saber”.

Estamos convencidos de que a ligação necessária entre o doutor e o coronel, entre o doutor e o comerciante indica uma espécie de simbiose, que, na composição, os segundos predominam em termos qualificativos do processo político. Em resumo, ser bacharel é um requisito que possibilita o recrutamento para posições de mando, mas quem o recruta é quem detém a hegemonia. Assim, a formação acadêmica nos permite pensar sobre o grau de homogeneidade da elite política piauiense, tendo em vista que cerca de 80% dos seus membros realizam curso superior fora do Piauí, já que este não possui instituições de ensino superior neste período.

É importante enfatizar que, no período em estudo, os “letrados” estão disponíveis para executar as tarefas em benefício do Estado, portanto, em benefício da classe dominante. Ao fazer esta afirmação, queremos vincular o tipo de ocupação do membro da elite à classe dominante. Deste modo, o processo de recrutamento para posições-de-mando obedece a uma ritualística que se inicia com a ocupação de cargos-referência em municípios distantes da capital, ascende a cargos mais “regionais” ou municipais de maior alcance (por exemplo, juizes de comarca e prefeitos) para depois ocuparem as posições-de-mando existentes na capital do Estado. Como exemplo, Anísio de Abreu, João Osório Porfírio da Mota e Higino Cicero da Cunha (GONÇALVES, 1994, p. 9-177).

<sup>108</sup>Queiroz (1994 b), em “Os literatos e a República—Clodoaldo Freitas e Higino Cunha e as tiranias do tempo”, recentemente publicada, questiona essa designação, o que consideramos procedente.

Há, entre os membros da elite política, os que possuem formação acadêmica e são proprietários de terras tais como Epaminondas Castelo Branco que, além de grande proprietário de terras, é também jornalista (GONÇALVES, 1994, p. 41).

Do mesmo modo, há membros da elite política do Piauí que têm formação acadêmica e são comerciantes. Dentre eles, citamos Francisco de Moraes Correia e Jonas de Moraes Correia (GONÇALVES, 1994, p. 84).

Outros membros da elite política têm formação acadêmica e sua entrada na política partidária os transformou em políticos profissionais cujas carreiras na burocracia do Estado indicam não apenas o reconhecimento desses membros como técnicos, mas também sua influência política. Dentre estes: Álvaro de Assis Osório Mendes, Gabriel Luís Ferreira, Miguel de Paiva Rosa, Antonino Freire da Silva e Luís Mendes Ribeiro Gonçalves (GONÇALVES, 1994, p. 103-229).

### **3.4.2.2 Ocupação**

Os membros da elite política têm diferentes ocupações profissionais que variam desde as atividades vinculadas a propriedades agrícolas, comerciais até profissões liberais. É importante atentar, no entanto, para o fato de que se constitui em exceção os que se dedicam apenas a uma profissão, mesmo quando não levamos em consideração a política como carreira profissional.

Há um número considerável de bacharéis em direito que desempenham funções propriamente políticas e jornalísticas. Como exemplo citamos Clodoaldo Severo Conrado de Freitas, Abdias da Costa Neves, Matias Olímpio de Melo e João Pinheiro (GONÇALVES, 1994, p. 9-205).

Em número menor, há membros da elite que são bacharéis em Medicina e desempenham atividades políticas e jornalísticas. Os casos mais expressivos são: Simplicio de Sousa Mendes, Eurípedes Clementino de Aguiar e Areolino Antônio de Abreu.

Há membros da elite política que, embora reconhecidos, por terem uma ocupação principal (agrícola, comercial, ou técnica), acabam por substituir essas atividades pela burocracia ou pelo parlamento. Destacamos os seguintes nomes: Tomás Rebelo de Oliveira Castro, Manuel Raimundo da Paz e Wladimir do Rego Abreu.

É importante registrar que entre os membros da elite, com formação acadêmica, há aqueles que assumiram atividade docente. Dentre esses, destacamos: Ernesto José Baptista, Cristino Castelo Branco, Heli Fortes Castelo Branco, João Crisóstomo da Rocha Cabral, Bonifácio Ferreira de Carvalho, Cromwell Barbosa de Carvalho, Luís de Moraes Correia, Higino Cícero da Cunha, Anísio de Brito Melo, Daniel Paz, João Pinheiro e Augusto Colín Rios.

Como é possível constatar, a partir dos dados expostos, a ocupação profissional dos membros da elite é bastante diversificada, sendo comum a utilização da imprensa como veículo para difusão de suas análises, independente de sua formação acadêmica, o que permite reconhecê-los como jornalistas.

### **3.4.2.3 Origem social**

Outro dado importante diz respeito à origem social. Provenientes de uma sociedade marcadamente agrária, os indícios de urbanização passam a existir mais fortemente no período republicano-como nos lembra Ribeiro Gonçalves, referindo-se a Teresina, citado no capítulo anterior. Assim, os membros da elite política são, em geral, provenientes de famílias tradicionais, isto é, vinculadas à grande propriedade e à economia exportadora de produtos primários. Portanto, essa elite política se vincula, também, ao setor que tem como atividade principal, mas não única, o comércio.

Em uma ilustração da posição dos deputados estaduais na estrutura econômica da Primeira República no Piauí, NUNES (1988, p.28)<sup>109</sup> apresenta um quadro composto por esses representantes em mais de três legislaturas.

## Quadro 22

### Parlamentares Estaduais do Piauí com Três e Mais Legislaturas (1892-1930)

NOME	ÁREA DE INFLUÊNCIA POLÍTICA	PROFIS - SÃO	LEGISLATURAS (1892-1930)																	
			1ª 92 a 96	2ª 96a 00	3ª 00 a 04	4ª 04 a 08	5ª 08 a 12	6ª 12 a 16	7ª 16 a 20	8ª 20 a 24	9ª 24 a 28	10ª 28 a 30								
1 Manoel Raimundo da Paz	Teresina	Comerc.																		
2 Jose de Almeida Freitas	Livramento (2)	Fazend.																		
3 Raimundo Antonio de Farias	Teresina	Comerc.																		
4 Bertholino Alves e Rocha Filho	Aparecida (3)	Fazend.																		
5 Antonio Rodrigues Coelho	Bom Jesus do Gurgueia (4)	Fazend.																		
6 Raimundo Borges da Silva	São João do Piauí	Fazend.																		
7 Luis de Moraes Rego	Oeiras	Fazend/ Comerc.																		
8 Joaquim das Chagas Leitão	Picos	Comerc.																		
9 Antonio Guilherme Machado de Miranda	Batalha	Fazend.																		
10 Pedro Melchades de Moraes Brito	Piracuruca	Fazend.																		
11 Constância de Carvalho e Sousa	Jacós	Fazend.																		
12 Lysandro Pereira da Silva	Campo Maior	Fazend.																		
13 Jucelino Gomes de Carvalho	Oeiras	Fazend.																		
14 Francisco de Moraes Correia	Parnaíba	Comerc.																		
15 Benedito Jose do Régio Filho	União	Fazend.																		
16 João Ribeiro Gonçalves Filho	Amarante	Comerc.																		
17 José Antonio Saraiva	Teresina	(5)																		
18 Tertuliano Brandão Filho	Pedro II	Fazend.																		
19 Thomas Rebello de Oliveira Castro	Piripiri	Fazend.																		
20 Arthur Ribes	Teresina	Militar																		
21 João de Deus Moreira de Carvalho	Teresina	Militar																		
22 Firmino Borges da Silva	Teresina	Comerc.																		
23 Julio C. Nogueira	Teresina	Comerc.																		
24 Arthur Furtado de A. Cavalcante	Teresina	Magistrado																		

Fonte: NUNES (1988, p. 28).

<sup>109</sup> Extraído de NUNES 1988, p.28, o Quadro foi elaborado pela autora o que demonstra a profundidade do seu estudo sobre “A luta pelo poder político no Piauí na Primeira República”. A única alteração feita no quadro foram as abreviaturas dos termos comerciante e fazendeiro, que no texto original estão completas.

A proveniência dos deputados estaduais pode significar a presença dos setores que dominam econômica e politicamente o Estado durante a Primeira República. Tal fato implica supervalorizar o dado ocupação, pois embora alguns não se ocupem da advocacia, por exemplo, são bacharéis em direito. Há, ainda, conforme apresentado anteriormente, os fazendeiros que também desenvolvem atividades comerciais e comerciantes-fazendeiros. Não obstante a Primeira República reservar importante lugar ao coronelato, é necessário reconhecer que há um relativo desenvolvimento vivenciado pelo Estado, sobretudo na onda desenvolvimentista, a partir da comercialização dos produtos do extrativismo. Já afirmamos que aqueles que se dedicam apenas à agricultura de subsistência ou que não se imiscuem na atividade comercial perdem terreno.

Mesmo com a maior valorização da terra, decorrente também do extrativismo vegetal, é o comércio-sobretudo a exportação-que dinamiza o Estado e aumenta a receita pública. Acreditamos que, do ponto de vista econômico, a atividade comercial subordina a atividade agrícola, mas queremos indicar alguns pontos que serão melhor discutidos no capítulo ulterior, quais sejam:

- a) Durante a Primeira República, apesar da hegemonia da fração de classe vinculada à grande propriedade, no início desse período, a fração ligada ao comércio intensifica sua organização política na perspectiva de se pôr como força hegemônica no Estado; ocorre, porém, que esta mesma fração representativa do comércio tem, predominantemente, origem agrária e continua proprietária de terras; este fato origina um agente econômico-político, que já designamos como burguês de múltiplas faces.
- b) Ao contrário das análises oligarquizantes, que conferem à família (ou a grupos familiares) a responsabilidade concernente à permanência de determinados aspectos da realidade econômica e sociopolítica do Piauí, defendemos a idéia de que o parentesco é um elemento que entra no arranjo das forças políticas a fim de ocupar posições de mando; Contudo trata-se apenas de um elemento, não sendo, inclusive, nessa conjuntura, o principal. A nossa interpretação pretende afirmar que as decisões políticas são tomadas a partir de interesses de classe. Neste

aspecto, o elemento parentesco ou familiar é um elemento; o comportamento e a política oligárquicos são um dado; mas o fastígio das oligarquias não é senão um mito. Deste modo, as ações dos atores políticos são conduzidas a partir dos projetos das classes que se põem no cenário político (tema central do último capítulo desta dissertação).

Não obstante a clareza de que as relações de parentesco têm certa função na definição dos arranjos políticos, sobretudo no que concerne a candidaturas em processos eleitorais “renhidos”, acreditamos que se supervalorizarmos o parentesco, perderemos a capacidade de entender o processo político como processo dinâmico, que se realiza a partir de interesses de classes distintos que se confrontam e se explicitam nas proposições, nas tomadas de decisão e no conteúdo dessas decisões. Desta maneira, perceber não apenas que as classes existem, mas também o grau de complexidade e de heterogeneidade no seu interior, parece-nos relevante para a compreensão do processo político e do envolvimento de atores determinados em políticas também determinadas.

Embora reconheçamos as diferenças existentes na composição da elite, é interessante enfatizar que a elite política do Piauí apresenta alto grau de homogeneidade sociocultural, pois:

I não encontramos nascidos fora do Brasil. Não há nenhum sobrenome sírio, alemão, inglês, francês ou italiano, compondo essa elite;

II há uma presença ínfima de membros da elite provenientes de famílias cujos pais são “modestos” funcionários públicos, pequenos comerciantes e outros trabalhadores de baixo poder aquisitivo;

III poucos são os que não fizeram um curso superior. Os que não o realizaram são recrutados em virtude da própria condição (material) de classe.

Estes três pontos supramencionados permitem-nos algumas considerações. Em primeiro lugar, a pequena quantidade de estrangeiros nos quadros da elite social do Piauí

sugere que esta organiza o poder em torno dos “seus”. É interessante observar que apenas imigrantes com poder aquisitivo elevado participa dessa elite. É este o caso de Antônio Gonçalves Pedreira Portelada, intendente de Teresina de 1897-1900, português de Alentejo, que freqüentemente empresta dinheiro ao Estado.<sup>110</sup>

Em segundo lugar, a também pequena presença de pessoas oriundas de camadas médias permite-nos afirmar que há pelo menos cinco maneiras para que essas pessoas sejam recrutadas para posições de elite:

1 seguindo uma carreira militar, sobretudo neste período em que os militares ocupam posições-de-mando no Brasil inteiro;<sup>111</sup>

2 fazendo um curso superior;<sup>112</sup>

3 estabelecendo relações com pessoas politicamente importantes;<sup>113</sup>

4 passando por um processo de ascensão econômica por “esforço próprio”. Esta última é a menos recorrente;<sup>114</sup>

5 fazendo carreira política a partir de cargos menores com fins a ascensão para os aparelhos de Estado.<sup>115</sup>

Um aspecto social importante, que podemos identificar entre os membros da elite política do Piauí, concerne às relações de parentesco. São poucos os que não conseguimos estabelecer quaisquer graus de parentesco. Isto não quer dizer que, entre esses “não-identificados”, não existam essas relações ou que tais relações sejam o elemento predominante para a sustentação de uma posição hegemônica da fração dominante do bloco no poder, pois

<sup>110</sup> Na mensagem governamental à Assembléia Legislativa do Piauí o governador Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes afirma: “A lei nº 312, de 25 de junho de 1903 autoriza o poder executivo a contrair um empréstimo de até 500 contos para a realização deste serviço, e nesta conformidade, além dos 200 contos que o meu antecessor tomara a credito ao capitalista desta praça Antonio Gonçalves Pedreira Portellada, realisei mais com o mesmo commerciante o de 110 contos no dia 2 de janeiro deste anno[...].” (p. 19).

<sup>111</sup> Coriolano de Carvalho e Silva é apresentado como representante deste caso. (CHAVES, 1994, p. 163)

<sup>112</sup> Podemos citar Antonino Freire, Anísio de Abreu e João Pinheiro como exemplos.(CHAVES, p.179-189; p.153-157; p.224-228, respectivamente).

<sup>113</sup> O exemplo é Hígino Cunha (CHAVES, 1994, p.194-200).

<sup>114</sup> O caso considerado é o de Manuel Raimundo da Paz.

encontramos, também, indivíduos pertencentes às mesmas famílias em posições políticas diferentes e em partidos e posições políticos distintos.

O conjunto da elite política piauiense designa, portanto, a presença clara da classe dominante na direção do Estado, representada por membros-natos,<sup>116</sup> isto é, oriundos da própria classe dominante ou por pessoas absorvidas por um processo de recrutamento em camadas sociais de pequena visibilidade política mas de visão política semelhante à da classe dominante. Esta é, pois, a classe média que está emergindo, ainda “vacilante”, como afirma Borges.<sup>117</sup>

Os nossos achados nos permitem acrescentar que em nenhuma das posições de mando da elite piauiense há a presença de mulheres. Ao contrário, as propagandas de jornais, os anúncios relativos à cultura (peças teatrais, filmes, conferências etc) e à religião (ações beneficentes, festejos religiosos...) marcam a presença da mulher vinculada a espaços culturais-religiosos e domésticos. Exemplo disto é que a construção do Teatro 4 de Setembro que resultou de importante atitude das mulheres da “alta sociedade” local.

Não conseguimos identificar nenhum dos membros da elite como negro ou índio. Pelas leituras que fizemos, em livros<sup>118</sup> e em jornais da época, teríamos identificado tais condições, pois geralmente as facções ou partidos conflitantes buscam criar estereótipos nos seus adversários. Acreditamos que, até mesmo pelo nível de observações (de baixo calão, muitas vezes), ter-nos-ia sido possível fazer tal identificação. Por isto, não parece haver índios<sup>119</sup> e negros na composição da elite política do Piauí; contudo, não podemos asseverar tal posição.

Quanto à religião, há predominância da religião Católica, entretanto, o positivismo, o materialismo e a maçonaria influenciam vários membros da elite que se julgam

<sup>115</sup> Abdias Neves representa um exemplo deste caso (CHAVES, 1994, p. 209-215).

<sup>116</sup> Chamamos de membros-natos aqueles que, dada a sua posição econômica, ocupam posições de mando (fazendeiros e ricos comerciantes).

<sup>117</sup> BORGES, op. cit., p. 41.

<sup>118</sup> Ver CHAVES (1994, p.149 et seq).

<sup>119</sup> A historiografia piauiense é unânime ao referir-se à dizimação do indígena habitante neste Estado do meio norte.

livres-pensadores. Dentre estes, podemos citar Higino Cunha, Miguel Rosa, Abdias Neves, Anísio de Abreu e outros.

Outro elemento que nos chama a atenção é o fato de que, com algumas exceções, nas posições que implicam decisão mais direta é possível constatar maior presença dos “membros-natos” da elite. Assim, nas presidências da Assembléia Legislativa do Piauí e na composição governador-vice-governador<sup>120</sup> estão claramente membros-natos. Inversamente, nas secretarias e demais postos há membros que são também recrutados em segmentos sociais que estão fora da classe dominante. Contudo, há entre esses membros da elite, alguns que advêm de famílias que no passado foram política e economicamente importantes e que estão em decadência; o que, de certo modo, confere à elite política a mesma concepção de política, de moral, de sociedade.

As considerações anteriores nos permitem defender a idéia de que a elite política piauiense apresenta um elevado índice de homogeneidade, em termos de origem social, pelos dados que apresentamos e devido às seguintes razões:

- 1) no período em estudo, não acontecem mudanças significativas na realidade piauiense que sejam suficientes para reconfigurar a estrutura de classes na sociedade em questão. Ela permanece agrária, com certo crescimento comercial;
- 2) os critérios de recrutamento para posições-de-mando respeitam a um padrão de carreira dos membros de elite; ou seja, eles transitam por cargos menos relevantes chegando, por fim, às posições de elite;
- 3) o grau de fechamento da elite é perceptível; e
- 4) não há-mesmo com o surgimento da República e com o fim do trabalho escravo - mudanças ao nível da ideologia da época. A República e o trabalho livre não são capazes de gerar um Piauí, efetivamente, republicano e democrático.

---

<sup>120</sup> A exceção é a composição Anísio Auto de Abreu-Antonino Freire da Silva.

Quanto aos fazendeiros, não há organizações identificadas como de interesse, desse setor, como no caso dos comerciantes. É interessante porque ocorre uma situação na qual o Estado parece representar os interesses desse setor ainda que, paulatinamente, interesses comerciais tenham sido postos no seio do Estado. Todavia, temos defendido que não havia interesses puramente comerciais ou puramente agrários porque não havia o comerciante puramente comerciante ou o fazendeiro puro. Contudo, percebemos que, sobretudo até as duas primeiras décadas deste século, as respostas são mais favoráveis aos fazendeiros. Contrariamente, defendemos que o comerciante era, em boa parte, também o grande proprietário que era dono da produção e comercializava o produto.<sup>121</sup>

Já nos referimos a autores, como Nunes (1988), que defendem o antagonismo entre fazendeiros e negociantes, quando afirma que, a partir do governo de Antonino Freire da Silva, os interesses estão mais voltados ao setor comercial. Não acreditamos nesta hipótese. Os dados de que dispomos nos permitem afirmar que o setor agrário continua politicamente forte. É ele quem continua hegemônico. Basta analisar os projetos econômicos dos comerciantes-objeto do último capítulo desta dissertação- para percebermos que embora não haja consenso sobre o poder dos Grandes Proprietários de Terras, estes ainda se posicionam de modo privilegiado no bloco no poder. Por outro lado, há divergências em determinadas situações; mas estas divergências no interior do bloco no poder não constituem diferenças que comprometam a situação de dominação. Pode ocorrer, entretanto, mudanças de posição das frações da classe dominante, como as que verificamos na década de 1920.

O que ocorre a partir da gestão de Antonino Freire (1910-1912) é uma expansão maior do padrão de urbanização da capital, acompanhado de um desenvolvimento do comércio que, na primeira década do século XX, foi estimulado pela exportação de produtos como a borracha de maniçoba e, em seguida, pela cera-de-carnaúba, pelo coco-babaçu e outros produtos referidos no capítulo anterior. Há uma correspondência entre produção, receita e urbanização, não um projeto governamental voltado ao setor comercial, como podemos demonstrar a seguir. No período desse governo, há inclusive conflito entre comerciantes e Estado.

---

<sup>121</sup> Cf "Meu avô José de Freitas", de Aluisio Napoleão.

Embora não nos tenha sido permitido o acesso às Atas de reunião da Associação Comercial Piauiense. Dantas (1977) resgata a história desta entidade, evidenciado seu conflito com o Estado.

Naquela época, enquanto enfrentava crise interna, ditada por problemas de ordem financeira, era a Associação Comercial Piauiense sacudida por grave polêmica com o Governador Areolino Antônio de Abreu.

Os comerciantes mais importantes de Teresina e do interior protestavam contra impostos, que a firma Franklin Veras e Cis. Apontou como ilegais.

Viu-se então a Diretoria da ACP diante da necessidade de enviar um documento ao Governador, mostrando a insatisfação que dominava a sua classe, mas o chefe do Executivo não tomou conhecimento do protesto.

Ao mesmo tempo era elite do comércio local e conseqüentemente a própria Associação, atingida por forte campanha desfechada pelo jornal 'Piauhy', órgão controlado pelo Governador do Estado.

Mesmo assim, ressaltava Thersandro Paz em uma reunião de sua Diretoria, o Governador fez algumas concessões, pois haviam sido eliminadas as taxas especiais que incidiam sobre determinados artigos com produção similar no Estado.

Mas as reduzidas concessões feitas pelo Governo não eram suficientes para acalmar os ânimos dos comerciantes mais importantes da Teresina, no fim do primeiro decênio deste século, e novas reações surgiram, exigindo o grupo que o problema fosse debatido junto ao Poder Legislativo. (DANTAS, 1977, p. 23et seq.).

Esse mesmo autor faz outras referências sobre a subordinação dos comerciantes em relação ao Executivo estadual:

O comércio de Teresina padecia naquela época os efeitos de alguns problemas no interior do Estado, especialmente em Parnaíba, com o Loyd criando sérias dificuldades.

Telegramas chegavam quase que diariamente daquela cidade, alguns desafiando a força e o prestígio da Associação Comercial, que por sua vez diligenciava junto ao Governador da época, recebendo sempre a tradicional resposta de que " o assunto será examinado com especial interesse. (DANTAS, 1977, p.31).

Mesmo na metade do governo de Antonino Freire (em 1911), não identificamos qualquer política de governo que beneficiasse aos Grandes Comerciantes, na sua luta por instalação de estabelecimentos bancários. Ao contrário, as respostas são comumente negativas. "As tentativas se repetiram, através de líderes políticos radicados no Rio de Janeiro, tendo o Sr. Ávaro Mendes, no dia 15 de outubro de 1911, anunciado que o comando do Banco do Brasil havia tomado a seguinte decisão: O apelo da Associação Comercial Piauiense não pode ser atendido agora" (DANTAS, 1977, p. 33).

É importante ressaltar que, durante a Primeira República, os representantes do comércio assumem posições de mando na estrutura burocrático-política do Estado. Manuel Raimundo da Paz, importante líder comercial, foi prefeito de Teresina (1893-1897); presidente da Assembléia Legislativa do Piauí (1904-1908) e governador do Estado (1909-1910).

Do ponto de vista dos grandes proprietários de terras são vários os vice-governadores que se tornaram grandes proprietários de terra. Tomando como marco o período que a autora afirma haver defesa de interesses comerciais pelo Governo do Estado, é importante revelar que de 1910-1916 e de 1920-1928 os vice-governadores são grandes proprietários de terras. Nesses períodos, os vice-governadores são Raimundo Borges da Silva<sup>122</sup> de 1912 a 1916; Gervásio Pires de Sampaio<sup>123</sup> de 1916 a 1920; Tomás Rebelo de Oliveira Castro<sup>124</sup> (em 1926, como presidente do Poder Legislativo) e de 1924 a 1928 Cândido Ferreira de Sousa Martins.<sup>125</sup>

---

<sup>122</sup> Cf. GONÇALVES, 1993, p. 256.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 233.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 158.

## CAPÍTULO IV

### 4 PROJETOS ECONÔMICOS E AGENTES POLÍTICOS NO PIAUÍ DA REPÚBLICA VELHA

Partindo do pressuposto de que a elite política significa a representação das frações da classe dominante no exercício do poder, corroboramos a idéia apresentada anteriormente de que a mesma elite política permanece no poder durante todo o período da República Velha. Isto se efetiva devido a diferentes razões que consubstanciam aspectos econômicos, socioculturais e políticos. Entretanto, acrescentamos que, por vezes, projetos econômicos de classe se reconfiguram significando projetos de dominação de classe.

No caso específico da sociedade piauiense, no período de 1889 a 1930, devido ao fato de não haver organização de trabalhadores rurais assalariados ou um movimento operário - designativos das classes dominadas - e pela existência de uma classe média vacilante, conforme Borges (1986, p. 41) afirmamos que a dinamicidade das relações políticas se efetiva a partir de interesses diferenciados, existentes no interior da classe dominante. Neste aspecto, podemos identificar e caracterizar dois projetos que representam as frações da classe dominante que constituem o bloco no poder. Tratam-se dos projetos de dominação representativos dos grandes proprietários rurais (setor agrário-exportador ou burguesia agrária) e dos comerciantes/industriais (setor comercial).

Uma identificação desses setores, em sua organização de classe, vai-nos permitir caracterizar a sua condição no interior da classe dominante. Deste modo, os dados a serem trabalhados a partir de agora tomam como relevância: 1) a expressão dessas frações de classe na sociedade piauiense, seja econômica, política ou culturalmente; 2) projetos e políticas defendidos pelas frações; e 3) influências dessas frações de classe sobre as decisões tomadas no âmbito dos aparelhos burocráticos do Estado.

As proposições se formalizam em projetos cuja pauta pode-nos ajudar a compreender melhor o complicado primeiro período republicano, reconhecendo que as forças político-econômicas constituídas representam a formalização da estrutura de classes na sociedade piauiense, isto é, não expressam famílias, árvores genealógicas ou agrupamentos familiares, mas representam posições de classes demarcadas no campo da luta política por defesas e contraposições dos projetos em discussão.

Antes de iniciar a discussão dos projetos, que entendemos como expressões do setor comercial, é importante revelar que, se para a defesa da burguesia agrária estão o Partido Republicano Piauiense e parte significativa dos aparelhos de Estado, em defesa da burguesia comercial estão as associações comerciais, que, na década de 1920 chegam a 06 (seis) e alguns intelectuais que oscilam entre a defesa do setor político mais tradicional e as propostas do setor comercial, através de matérias de jornal, dependendo da tendência política a que o órgão de publicação se vincule. Ademais, não desconhecemos que a fração comercial também constitui o bloco no poder, mesmo que subordinadamente. Contudo, ainda na referida década os comerciantes-exportadores passam a ser agentes de relevo na política local.

Sendo o Estado (poder político) defensor exímio dos interesses agrários, tendo-se confundido, historicamente, com ele, como explicitamos anteriormente, não nos referimos aos projetos deste setor-a não ser como complemento de raciocínio, a fim de entendermos a subordinação e a significancia do setor comercial. Ao contrário, iniciaremos pelos projetos que, acreditamos, revelam interesses da burguesia comercial.

Os projetos mais significativos da fração comercial, no período, são os seguintes: definição dos limites geográficos do Piauí; criação de estabelecimentos bancários; construção de estradas de ferro e a construção do Porto de Amarração.

Sistematizamos nossa exposição acerca dos projetos citados, considerando os seguintes pontos:

- a) a significância e o conteúdo dos projetos;
- b) os agentes defensores/opositores e a dinâmica política; e
- c) o impacto sobre as estruturas econômica e política.

O primeiro período republicano (1889 a 1930), no caso do Piauí, apresenta uma série de projetos que, sob um olhar superficial, expressa interesses meramente econômicos, porque a alguns parece mais fácil o estabelecimento de conexões entre projetos e interesses econômicos de classe, não obstante a relativa autonomia do econômico em relação ao político e vice-versa. Como demonstra Poulantzas (1986), é importante destacar que tal autonomia não há senão relativamente, deste modo, um olhar mais cauteloso sugere que, embutidos nos interesses econômicos ou vinculados a estes, estão os interesses políticos. Nesta medida, o que denominamos de projetos políticos significam as proposições formalmente apresentadas no campo da luta política entre as classes ou frações de classes em conflito, quando em luta pela hegemonia do poder político.

É nesta perspectiva que teceremos considerações e explicitaremos a significância e conteúdo de quatro projetos, apresentados durante a República Velha. Ressaltamos que, apesar de todos serem importantes, alguns se tornam mais conhecidos pelo tipo de atuação viabilizado pelas classes ou frações junto aos governos estadual e federal e pela tentativa de convencimento de sua importância para o progresso do Piauí.

#### 4.1 Projeto 1: definição dos limites geográficos do Piauí

Como expusemos no capítulo II, desta dissertação, as questões relativas aos limites geográficos do Piauí são anteriores à República, portanto, anteriores ao federalismo brasileiro que transforma as províncias em Estados federados que, em tese, devem ter autonomia administrativa e financeira.

A emergência do federalismo põe, assim, aos Estados, um conjunto de atribuições e responsabilidades, dentre as quais a segurança e a arrecadação de impostos, para posterior conversão em políticas governamentais e definição de seu plano orçamentário. Deste modo, a descentralização federalista impõe aos Estados a obrigatoriedade de sua organização financeira e administrativa.

A segurança da população piauiense, a capacidade de tributar e de planejar-se em termos de receita e de despesa, com fins a ações governamentais põe, como necessidade a precisão dos limites geográficos do Piauí relacionada aos Estados vizinhos.

Não é superfluo repetir que as questões relativas aos limites interestaduais comprometem a receita pública, como denuncia o governador Arlindo Francisco Nogueira (1901-1904), em mensagem à Assembléia Legislativa do Piauí, em 1904:

Chamo a vossa atenção para o facto anomalo, prejudicial e altamente offensivo aos nossos direitos, que se passa nas nossas fronteiras, relativamente a arrecadação dos nossos impostos de exportação... Ora, os nossos vizinhos recusam aceitar como despachados neste Estado os gêneros delle sahidos, embora os seus portadores exhibam os talões do despacho, ora, como succede com o Maranhão, baixam propositalmente a taxa do imposto nos municípios ribeirinhos do Parnahyba, fomentando desta arte, o contrabando do Piauhy, com graves prejuízos para as suas fontes de renda.<sup>126</sup>

Essa preocupação com os limites do Estado está presente em várias outras falas oficiais durante toda a República Velha, como nesta mensagem do governador Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920) à Assembléia Legislativa do Piauí em 1919:

---

<sup>126</sup> Cf. PIAUÍ. Governo, 1904, p. 17.

Continuam indivisas as fronteiras do Piauí. Exceptuando do dec. N. 3012, de 22 de outubro de 1880, que demarcou os territórios do Piauí e Ceará, nas extensões compreendidas na antiga comarca de Príncipe Imperial e na villa de Amarração, não são conhecidos Carta Régia, lei, decreto ou acto equivalente, emanados do poder competente, traçando definitivamente os limites do Piauí com os Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Goyaz que lhe são confinantes. (PIAÚ. Governo, 1919, p. 8).

Conclui aquele governador, na mesma mensagem:

Chamando a atenção dos ilustres senhores representantes do Estado para esse importante assumpto do mais vital interesse para ao futuro do Piauí e a bôa marcha de sua administração, lembro a conveniência de serem refundidas aquellas duas leis e substituídas por uma só que comprehenda os outros Estados confinantes- Bahia, Pernambuco e Goyaz- com os quaes os nossos limites também permanecem indivisos.<sup>127</sup>

Em estudo recente Queiroz (1994 a, p. 138) faz a seguinte afirmação relativa aos limites do Piauí:

A lei nº 226, de 20 de agosto de 1900, autoriza negociações, para demarcação de limites, com o Maranhão e o Ceará. Entretanto, as medidas propostas não se efetivam, continuando, por todo período, as discussões em torno do apossamento indevido do território e, por consequência, das receitas auferidas pelo Piauí. Enquanto com aqueles dois Estados os problemas de limites apresentavam caráter mais geral, com a Bahia o problema central é realmente o da exportação da borracha e de outros produtos piauienses.<sup>128</sup>

O problema da indefinição das fronteiras geográficas do Piauí perpassa toda a Primeira Republica e, não obstante o Poder Legislativo haver autorizado o governo estadual a manter acordo como os governos dos estados vizinhos, tal acordo nunca se confirma. Isto se deve a pelo menos quatro razões:

a) o desinteresse dos Estados vizinhos na demarcação de suas fronteiras, em virtude de parte dos produtos tributados saírem de território piauiense;

<sup>127</sup> As duas leis referidas por Clementino de Aguiar são: 1) lei n. 226, de 20 de junho de 1900 e 2) lei n. 295, de 1º de julho de 1902. Sobre o assunto Cf. PIAÚ. Governo, 1919, p.11.

<sup>128</sup> Cf. QUEIROZ, 1994a, op. cit., p. 138.

- b) a pequena expressão que a burguesia comercial tem na definição de políticas e as dificuldades que grandes produtores têm quanto ao transporte dos gêneros, sendo mais oportuna a venda clandestina dos produtos pelas fronteiras do Estado;
- c) a existência de filiais ou representações de casas exportadoras nas principais zonas de produção;
- d) a fragilidade do sistema de fiscalização e o conseqüente favorecimento do contrabando.

As considerações mencionadas vinculam, portanto, as questões de limites à produção e à comercialização de produtos primários e também a incapacidade da Fazenda Estadual no que concerne às operações de fiscalização e tributação dos produtos piauienses.

É oportuno ressaltar a imiscuição do poder local,<sup>129</sup> os favorecimentos dos agentes do fisco e a distância entre a sede da Fazenda Estadual, localizada em Teresina, e as mesas coletoras do interior. A propósito destes pontos, em última mensagem governamental à Assembléia Legislativa do Piauí, em 1930, denuncia o governador João de Deus Pires Leal:

Para isso tenho concorrido indirectamente, subtrahindo quanto possível os agentes do fisco, às injucções partidárias locais... Melhor seria o resultado alcançado se me tivesse sido possível uma reorganização no aparelho fiscal do Estado, de maneira a que fosse feito periodicamente o revezamento dos agentes do fisco, subtrahindo-os às dificuldades que lhes criam relações pessoais cimentadas em longas permanências onde servem... Não é possível, porém, erradicar promptamente um velho costume a que o tempo deu fóros de lei nos nossos hábitos administrativos qual o de subordinar a nomeação dos agentes arrecadadores do Estado à injucções políticas locais [...]. O maior mal que disso resulta não é propriamente a interferência dos chefes políticos no serviço de arrecadação, que muitas vezes ella se tem feito sentir, no meu governo, no interesse do Estado, mas a dificuldade em que o agente do fisco, quasi sempre filho da localidade e com largo circulo de relações nella, se vê para amparar os interesses da Fazenda em collisão com os dos particulares, seus amigos. (PIAUI. Governo, 1930, p. 84).

---

<sup>129</sup> No capítulo II, desta dissertação, citamos uma entrevista que trata de um diálogo de um importante coronel e um fiscal federal.

#### 4.1.1 A significância e o conteúdo do projeto

Pelas informações antecedentes, podemos afirmar que o cerne da questão dos limites geográficos é de ordem político-econômica. De um lado, o Estado como instituição responsável pela fiscalização e pela tributação, reconhecendo suas limitações através de relatos de governos estaduais. Por outro lado, a interveniência do poder local na determinação da ação dos agentes fiscais. Deste modo, a questão de limites, que, em uma perspectiva, se põe como problema interestadual, concretiza-se através da tributação dos produtos saídos do Piauí; dos movimentos populacionais de imigrantes provenientes de Estados vizinhos, invadindo o território piauiense; da perda de poder econômico, quando subtrai a receita pública e da imprecisão das fronteiras interestaduais ao Oeste com o Maranhão, ao Leste como o Ceará, o Pernambuco, a Bahia e ao Sul com a Bahia e o Goiás.

Em outra perspectiva, apresenta-se com forte teor econômico-político relacionado às frações de classe constitutivas do bloco no poder, pois subjacente a esse problema estão, do ponto de vista da burguesia agrária, as dificuldades de transportar seus produtos, sejam oriundos do extrativismo vegetal sejam provenientes da pecuária. Sob este aspecto, a indefinição de limites interestaduais favorece aos grandes proprietários de terras no que diz respeito à sonegação da contribuição fazendária e a uma maior facilidade de saída clandestina de produtos. Por outro lado, ao setor comercial à definição de limites se impõe como de extrema necessidade para a organização financeira e administrativa do Estado.

Ao lado desta preocupação de ordem administrativa, situam-se os interesses mais propriamente vinculados ao setor comercial. Em razão disso, é um dos principais membros da elite comercial-o Deputado Manoel Raimundo da Paz-que apresenta "[...] projeto autorizando o governador do Estado a realizar acordo com os governos do Maranhão e Ceará sobre os limites desses Estados com o Piauí" (GOMES, 1985, p. 74). Projeto inclusive aprovado e convertido em lei.

#### 4.1.2 Agentes defensores/opositores e a dinâmica política

Apesar de não haver no Piauí, desse contexto, o comerciante puro ou o grande proprietário rural puro, entedemos que os interesses da burguesia comercial e dos latifundiários vão, paulatinamente, constituindo-se em interesses específicos de cada fração de classe. Se originariamente o desbravador sertanista e o imigrante português no período colonial se mesclam ao ramo tradicional (aos latifundiários), os imigrantes vinculados diretamente a atividade comercial têm relevância na constituição da burguesia do comércio. Entretanto, não podemos desconhecer que, mesmo na República, ainda é baixo o grau de divisão do trabalho social. O que dificulta quaisquer interpretações da formação social piauiense que identifiquem tipos puros de proprietários rurais ou de comerciantes. É a imprecisão da identidade desses agentes que originará um terceiro que qualificamos de burguês de múltiplas faces.

É importante, então, considerar que, no concernente à questão de limites, identificamos a burguesia comercial, a burguesia agrária e o Estado como poder aparentemente mediador dos antagonismos existentes entre essas frações.

Diante de tal realidade, é possível depreender do material analisado que, não obstante a demarcação das áreas limítrofes representarem, de um lado, mais ganhos para a receita pública do Piauí- pois é consequência de acordos interestaduais e respeita, portanto, a produção de cada Estado- por outro lado, representa uma tentativa de o setor comercial cobrar do Estado posições relativas ao contrabando existente nas principais regiões piauienses, responsáveis pelo extrativismo vegetal bem como impedir o contrabando do gado nas áreas limítrofes. Além disso, expressa clara oposição ao tipo de intervenção do poder local, exercido por grandes proprietários de terras junto aos agentes do fisco.

Convém lembrar, também, que os acordos interestaduais, mediados pelo governo federal obrigam os Estados envolvidos a respeitar as normas do convênio/acordo, o que impede a tributação e exige o reconhecimento da documentação apresentada quando da exportação do produto piauiense. Ademais, precisa o "quantum" de produtos oriundos do Piauí que, com regularidade saem clandestinamente por suas fronteiras.

Na dinâmica desse processo, há uma tendência de os grandes proprietários rurais tentarem burlar fisco, como conforme observado em documentos oficiais aqui apresentados. Deste modo, a interveniência do poder local, a escolha dos agentes da Fazenda estadual e certa ausência do Estado no que concerne à tributação e à punição para os infratores permitem que depreendamos sobre o caráter parcial da ação do Estado que, ao mesmo tempo em que defende uma proposta de demarcação de limites, não viabiliza uma política concreta de penalização para os infratores que atentam contra a fazenda estadual.<sup>130</sup> É neste aspecto que uma não-política se constitui em uma política voltada aos interesses da fração hegemônica.

Um outro aspecto que não diz respeito aos objetivos deste trabalho é o estudo das relações entre os representantes estaduais e o Executivo federal envolvidos com os projetos de definição de limites interestaduais. Neste caso, poder-se-ia analisar os motivos pelos quais a demarcação dos limites atravessa todo o primeiro período republicano e tem reflexos indesejados na atualidade. Este estudo está por ser feito pelos interessados em compreender a sociedade e a política piauienses.

#### **4.1.3 O impacto sobre as estruturas política e econômica**

Neste item podemos pensar em duas possibilidades: 1<sup>a</sup>) sem a definição de limites, e 2<sup>a</sup>) com a implementação de uma política de definição dos limites estaduais.

A primeira possibilidade representa a história do Piauí durante a República Velha, pois em que pese ao estabelecimento de acordos entre Estados limítrofes, no início da década de 1920, muitas são as pendências e os não-cumprimentos aos acordos estabelecidos.

A segunda, por sua vez, apesar de basear-se em dados qualitativos, representa de fato uma abordagem prospectiva na medida em que sugere que trabalheemos com o que deveria ser a realidade piauiense caso a definição de limites tivesse ocorrido. Mesmo assim, pautamo-

---

<sup>130</sup> É importante não esquecermos o poder que as elites políticas dos estados vizinhos detêm para interferir em decisões que dependem também do governo federal e dos arranjos políticos "alinhavados" nos Estados.

nos em comentários oficiais como o de Arlindo Francisco Nogueira (governador do Piauí) na mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí em 1901, quando constata que:

A exportação de gados que, aliás sem vexame podia dar ao thesouro uma renda de cem contos de réis, figura com diminuta importância de 56.192\$300<sup>131</sup>, sendo característica de ma vontade de alguns municípios do sul, quando ninguém ignora o seu grande commercio para os mercados da Bahia e outros Estados. Este imposto produziu em S. Filomena, Bom Jesus, Corrente e S. Antonio de Gilbués a pequena quantia de 1.171\$000<sup>132</sup>. Em Apparecida não houve tal exportação. (PIAUI. Governo, 1901, p.26).

Mesmo após o acordo de 1921, na mensagem do governador João Luís Ferreira à Assembléia Legislativa do Piauí, em 1922, ele faz a seguinte constatação em relação ao Piauí e ao Maranhão:

As diferenças de porcentagens estabelecidas para a cobrança de impostos de exportação, sempre para menos no fronteiro Estado, em relação a certos artigos allí existentes em quantidade mínima, e de produção considerável neste; os baixos preços fixados nas pautas officiais estabelecidos pelas próprias estações arrecadadoras situadas à margem do Parnahyba, onde são insignificantes, sem importância commercial, os povoados, ao contrário do que acontece no Piauí, onde as principaes cidades ficam à margem do mesmo rio, que nos limita com o Maranhão; todo esse conjuncto de condições influiu poderosamente para o lastimavel estado de cousas, que o convenio veio remediar e corrigir. (PIAUI. Governo, 1922, p. 43).

Podemos depreender das citações referidas que, certamente, houve considerável diminuição da receita do Estado relativa à arrecadação através da cobrança de impostos sobre produtos piauienses (cerca de 44%), pois o mesmo governador João Luís Ferreira, na mesma mensagem oficial afirma: "Sofria de longa data a Fazenda deste Estado- não o ignoraes, prejuízos não pequenos em consequência de constantes e vultosos contrabandos de gêneros piauienses, que se escoavam pelo território do Estado vizinho, e ahi eram tributados como de produção maranhense" (p. 43).

Assim, a imprecisão dos limites estaduais sugere: a incapacidade do Estado e de suas agências arrecadadoras/fiscalizadoras no cumprimento de suas funções; a consequente diminuição da receita pública; a interferência do poder local junto aos fiscais da Fazenda

<sup>131</sup> Cinquenta e seis contos, cento e noventa e dois mil e trezentos réis.

<sup>132</sup> Um conto e cento e setenta e um mil réis.

estadual e certa permanência das condições políticas e econômicas, mesmo em momentos de euforia como, por exemplo, no momento de expressão do extrativismo vegetal.

Uma possível maior capacidade do Piauí na definição de suas fronteiras e na fiscalização e tributação poderiam ter aumentado a receita pública, como também criado possibilidades de investimentos em setores estratégicos para a tímida sociedade piauiense e em políticas que indicassem, de fato, preocupação pertinente às aspirações de um Estado autônomo e democrático.

Mais significativo do que uma estimativa é o dado apresentado pelo governador e também estudioso da questão dos limites Antonio Freire da Silva, em sua mensagem à Assembléia Legislativa do Piauí, em 1910:

Pessoas competentes e conhecedoras do commercio de gados que se faz no Piauhy, não avaliam em menos de 20.000 cabeças o número de bois que anualmente sae deste Estado para os estados do Ceará, Parahyba, Pernambuco, Bahia e Maranhão; Por ahí avaliareis quão grande é o contrabando e quão lesado é o Estado nas suas rendas. Municípios creadores existem, como o de Picos, com cerca de 300 fazendas de criar, Bom Jesus com 163, S. Raimundo e Urussuy com perto de 150 cada um, que não exportaram , uma só cabeça de gado o anno passado! Outros, como Belém, União, Parahyba, em pontos de frequente travessia de gados, nada arrecadaram de sua exportação. (PIAUI. Governo, 1910, p. 35).

Peremptoriamente, as dificuldades dos aparelhos de Estado na definição de limites está associada a interesses externos (dos estados vizinhos) ao Piauí. No entanto, ficam evidenciados os interesses econômico-políticos dos grandes proprietários de terras, protagonistas do poder local cuja hegemonia política se dá nas três primeiras décadas da República.

#### **4.2 Projeto 2: criação de estabelecimentos bancários**

A possibilidade de ampliação da atividade comercial depende da criação de um mercado interno dominado pela oferta de produtos e pelas demandas que geram a oferta e que se gestam a partir desta. Contudo, se há baixo índice de trabalho assalariado, desqualificação

de mão-de-obra e pequena circulação de moedas, não acontecendo maior grau de capitalização da sociedade, dificultam-se as perspectivas de desenvolvimento econômico em moldes capitalistas.

A circulação de moeda ganha mais relevo na medida em que os agentes vinculados ao processo produtivo sentem-se apoiados por instituições financeiras que subsidiem seus projetos e lhes concedam crédito.

Anterior à República são os capitalistas particulares que funcionam como credores dos governantes. Estes capitalistas são indivíduos ou grupos/empresas organizados domesticamente.<sup>133</sup> Os empréstimos tomados, freqüentemente, pelo Estado ficam explícitos no artigo jornalístico " O calote oficial no Piauí": "O capitalista coronel Sinval de Castro e Silva, em março de 1913, emprestou ao Piauí cento e cinquenta contos de réis e até hoje o Tesouro não lhe pagou nem prestação nem um real dos juros vencidos..."<sup>134</sup>

Ressaltamos, também, que, mesmo na Primeira República, o município de Caxias, no Maranhão, é quem possibilita parte do crédito necessário aos comerciantes piauienses. Em 1892, segundo Nascimento (1988, p. 167), há a instalação de agência da Caixa Econômica Federal cujas ações não respondem aos interesses da sociedade piauiense e mesmo do Estado.

A elite comercial se ressentia da falta de instituições bancárias no Piauí e, neste sentido, desenvolve uma luta considerável da fração comercial. Isto é verificado em documentos da Associação Comercial Piauiense. Outrossim, em matéria de jornal da época e em documentos oficiais.

Segundo as informações de Bastos (1994, p. 61-63), o Piauí possui, durante a Primeira República, alguns estabelecimentos bancários conforme Quadro 23.

---

<sup>133</sup> Vários são os credores citados por Bastos (1994, op. cit., p. 61).

<sup>133</sup> Cf. Jornal de Notícias, n. 26, p. 1, de 07 de abril de 1918.

## Quadro 23

### Estabelecimentos Bancários no Piauí (1889-1930)

BANCOS E SIMILARES	ANO DE INSTALAÇÃO	FUNDADORES
1 Casa Cruz (particular)	1880	
2 Caixa Econômica Federal ou Caixa Econômica e Monte de Socorro (Teresina)	1892	<p style="text-align: center;"><b>Gerente:</b></p> <p>Jose Tomas Coelho Basto</p> <p style="text-align: center;"><b>Conselheiros:</b></p> <p>Joaquim Dias de Santana  João Rosa  Jeremias Melo e  Raimundo Antônio de Farias (até 1896)  Raimundo de Arêa Leão  Honório Parente  José João dos Santos e  Gil Martins Gomes Ferreira (nomeados em 1896)</p> <p><b>Conselho Administrativo- Presidente (Carteira de Hipotecas):</b>  Francisco P. de G. Almendra  Valdemar de Moura Santos  Jacob M. de G. e Almendra</p> <p><b>Vice-Presidente (Carteira de Depósitos e Consignações)</b>  Lindolfo do Rego Monteiro</p> <p><b>Diretor (Carteira de Penhor e Títulos)</b>  Josué de Moura Santos</p>
3 Banco do Brasil (Paraíba)	1917	
4 Banco do Brasil (Teresina)	1921	
5 Banco Agrícola do Piauí Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda (Teresina)	1927	Anfrísio Lobão Veras Filho Mancel Castelo Branco (representantes de Castelo e Cia. Ltda) Jacob M. Gayoso Almendra Cap. João H. G. e Almendra Dr. Francisco Pires de G. e Almendra (Irmãos Gayoso e Almendra) Pedro Freitas Antônio Freitas José de Almendra Freitas (Almendra e Irmãos) Odorico Marques da Fonseca Laurindo de Castro Lima Mana M. Vieira da Cunha Tevelino Guapindaia Bartolomeu Vasconcelos Matias Olímpio de Melo Olavo Pires Rebelo Ocirio Pereira do Lago José Narciso da Rocha
6 Caixa Beneficente dos Servidores do Estado do Piauí (Teresina)	1923	

Fontes: BASTOS, op. cit. MENSAGENS DO GOVERNO (1891-1930). NASCIMENTO, op.cit.; QUEIROZ (1994a) op. cit.

#### 4.2.1 A significância e o conteúdo do projeto

Se os comerciantes de Parnaíba e de Teresina manifestam seu interesse pela instalação de uma agência bancária em suas cidades, os comerciantes de outras regiões comerciais, como os de Floriano, também se ressentem da falta de um Banco. Tal necessidade é compartilhada, no plano discursivo, pela sociedade piauiense. Mesmo os setores oponentes quando se omitem em relação a este ponto, permitem-nos a interferência de que a instalação de bancos é uma necessidade ao progresso social. Não é à toa que, originalmente, o Banco do Estado do Piauí (BEP) é o Banco Agrícola do Piauí Sociedade Cooperativa e Responsabilidade Ltda., instituído por iniciativa de 11 particulares, como:

[...]Castelo e cia Ltda ( representada por Manoel Castelo Branco e Anfrísio Lobão Veras Filho), Irmãos Gayosos e Almendra (representada por Cap. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, Cap. João Henrique Gayoso e Almendra e Dr. Francisco Pieres de Gayoso e Almendra), Almendra e Irmãos (representada por Pedro, Antônio e José de Almendra Freitas), Odorico Marques da Fonseca, Laurino de Castro Lima, Maria Marques Vieira da Cunha, Tevelino Guapindaia, Bartoloméu Vasconcelos, Matias Olímpio de Melo, Olavo Pires Rebelo, Ocílio Pereira do Lago e José Nasciso Rocha.<sup>135</sup>

A experiência do Banco Agrícola do Piauí Sociedade Cooperativa e Responsabilidade Ltda é de 1928, final da Primeira República. Entretanto, as reivindicações por agências bancárias se efetivam durante muitos anos anteriores à instalação de uma agência do Banco do Brasil, em 1917, em Parnaíba-PI, como já afirmamos, pelas associações comerciais, que são as principais porta-vozes dos interesses comerciais.

Além de maior dinamização do processo produtivo propriamente dito de melhor qualificação da força de trabalho piauiense, o Estado se ressentia da falta de instituições bancárias que possam significar suporte a ação dos agentes produtivos. A propósito da questão, Dantas (1977, 33) revela que: "a crise de crédito era grande e o comando do Banco do Brasil se mostrava indiferente aos apelos diversos daqui partidos, todos eles seguidos de levantamento sobre a dimensão das nossas importações e exportações."<sup>136</sup>

<sup>135</sup> BASTOS (1994, p. 61).

<sup>136</sup> Associação Comercial Piauiense. Teresina. COMEPI, 1977, 33.

Do mesmo modo, o governador Antonino Freire da Silva, em mensagem oficial à Assembléia Legislativa explicita essa necessidade:

Até o presente não foi possível, apesar dos esforços, para tal fim, empregados pela nossa infatigável representação no Congresso Nacional e pela Associação Comercial Piauiense, instalar a carteira bancária filial do Banco do Brazil, para acudir as necessidades do nosso comércio. É, por vezes, afflictiva a situação de nossas praças, sem que o comerciante, ainda mesmo com fartos haveres, possa encontrar meio de remediar os seus embaraços com o recurso ao crédito, pela absoluta falta de estabelecimentos bancários. O dinheiro, entre nós, não se empresta, aluga-se, e cada vez mais com dificuldades maiores. (PLAUI. Governo, 1911, p.63).

A inexistência de instituições bancárias no Piauí dificulta um maior dinamismo comercial. Sintomático é, no entanto, o silêncio do setor vinculado à grande propriedade, agindo, de certo modo, indiferente aos reclames da burguesia comercial. As vozes partidas de grandes proprietários de terras em favor da instalação de estabelecimentos bancários aparecem quando esses combinam o papel de fazendeiros com o de comerciante, como, em referência a década de 90, do século XIX, cita Queiroz (1994 a, p. 50):

Tendência que já se manifestava nessa época é a do fortalecimento da classe comercial. Vale notar, todavia os comerciantes mais abastados eram muitas vezes os próprios fazendeiros, e que estes, além do comércio, também exerciam atividades industriais relacionadas aos processamento de produtos agrícolas, como a fabricação de açúcar, rapadura, cachaça. Para superar a escassez de capital, propunham-se a criação de estabelecimento de crédito que também operasse com financiamento para a agricultura e a pecuária. Tal proposta, encampada pelo governo e comerciantes, marcará as décadas seguintes.

#### **4.2.2 Agentes defensores/opositores e a dinâmica política**

Não pretendemos aqui veicular a perspectiva de que os ganhos de um setor de classe representam, necessariamente, as perdas de outro setor. Contudo, a pouca importância dispensada pelos grandes proprietários à questão dos estabelecimentos bancários pode-nos sugerir uma reflexão acerca da instalação de Bancos. Some-se a isto o fato de que o dinamismo comercial pode, em um processo de divisão de trabalho, estratificar a classe

trabalhadora bem como pôr, no cenário da sociedade local, produtos outros com valores similares e mesmo superiores à terra e aos produtos oriundos de atividades agrícolas e pecuárias.

Enquanto é possível estabelecer certa vinculação entre o setor propriamente comercial e as lutas pelo progresso, também é possível pensar em identificar certo sedentarismo no âmbito do conservadorismo dos grandes proprietários de terras. Desse modo, sugerimos que três perspectivas se põem quanto à idéia da instalação de Bancos no Piauí: 1<sup>a</sup>) a que defende a necessidade de Bancos no Estado, baseada no nível de produção, sobretudo após a extração da borracha de maniçoba e de outros produtos do extrativismo vegetal; 2<sup>a</sup>) a que é indiferente à criação de Bancos e 3<sup>a</sup>) outras que, em determinados momentos, manifestam a necessidade de estabelecimentos bancários pelo fato de que seus interesses estão particularmente vinculados a atividade comercial.

A primeira perspectiva é veiculada pelos comerciantes, através de suas entidades organizativas, como arauto dos interesses do comércio. Este setor reivindica a instalação de instituições bancárias, buscando sensibilizar o governo estadual durante as duas primeiras décadas da República Velha. Aqui, cabem algumas indagações: por que durante a euforia da borracha as instituições de crédito não são instaladas? A dinâmica da economia piauiense não permite? O setor comercial ainda é politicamente pouco importante? Como se situa a burguesia comercial no interior da estrutura do Estado?

Sem pretender fixar a verdade como respostas a essas questões, consideramos que a visão apresentada pelo setor comercial, no que se refere às perspectivas de desenvolvimento ou ao plano discursivo de sua organização econômica enquanto fração de classe, distancia-se bastante do limitado horizonte do setor agrário. Este setor, ao contrário, estabelece elo de relação orgânica com o Estado, pois, para os Grandes Proprietários de Terras, é através do Estado que os interesses mais substantivos do setor agrário são garantidos pela dedicação que estes senhores da terra emprestam à dinâmica política estadual.

A segunda perspectiva-que se põe como indiferente à instalação de bancos-diz respeito aos grandes proprietários de terras que não têm a concepção de que as instituições de

crédito podem proporcionar maior nível de capitalização e dinâmica do seu patrimônio. Pode-se também inferir que há um certo medo do progresso, semelhante àquele que os Grandes Proprietários de Terras, do século XVII, em relação ao processo de urbanização no Piauí, analisado por Brandão (1995, p. 19), como sinônimo de fim de áreas rurais e conseqüente declínio do poder dos senhores da terra. Embora o autor se refira a um contexto bem anterior ao da República Velha, século XVII, parece-nos pertinente trazer à tona a idéia de que a indiferença dispensada à questão dos Bancos bem como às perspectivas de progresso social funcionem como autodefesa do setor agrário, lutando pela garantia do "status quo."<sup>137</sup>

A terceira perspectiva representa interesses voltados para a manutenção da grande propriedade (permanência do latifúndio como sistema produtivo; não tributação da produção agrícola e pecuária; indefinição quanto ao imposto territorial e defesa do domínio coronelístico e oligárquico) bem como as perspectivas possíveis com a emergência da sociedade do progresso (a instalação de meios de comunicação como o telégrafo; a construção de estradas carroçáveis, férreas e vias fluviais; a possibilidade de escoamento de produção, através do Porto e Amarração; o desenvolvimento, enfim, do comércio e a emergência da indústria piauienses). Em outras palavras, no segundo capítulo desta dissertação, denominamos, a este tipo piauiense, de burguês de múltiplas faces, que expressa a condição político-econômica de parte dos coronéis-comerciantes cujos domicílios e domínios se localizam na região Norte do Estado, marca que o familiariza com a região litorânea e o desejo da integração produtiva no Piauí e deste com outros mercados, nacionais e internacionais.

#### **4.2.3 O impacto sobre as estruturas políticas e econômicas**

O caráter prospectivo deste ponto, impõe-nos, a exemplo do que fizemos na análise do projeto anterior, que trabalhemos com dados que sugiram possíveis mudanças para o caso de determinadas reivindicações da fração comercial terem sido respondidas favoravelmente.

---

<sup>137</sup>Cf. BRANDÃO, 1995, p. 19 *apud* SANTANA, 1995.

O Coronel Pedro Freitas, ex-governador do Piauí (1951-1955), em citada entrevista a Fundação CEPRO, evidencia as dificuldades de crédito e as dificuldades para a realização de depósitos ou saques em contas. Lembra que todo o movimento bancário era realizado em Caixas, no Estado do Maranhão.

Como explicitado anteriormente, a falta de agências bancárias e a conseqüente cobrança de altas taxas de juros impõem ao governador Antonino Freire da Silva, na sua mensagem de 1911, enunciar:

Desde o anno passado que as praças de Manaos e Belém, onde já são numerosos os estabelecimentos de créditos, dispõem de carteiras bancarias filiais ao Banco do Brazil e que adeantam dinheiro aos exportadores, sob caução de borracha, a 9%. Essa medida veio a alliviar consideravelmente o commercio daquelas duas praças e ajuda-los na luta contra a especulação dos promotores da baixa daquelle produto. É uma cousa semelhante que está precisando o commercio piauihyense para desafogar das grandes difficuldades que o assoberba. Sem estabelecimentos de creditos é asphixiante o movimento commercial. (PIAUI. Governo, 1911, p. 63).

A referida citação nos oferece alguns elementos para análise. O primeiro, e talvez o mais importante, seja o descaso destinado ao setor comercial por parte das instâncias federais. Neste sentido, há algumas indagações: é possível apontar a interveniência de representantes do Estado, no plano federal, que se contrapõem à instalação de Bancos no Piauí? O segundo é a hipótese de que um maior dinamismo comercial, com movimento bancário no Estado e fluxo de capitais poderia sugerir modificações nas estruturas econômicas e políticas, na medida em que a burguesia comercial e o próprio governo estadual poderiam operar com maior tranquilidade, obtendo créditos para investir em setores que julgassem importantes, alterando também a situação política da fração comercial no bloco no poder.

É significativo o fato de que a primeira agência do Banco do Brasil tenha sido instalada somente ao final da terceira década da República (1917, em Parnaíba) e no início da última década da República Velha (1921, em Teresina).

A propósito dessa questão, não podemos desconsiderar as tentativas da fração comercial no estabelecimento de instituições bancárias no Piauí. Afinal, são várias as empresas comerciais que se ressentem de uma política creditícia.

Mesmo com a implementação tardia de um setor bancário, observa-se que o setor comercial vai constituindo sua hegemonia em relação aos grandes proprietários de terras, de modo que embora não consiga romper com as estruturas da sociedade agrária-daí o sentido da existência do burguês de múltiplas faces-paulatinamente a atividade comercial subordina a agrícola.

### **4.3 Projeto 3: construção de estradas de ferro**

As experiências exitosas de São Paulo e Minas Gerais com a construção de estradas de ferro parece ter influenciado vários Estados da federação brasileira que buscam resolver seus problemas de transporte, comunicação e escoamento dos gêneros neles produzidos.

A concepção de que as estradas de ferro são parte fundamental para a concretização do progresso do Piauí, levando-se em conta a experiência de parte dos Estados nordestinos e outros, invade o pensamento de publicistas, de comerciantes e/ou políticos que vislumbram a perspectiva de integração econômica do Estado.

É no seio desse pensamento que se encontram os escritos de Abdias Neves. Em trabalho exaustivo acerca dos feitos da União no Piauí, demonstra a importância das estradas de ferro para o desenvolvimento piauiense. Acrescente-se, também, as várias matérias de jornal que indicam a falta de estradas de ferro para a economia piauiense.

Somente em 1916, na terceira década da República, é que a primeira locomotiva trilha no Piauí, inaugurando uma das estações da estrada de ferro da cidade de Parnaíba.

#### **4.3.1 A significância e o conteúdo do projeto**

A década de 1890 inaugura um momento econômico considerado novo, em virtude da elevada produção, fruto do extrativismo vegetal. Este acontecimento, que expressa certa

singularidade, evoca os agentes produtivos e os representantes da política local para algumas necessidades, no setor de obras públicas, dentre estas, uma questão se torna recorrente: o transporte.

Considerando a extensão do território piauiense, a restrita zona litorânea, as limitadas possibilidades de navegação do rio Parnaíba e a imensa faixa do território sem acesso por vias navegáveis, o transporte ferroviário aparece como uma das principais alternativas a ser utilizada com os objetivos de comunicação e comercialização.

Reivindicadas antes mesmo do período republicano, e com o advento deste, as estradas de ferro são sinônimo de progresso e desenvolvimento do Piauí. Considere-se, ainda, os avanços ferroviários nos Estados vicinais do Ceará e Pernambuco. Aliás, a submissão do Piauí relativa à Rede Ferroviária Central do Ceará provoca, naquele período, muitos constrangimentos e embargos, dificultando a concretização da abertura das estradas de ferro em terras piauienses.

A ausência de estradas de ferro no Piauí é apontada durante muito tempo como um dos motivos do empobrecimento do Estado. Aliás, voltando à referência da geografia, o rio Parnaíba contorna toda a parte Oeste do Piauí. Quanto ao Sul e ao Leste, há vários empecilhos ou dificuldades de acesso aos municípios piauienses. O Norte é limitado por um diminuto litoral.

Além do difícil acesso dos Estados vizinhos com exceção do Maranhão (que se situa à outra margem do rio Parnaíba) e, de certo modo, do Ceará-devido à faixa que compreende o litoral- vale considerar as próprias dificuldades de acesso entre os municípios piauienses. Em 1925, já na última década da República Velha, o Piauí conta apenas com cerca de 2.733,92 km<sup>138</sup> de estradas carroçáveis.

Evidentemente, a dificuldade de acesso é maior nas duas primeiras décadas da República, embora as alterações até 1930, conforme as diferentes mensagens governamentais, sejam pouco significativas. Contudo, é Miguel de Paiva Rosa, que governa o Piauí de 1912 a

---

<sup>138</sup>Cf. PIAUÍ. Governo, 1930, p. 46.

1916, quem nutre muitas esperanças relativas a concretização das linhas férreas e enuncia posição consciente em relação aos interesses comerciais:

Até bem poucos annos, o Piauhy foi inteiramente esquecido pelos favores federaes, aliás prodigamente distribuídos a outros Estados da Federação. Entretanto, parece já não haver, presentemente, motivo para as nossas queixas, então justas. Ultimamente a partilha desses favores tem nos cabido, senão com a mesma liberdade com que os outros são aquinhoados, pelo menos o bastante para satisfazer nossas mais urgentes necessidades. [...] Assim é que o problema que mais interessa a nossa vida commercial e econômica, vai ficar resolvido com a conclusão de pelo menos duas linhas férreas. (PIAUI. Governo, 1913, p. 31).

As reivindicações dirigidas à União expressam necessidades apontadas sobretudo pelo setor comercial, que, aliadas a outros projetos, dão novo significado à produção e à comercialização no Piauí; isto é, a construção de estradas de ferro tem como objetivo principal baratear o valor da produção, facilitando assim, o comércio dos gêneros aqui produzidos. Por vezes, a construção de estradas de ferro pode não representar maior capacidade de desenvolvimento, mas apenas o desejo de não significar o atraso quando comparado a outros Estados.

Não obstante as mensagens oficiais dos governantes do Piauí indicarem as estradas de ferro como um elemento propulsor do desenvolvimento, o que se verifica é a desatenção da União em relação ao Piauí exemplificada na mensagem do governador Matias Olímpio de Melo, de 1926, à Assembléia Legislativa do Piauí, quando este documento compara a situação ferroviária do Piauí com a do Ceará. Declara o governador:

Rápido estudo comparativo do progresso da construção das vias férreas constituintes da Réde de Viação Cearense, de que fizeram parte, até 1918, as duas estradas do Piauhy- 'Amarração a Campo Maior' e 'Cratús a Theresina'- patenteiam a iníqua inferioridade dessas em relação àquellas (PIAUI. Governo, 1926, p. 63).

E acrescenta aquele governador, no mesmo documento:

Noticiando esse facto em relatório daquelle anno, diz o ilustre engenheiro Miguel Bacelar, então diretor da estrada, que 'a situação, em vez de melhorar, peiorou, pois a maior parte da verba fôra annullada de sua verdadeira aplicação. Da verba de 700 contos, vieram para o Piauhy apenas 299:337\$125, exclusivo o saldo de 14:941\$508, transferido do exercicio de 1917 para o de 1918. (PIAUI. Governo, 1926, p.63).

Na República Velha, a situação das ferrovias piauienses- conforme estudos de Neves (1914) e Bastos (1994)-é a que se encontra no Quadro 24.

### Quadro 24

#### Estradas de Ferro no Piauí

VIAS FÉRREAS	LEGISLAÇÃO	1ª ESTAÇÃO INAUGURADA	ANO DE CONCLUSÃO
Central do Piauí		Parnaíba	1922
Cratêus-Teresina		Poty	
Petrolina-Teresina	Lei Fed. n. 2 378/13	Paulistana	1910-23
São Luis-Teresina		Teresina	1921

Fontes: BASTOS (1994, p. 218-219).

Em relação à situação geral, Bastos apresenta um histórico em que explicita a concretização das rodovias piauienses. Afirma este autor que a E. F. Central do Piauí "teve início em 1916 e foi inaugurada em 1922, com um percurso de apenas 191 km". (BASTOS, 1994, p.218). Com relação à E. F. Petrolina-Teresina (ou Amarração), declara o autor:

Autorizada em 1896, deveria ir de Petrolina(PE) até o Porto de Amarração( Luis Correia), mas sua construção, iniciada em 1910 e terminada em 1923, alcançou apenas a cidade de Paulistana.. Transformou-se em ramal da Viação Férrea Leste Brasileiro (Decreto lei nº 2.964, de 20.01.1941), com um percurso de 240 km, dos quais apenas 49 no Estado. (BASTOS,1994, p. 218).

O diagnóstico do autor, relativo à construção de estradas de ferro no Piauí, põe em cena, também o modo como se concretizou a Estrada de Ferro São Luís-Teresina:

Inaugurada em 5-3-1921, com a partida de um trem especial de Teresina para São Luís (MA), onde tinha sua sede. Resultou de fusão, em 1920, de 2 outras ferrovias: a E. F. Caxias a Cajazeiras (antiga E. F. Senador Furtado e a E. F. São Luís a Caxias,cujas linhas, entretanto só ficaram interligadas em 1930, quando os trilhos alcançaram São Luís. (BASTOS, 1994, p. 219).

Em síntese, o Piauí passa a contar com vias férreas em seu território. No entanto, o que fora construído ficara muito aquém das necessidades apresentadas em diferentes estudos e nas reivindicações do setor comercial e do Senador Abdias Neves, que representava os interesses progressistas do emergente setor comercial piauiense.

#### **4.3.2 Agentes defensores/opositores e a dinâmica política**

A construção de vias férreas no Piauí, torna-se um problema para os governos desse Estado, a partir da década de 1890 quando do aumento da produção extrativista.

Evidentemente, o Projeto de Estradas de Ferro para o Piauí apresenta diversos trâmites legais, que, dependendo do compromisso do governo federal com os Estados de maior relevância política e econômica, obstaculizam ou não a ação federal no Piauí.

Os artigos de jornais da época, as Atas da Associação Comercial de Parnaíba bem como as mensagens governamentais destinadas à Assembléia Legislativa do Piauí transcrevem o itinerário das estradas de ferro neste Estado, os obstáculos e as perspectivas que demarcam a dinâmica deste projeto.

Não é difícil a percepção de que os diferentes governos estaduais demonstram simpatia pelo projeto de construção de estradas de ferro, dentre eles: Antonino Freire da Silva (1910-1912), Miguel de Paiva Rosa (1912-1916), João Luís Ferreira (1920-1924) e Matias Olímpio de Melo (1924-1928). Contudo, o frágil poder de influenciar o governo federal não permite que o Piauí supere a discriminação. A propósito da questão, afirma Neves (1914):

Seria preciso um artigo especial para enumerar os embaraços de toda sorte que têm sido opostas a South American para a execução do seu contracto. Elles estão, porem, tão vivos na consciência dos piauienses que se interessam pelas cousas de sua terra, que nós dispensamos de faze-lo. Citamos, entretanto, a chicana com que se tem protelado até hoje a permissão para atacar a construção da linha tronco de Theresina, embora disposição imperativa do contacto [...]. Assim a acção Federal em nosso beneficio que, neste caso,

parecia se exercer com segurança, não tem passado até hoje de uma sedutora miragem.  
139

Do ponto de vista dos agentes produtivos, não encontramos nenhum documento que formalize a atuação do setor ligado à grande propriedade junto à questão das estradas de ferro no Piauí. Ao contrário, são freqüentes as tomadas de posição dos comerciantes quanto a este ponto. Aliás, na pauta de reivindicação desses agentes a construção de vias férreas ganha importância, de modo a provocar uma série de leis, sejam estaduais ou federais.

Mesmo assim, em 1936, não obstante os esforços empreendidos pelos comerciantes, a situação descrita no documento-"Memorial apresentado ao Senhor presidente da República pela representação do Piauí, sobre a construção do Porto de Amarração", publicado no Diário Oficial, em 01/10/1936-ultrapassa as questões relativas ao Porto de Amarração e aponta as condições de transporte e comunicação no Piauí, acompanhadas de um quadro e comentários sobre o transporte ferroviário, conforme segue: "Decorridos 41 anos da primeira, a cinco da nova República, o Piauí possui, em utilização, apenas 160 quilômetros, como se nota no Quadro 25."<sup>140</sup>

### Quadro 25

#### Estados Brasileiros e Estradas de Ferro

Nº DE ORDEM	ESTADOS	Nº DE KM	% SOBRE O TOTAL DA REDE
01	Minas Gerais	7.945	24,02
02	São Paulo	7.159	21,65
03	Rio Grande do Sul	3.138	9,49
04	Rio de Janeiro	2.705	8,18
05	Bahia	2.141	6,50
06	Paraná	1.459	4,41
07	Ceará	1.240	3,75
08	Santa Catarina	1.186	3,50
09	Mato Grosso	1.171	3,54
10	Pernambuco	1.031	3,18

<sup>139</sup>Cf. NEVES, Abdias. *A ação federal no Piauí-Viaccção. A Notícia, Teresina, 1914.*

<sup>140</sup>Cf. BARBOSA, 1986, p. 159 et seq.

11	Espirito Santo	774	2,34
12	Rio Grande do Norte	480	1,45
13	Paraíba	472	1,33
14	Maranhão	450	1,33
15	Pará	374	1,13
16	Alagoas	361	1,09
17	Sergipe	297	0,90
18	Piauí	160	0,48
19	Amazonas	5	0,02

E acrescenta o documento:

Como se observa, excluindo o Amazonas, dispondo de vastíssimo sistema fluvial, é o Piauí a unidade da federação mais carente de vias férreas [...]. Não há como fugir à evidência de índices tão sugestivos. O abandono a que o Piauí tem sido relegado é flagrante e, mais do que isso, verdadeiramente, clamoroso. Isso tanto se observa em referência às construções ferroviárias, vale salientar que de uma forma ou de outra não acontece quanto à abertura de auto-estradas às expensas da União.

Do documento exposto, é possível depreender que durante toda a República Velha o setor mais diretamente interessado em investir em estradas de ferro não foi capaz de articular-se politicamente, de modo que os seus esforços fossem transformados em políticas governamentais. Podemos, então, sugerir que o insucesso das estradas de ferro tem como causas:

- 1 O descrédito do empresariado local quanto às possibilidades de lucro oriundos deste serviço;
- 2 A espera de subsídios do poder público;
- 3 A incapacidade da elite política local na defesa dos interesses da fração comercial do Piauí.

Se levarmos em consideração as informações presentes em "A Locomotiva-São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)", de LOVE (1982) e "O Fiel da Balança-Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1930)", de WIRTH (1982) constataremos a indiferença

do governo federal no que concerne à construção de vias férreas no Piauí quando comparado a São Paulo e Minas Gerais.

### **4.3.3 O impacto sobre as estruturas políticas e econômicas**

Quando elencamos as estradas de ferro como um dos projetos que dão significado à emergência da sociedade de classes no Piauí, isto se faz devido ao fato de que os estudos anteriores à República e durante todo o primeiro período republicano indicam a premência deste empreendimento como forma de capitalizar a sociedade, beneficiando a integração do Piauí com Estados vizinhos, com as vias Petrolina-Teresina-Parnaíba (interligando Pernambuco e Piauí), Crateús- Teresina (vinculando Ceará e Piauí) e São Luís-Teresina (ligando Maranhão e Piauí), sem desconsiderar os respectivos ramais que, além de possibilitar o transporte de mercadorias e passageiros no interior do Estado, facilitariam a chegada de tais produtos a pontos fluviais e marítimos, o que, por extensão, ou indiretamente, integrava o Piauí ao restante do País.

Se considerarmos os Estados possuidores de uma rede ferroviária em relação aos demais, podemos assegurar que nas áreas motivadas pela presença dos trens, as condições de desenvolvimento são mais plausíveis.

A falta de vias férreas implica no encarecimento dos produtos de exportação, diminuindo assim o grau de competitividade dos comerciantes locais. Além disto, para dar mais significado ao processo de comercialização, dificulta a entrada de produtos e de pessoas de outros Estados e mesmo de regiões dentro do próprio Piauí.

Prospectivamente, podemos sugerir que a morosidade do projeto estrada de ferro se deve ao fato de que o setor comercial, mais diretamente interessado na questão, não foi capaz de estabelecer vínculos/alianças políticas que implementassem de modo mais efetivo tal projeto. Somente na penúltima década da República é que situamos maiores preocupações do governo estadual com a questão. No entanto, no que concerne ao estabelecimento de políticas para o setor é possível constatar sua timidez e quase inefetividade.

#### 4.4 Projeto 4: a construção do Porto de Amarração

Se a definição dos limites estaduais, a criação de instituições bancárias, a construção de estradas de ferro e mesmo a navegação do rio Paraíba são apresentados como alternativas para o desenvolvimento do Piauí, nenhuma dessas proposições ou projetos têm tanto significado quanto o Porto de Amarração.

##### 4.4.1 A significância e o conteúdo do Projeto

A abertura de um porto no Piauí representa vários sentidos, dentre os quais:

- o fim da subordinação do Piauí em relação ao Maranhão;
- conota a possibilidade de integração do Piauí com o Brasil e com o exterior;
- sinônimo de maior fluxo de capitais, através da intensificação de importação/exportação;
- possibilita a abertura do Piauí para receber imigrantes ou força-de-trabalho com certo nível de qualificação;
- diminui as distâncias e agiliza as informações;
- simboliza um possível ambiente psicossocial dinâmico que vislumbre o progresso.

A empolgação de Armando Madeira, em 1920, sintetiza os sentidos emprestados a um porto no Piauí. Ele declara:

O esplendor econômico, o brilho político, a independência comercial, o exercício de múltiplas e variadas indústrias, o vigor financeiro, o advento de uma nova era de riquezas incalculáveis, e até o desenvolvimento rápido e *fecundo das artes, das letras, e das*

ciências, tudo dependerá de um porto Franco e Profundo, construído na risonha vila piauiense-Amarração.<sup>141</sup>

A citação supramencionada não expressa apenas o ponto de vista de um representante classista- Armando Madeira é Presidente de Associação Comercial de Paraíba (1917-1920)-ao contrário, o discurso sobre a necessidade do Porto consegue alcançar boa parte dos políticos, empresários, publicistas e, enfim, aqueles que defendem um Piauí mais moderno. Por isto mesmo, alguns governantes são estimulados a reconhecer a necessidade de um porto que permita maior dinamismo ao comércio piauiense. É nesta perspectiva que Arlindo Nogueira, governador do Estado (1901- 1904) afirma: "Entre estas questões a que mais avulta, a que reclama uma solução prompta é a da barra da Tutoya pelas incalculáveis vantagens que virá trazer ao commercio piauiense que só assim emancipar-se-há da tutella absorventes das praças vizinhas" (PIAUI. Governo, 1901, p. 18).

Este mesmo governador, em mensagem à Assembléia Legislativa do Piauí, em 1904 retoma este ponto nos seguintes termos:

Desde, porém, que o commercio piauiense fez do porto do Tutoya a escala das suas comunicações directas com o estrangeiro, prescindindo do de São Luis, por onde se escoavam os nossos productos, sentindo o desfalque enorme na sua receita de importação e a diminuição no seu tráfico com os mercados exteriores, - o Estado vizinho envida todos os possíveis esforços para reconquistar a perdida preeminência commercial, que só a custa dos nossos interesses e direitos pode ser uma realidade [...]. (PIAUI. Governo, 1904, p.27).

Como é possível inferir, a questão se situa no campo dos interesses econômicos que projetam um possível dinamismo da atividade comercial e, em consequência, certo progresso da sociedade piauiense.

Questão que perpassa toda a República Velha, o porto marítimo do Piauí volta a ser tema na mensagem governamental de 1910, quando Antonino Freire da Silva anuncia o papel desse porto como intercâmbio do Piauí com outros mercados:

---

<sup>141</sup> Cf. MADEIRA (1920 apud MENDES, 1994, p.27 )

Acresce que a construção desse ramal<sup>142</sup> virá trazer considerável importância ao porto de Amarração, escoadouro natural dos productos do Piauí, e em condições de ser mais facilmente melhorado, que o de Camocim no Ceará, por onde jamais poderá ser feita com vantagem, a exportação piauiense... (PIAUI. Governo, 1910, p. 22).

O Porto de Amarração reaparece em matérias de jornal ou em quase todas as mensagens dos governadores piauienses da República Velha, seja em forma de lamento ou denúncia seja em forma de esperança ou necessidade. A propósito, em 21 de abril de 1914, o jornal "A Notícia" publica:

Os estudos do porto de Amarração, acompanhado de plantas e orçamentos redigidos pelo Dr. Mendonça foram, em julho do ano passado, submetidos a aprovação do Sr. Ministro da Viação que até agora nada decidiu. A concorrência pública para a construção ficou adiada para as calendas gregas. (A Notícia, 1914, p. 23).

#### 4.4.2 Agentes defensores-opositores e a dinâmica política

Mais uma vez, afirmamos que é sintomático o comportamento do setor que expressa interesses vinculados mais diretamente à grande propriedade fundiária. Regularmente, não manifesta posição discursiva em relação aos projetos que indicam certo desenvolvimento social e econômico. Neste sentido, podemos destacar-no que concerne ao Porto de Amarração pelo menos dois comportamentos: I) o que acredita ser o Porto de Amarração a representação do progresso e do dinamismo econômico, conforme apresentamos na seção anterior; e II) o que se resguarda, e expressa certa indiferença ante a questão, atuando no nível propriamente político.

A construção do Porto de Amarração sempre está na ordem do dia da Associação Comercial de Parnaíba. O primeiro presidente da Entidade é Armando Madeira, que se torna a principal representação dos interesses comerciais, confundindo-se assim com os próprios objetivos daquela Associação.

---

<sup>142</sup> Refere-se ao ramal férreo Campo Maior-Amarração.

É importante enfatizar que é no Norte do Piauí que se concentra a dinâmica comercial, sendo que, ao Sul Floriano é considerada uma cidade cujo comércio está em expansão. De qualquer modo, é em Parnaíba que o setor comercial expressa mais claramente sua atuação. Especificamente, quanto à construção do Porto, a Associação Comercial de Parnaíba promove estudos, elabora documentos e tenta sensibilizar os governos estadual e federal. Isto se explicita quando Mendes (1994, p. 31) expõe:

O governador do Estado João Luís Ferreira, cúmplice desse sonho de progresso e reconhecendo o empenho da ACP, telegrafa: 'Acabo de ser informado que eminente benemérito presidente Epitácio Pessoa vem assinar Decreto autorizando a construção do Porto de amarração, com a firma 'Norton Griffiths'. No momento em que a maior e mais legítima aspiração piauiense entra no terreno das soluções efetivas, tenho a mais viva satisfação em congratular-me convosco por tão auspicioso acontecimento.

Os deputados federais Lima Rebelo e Pires Rebelo são simpáticos à construção do Porto. Contudo, a influência do setor comercial não é suficiente para convencer aos representantes políticos do Piauí sobre a sua importância. Aliás, para estes o Porto não está na ordem do dia.

Por vezes, a construção do Porto parece depender de decisão do governo federal. Entretanto, a dinâmica política estadual não reconhece esta questão como fundamental ao desenvolvimento piauiense. Se, de um lado, a fração comercial se posiciona politicamente na defesa da construção do Porto, por outro, a fração conservadora vinculada à grande propriedade continua o seu labor político passando às margens das questões postas pelos representantes do comércio como condições necessárias ao desenvolvimento.

#### **4.4.3 O impacto sobre as estruturas políticas e econômicas**

A exemplo do que acontece com os projetos já apresentados-definição de limites interestaduais, estabelecimentos bancários e construção de estradas de ferro-o setor comercial representa os anseios por uma sociedade economicamente mais dinâmica e socialmente mais

desenvolvida. A propósito disto, Mendes transcreve as palavras do governador João Luís Ferreira (1920-1924):

[...] é óbvio que dispondo de navegação regular, com um porto capaz de ser visitado pelos grandes navios transatlânticos [...] a prosperidade geral do Estado terá um longo incremento. Ao passo que se o porto não se fizer, em vez de se libertar comercialmente, [...] nunca atingirá a posição em que desejamos vê-lo colocado [...]. (MENDES, 1994, p. 28).

A abertura do Porto e as relações econômicas mais frequentes poderiam dinamizar a economia piauiense na medida em que a saída e a entrada de produtos/mercadorias ampliariam a capacidade fiscal do Estado, sem esquecer que poderiam significar um campo de criação de muitos postos de trabalho.

Há na literatura, porém, dúvidas quanto ao porquê da não construção do Porto. Martins (1979, p. 91 et seq.), por exemplo, apesar de reconhecer a quantidade de exportação de produtos vegetais no Piauí, parece acreditar que o Porto não é construído pelo fato de que a produção do Estado não o justifica, ou seja, não há movimento comercial suficiente para que tal empreendimento se torne realidade. Por outro lado, discutindo as dificuldades de transporte e comunicação no Piauí, Queiroz (1994 a p, 50) afirma que: "A despeito disso, a abertura de vias fáceis de comunicação e transporte não representava a condição necessária e suficiente para o aprofundamento da integração da economia piauiense aos mercados regional e internacional".

Contudo a autora, na mesma obra, faz a seguinte ponderação:

É nessa conjuntura que devem ser avaliados os efeitos da precariedade dos meios de comunicação e transportes. De fato não há como minimizá-los, já que a possibilidade de escoamento e o próprio custo de transporte poderiam inviabilizar qualquer tentativa de aumento da produção, limitando-a, à instância local. (QUEIROZ, 1994a, p. 50).

Evidentemente as questões apresentadas se põem no contexto da República Velha, em que os projetos de classe entram em cena, definindo e expressando relações de forças. Nesta perspectiva, é que se projetos que expressam, claramente, interesses do setor comercial tivessem se concretizado, haveria maior possibilidade de o setor do comércio manifestar uma

hegemonia política, já que esses projetos têm tramitação nas instâncias parlamentares e executivas e podem ou não tornar-se políticas governamentais. Isto nos permite afirmar que, se várias proposições do setor comercial se materializam no decorrer da República Velha, isto se dá de modo bastante paulatino e atenuado. Sua realização demarca certa organização do setor comercial, mas não a sua hegemonia. A partir do governo de Antonino Freire, como querem crer alguns, quando afirmam: "Para conseguir viabilizar a administração de seu governo sem contar com o apoio dos grandes proprietários de terra, uma vez que não tem suas origens nas famílias de prestígio do Piauí, Antonino desenvolve uma política de compromisso com os comerciantes de projeção econômica" (NUNES, 1988, p. 104).

O Quadro 26 demonstra como os projetos discutidos percorrem seu itinerário por toda a República Velha. Alguns se realizam, ainda que precariamente, outros não se põem como realidade.

### Quadro 26

#### Projetos de Classe (1889-1930)

PROJETO	ESTADO DA QUESTÃO	RESULTADO
LIMITES INTERESTADUAIS	A discussão antecede a República. Vários são os estudos realizados. Afeta as relações fiscais do Piauí com os estados vizinhos, quais sejam: Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco.	Como exemplo, a definição dos limites interestaduais entre Ceará e Piauí se materializa na lei nº 1.001, de 04.07.1921. Entre Piauí e Maranhão através da lei nº 1.004, de 05.07.1921.
ESTABELECIMENTOS BANCARIOS	Por vários anos, há reivindicação do setor comercial, que depende do Maranhão para suas transações financeiras e creditícias. Após sua instalação, há muitos conflitos com o setor comercial devido a sua restrita capacidade operacional.	A primeira agência é do Banco do Brasil, que se instala em Parnaíba em 1917. A Segunda, em Teresina, em 1921. No final dos anos vinte (1927), particulares criam o Banco Agrícola do Piauí Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda.
ESTRADAS DE FERRO	Um dos mais polêmicos projetos que também é anterior à República. Aponta-se para a necessidade de construir a via férrea Petrolina-Teresina, São Luis-Teresina e seus ramais. A dependência da ferrovia piauiense em relação à Rede	A primeira proposta se faz realidade na terceira década republicana, apenas parcialmente. A Petrolina-Teresina nunca foi construída. A central do Piauí- um pequeno trecho (147,295 km) compreendendo o percurso

	Ferrovária do Ceará frustrou as expectativas do povo do Piauí	Parnaíba-Piracurica
PORTO DE AMARRAÇÃO	Projeto claramente voltado para maior dinamização da economia piauiense que, entretanto, beneficia os capitalistas do Norte do Estado. De reconhecida importância, por diversas vezes, quase se concretiza. Tem na Associação Comercial de Parnaíba seu principal arauto.	Em 1916, o Legislativo estadual autoriza a construção do Porto, de acordo com Legislação federal. O presidente Epitácio Pessoa autoriza sua construção em 1922. Em 1923, o contrato com empresa inglesa é rescindido. Um "desideratum" não realizado.

Fonte: NASCIMENTO (1988, p.95-166). BASTOS (1994, p.61-346).

#### 4.5 Outras considerações pertinentes aos projetos e aos agentes políticos

Após a apresentação/discussão dos projetos econômicos viabilizados como projetos econômico-políticos da fração comercial, algumas questões se põem como pertinentes à luta pelo poder na República velha, quais sejam:

- Por que os interesses econômicos da fração comercial não se efetivaram conforme a pauta de reivindicações desse setor da classe dominante?
- Que relação é possível estabelecer entre crescimento comercial e Estado republicano?
- Como se relacionam grandes proprietários de terras e burguesia comercial?
- Por que nos referimos sempre ao que denominamos de "rigidez das estruturas" e de "burguês de múltiplas faces"?

A explicitação desses questionamentos encaminhará nosso trabalho para conclusões que poderão contrariar diferentes estudos que afirmam a hegemonia dos grandes proprietários de terras ou dos comerciantes na República Velha, tratando-os como frações puras de classe.

Considerando as contradições daquele período, é importante esclarecer que a luta por hegemonia é algo dinâmico e que está associada às conjunturas econômico-políticas. Assim, no início da República, é a fração vinculada à grande propriedade a fração de classe hegemônica. Prova disto é a influência que este setor tem para decidir questões de relevância para o Estado. O próprio poder representado por Raymundo Borges da Silva-já citado neste trabalho-denota o poder da fração vinculada à terra.

Esse setor manifesta sua organização sobretudo em processos eleitorais. A chapa do PRP, publicada no Jornal "Piauhy", de 05 de outubro de 1903, indica, de certo modo, a supremacia política desse setor. Compõem a chapa do PRP Estadual:

Cel. Antônio Rodrigues Coelho (Bom Jesus), Cel. Raimundo Borges da Silva (Floriano), Cel. João R. Gonçalves (Amarante), Cel. Luís Moraes Rego (Oeiras), Cel. Raimundo José Dantas (Valença), Cel. M. Rdº da Paz (Teresina), Cel. Rdº Antônio de Farias (Teresina), Cel. Cesar Nogueira (Teresina), Cel. Lyzandro P. da Silva (Campo Maior), Ten. Cel. Pedro Melquiades de M. Brito (Piracuruca), Cap. Constâncio de C. Sousa (Jaicós), Ten. Cel. Benedito José do R. Filho (União), Ten. Cel. José Antônio Saraiva (Teresina), Cel. Francisco Florindo de S. Castro (B. dos Lopes), Jacob de S. Gaioso (Teresina) e o Cel. José Almendra Freitas (Livramento). (NASCIMENTO, 1988, p.32).

Não obstante da supremacia do setor vinculado à grande propriedade, a partir dos anos 1890, quando as exportações passam a fazer parte das fontes da receita pública, percebemos um impulso para a organização do setor comercial, pois em 1903, este setor cria a Associação Comercial Piauiense e, em 1917, a Associação Comercial de Parnaíba, chegando à década 1920 com várias entidades representativas dos interesses comerciais, como antes demonstramos. É possível perceber também que, no aspecto propriamente ideológico, a segunda metade da República Velha está mais acorde com o discurso do progresso, da esperança na República, preconizado pela fração comercial. Do ponto de vista político, contudo, os projetos da fração comercial são parcialmente efetivados.

Pergunta-se, então: por que esses interesses não se efetivaram conforme a pauta de reivindicação comercial? Esta é uma questão que se vincula ao que se tem denominado hegemonia de classe. Isto significa que uma classe ou fração é hegemônica na medida em que-

dentre as classes ou frações pertinentes ao bloco no poder-seus interesses são respondidos favorável e prioritariamente. Sobre este aspecto, importante é a consideração de que:

No seio das classes dominantes uma classe ou fração prepondera politicamente sobre as demais, na medida em que seus interesses econômicos são satisfeitos em caráter prioritário. Essa preponderância política de uma classe ou fração no seio do bloco no poder é designada por Poulantzas através do termo hegemonia. (SAES, 1989, p. 4 apud PERISSINOTO, 1994, p. 27).

Conforme o exposto, podemos depreender que se não se realiza um interesse fundamental-como o é o econômico para a fração comercial-é, de fato, porque ela ainda não se põe em situação de hegemonia no interior do bloco no poder. Inversamente, é possível identificar a supremacia dos interesses agrários quando na definição das políticas governamentais não constatamos nenhuma posição questionadora do domínio oligárquico, a não ser na segunda metade da República Velha, mais concretamente nos anos de 1920, como parte das influências da política nacional.

Resta-nos, ainda, considerar que, se a partir da década de 1890 até 1915, a receita pública se sustenta na exportação de produtos primários. Apesar disto, é importante não perder de vista que os interesses econômicos do comércio não são convertidos em políticas de governo.

Até esse período, a burguesia comercial é força política subordinada no interior do bloco dominante. É nesta perspectiva que compreendemos o setor comercial como fração da classe dominante que, por estar subordinada, no interior dessa mesma classe, busca ressaltar a sua significância através de seu processo organizativo.

Na Primeira República, a fração de classe que designamos como burguesia comercial não realiza seus projetos econômico-políticos porque não se constitui em fração hegemônica no interior do bloco no poder. No entanto, devemos reconhecer seu processo de organização de classe, buscando constituir-se como fração hegemônica. No bojo da política estadual, sua ação política preconiza o progresso e acaba por resultar em um discurso anti-oligárquico característico da década de 1920.

A segunda questão propõe compreender que relação é possível estabelecer entre crescimento econômico (comercial) e consolidação do Estado republicano.

Já fizemos referência anterior ao fato de que o surgimento do Estado republicano no Brasil e o conseqüente federalismo fiscal obrigou às unidades da Federação a arremeterem receita para custeio de suas despesas e uma ação tributária muito mais racional do que na estrutura política. Evidencia-se, assim, o fato de que o Estado republicano e federativo traz, “em si”, o propósito de explorar racional e economicamente os Estados-membro através da Fazenda nacional em troca de pouquíssimo incentivo econômico. Por outro lado, a natureza burocrática do Estado impõe uma organização contábil que proporcione o ajuste entre receita e despesa e o conseqüente equilíbrio fiscal.

A necessidade de cobrança de impostos aliada a uma maior organização burocrática do Tesouro estadual vão permitir que, ao mesmo tempo, sejam registrados os estabelecimentos comerciais no Estado pelo fato de que este tem interesse em cobrar impostos, como também há certa projeção da burguesia comercial, como elemento de relevo na economia e na política do Piauí, na medida em que, ao contrário dos proprietários de terras, são cadastrados em postos da Fazenda estadual para fins de funcionamento regular e de conseqüente tributação.

Em outras palavras, o Estado tem interesse direto em classificar, por exemplo, o “quantum” da produção e da comercialização dos produtos e o setor comercial. Em virtude de tais cobranças do Estado, acaba por organizar-se para a defesa de seus interesses, na medida em que toma consciência, paulatinamente, de sua importância econômica para a própria manutenção dos aparelhos de Estado.

Não obstante o fato de o Estado apresentar-se como elemento neutro, em nossas pesquisas, constatamos possíveis conflitos entre Estado e fração comercial. Assim, ao referir-se à presidência de Thersandro Paz à frente da Associação Comercial Piauiense, por volta de 1905, Dantas (1977, p.13) revela que “na sua administração, marcada por grande compromisso

de ordem financeira, mas necessário à formação do patrimônio da entidade, a Associação Comercial Piauiense enfrentou crise séria com o Governo do Estado".<sup>143</sup>

A relação entre Estado republicano e crescimento comercial se dá devido à organização burocrática do Estado e à relevância econômica que passa a ter a atividade comercial para a receita pública. É nesta medida que o grande comerciante, quando não-latifundiário, pode opor-se.

O terceiro ponto que julgamos importante é a explicitação de como se relacionam Grandes Proprietários de Terras e Burguesia Comercial no contexto da Primeira República.

Conforme o material pesquisado, no início da República não há evidência de dicotomias entre grandes proprietários de terras e comerciantes, pois se, por um lado, os primeiros estão impregnados às estruturas de poder, os últimos ainda não se diferenciaram ou não se caracterizaram a partir de interesses específicos.

A partir do reconhecimento da importância da atividade comercial e do processo de organização de classe da fração comercial, constituindo suas associações comerciais e se imiscuindo na política partidária, é que podemos diferenciar interesses específicos da fração comercial, que, até a metade da terceira década (por volta de 1915), se levarmos em conta seus projetos, não obtêm resposta satisfatória do Estado, o que denuncia o seu caráter subordinado no bloco no poder.

É uma realidade, contudo, seu processo de organização, que, após a emergência da Associação Comercial de Parnaíba e similares, em outras cidades piauienses, divulgam a pauta de reivindicações ou os projetos específicos da fração comercial.

Sugerimos que naquele período (por volta de 1915 até 1925), é possível identificar interesses econômicos e lutas políticas que indicam fortes disputas entre fazendeiros e comerciantes. A burguesia comercial se constitui como força política e, evidentemente, a atividade comercial subordina a atividade agrícola.

---

<sup>143</sup> É importante registrar que não tivemos acesso às atas das reuniões e das assembléias da Associação Comercial Piauiense. Segundo o Presidente desta Associação a consulta a esses documentos poderia trazer à tona conflitos que atingiriam famílias de pessoas influentes.

A luta política entre grandes proprietários de terra e burguesia comercial, no que se refere à consecução de seus interesses fundamentais, sobretudo econômicos, é atravessada pela emergência e consolidação de um agente político-político que agrega interesses que antes eram tidos como antagônicos e que passam a agregar o mesmo conjunto de interesses manifestados por este agente econômico-político, que denominamos burguês de múltiplas faces.

O burguês de múltiplas faces é o tipo que consegue combinar a produção em suas terras, a compra da produção de "produtores menores" para agir como comerciante local e como exportador, ao tempo em que recebe mercadorias de outras praças e as comercializa na região em que possui casas comerciais. É este mesmo tipo de agente que reivindica estradas de ferro, o Porto de Amarração sem, no entanto, manifestar clara oposição quanto à questão do latifúndio, já que também é latifundiário. É a este elemento piauiense – que combina elementos da cultura rural com elementos da cultura urbana, em expansão e que agrega interesses, aparentemente, contraditórios mediatizados pelos arranjos políticos dos agentes – que denominamos burguês de múltiplas faces.

Embora já tenhamos nos referido a esse tipo de agente econômico-político, é significativo esclarecer que ele não representa um elemento social desgarrado da fração de grandes proprietários rurais ou da fração de comerciantes. Ao contrário, reúne caracteres que estão presentes nesses agentes pseudopolares, acrescentando-se ainda a virtude de não representar elemento de oposição, como ocorre com aqueles que estão na condição de latifundiário ou de comerciante.

Neste aspecto, para compreendê-lo, é importante considerar mais uma vez certa singularidade das estruturas socioeconômicas da época, relacionando-as aos agentes que se expresam econômica e politicamente.

Convém enfatizar que a República Velha no Piauí é característica de uma sociedade na qual os agentes sociais vivenciam certas modificações ou alterações, isto é, o seu comportamento indica diferentes níveis de relações com a economia e a política.

Se trabalhamos com a idéia de que existem projetos que caracterizam objetos de interesse da burguesia agrária e projetos de interesses da burguesia comercial, é relevante reafirmar que nem sempre a defesa de um projeto por um dos setores encontra resistência do setor de classe oponente. Por que isso ocorre? Devido à emergência de um novo agente político-econômico – o burguês de múltiplas faces-e a indefinição dos papéis sociais na produção.

Se o processo de constituição dos grande proprietários rurais se prende às raízes do processo de ocupação do espaço piauiense e à pecuária extensiva, que faz surgir o latifúndio, e se os grandes comerciantes estão vinculados a certa imiscuição do elemento imigrante, que consolida o comércio enquanto atividade econômica, como surge o burguês de múltiplas faces? O burguês de múltiplas faces, como o termo indica, apresenta caracteres econômicos, políticos e socioculturais que o assimilam e que o diferem de latifundiários tradicionais e de comerciantes presos à atividade puramente comercial.

A emergência do burguês de múltiplas faces está condicionada por quatro aspectos da estrutura social do período.

Primeiramente, ele emerge em um contexto social onde os comerciantes conquistam certos espaços políticos na sociedade piauiense através de suas entidades representativas como também da imiscuição de representantes dos comerciantes na estrutura política do Estado. Entretanto, a ação dos comerciantes é fortemente limitada pelas relações políticas que se dão entre Estado e União ou entre as forças politicamente dominantes no Piauí e o Executivo federal. Deste modo, as ações de governo são resultantes das ações da representação do Piauí no plano federal em consonância com os interesses da elite política local que, por sua vez, designa interesses de classe.

É importante observar que, analisando sob o ângulo das organizações representativas das frações de classe, ocorre no caso dos comerciantes dois processos interessantes: um, que expressa certo ascenso da elite comercial, que se reúne em associações; e outro que traduz certa horizontalidade nas relações políticas, sendo suas propostas e projetos executados parcialmente, muitas vezes descaracterizados em relação ao projeto inicial. Ao

lado disso, há os latifundiários que já não conseguem o consenso na sociedade, devido à ação do comerciante. Embora hegemônicos, há naquele cenário maiores obstáculos ao domínio do latifundiário.

Nossos dados se encaminham para a seguinte hipótese: os grandes proprietários são hegemônicos até a metade da República Velha, quando começam a lidar com o elemento oponente, representado pela burguesia comercial, que conquista espaço na estrutura de poder. Essa disputa pela hegemonia no interior do Estado confere grande expressão aos interesses comerciais. Todavia, o elemento que sai hegemônico do período é aquele que consegue combinar economia e política, interesses agrários e interesses comerciais, continuidade e progresso. Este elemento é o burguês de múltiplas faces que surge devido à certa ineficácia da ação dos comerciantes, no que concerne a sua capacidade de estabelecer forte relação com o poder central e ao sedentarismo dos latifundiários, que não atentam para os novos processos sociais e econômicos vigentes no País.

Acrescentemos ao exposto o fato de que, no período em análise, a produção agrícola é predominantemente extrativista, comprometendo em diversos momentos a produção de gêneros alimentícios. O declínio do produto do extrativismo, neste caso principalmente da maniçoba, implicou em grandes perdas econômicas para os grandes proprietários de terras. Ademais, não há uma atitude racional na produção, já que o extrativismo exige reduzida mão-de-obra, sendo a natureza a responsável por quase tudo.

Isso nos permite afirmar que, neste contexto, a divisão social do trabalho ainda é pouco diferenciada. Aliás, as dificuldades enfrentadas pelas frações puras de classe (grandes proprietários puros ou comerciantes puros) para sua afirmação se vinculam ao baixo grau de divisão do trabalho social. Por isto mesmo, os que possuem maior alcance de visão buscam, estrategicamente, diversificar sua atuação na produção. É nesta perspectiva que grandes proprietários de terras tornam-se comerciantes e vice-versa.

O que estamos afirmando é que não obstante o grupo comercial haver-se organizado politicamente, a estrutura social e política não lhes permitiu continuar apenas comerciante, sendo então compelidos a possuir grandes propriedades. Por outro lado, o grande

proprietário que ficou preso ao seu campo de atuação sofreu uma espécie de contenção<sup>144</sup> política. Inversamente, parte dos grandes proprietários foram obrigados a se estabelecer em espaços urbanos, pois a lógica produtiva permite a combinação proprietário rural-comerciante urbano.

O burguês de múltiplas faces advém de determinantes estruturais que o permitem perceber as limitações no campo da produção, a quase inexistência de mercado interno, o baixo nível de assalariamento da população do Estado; enfim, a compreensão de que em dada estrutura não é possível especializar as funções na produção, sendo a natureza desta também não-especializada. Ele transfere esta plasticidade, comum ao processo de produção econômica, às diferentes tarefas que possa exercer na política, na sociedade.

Em terceiro lugar, a existência do burguês de múltiplas faces se interliga a um momento em que as disputas políticas se deslocam do campo das simples disputas familiares e se articulam a fenômenos sociais mais complexos. Isto nos faz considerar que a impossibilidade de os grandes comerciantes executarem um projeto de classe, assim como certa acomodação e sedentarismo dos fazendeiros provocam certas lacunas na economia e na política, ocupadas pelo burguês de múltiplas faces.

Para os comerciantes, há alguns projetos essenciais ao desenvolvimento do Piauí, dentre eles: a definição dos limites geográficos do Piauí; a instalação de estabelecimentos bancários; a construção de estradas de ferro; a construção do Porto de Amarração.

Os comerciantes põem esses projetos no campo da reivindicação política, buscando apoio na sociedade piauiense, nos governos estadual e federal e nos representantes federais da política local. Contudo, os comerciantes obtêm êxito parcial devido a razões político-econômicas internas e outras relacionadas a interesses políticos ligados a setores da classe dominante de outros Estados como Maranhão, Ceará e Pará, com maior poder de associação ao poder central. Por outro lado, os grandes proprietários de terras estão presos a artifícios políticos tais como o voto de cabresto, a fraude, a violência que não lhes permitem

---

<sup>144</sup> Esse conceito referido às relações conflituosas entre diferentes estados nacionais (BOBBIO et alii, 1986, p. 268 et seq.) foi adaptado para a compreensão das relações de classes no contexto em estudo.

atentar para o fato de que, apesar de recorrente, estas práticas estão desgastadas pelo discurso do civilismo republicano, sobretudo após a eleição de 1910, na qual Rui Barbosa disseminou um ideário antifraudes e em oposição à violência nos processos eleitorais. É em razão desses aspectos que, em parte, o comerciante e o fazendeiro cedem lugar ao burguês de múltiplas faces.

Em quarto lugar, o burguês de múltiplas faces diz respeito ao paradoxal contexto em que ocorre, por um lado, o ápice do coronelismo e, por outro, o seu declínio no final do primeiro período republicano. Outrossim, ao avanço do setor comercial e a sua estagnação. Enfim, o surgimento do burguês de múltiplas faces pode ser compreendido como uma necessidade de ocupação dos espaços não preenchidos pelos grandes proprietários de terras e grandes comerciantes enquanto frações puras de classe.

Fazendo uma leitura do contexto social que atravessa o Piauí e sem representar o elemento revolucionário, de abalo às estruturas sociais e políticas, o referido burguês ocupa o lugar das forças localistas anteriores, convive com estas, faz pactos e inaugura novo processo de hegemonia.

O burguês de múltiplas faces surge devido: a) ao baixo grau de divisão do trabalho na sociedade piauiense; b) ao declínio das forças políticas tradicionais-fazendeiros-e a impossibilidade do setor comercial fazer-se hegemônico; c) ao deslocamento das relações de poder do campo dos interesses familiares ao campo das lutas de classes; e e) ao novo contexto social que requer um agente simbiótico político-econômico que diversifique sua atuação, que se entremeie nas organizações e nas estruturas sem estereótipos, o que lhe permite livre trânsito.

O burguês de múltiplas faces se expressa em figuras político-econômicas que, a título de exemplo, podemos indicar: José de Almendra Freitas proprietário de terras, comerciante-exportador, e político que agrega conhecimentos sobre os mercados nacional e internacional.

Em síntese, este típico burguês desenvolve um conjunto de atividades que lhe permite certa plasticidade, na medida em que amplia seu campo de atuação econômica e

política, ora defendendo ações voltadas ao progressismo do setor comercial, ora agindo como setor conservador. É um elemento simbiótico que agrega o perfil do grande proprietário-senso de permanência, de continuidade - e do comerciante-dinamismo, modernização, discussão e proposição. Ele surge no interior dos agentes nucleares-fazendeiros e comerciantes-e da estrutura social vigente. É proprietário de terras, de casas comerciais e político.

Se os grandes proprietários rurais são hegemônicos em grande parte da República Velha, se os grandes comerciantes questionam a hegemonia do setor ligado à grande propriedade, lutando pela posição hegemônica no bloco no poder; é o burguês de múltiplas faces quem inicia, neste mesmo período, um novo processo de construção de hegemonia confirmado após a Revolução de 1930. Isto materializa a composição e a diferenciação do bloco no poder.

Em outros termos, a elite política piauiense guarda elementos socioculturais que lhe conferem a aparência de homogeneidade, mas os interesses de classes ou de frações tornam a elite política heterogênea e heterônoma em relação às determinações dessas mesmas classes ou frações de classe.

Essas determinações nos permitiram "lançar mão" do termo "rigidez das estruturas", utilizado nesta dissertação, para fazer referências às possíveis resistências de elementos da estrutura social às mudanças decorrentes dos processos econômicos, políticos e ideológicos. Nesta perspectiva, vale esclarecer que o termo "rigidez das estruturas" não designa a estática da sociedade, mas um conjunto de características que privilegiam a permanência e secundariza a transformação.

Em nosso estudo "rigidez das estruturas" pretende evidenciar o fato de que os agentes políticos e econômicos estão imbricados a uma formação social determinada, que não lhes permite superá-la sem profundas transformações ao nível das relações de produção, da luta política e das idéias que caracterizam um contexto social qualquer.

Em outras palavras, se analisarmos mais detidamente o primeiro período republicano no Piauí, deveremos compreender que, não obstante as mudanças ocorridas nesse contexto, a continuidade tem maior relevância. A elite política piauiense, apresentada no

capítulo anterior, evidencia a imutabilidade da composição do bloco no poder no qual os indivíduos nada mais são do que expressão de interesses político-econômicos de classe.

## CONCLUSÃO

A dissertação que ora concluímos resulta de uma preocupação marcante na historiografia política piauiense, qual seja: a compreensão do processo político piauiense de acordo com os sujeitos envolvidos e as estruturas econômicas políticas e sociais do período em estudo.

O aporte teórico-metodológico utilizado no presente trabalho encontra suas raízes nas teorias de Estado de Marx, Gramsci, Althusser e Poulantzas, sendo este último a referência por excelência para este estudo.

A opção teórica e metodológica de tomar por empréstimo conceitos e abordagem poulantzianos, como dantes referido, decorre da clareza desse autor ao considerar as classes dominantes heterogêneas em seus interesses econômicos, políticos e ideológicos. Desse modo, conceitos como frações de classe, bloco no poder, hegemonia e a concepção de defasagem entre os elementos estruturais (economia, política e ideologia) foram muito importantes para a compreensão da política piauiense na República Velha.

Aliada a esta preocupação teórica, buscamos na bibliografia especializada na temática da política na República Velha, no Brasil, o fio condutor e a interlocução para um escrito desta natureza. A partir desses estudos, consideramos a República Velha demarcada por três diferentes conjunturas que designamos como fases que denotam a dinâmica dos processos políticos e sociais.

Esses diferentes momentos denominados de instauração da ordem, movimentação na ordem e contradição da ordem revelam a experiência de surgimento da vida republicana no Brasil a partir da ênfase dirigida aos fenômenos políticos. Sob esse aspecto, com base em rica literatura sobre o período republicano, buscamos reconstituir as características específicas da República Velha no Brasil.

A fase de instauração da ordem apresenta o momento de institucionalização da vida republicana, dos movimentos e resistências contra a República então nascente, como também das afirmações relativas à nova ordem política. Neste momento, é possível identificar distintos discursos e posições que denotam ora uma clara defesa do retorno à ordem monárquica, ora a reafirmação da República como regime político que reconhece as liberdades individuais e o progresso científico. Constatamos, nesta conjuntura, as incongruências de um Estado em formação que se dilatava nos diferentes interesses das camadas sociais emergentes e das já consolidadas. Indicamos que, em nível de Brasil, o elemento jurídico-político que permite consolidar a República é o instituto político denominado de política dos governadores. É este elemento que faz a transição da fase de instauração da ordem para a fase de movimentação na ordem.

A fase de movimentação na ordem caracteriza a atuação dos agentes políticos em uma sociedade reconhecidamente republicana, onde conflitos e interesses são manifestados sem o comprometimento da República instituída.

Um marco que consideramos importante nesta fase é o processo eleitoral de 1910, em que disputavam as eleições à presidência da República o marechal Hermes da Fonseca e o jurista Rui Barbosa, pois, nesse processo, constatamos um debate nacional sobre a República brasileira e, neste debate, vem à tona uma série de práticas políticas que depõem contra o viver republicano. No entanto, o respeito à formalidade do processo eleitoral-ainda que casos de fraudes, violências etc. sejam referidos-é assegurado. A perturbação à ordem ocorre quando a sociedade brasileira se complexifica e se amplia a quantidade de setores sociais marginalizados do processo político e do direito ao usufruto de determinados bens. São marcantes no fim desta fase, prenunciando a fase seguinte, as lutas operárias de 1917/1918.

A fase de contradição da ordem designa um conjunto de conflitos políticos que vão desde essas lutas operárias, ganhando maior relevância na década de 20 do século passado e que vão representar o questionamento ao domínio oligárquico, a um tempo expressivo e decadente.

Esse é um dos momentos mais ricos da vida política brasileira, sobretudo se considerarmos o significado da Coluna Prestes, que, em caravana por todo o Brasil, enfrentou resistências governamentais e recebeu apoio popular. Por outro lado, é nessa conjuntura em que ocorrem a segunda e a terceira desvalorizações do café-e as conseqüências para os cafeicultores e, de certo modo, para a economia nacional-culminando com a revolução de 1930, tão bem analisada por Fausto em seus escritos.

Ainda nesta fase, os diferentes interesses de classes estão demonstrados, mas particularizamos o trabalho de Perissinoto (1994), em virtude do seu objeto de estudo: a análise da ação política das classes dominantes na República Velha. Tomamos este estudo como importante elemento para as considerações relativas ao bloco no poder e aos conflitos de frações no seu interior durante o primeiro período republicano. Outrossim, dialogamos com esse e outros autores sobre a dinâmica dos agentes políticos que deram significado aos embates no processo de consolidação do Estado republicano e a sua atuação na defesa de seus interesses.

Essas reflexões, em nível de Brasil, subsidiaram-nos para uma melhor compreensão do contexto histórico piauiense, pois nos permitiram certo comparativo entre os acontecimentos que poderíamos qualificar de nacionais e aqueles que são sinônimos de algum aspecto singular da realidade local.

O contexto da República no Piauí é apresentado, no segundo capítulo, a partir de dados sobre a sociedade piauiense, especificando-a em aspectos econômicos, socioculturais e políticos.

Nos aspectos econômicos, buscamos compreender a dinâmica da economia pieuiense, observando que, no período, há um certo crescimento comercial, apesar do descaso do governo federal e das próprias limitações da estrutura social. Neste caso, citamos a

ausência de uma política de valorização dos produtos de exportação piauiense; a falta de uma política de imigração, para a aquisição de mão de obra qualificada; as dificuldades de transporte e de comunicação, quando apresentamos elementos de discussão sobre a navegabilidade do rio Parnaíba, a falta de um porto marítimo, a ausência de estradas de ferro e de estradas carroçáveis; a incipiente atividade industrial, as secas e a atuação das classes sociais e suas lutas político-econômicas.

Transitamos por um referencial bibliográfico sobre o Piauí que vai desde a abordagem reconhecidamente clássica acerca da História do Piauí a análises e publicações mais recentes. Vasculhamos o pensamento republicano piauiense e, neste sentido, as matérias de Jornal como também os documentos oficiais foram de grande relevo.

Em relação aos aspectos socioculturais, apresentamos dados sobre a educação e a cultura no Piauí e algumas reflexões sobre as concepções de mundo veiculadas, explicitando as posições relativas à Monarquia e à República, à centralização e à descentralização, à Igreja e à Maçonaria bem como à discussão sobre elementos característicos da produção literária piauiense, manifestadas em jornais, revistas, peças teatrais etc.

Utilizamo-nos de fontes de pesquisa indicadas para a compreensão dos valores culturais manifestados pela sociedade piauiense e constatamos que a pobreza material do Estado inibiu as manifestações culturais em todos os seus aspectos. Entenda-se isto como a pequena produção literária, o anacronismo da temática apresentada nas obras, as carências de espaços e oportunidades referidas por Ribeiro Gonçalves nesta dissertação etc.

No que concerne aos aspectos políticos, descrevemos a organização estatal em sua nova feição republicana, resgatando as atribuições da unidade federada, Piauí, quanto à autonomia financeira e político-administrativa, sem prejuízo dos interesses da Federação como um todo.

A autonomia de Estado da Federação trouxe ao Piauí uma série de problemas, dentre eles, a ameaça de ficar subordinado administrativamente a Estados vizinhos; mas trouxe também a necessidade de os governantes piauienses resgatarem certa altivez na defesa dos interesses locais.

Uma das estratégias por eles utilizadas e, de resto, indicada pela Constituição de 1891, foi a implementação de um edifício jurídico-político cuja finalidade foi a organização financeira do Piauí, a segurança do seu território, o respeito à ordem instituída e a relativa autonomia administrativa em relação à União.

Em vista disso, resultou a criação da Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado de Governo e Secretaria de Polícia. Foram instalados também o Tribunal de Justiça do Estado, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público, sem desconsiderar as diretorias de Obras Públicas, de Instrução e de Saúde. Este conjunto de aparelhos foi criado e instalado para a consolidação do Estado republicano.

A substância da nova ordem está manifestada nas ações governamentais dos vários governantes estaduais e, principalmente, na estrutura jurídico-política erigida concomitante ao nascimento da República. Essa estrutura será a responsável pela administração pública, pelas finanças, segurança, coerção, legislação, justiça, saúde, instrução, construção/conservação de obras, fiscalização, tributação etc.

A instituição da sociedade civil que mediou os conflitos políticos do período foi o partido político. Os partidos significaram diferentes posições e conjunturas no interior da República Velha. No caso piauiense, como no restante do Brasil, o mais importante deles foi o Partido Republicano em seus diversos matizes.

O terceiro capítulo ressalta a natureza do federalismo e do Estado burguês. Para tanto, apoiamo-nos nas teorias marxistas de Estado para, em seguida, apresentar os agentes econômico-políticos que foram parte do processo político. Destacamos duas frações da classe dominante-Grandes Proprietários de Terras e Grandes Comerciantes-que deram significado à vida política local em nosso estudo; explicitamos que a classe dominante quando não possui resistência organizada pelas classes dominadas apresenta-se pluralizada, devido aos diferentes interesses das frações constitutivas do bloco no poder. Identificamos que, neste momento, não há organização de operários, de setores médios ou de industriais. Aliás, estes últimos, em pequeníssima quantidade, são comerciantes que desenvolvem alguma atividade industrial. Por conseqüência, não podemos falar de uma massa de operários.

Uma fração da classe dominante que, originariamente, teve o seu status vinculado à grande propriedade, e isto fez com que historicamente essa fração de classe se confundisse com a própria formação social piauiense, foram os grandes proprietários de terras. Representativa dos anseios dos latifundiários, essa fração não põe em discussão a concentração fundiária ou o progresso material do Piauí, pois ela está fortemente empenhada em garantir seus interesses econômico-políticos. Divide-se, na prática, em verdadeiros líderes dos distritos eleitorais, onde um *coronel* tem a proeminência política. Combina sua ação com o emergente doutor que ocupa cargos menores na estrutura jurídico-política do Estado, mas que se constitui figura de relevo no município e na região. Neste jogo é o doutor-munido do seu conhecimento-quem acompanha as decisões do o coronel.

Outra fração da classe dominante foi a de grandes comerciantes. Neste ponto, chamou-nos a atenção o rápido processo organizativo dessa fração na perspectiva de apresentar interesses específicos, através de projetos econômicos que alterassem a condição política das frações de classe no interior do bloco no poder.

Os grandes comerciantes se estruturaram em distintas organizações paraestatais e, em um espaço de aproximadamente vinte anos, criaram várias associações comerciais nos municípios mais desenvolvidos do Estado, organizaram campanhas em favor da instalação de estabelecimentos bancários, ampliaram o número de estabelecimentos comerciais, pressionaram o Estado pela criação de uma Junta Comercial, lutaram pela construção de estradas de ferro, discutiram os limites geográficos do Piauí, com a clara preocupação de defender os interesses comerciais do Estado no que se refere aos impostos para exportação/importação de produtos; e trabalharam incansavelmente pela construção do que seria o único porto marítimo do Piauí: o Porto de Amarração.

Essa conjunção de projetos de classe deram a tônica política local e isto nos permitiu constatar que as decisões políticas foram, paulatinamente, saindo de um campo eminentemente oligárquico-familiar para um cargo político-classista. Em outros termos: pudemos constatar conflitos políticos intrafamiliares e a emergência de concepções/ações políticas relacionadas aos interesses econômicos de agentes produtivos, situados em campos distintos e, por vezes, antagônicos.

Essas frações serão responsáveis pela formação de uma elite política que as representa no Estado. Desse modo, a elite política-que permanece por todo o primeiro período republicano-expressa os interesses das frações da classe dominante em processo de luta hegemônica no interior do bloco no poder.

Concebemos a elite política como a classe dominante na efetiva direção dos aparelhos de Estado, determinada pela condição de classe e pelas exigências jurídico-políticas do Estado republicano. Ademais, para melhor configurar a elite política, utilizamo-nos das categorias sociais- formação acadêmica, ocupação, origem social-além de elementos culturais, tais como: religião, parentesco etc.

Identificamos a composição da elite política piauiense compreendida por membros-natos ou recrutados em setores sociais intermediários que guardam alguma afinidade política com determinada fração da classe dominante. Constatamos que os intelectuais ou, como é mais usual para este contexto, os bacharéis significaram a possibilidade de que agentes políticos sem formação acadêmica tivessem certa compreensão da realidade local e de sua situação política frente aos desafios postos pelo novo contexto social.

Como o conceito de elite política pareceu a nós um conceito problemático, denominamos de elite política o bloco de indivíduos que assumiram posições de mando no Estado na Primeira República. Essas posições dizem respeito aos mais importantes cargos da estrutura jurídico-política do Estado e que representaram a possibilidade de execução de políticas governamentais decorrentes dos projetos apresentados e debatidos em diferentes instâncias do Estado. De qualquer modo, essa elite política era portadora de uma condição de classe, na medida em que ela representava os interesses e as prioridades das frações de classe em disputa pela posição hegemônica no bloco no poder.

Esse entendimento sobre a elite política piauiense permitiu que rompêssemos com uma idéia de elite ainda corrente, que toma a dimensão do indivíduo como o mais importante elemento a ser considerado na constituição da elite. Inversamente, consideramos a primazia do elemento classe social, pois este sintetiza um complexo de relações sociais que designam aspectos ideológicos, políticos e econômicos. Sob este prisma, faz sentido entender as ações

políticas dos sujeitos econômico-políticos, baseadas em projetos que buscam a satisfação dos interesses econômicos mais substantivos e que permitem a sua tradução em poder político, modificando as posições das frações de classe no bloco no poder. Isto nos conduziu ao último capítulo desta dissertação.

O último capítulo sintetiza todo o trabalho, na medida em que as lutas políticas das frações de classes concorrentes à hegemonia no bloco no poder são apresentadas a partir da discussão dos mais importantes projetos econômico-políticos que designam a luta política entre Grandes Proprietários de Terras e Grandes Comerciantes.

Para a discussão deste ponto, elencamos informações sobre os mais importantes projetos, que, se fossem executados, certamente alterariam a posição das frações de classe no bloco no poder e a própria estrutura da sociedade piauiense. Consideramos, para efeito de análise, os seguintes projetos: definição dos limites estaduais, criação de estabelecimentos bancários, construção de estradas de ferro e construção do Porto de Amarração.

Elegemos três aspectos para a análise de cada projeto: a significância e o conteúdo do Projeto, os agentes defensores/opositores e a dinâmica política, e, por último, o impacto sobre as estruturas econômica e política.

Em relação à pesquisa realizada, questionamos a que conclusão ou conclusões nossos achados nos ajudaram a chegar.

Em primeiro lugar, a natureza do Estado difere da organização jurídico-política anterior à República, tendo em vista que, no bojo do federalismo, estão as questões relativas à autonomia financeira e administrativa. Como consequência, as disputas políticas ganham novos contornos devido à presença de um Estado juridicamente organizado. Tomamos a República como um dado.

Em segundo lugar, observamos que, no Piauí, há um certo crescimento comercial, o que põe em cena novos agentes econômicos, que são os grandes comerciantes. Estes se organizam a partir de interesses específicos de classe, difundindo suas concepções de mundo, participando do processo político, ocupando posições de mando na estrutura política do Estado

republicano ou fazendo-se representar nela; e, principalmente, criando associações para a defesa de seus interesses.

Esse crescimento comercial amplia a receita pública, o que põe os comerciantes em posição favorável frente aos governantes, pois a atividade comercial principia a subordinar a pecuária e a agricultura de subsistência.

Nesse processo, os Grandes Proprietários de Terras perdem terreno haja vista a sua própria produção ser comprada pelos grandes comerciantes que, no limite, articulam vantagens no processo de comercialização.

Em terceiro lugar, sendo a divisão do trabalho pouco diferenciada naquele contexto, os interesses específicos de cada fração de classe vão-se diluindo e, muitas vezes, se sobrepondo. Acreditamos que, durante a Primeira República, é possível identificar a supremacia de Grandes Proprietários de Terras até os anos dez. Isto foi demonstrado quando deixamos evidente que as ações dos comerciantes não foram convertidas em políticas de governo.

Por volta de 1915, verificamos a ascensão dos Grandes Comerciantes sem, entretanto, concretizar senão parcialmente sua pauta de reivindicações. De todo modo, diferenciados da proposta original, algumas poucas e inexpressivas demandas foram atendidas. Disto pudemos fazer a seguinte ilação: os interesses comerciais que foram satisfeitos nem de longe modificaram as posições no bloco no poder. Significaram apenas a constatação de que os interesses econômicos das diferentes frações estavam também diversificados e que, naquele momento, a fração comercial representava o agente que queria participar do processo político como elemento decisor.

Neste ponto é que situamos a questão fundamental desta dissertação, qual seja: se pressupomos que a mesma elite política permanece na condução dos aparelhos de Estado, sendo esta elite representativa das frações da classe dominante, como se situa a discussão sobre que agente econômico-político se posiciona hegemonicamente no bloco no poder ou no interior do Estado?

Antes de responder a esse questionamento, vale sublinhar que não ocorreram mudanças substantivas devido à persistência de elementos da estrutura social que implicaram sua rigidez e impossibilidade de alterações.

O baixo grau de divisão social do trabalho social, a rigidez da estrutura social e o deslocamento das decisões políticas dos interesses oligárquico-familiares para os interesses de classes permitiram o surgimento do burguês de múltiplas faces.

O burguês de múltiplas faces era o grande proprietário de terras, mas também o grande comerciante-exportador que, além de exportar a sua produção, comprava a produção de outros e as comercializava. Ademais, imiscuiu-se no processo político e estabeleceu relações com diferentes agrupamentos políticos, tendo como meta a defesa dos seus interesses. É por isto que ele era um ator simbiótico, embora guardasse maiores afinidades com o comerciante puro do que com o latifundiário tradicional.

Como afirmamos no último capítulo deste trabalho, o burguês de múltiplas faces agregava o perfil do grande proprietário de terras-senso de permanência, de continuidade- e do grande comerciante-dinamismo, modernização, proposição. Ele surge no interior dos agentes nucleares-fazendeiros e comerciantes-e da estrutura social vigente. É proprietário de terras, de casas comerciais-exportadoras e político. Foi o agente econômico-político que conquistou posição hegemônica no interior do Estado, transformando seus projetos mais significativos em políticas governamentais sem significar o elemento revolucionário. Como já afirmávamos ao final do segundo capítulo, o burguês de múltiplas faces não é sinônimo daquele que subverte a ordem. Ao contrário, possui certa plasticidade que o permite combinar o senso de permanência com a mudança ordenadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado** (notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado). 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARAÚJO, Maria M. B. de. **O poder e a seca no Piauí**. (1877-1879) Teresina: FUFPI, 1991.

BARBOSA, Edison G. C. B. **O Parnaíba**: contribuição à história de sua navegação. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

BARBOSA, Tanya M. B. **O escravo na formação do Piauí** - perspectiva histórica do século XVIII. 1984. Dissertação (Mestrado) UFPE, Recife, 1984.

\_\_\_\_\_. **A elite colonial piauiense**: família e poder. 1993. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 1993.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república de 1889 a 1930**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

BASTOS, Cláudio de A. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

\_\_\_\_\_. **Família e poder**. Belo Horizonte: IMPRIMASET, 1991.

BORGES, Geraldo de A. Notas sobre a literatura piauiense: Primeira República. **CARTA CEPRO**. Teresina, v.11, n.1, p. 27 a 52 jul./dez., 1986.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da educação no Piauí** - enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização. Teresina: EDUFPI, 1996.

CARONE, Edgar. **A república velha-evolução política**. São Paulo: Difel, 1971.

\_\_\_\_\_. **A república velha I - instituições e classes sociais (1889-1930)** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

CARVALHO, Paulo G. A luta político-religiosa entre igreja e maçonaria no Piauí: (1902-1914). **CARTA CEPRO**. Teresina, v.11, n. 1, p. 87-114 jul./dez. 1986.

CARVALHO, Nobelino Lira de. **O último coronel**. Teresina: Gráfica Mendes, 1995.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido republicano paulista-política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAVES, Joaquim R.F. **Teresina** – subsídios para a história do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994a.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos biográficos e outros**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994b.

CUNHA, Antônio C. V. da. (Org.). **Anuario estatístico do Piauí**. Teresina: Imprensa Oficial, 1926.

DANTAS, Deoclécio. (Org.). **Associação comercial piauiense**. Teresina: COMEPI, 1977.

DOMINGOS NETO, Manuel. **A fala de Pedro Freitas**. Teresina: Fundação CEPRO (mimeo). (Entrevista).

DIAS, Claudete. Memória escondida de uma sociedade. **Presença**. Teresina: COMEPI, ano VII, n. 14, jan./jun. 1985, p.49-50.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo de Almeida . **Seca seculorum, flagelo e mito na economia piauiense**. Teresina: CEPRO, 1983.

FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios de história da república (1889-1945). **Caderno 10**. São Paulo: CEBRAP, 1972.

\_\_\_\_\_. **A revolução de 1930** – historiografia e história. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1975.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOMES, José A. G. **O legislativo piauiense: 1835-1985**. Teresina: COMEPI, 1985.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Teresina** – pesquisas históricas. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1991.

\_\_\_\_\_. **Dicionário histórico-biográfico piauiense**. 2. ed. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1993.

\_\_\_\_\_. **Roteiro cronológico da história do Piauí**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1996.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-omega, 1977.

LEVINE, Robert M. **A velha usina** – Pernambuco na federação brasileira 1889-1937; de Robert M. Levine. Trad. Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LINS, Wilson et. alii. **Coronéis e oligarquias**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Ianamá, 1988.

LOVE, Joseph. **A locomotiva** – São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Trad. Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, Agenor de S. et al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

MARTINS, Luciano. **Pouvoir et développement économique-formation et evolution des structures politiques au Brésil**. Paris: éditions anthropos, 1976.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, [s.d.].

\_\_\_\_\_. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, [s.d.].

MENDES, Iweltman. (Org.). **Associação comercial de Parnaíba** – lutas e conquistas. Parnaíba, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Parnaíba colonial e imperial (1500-1889)**. Teresina: UFPI, 1996.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia** – senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NAPOLEÃO, Aluizio. **Meu avô José de Freitas**. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cronologia do Piauí Republicano 1889-1930**. Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

\_\_\_\_\_. **A revolução de 30 no Piauí (1928-1934)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NEVES, Maria M. de N. **Elites políticas: competição e dinâmica partidário – eleitoral**. (caso de Mato Grosso) São Paulo: Vértice, 1988.

NUNES, Cecília M. S. **A luta pelo poder político no Piauí – ascensão e queda da oligarquia Pires Ferreira (1889-1920)**. Recife: UFPE, 1988. (Mimeo).

OLIVEIRA, Maria Christina de M. S. **Parnaíba: das primeiras escolas aos cursos universitários**. Teresina: FUFPI, 1993.

OMMATI, Fides Angélica; PEREIRA, José Eduardo. **As constituições piauienses**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1988.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **Pactos políticos do populismo à redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na república velha**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portella/Academia Piauiense de Letras, 1972.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. **A importância da borracha de maníoba na economia do Piauí: 1900-1920**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1994a.

\_\_\_\_\_. **Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas e Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1994b.

REGO NETO, Hugo N. do. **Fatos da história do Piauí**. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

REIS, Elisa M. P. Elites agrárias, state-building e autoritarismo. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 25-3, 1983.

SANTANA, Raimundo N. M. de. (Org.). **Piauí, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

SAES, DÉCIO, Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**, n. 3, Curitiba, 1994.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 15. ed. São Paulo: Difel, 1985.

TAJRA, Marta Teresa. A imigração dos Tajras para o Piauí. **CARTA CEPRO**, v.11, n.1, p.5-26 jul./dez., 1986.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na república velha**. São Paulo: Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. **Eleições e fraudes eleitorais na república velha**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TITO FILHO, Arimathéa. **Governos do Piauí – capitania, província, Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975 .

\_\_\_\_\_. **Governos do Piauí – capitania, província, Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

\_\_\_\_\_. **Teresina: ruas, praças, avenidas**. 2.ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

WIRTH, John D. **O fiel da balança – Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)**. Trad. Maria Carmelita Padua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

#### DOCUMENTAÇÃO OFICIAL IMPRESSA

PIAUI. Governo. **Coleção de leis e decretos do Estado (1900-1920)**. Teresina: Typ. do Piauí, 1900-1920.

PIAUI. Governo. 1892-1896 (Silva). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Coriolano de Carvalho e Silva, em 08 de junho de 1893**. Teresina: Tip. do Piauí, 1893, 14p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Coriolano de Carvalho e Silva, em 11 de junho de 1894**. Teresina: Tip. do Piauí, 1894, 11p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada À Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Coriolano de Carvalho e Silva, em 07 de setembro de 1895**. Teresina: Tip. do Piauí, 1895, 14 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada À Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Coriolano de Carvalho e Silva, em 01 de junho de 1896**. Teresina: Tip. do Piauí, 1896, 13 p.

PIAUI. Governo. 1896 - 1900 (Vasconcellos). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Raimundo Arthur de Vasconcelos, em 01 de junho de 1897.** Teresina: Tip. do Piauí, 1897, 24 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Raimundo Arthur de Vasconcelos, em 02 de junho de 1898.** Teresina: Tip. do Piauí, 1898, 34 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Raimundo Arthur de Vasconcelos, em 01 de junho de 1899.** Teresina: Tip. do Piauí, 1899, 36 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Raimundo Arthur de Vasconcelos, em 01 de junho de 1900.** Teresina: Tip. do Piauí, 1900, 33 p.

PIAUI. Governo. 1900-1904. (Nogueira). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Arlindo Francisco Nogueira, em 01 de junho de 1901.** Teresina: Tip. do Piauí, 1901, 28 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Arlindo Francisco Nogueira, em 01 de junho de 1902.** Teresina: Tip. do Piauí, 1902, 21 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Arlindo Francisco Nogueira, em 01 de junho de 1903.** Teresina: Tip. do Piauí, 1903, 18 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Arlindo Francisco Nogueira, em 01 de junho de 1904.** Teresina: Tip. do Piauí, 1904, 30 p.

PIAUI. Governo. 1904-1907 (Mendes). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Álvaro de Assis Osório Mendes, em 01 de junho de 1905.** Teresina: Tip. do Piauí, 1905, 30 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Álvaro de Assis Osório Mendes, em 01 de junho de 1906.** Teresina: Tip. do Piauí, 1906, 16 p.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Álvaro de Assis Osório Mendes, em 01 de junho de 1907.** Teresina: Tip. do Piauí, 1907, 30 p.

PIAUI. Governo. 1910 - 1912 (Silva). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Antonino Freira da Silva, em 01 de junho de 1910.** Teresina: Tip. do Piauí, 1910, 42 p.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Antonino Freira da Silva, em 01 de junho de 1911. Teresina: Imp. Oficial, 1911. 70 p.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Antonino Freira da Silva, em 01 de junho de 1912. Teresina: Imp. Oficial, 1912. 26 p.

PIAUI. Governo. 1912-1916 (Rosa). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 01 de junho de 1913. Teresina: Paz, 1913. 41 p.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 01 de junho de 1914. Teresina: Liga Maritima Brasileira, 1914. 70 p.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 01 de junho de 1915. Teresina: Tip. do Piauhy, 1915. 41 p.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 01 de junho de 1916. Teresina: Tip. do Piauhy, 1916.

PIAUI. Governo. 1917-1920 (Aguiar). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Eurípedes Clementino de Aguiar, em 01 de junho de 1917. Teresina. Imprensa Oficial, 1917.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Eurípedes Clementino de Aguiar, em 01 de junho de 1918. Teresina. Imprensa Oficial. 1918.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Eurípedes Clementino de Aguiar, em 01 de junho de 1919. Teresina. Imprensa Oficial. 1919.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Eurípedes Clementino de Aguiar, em 01 de junho de 1920. Teresina. Imprensa Oficial. 1920.

PIAUI. Governo. 1920-1924 (Ferreira). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador João Luís Ferreira, em 01 de junho de 1920. Teresina. Imprensa Oficial, 1920.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador João Luís Ferreira, em 01 de junho de 1921. Teresina. Imprensa Oficial, 1921.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador João Luís Ferreira, em 01 de junho de 1922. Teresina. Imprensa Oficial, 1922.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador João Luís Ferreira, em 01 de junho de 1923. Teresina. Imprensa Oficial, 1923.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador João Luís Ferreira, em 01 de junho de 1924. Teresina. Imprensa Oficial, 1924.

PIAUI. Governo. 1924-1928 (Melo). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador **Matias Olímpio de Melo, Governador do Estado do Piauí em 01 de junho de 1925**. Imprensa Oficial, 1925.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador **Matias Olímpio de Melo, Governador do Estado do Piauí em 01 de junho de 1926**. Imprensa Oficial, 1926.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador **Matias Olímpio de Melo, Governador do Estado do Piauí em 01 de junho de 1927**. Imprensa Oficial, 1927.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador **Matias Olímpio de Melo, Governador do Estado do Piauí em 01 de junho de 1928**. Imprensa Oficial, 1928.

PIAUI. Governo. 1928-19230 (Leal). Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador **João de Deus Pires Leal em 01 de junho de 1929**. Imprensa Oficial, 1929.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador **João de Deus Pires Leal em 01 de junho de 1930**. Imprensa Oficial, 1930.

PIAUI. Secretaria de Estado da Fazenda. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado do Piauí, em 20 de maio de 1904, pelo Secretário de Fazenda, Cel. João Augusto Rosa**. Teresina: Tip. do Piauhy, 1904. 39 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Anísio Auto de Abreu, governador do Estado do Piauí, em 10 de maio de 1909, pelo Secretário da Fazenda, Cel. João Augusto Rosa**. Teresina: Tip. do Piauhy, 1909, 32 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Freire da Silva, governador do Estado do Piauí em 17 de maio de 1910, pelo Secretário da Fazenda, Cel. João Augusto Rosa**. Teresina: Tip. do Piauhy, 1910. 50 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Freire da Silva, governador do Estado do Piauí, em 22 de maio de 1911, pelo Secretário da Fazenda, Cel. João Augusto Rosa**. Teresina: Tip. do Piauhy, 1911. 36 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, governador do Estado do Piauí, em 30 de abril de 1914, pelo Secretário de Fazenda, Benedito Francisco Ribeiro**. Teresina: Typ. do Piauhy, 1914. 32p.

## COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DO PIAUÍ (1890-1930)

## PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

## Jornais:

A NOTÍCIA, Teresina, 1899.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1913.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1914.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1915.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1930.

ESTADO DO PIAUHY, Teresina, 1930.

CIDADE DE THERESINA, Teresina, 1912

CORREIO DE THERESINA, Teresina, 1913.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1914.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1915.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1916.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1917.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1918.

A IMPRENSA, Teresina, 1927.

PIAUHY, Teresina, 1901.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1902.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1906.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1907.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1909.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1911.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1912.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1913.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1914.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1915.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1916.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1928.

JORNAL DE NOTÍCIAS, Teresina, 1914

\_\_\_\_\_, Teresina, 1917.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1918.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1919.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1920.

JORNAL O COMÉRCIO DE THERESINA,

O PIAUHY, Teresina, 1892.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1893.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1894.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1895.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1896.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1897.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1905.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1906.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1907.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1908.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1909.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1910.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1911.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1912.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1913.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1914.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1915.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1916.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1917.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1918.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1919.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1920.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1921.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1922.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1923.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1924.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1925.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1926.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1927.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1928.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1929.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1930.

CORREIO DO PIAUÍ, Teresina, 1921.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1922.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1923.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1924.

O ESTADO, Teresina, 1902.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1903.

DIÁRIO DO PIAU, Teresina, 1911.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1912.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1913.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1914.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1897.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1898.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1899.

A IMPRENSA, Teresina, 1925.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1927.

O COMÉRCIO, Teresina, 1907.

A DEMOCRACIA, Teresina, 1891.

ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 1870.

O PIAUHY, Teresina, 1922.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1929.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1930.

O APOSTOLO DE THERESINA, Teresina, 1907.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1908.

O ARTISTA, Teresina,

O DEMOCRATA, Teresina, 1892.

O DIA, Teresina, 1923.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1924.

O TELEFONE, Teresina, 1889.

A FALANGE, Teresina, 1889.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1890.

PÁTRIA, Teresina, 1902.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1903.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1904.

O TEMPO, Teresina, 1905.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1906.

O MONITOR, Teresina, 1907.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1908.

DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, 1911.

GAZETA DO COMÉRCIO, Teresina, 1894.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1895.

\_\_\_\_\_, Teresina, 1896.